

# Ciência & Ambiente



História Agrária e Ambiental

# Sumário C&A 33

## 3 EDITORIAL

## 4 PRÓXIMA EDIÇÃO

### PONTO DE VISTA

## 5 ENERGIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

*Fernando Gabeira*

### ARTIGOS

## 9 TERRITÓRIO, REGIÃO E FORMAÇÃO COLONIAL APONTAMENTOS EM TORNO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

*Antonio Carlos Robert Moraes*

## 17 LATIFÚNDIO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XIX

*Ligia Osório Silva*

## 29 CAMBIOS EN EL USO Y LA OCUPACIÓN DEL TERRITORIO RIOPLATENSE DE FINES DE LA ÉPOCA COLONIAL UN RECORRIDO DESDE LA HISTORIA AGRARIA

*Julio Djenderedjian*

## 43 LOS PASTORES-LABRADORES DE LAS LOMADAS ENTRERRIANAS GANADERÍA, AGRICULTURA Y MEDIO AMBIENTE EN EL LITORAL ARGENTINO DEL SIGLO XIX

*Roberto Schmit*

## 57 LA OCUPACIÓN DEL ESPACIO Y LA FORMACIÓN DE PAISAJES AGRARIOS EN EL URUGUAY

*María Inés Moraes*

## 81 INTERVENÇÕES HUMANAS NA NATUREZA AMAZÔNICA (SÉCULO XVII AO XIX)

*Kelerson Semerene Costa*

## 97 PRINCIPAIS DA TERRA, ESCRAVOS E A REPÚBLICA O DESENHO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

*João Fragoso*

## 121 REBANHOS, SEARAS E ROÇAS UMA APROXIMAÇÃO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NO PERÍODO COLONIAL

*Helen Osório*

## 135 ESCRAVOS DO PASTOREIO PECUÁRIA E ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (ALEGRETE, 1831-1850)

*Luís Augusto Farinatti*

## 155 COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

*Paulo Afonso Zarth*

## 165 OS CABOCLOS E A RELAÇÃO COM A NATUREZA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Marcos Gerhardt*

## 175 INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

## 176 INSTRUCCIONES PARA PUBLICACIÓN

# Expediente C&A 33

Universidade Federal de Santa Maria

REITOR	Clóvis Silva Lima
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS	Luiz Carlos de Pellegrini – Diretor
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS	Edgardo Ramos Medeiros – Diretor
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	Rogério Ferrer Koff – Diretor
EDITOR	Delmar Antonio Bressan
EDITORES CONVIDADOS	Helen Osório Beatriz Teixeira Weber
CONSELHO EDITORIAL	Beatriz Teixeira Weber Élgion Loreto José Newton Cardoso Marchiori Miguel Antão Durlo Ronai Pires da Rocha Ronaldo Mota Zília Mara Scarpari
CONSELHO CONSULTIVO	Alvaro Mones André Furtado Andrey Rosenthal Schlee Antonio Augusto Passos Videira Antonio Carlos Robert Moraes Aziz Nacib Ab'Saber Emilio Ulibarri Franz Andrae Luisa Massarani Luiz Antonio de Assis Brasil Pascal Acot
ANÁLISE, PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTO	Zília Mara Scarpari
EDITORIAÇÃO DE TEXTO E PROGRAMAÇÃO VISUAL	Valter Antonio Noal Filho
ILUSTRAÇÃO DA CAPA	Versão modificada do mapa <i>Accuratissima Brasiliae tabula</i> de Hendrik Hondius (1597-1651) publicado em Amsterdam (Holanda) na primeira metade do século XVII. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional/Brasil.
ILUSTRAÇÕES DE ABERTURA DOS ARTIGOS	Desenhos de Percy Lau (1903-1972) extraídos da obra <i>Tipos e aspectos do Brasil</i> . Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Gráfica Editora Pallotti/Santa Maria

---

Ciência & Ambiente/Universidade Federal de Santa Maria.  
UFSM - v. 1, n.1 (jul. 1990) - Santa Maria :

ISSN 1676-4188

Semestral  
n. 33 (jul./dez. 2006)

A revista *Ciência & Ambiente* é indexada ao  
LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea  
para Revistas Científicas de América Latina,  
el Caribe, España y Portugal.

CDD:605 CDU:6(05)

---

Ficha elaborada por Marlene M. Elbert, CRB 10/951

*Ciência & Ambiente*

Prédio 13/CCNE – Sala 1110 – Campus Universitário – Camobi  
97105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil  
Fone/Fax: (55) 32208735 e (55) 32208444/ramal 30  
ambiente@ccne.ufsm.br – www.ufsm.br/cienciaeambiente

A presença de escravos em atividades muito diversificadas, e não só na produção “majoritária” voltada para o mercado externo. A paisagem agrária distanciada dos binômios tradicionais e exclusivos senhor-escravo, estancieiro-peão, trabalho familiar-trabalho escravo, indicando uma imagem nova e multifacetada das formas produtivas e de trabalho. A atenção a fatores complexos, que são informados pelas tradições culturais e práticas produtivas de distintos atores. A superação das dificuldades que as fontes apresentam com a produção de dados estatísticos mesclados pelas possibilidades de interpretação que outras tantas fontes oferecem. A variação interna entre os agrupamentos estudados, sem “unificar” a interpretação de grupos sociais até agora quase completamente ignorados pela história. A redefinição do papel dos estados coloniais, mostrando-os como administradores das relações de poder entre os distintos grupos. Eis algumas das abordagens sobre as relações entre o mundo agrário e o meio ambiente que ganham relevo na 33ª edição da revista *Ciência & Ambiente*.

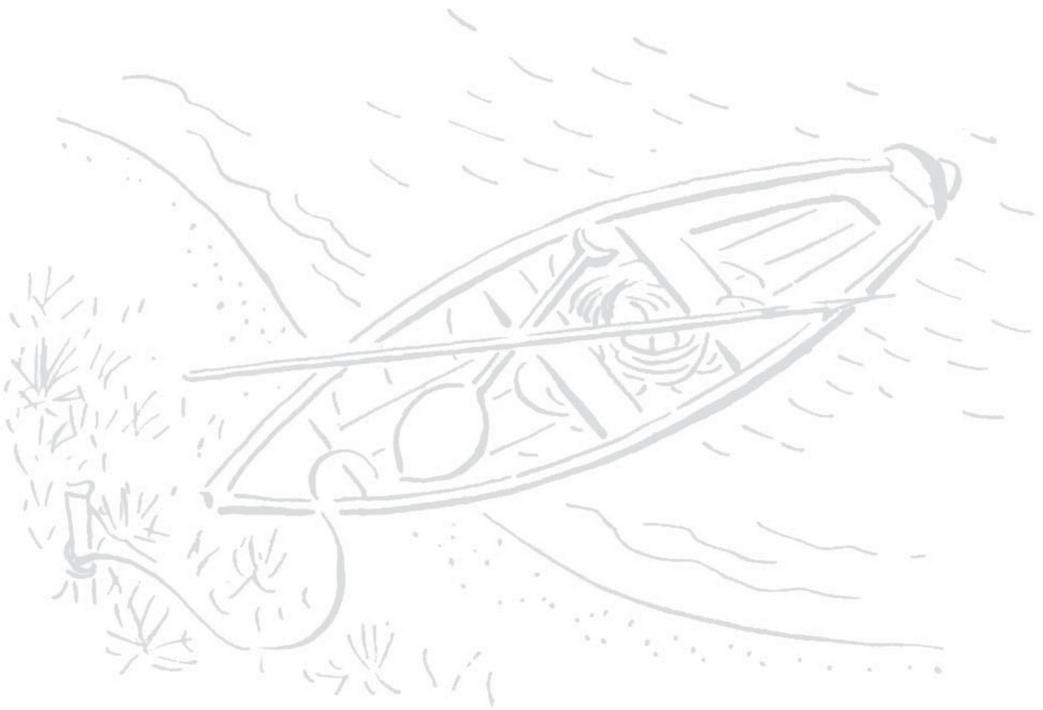
A opção pelo tema **História Agrária e Ambiental** reflete a importância que tais dimensões históricas assumem nas pesquisas mais recentes realizadas no Brasil e em países vizinhos como Argentina e Uruguai. No caso, investigações destinadas a revelar as formas de apropriação e uso do solo, o estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos) e o estudo dos

sistemas agrários e de suas relações de produção, além da compreensão das diferentes formas de intervenções humanas sobre o mundo natural.

Os textos publicados primam pelo cuidado técnico e empírico e possuem a clareza indispensável à atividade do historiador, incluindo a preocupação com as fontes escolhidas. Com igual esmero, os autores explicitam o método de trabalho adotado, deixando claro ao leitor, mesmo o leigo, como os elementos estão sendo analisados, virtude pouco valorizada em certas áreas do conhecimento. Ainda mais, os trabalhos conferem visibilidade a novas fontes documentais ou à releitura de obras já utilizadas, porém agora com o olhar do pesquisador do ambiente e das relações agrárias.

Como resultado desse exercício, é possível perceber as múltiplas interdependências entre clima, condições de solos e formações florestais e a produção agrária, sem contar as alterações sentidas e provocadas na vida dos homens. Todas fundamentais para o conhecimento histórico e mesmo para a formação da cultura geral.

As diferenças de interpretação historiográfica suscitadas pelos ensaios aqui apresentados constituem pontos verdadeiramente instigantes quando se pensa em (re)abrir e ampliar esse campo de discussão. Aliás, aprofundar a compreensão sobre os diversos temas é também o espírito que norteia a revista *Ciência & Ambiente* desde a sua fundação.



O próximo número de *Ciência & Ambiente* será dedicado ao tema **Mudanças Climáticas**. Entre os assuntos em exame, a reconstrução histórica do clima, os seus efeitos sobre ecossistemas importantes como a Amazônia, além de suas implicações sobre a produção agrícola na América do Sul e na Europa.

A 34<sup>a</sup> edição da revista contará com a participação de renomados pesquisadores do Brasil e da França, países igualmente representados pelos dois editores convidados, respectivamente **Carlos Nobre**, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e **Pascal Acot**, do Centre National de la Recherche Scientifique.



## ENERGIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

*Fernando Gabeira*

Num artigo assinado por três homens que se dedicam ao tema energético, Timothy Wirth, C. Boyden Gray e John D. Podesta<sup>1</sup>, o exemplo iluminado foi a decisão de Churchill, contra a vontade dos almirantes, de escolher o petróleo para mover os navios da armada britânica. Ele ganhou, com a escolha, mais velocidade nos barcos e menos tempo para reabastecimento. O carvão ficou pra trás, assim como a tendência conservadora dos almirantes, que duvidavam da existência de petróleo suficiente no mundo, para basear uma opção arrojada.

Os dilemas do presente não são idênticos, mas suas conseqüências tornam-se muito mais sérias do que as encruzilhadas do passado. Agora, já não bastam uma razoável política energética nacional, equipe técnica e regras cristalinas para o investimento econômico. De certa forma, é a sorte do planeta que está em jogo, quando se colocam questões como o declínio do petróleo, o processo de aquecimento global e a necessidade de atenuar a pobreza, através de mecanismos democráticos e descentralizados de produção energética.

A tendência declinante na produção de petróleo é consensual, variando apenas os cálculos em torno do esgotamento. Meio século, 80 anos? Países ricos e militarmente fortes como os EUA podem

<sup>1</sup> WIRTH, T.; GRAY, C. B. & PODESTA, J. D. An energy strategy for the future. *Foreign Affairs*, julho/agosto de 2003.

ainda ter certas ilusões para insistirem no petróleo. Diversificar as importações é uma delas. De fato, países amigos não suspendem o abastecimento. Mas jamais venderiam abaixo do preço de mercado. Esta é questão incontornável. Não apenas a perspectiva de esgotamento, como os custos crescentes de novas explorações apontam para preços cada vez mais altos, mesmo abstraindo a onipresente variável política.

Países como o Brasil, que caminham para a auto-suficiência, terão apenas a garantia de que não faltará petróleo, mas os preços oscilarão de acordo com a conjuntura internacional. Difícilmente, em termos empresariais, será possível manter preços internos baixos, enquanto os internacionais voam para a estratosfera.

Estas questões de fundo foram consideradas pela delegação brasileira que participou da reunião Rio+10, em Johannesburg. Havia no posicionamento nacional, senão uma perspectiva completa, respostas suficientes para considerar a política brasileira uma das mais bem elaboradas.

De um ponto de vista ambiental, apesar de suas visíveis limitações, o Protocolo de Kyoto havia sido ratificado pelo Brasil. E nele, como uma idéia brasileira, estava contido um importante instrumento: o mecanismo de desenvolvimento limpo, através do qual os países ricos poderiam financiar os países emergentes e ganhariam o direito de prosseguir emitindo gases do efeito estufa, desde que reduzissem as emissões em outros pontos do mundo. Assim como o Protocolo de Kyoto, o mecanismo de desenvolvimento limpo é uma resposta limitada. Ambos têm a van-

tagem de serem passos concretos e inaugurais de um processo que certamente ganhará importância com o tempo.

Consciente de que não existem soluções unicamente nacionais para o problema, o Brasil apresentou também uma proposta global: aumentar para 10% o uso de energias renováveis, até o começo da próxima década. Esta proposta, mencionada em várias declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha vantagens muito claras porque é um dos temas raros onde se pode conciliar o interesse planetário com o nacional, de forma que atitudes globais acabem representando um salto de qualidade interna.

O desenvolvimento das energias renováveis era uma decorrência clara dos impasses sentidos em Johannesburg. Com grande força simbólica, Brasil e Alemanha assinaram um acordo para a produção de 100 mil carros a álcool, pela Volkswagen brasileira, abrindo o caminho para a

aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Era evidente ali, e isto ficou mais claro em junho de 2004, na reunião de energias renováveis, em Bonn, de que o momento não é mais de demonstrar a existência do efeito estufa, ou mesmo especular sobre a decadência do petróleo.

A Alemanha, anfitriã do encontro internacional, anunciado no final da Conferência de Johannesburg, queria muito mais. As novas questões eram: como financiar as energias renováveis, como transferir tecnologia e como fazer com que o próprio processo descentralizado contribua, simultaneamente, para reduzir a pobreza e ampliar a democracia.

*As novas questões eram: como financiar as energias renováveis, como transferir tecnologia e como fazer com que o processo descentralizado contribua para reduzir a pobreza e ampliar a democracia.*

A rivalidade entre dois setores do capital – um atrelado ao petróleo e tentando de todas as maneiras evitar seu declínio, e outro voltado para a tecnologia das renováveis –, vivia um novo momento. E, até certo ponto, o Brasil também.

Os recursos solares são fundamentais na estratégia de energias renováveis. Aliás, o organizador da conferência parlamentar em Bonn, o social-democrata Hermann Scheer, afirma claramente em seu livro *A Economia Solar*<sup>2</sup>, que o crepúsculo da economia baseada em recursos fósseis abre caminho para uma nova etapa na história da humanidade, caracterizada pela exploração solar.

Embora não encampasse a tese com todas as suas conseqüências, o Brasil sabia em Johannesburg da importância dos recursos solares, sobretudo da biomassa. O acordo com a Alemanha já representava o primeiro passo na estratégia de fornecer combustível com emissões neutras que, mesmo não substituindo inteiramente o petróleo, poderia ser uma arma decisiva contra o aquecimento global.

Entre Johannesburg e Bonn, houve uma descontinuidade na política brasileira. A mudança de governo, em 2003, apontou, progressivamente, para essa distância entre estratégias. Em primeiro lugar, foi desfeito no Ministério da Ciência e Tecnologia o grupo de trabalho que negociava os principais aspectos do mecanismo de desenvolvimento limpo. A equipe brasileira era capaz e acumulou experiência nas sucessivas negociações internacionais.

Nos bastidores as diferenças desciam a detalhes. O que nem sempre é negativo. Nos corredores da conferência de Bonn os próprios alemães expressavam dúvida sobre a eficácia do investimento nas energias renováveis, comparado com os investimentos em poupança de energia, como no caso da co-geração e outros dispositivos.

O debate nacional parecia voltado para defesa das hidroelétricas, mesmo as grandes, como fonte de energia renovável. O discurso da ministra Dilma Rousseff, em Bonn, representou, na verdade, uma defesa do modelo brasileiro e um discreto distanciamiento da postura

de Johannesburg, onde havia uma proposta nascida aqui, mas destinada a todos os países e também uma iniciativa clara de colocar um pé, ainda que como produtor de biomassa, no mercado internacional das renováveis.

O desmantelamento do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas,

presidido pelo ex-deputado Fábio Feldmann, foi outro fator a indicar a existência de uma descontinuidade, como se as mudanças climáticas tivessem perdido seu posto no elenco dos principais problemas do mundo.

Há muitas razões para considerar esse processo como uma dificuldade passageira em nossa estratégia internacional. Isto porque o problema “mudanças climáticas” só tende a ganhar força, mesmo com a recusa dos EUA de participarem do esforço multilateral expresso no Protocolo de Kyoto. E também porque um governo novo, ao se instalar, tem dificuldades de articular rapidamente temas complexos, que não figuram em suas prioridades reais.

<sup>2</sup> SCHEER, Hermann. *The Solar Economy*. Renewable Energy for a Sustainable Global Future. London: EarthScan Publications, 2004.

A possibilidade de recuperação do ritmo brasileiro no debate mundial sobre mudanças climáticas depende muito do interesse de ministérios da área econômica. Esses sim, principalmente o Ministério da Agricultura, começam a vislumbrar nos recursos solares, principalmente na biomassa, um caminho para intensificar exportações e abrir milhões de novos postos de trabalho, internamente.

É como se os estrategistas que pensam em alimentar o mundo com as proteínas da soja e da carne, percebessem também que podem produzir a energia das máquinas com as grandes possibilidades do campo brasileiro. Por esse caminho, as mudanças climáticas então expulsas da consciência política, a ela voltariam impulsionadas pela economia, divisas, novos empregos.

Tudo indica que reside aí a possibilidade de o Brasil retomar o espaço conquistado no debate ambiental. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia já se movimenta para autorizar projetos contemplados no mecanismo de desenvolvimento limpo, sobretudo os que, através de aterros sanitários, contribuem para a redução do metano, um dos gases do efeito estufa.

No entanto, será muito limitado jogar todas as fichas no processo econômico. As mudanças climáticas pedem mudanças culturais. Uma ampla participação social poderia não apenas legitimar, mas enriquecer uma nova política externa que contivesse a resposta para as questões básicas: declínio do petróleo, aquecimento global e necessidade de redução da pobreza no mundo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem destacado, em seus discursos externos, a luta contra a fome. A descentralização e a democratização energética possibilitadas pelas energias renováveis poderiam representar um grande complemento para suas teses. Na verdade, seria uma das inúmeras formas concretas de realizá-las, por serem mais viáveis que impostos internacionais e outros dispositivos que dependem do impulso caritativo dos países ricos.

O pleno reencontro da política externa brasileira com as mudanças climáticas é, portanto, apenas uma questão de tempo. O tempo necessário para reajustar nossas teses, formular novas propostas, polir os argumentos e retornar ao centro da cena onde se joga, parcialmente, o destino do planeta.

**Fernando Gabeira** é jornalista e deputado federal (Partido Verde/Rio de Janeiro).  
gabeira@netbotanic.com.br



TERRITÓRIO, REGIÃO  
E FORMAÇÃO COLONIAL  
APONTAMENTOS EM TORNO DA GEOGRAFIA  
HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

---

*Antonio Carlos Robert Moraes*

Nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones. A colônia representa tam-

bém a consolidação desse domínio, sendo assim o resultado da conquista territorial. Portanto, em tais países a análise geográfica ilumina importantes mediações no deslindamento de suas particularidades históricas. E a história brasileira é exemplar nesse sentido, na medida em que todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos num país marcado pelo domínio de vastos fundos territoriais.

Cabe iniciar resgatando algumas idéias que fornecem o sentido da presente reflexão. Nas sociedades de formação colonial, a dimensão espacial da vida social ganha uma centralidade ímpar na explicação de seu movimento e funcionamento ao longo da história<sup>1</sup>. Isso porque a colonização é – em essência – um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras. Nesse sentido, a geografia representa um importante papel na interpretação da particularidade histórica dos países latino-americanos.

O signo da conquista qualifica (e unifica) a colonização moderna do continente americano como um resultado da expansão européia, isto é, como um movimento articulado à montagem da economia-mundo capitalista, na qual a periferia colonial desempenha importantes funções<sup>2</sup>. As especificidades das histórias e das geopolíticas metropolitanas já emergem como um elemento de diferenciação entre as colônias da América, circunscrevendo conjuntos diferenciados pela origem nacional do colonizador, os quais também variam de acordo com as características internas das áreas coloniais (sejam as do meio natural, as da posição ou situação geográfica, ou – principalmente – as demográficas). A própria estrutura das administrações coloniais busca responder genericamente a algumas dessas diferenças ao estabelecer suas unidades de governo.

Pode-se dizer que variados condicionantes internos e externos do relacionamento sociedade-espço se articulam no solo americano, gerando arranjos geográficos peculiares, reunificáveis, contudo, por meio de algumas determinações próprias da colonização; entre estas, o uso em toda parte da coação extra-econômica, com a generalização de formas de trabalho compulsório (servis ou escravistas). A idéia de uma via colonial (ibero-americana) de desenvolvimento do capitalismo permite bem caracterizar tais particularidades, aproximando os arranjos singulares criados no processo de colonização européia na América<sup>3</sup>. Uma dialética interno-externo qualifica a condição de colônia, na subordinação e alteridade com a metrópole. De todo modo, os processos de independência impõem recortes territoriais e limites fronteiriços com os quais a geografia histórica tem de trabalhar, enquanto abordagem retrospectiva.

Vale precisar este último ponto: localizada no campo das ciências humanas, a análise geográfica pode (e deve) utilizar o presente como referência de reconstituição histórica no estudo da formação dos territórios. Falamos a partir

<sup>1</sup> Para o caso brasileiro, tal interpretação está desenvolvida em: MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

<sup>2</sup> A revisão bibliográfica que sustenta esse juízo pode ser encontrada em: MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

<sup>3</sup> A idéia de “via de desenvolvimento”, que remonta a Lenin e a Lúkacs, parece melhor para designar a particularidade das colônias americanas do que o estabelecimento de um “modo de produção” específico para caracterizar tais “formações sociais”. Em defesa do uso desse último conceito, ver: CHIARAMONTE, José Carlos. *Formas de Sociedad y Economía en Hispanoamérica*. México: Grijalbo, 1983.

<sup>4</sup> Uma ampla e atualizada revisão sobre as definições do conceito de território pode ser obtida em: HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Destruturalização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. Aqui, adotamos o conceito clássico da Geografia Política que define o território – no mundo moderno – como área de exercício de um poder estatal, ou o âmbito espacial de dominação de um Estado, assumindo, portanto, a matriz ratzeliana de seu entendimento (conforme MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990).

<sup>5</sup> A geopolítica militar do subcontinente, por exemplo, sempre alimentou uma mitologia de fronteiras mais amplas perdidas e usurpadas. Mito por mito, este é mais perigoso do que o das origens das atuais áreas de soberania estatal (ver: BANDEIRA, L. A. M. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília: Revan/UNB, 1998). No sentido da fragmentação, o processo de “criação” do Panamá é bem ilustrativo da responsabilidade política ao discutir a relação entre fronteiras e identidades.

<sup>6</sup> Por “território colonial” entende-se as terras descontínuas agregadas ao fundo territorial do Estado metropolitano, uma adição de patrimônio objetivada pela conquista e colonização de novos espaços. Como observa Fernando Novais, o mero estabelecimento de trocas comerciais não qualifica tal situação (*Colonização e Sistema Colonial*. Discussão de conceitos e perspectiva histórica. São Paulo: APUH, 1967).

da atualidade, e fazemos uma investigação *pos festum*. Buscamos a gênese e o desenvolvimento de materialidades políticas atuais: os territórios hoje existentes<sup>4</sup>. Assim, nossa perspectiva histórica não se confunde com a do historiador, tolhido nesse posicionamento analítico pelo temor em incorrer no grave erro do anacronismo. No caso da geografia histórica, o retorno às divisões espaciais coloniais é que pode induzir a graves problemas no presente, pois tal ótica sempre alimentou pretensões geopolíticas conflitivas (expansionistas ou separatistas) nas várias sociedades nacionais latino-americanas<sup>5</sup>.

Em suma, entendemos a Geografia Histórica como caminho de reconstituição (em várias escalas) do processo de formação dos atuais territórios, postura que – inapelavelmente – repõe uma ótica de história nacional (mesmo no âmbito de uma perspectiva crítica). Uma desejável análise comparativa nesse campo vai, em geral, cotejar unidades espaciais individualizadas pela dominação político-institucional, isto é, recortadas pela administração colonial ou pelas fronteiras estatais-nacionais. Mesmo os estudos em escalas de maior detalhe (regionais ou locais) necessitam localizar seus objetos de análise nos conjuntos maiores que interferem em sua vida econômica e social (por meio de legislações, tributações e outras formas de domínio). Enfim, os lugares abordados inserem-se necessariamente em unidades maiores, dos quais constituem partes.

No caso em discussão, cabe iniciar a análise com o estudo da apropriação do espaço americano pelo processo colonizador impulsionado por alguns estados europeus. A expansão espacial – em suas motivações e estratégias – em si é um primeiro objeto da investigação da Geografia Histórica, sendo a consolidação do domínio territorial seu corolário: a transformação dessas novas terras em áreas descontínuas de soberania estatal de cada metrópole ou, em outros termos, em territórios coloniais<sup>6</sup>. A plena sedimentação dessa dominância política externa e a exploração econômica dos lugares submetidos tornam a colonização uma efetividade, que serve de base para a formação de novos estados na era das revoluções atlânticas. Os territórios nacionais se formam a partir dos coloniais, e estes foram muitas vezes construídos sobre as formações territoriais indígenas.

As instalações coloniais na América objetivaram-se como enclaves que evoluem para regiões, isto é, a expansão territorial dos núcleos pioneiros difundiu a colonização no espaço, criando economias regionais. O conceito clássico

<sup>7</sup> Para uma discussão do uso desse conceito no campo disciplinar, ver: LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

de região<sup>7</sup> provavelmente nunca conheceu uma aplicação tão estrita e efetiva quanto no caso de nomear esses assentamentos europeus em solo americano. Explicando: a região foi sempre pensada como uma unidade espacial homogênea ou dotada de fortes elementos homogeneizadores, não raro identificados no seu processo de ocupação do solo e de apropriação dos meios naturais. A escala regional deve, assim, expressar um todo, uma unidade, mesmo que inserível numa unidade maior (no caso, a colônia e o império). Certa autonomia política e certa autarquização econômica devem demarcar o espaço regional, qualificando-o como um fato e/ou uma totalidade.

A centralidade geográfica, geralmente do núcleo difusor pioneiro, é outro elemento qualificador da região, num quadro onde expansão espacial e difusão da colonização são dois modos de nomear o mesmo processo. Os fluxos (exploradores, povoadores e de mercadorias) estabelecem a demarcação de cada assentamento colonial americano, definindo as regiões coloniais em movimentos onde os padrões da “mancha-de-óleo” (na expansão) e da “bacia de drenagem” (na consolidação) aparecem como predominantes. A intensidade dos fluxos externos foi, em muito, responsável pelo dinamismo destas economias regionais, levando-as a se ampliar e a se retrair<sup>8</sup>, contudo, a penúria local também pode agir como estímulo a processos expansionistas no contexto das colônias. De todo modo, cabe assinalar que é a subordinação a um domínio político externo e a inserção subordinada nos circuitos imperiais que qualificam tais espaços como “coloniais”. As regiões coloniais são, antes de tudo, partes de um império. Mas, são também partes de territórios coloniais diferenciados.

Cabe aqui bem explicitar o quadro conceitual empregado. Territórios são espaços qualificados pela dominação política, são jurisdições (legais, tributárias, militares ou religiosas), figuras de governo, áreas de exercício de um poder<sup>9</sup>. Diferenciam-se da região, uma qualificação – como visto – de índole mais econômica ou paisagística. No caso, os territórios coloniais são âmbitos espaciais de pretensão de soberania interfactuados entre as metrópoles européias, áreas formalmente delimitadas de suposta jurisdição de uma autoridade metropolitana, de fronteiras vagas ou hipotéticas (mais estabelecidas nos mapas do que no terreno). As peças cartográficas que acompanham os tratados europeus de repartição das colônias bem expressam o afirmado; mesmo em sua imprecisão, os limites factuados servem de referências geopolíticas práticas<sup>10</sup>. A grande produção da cartografia

<sup>8</sup> Para uma exemplificação da oscilação da área ocupada pela produção num espaço de colonização consolidada, ver: WISSENBAACH, Tomás Cortez. *Bases materiais do processo de independência no Recôncavo baiano: geografia, história, e a conformação da região nos finais do período colonial*. Trabalho Final de Graduação, DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

<sup>9</sup> Ver: MORAES, A. C. R. Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In: KRITSCH, R. & RICUPEIRO, B. (orgs.). *Força e Legitimidade: Novas perspectivas?*, São Paulo: NADD/ Humanitas, 2005.

<sup>10</sup> Ver: MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa do Brasil. São Paulo: Moderna/UNESP, 1997.

lusitana sobre o Brasil bem demonstra a importância desse instrumento na diplomacia da definição das fronteiras intra-americanas<sup>11</sup>.

Enfim, o território como espaço de dominação política (mesmo formal) suporta várias regiões no seu interior. Estas são espaços econômicos de ocupação efetiva encravados no território colonial. Tal distinção fica evidente quando se desdobram os conceitos de território e de “território usado”<sup>12</sup>. Numa leitura apressada eles pareceriam redundantes, pois todo território seria em tese um espaço usado. Todavia, quando introduzimos nessa discussão a idéia de reservas de espaço e de áreas ainda não economicamente apropriadas pela colonização, a distinção entre os conceitos ganha sentido. Isto é, nem toda a extensão espacial de uma colônia, definida na partilha entre as metrópoles, encontra-se incorporada de forma efetiva aos fluxos colonizadores (com povoamento e/ou exploração econômica). Mesmo assim constituem partes do patrimônio colonial sob domínio político de uma metrópole. São, nesse sentido, fundos territoriais.

Sintetizando, temos: o território colonial como área de soberania formal (e de administração) de uma metrópole; o território usado como as áreas efetivamente apropriadas pela colonização (os enclaves e regiões); e os fundos territoriais como reservas para a expansão futura da ação colonizadora. Os processos de independência tornam essa equação mais evidente, ao dar maior unidade e autonomia para os domínios territoriais, reforçando genericamente a definição das fronteiras (ou, ao menos, das zonas fronteiriças). O fim dos laços e do status colonial não implicou de imediato, novas regionalizações. Ao contrário, a definição dos novos estados latino-americanos expressou em muito uma disputa entre as regiões mais consolidadas. E a maioria dos territórios estatais resultantes do movimento emancipador das colônias da América incorporou vastos espaços constituídos de fundos territoriais, formados pelas áreas de expansão projetadas como de seu domínio pelas regiões existentes (o território brasileiro é exemplar nessa característica).

Enfim, o esclarecimento conceitual empreendido permite um equacionamento mais sólido na análise geográfica dos processos de independência e de formação dos estados na América Latina<sup>13</sup>. Dele emergem várias escalas espaciais de investigação e um ordenamento lógico que possibilita transitar entre estas escalas sem perder uma referência teórica geral. Pode-se dizer que com as independências, definem-se

<sup>11</sup> Sobre este tema ver os trabalhos de João Carlos Garcia e as publicações da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses: *Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII* (Lisboa, 1997); *A Nova Lusitânia*. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional – 1700-1822 (Lisboa, 2001); *A mais dilatada vista do mundo*. Inventário da coleção cartográfica da Casa de Ínsua (Lisboa, 2002); e da Biblioteca Municipal do Porto: *As Américas*. Cartografia da Independência. Séculos XVIII e XIX (Porto, 1999); *A Terra de Vera Cruz*. Viagens, descrições e mapas do século XVIII (Porto, 2000).

<sup>12</sup> O território usado foi proposto por Milton Santos em suas últimas obras (Ver: SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001). A concepção aqui atribuída ao conceito não é exatamente a mesma definição dada pelo autor, dizendo respeito às áreas de ocupação efetiva.

<sup>13</sup> Ver: MORAES, A. C. R. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: Uma introdução teórica ao tema. In: Projeto Temático *A Fundação do Estado e da Nação Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP-FAPESP, 2004.

centralidades (consolidando “rotas de peregrinação”), agregam-se regiões num mesmo domínio (e num mesmo corpus legislativo e judiciário) e repartem-se os fundos territoriais entre as novas unidades estatais. Os regionalismos vitoriosos tomam o comando dos estados agora nacionais e tornam-se referência de novas identidades políticas (transformando-se em nacionalismos<sup>14</sup>). Nesse contexto, as singularidades de cada caso nacional se impõem à análise, num quadro onde os arranjos federativos e os pactos inter-regionais ganham um papel de destaque, e onde a afirmação do poder do estado é, antes de tudo, a consolidação do âmbito espacial de seu exercício, a efetivação de sua jurisdição territorial, de sua área formal de soberania.

O quadro de referência teórico apresentado permite um interessante equacionamento das singularidades geopolíticas da história brasileira no contexto da formação dos estados nacionais na América do Sul. A América portuguesa (um território colonial) era no início do século XIX um verdadeiro “arquipélago geográfico”, composto de variadas unidades espaciais de colonização: regiões de *plantations* em expansão e estagnadas, redes urbanas e cidades criadas pela mineração (atividade já decadente na época), vastas áreas de criação e trânsito da pecuária extensiva, núcleos de colonização relacionados à exploração de mercadorias específicas (geralmente algum produto natural local ou coletado numa vasta interlândia), encraves coloniais nas zonas de fundos territoriais e de fronteira (como missões e fortes), e amplas áreas de soberania formal não incorporadas pelo processo colonizador ainda em curso. Um verdadeiro mosaico de assentamentos coloniais<sup>15</sup>.

Tais unidades geográficas se inter-relacionavam por vias terrestres e marítimas<sup>16</sup>, porém algumas eram dotadas de um alto grau de autonomia (dirigindo suas demandas e seus produtos diretamente para a metrópole), outras poderiam mesmo ser definidas como semi-isoladas (tal a dificuldade e o tempo para acessá-las). Cabe também ressaltar a existência de fluxos que escapavam aos circuitos internos da colônia e dos sob controle da metrópole (como os do contrabando e os que articulavam as trocas diretas com a África). Enfim, não é difícil fundamentar a idéia de que o território brasileiro, no limiar do Oitocentos, abrigava várias economias regionais (e alguns encraves coloniais) entremeadas ou rodeadas por amplos espaços constituídos por áreas de trânsito e por fundos territoriais pouco conhecidos pelos agentes da colonização<sup>17</sup>. A descontinuidade espacial do processo colonizador explicava a descontiguidade do espaço

<sup>14</sup> Ver: HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>15</sup> JAMCSÓ, István. & PIMENTA, João P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos G.(org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

<sup>16</sup> Sobre as relações intra-coloniais, ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>17</sup> Cabe bem diferenciar a zona da frente de ocupação e a área de fronteira, a primeira demarcando os limites do território usado e a segunda definindo o recorte dos espaços de cada soberania formal (ver: NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *Goiás – Século XIX: Um estudo de geografia histórica numa borda da colonização portuguesa na América*. Trabalho Final de Graduação, DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2005.)

efetivamente apropriado da colônia. A única área de ocupação contínua (mesmo assim, dispersa e pontual) era a zona costeira, onde, em intervalos de esparsos distintos (conforme a capitania considerada), encontrava-se um núcleo colonizador.

Em face deste quadro, onde opera uma dialética de unidade e fragmentação (entre poderes e interesses, e – por meio destes – entre lugares), a transferência da corte portuguesa para a colônia, em 1808, representou um fator essencial no processo de formação histórica do Brasil, notadamente em sua dimensão geopolítica. A “interiorização da metrópole” criou um efetivo centro interno para um território colonial dotado de múltiplas regiões econômicas<sup>18</sup>. Os fluxos que demandavam Lisboa correm agora para o Rio de Janeiro, sede da monarquia e centro não apenas do Brasil mas de todo o império português (debilitado, porém ainda vasto). A centralidade geográfica instalada não dilui os conflitos inter-regionais, mas atua pesadamente no sentido da unificação territorial da colônia. Unidade que a elevação ao status de reino, em 1815, reforçou. De um espaço idealizado pelos teóricos do reformismo ilustrado da administração lusitana, o Brasil começa a se conformar como uma entidade geopolítica efetiva<sup>19</sup>.

O estado monárquico resultante do processo de independência brasileiro está profundamente assentado nessa experiência anterior de agrupamento político sob o comando de um centro interno. Entre as heranças coloniais assumidas pelo novo país destacam-se a forma de governo e o patrimônio territorial: a estrutura administrativa e a área integral de soberania lusitana, desenhada nos tratados de limites entre as Coroas ibéricas (área de fronteiras incertas, melhor qualificadas como zonas fronteiriças). Consoante com isso, salienta-se a denominação escolhida para nomear o novo ente estatal: império do Brasil, a qualificação imperial apontando a índole expansiva de uma monarquia acostuada no trato colonial. O império, como se sabe<sup>20</sup> convive com a diversidade cultural e a descontiguidade espacial, ao contrário do estado-nação, que almeja certa homogeneidade identitária e um espaço bem delimitado. O limite do império, por outro lado, pode ser mais fluido e impreciso, definindo-se na prática nos espaços onde consegue fazer valer a sua dominação.

Cabe lembrar também a legitimidade dinástica subjacente à forma monárquica de governo, que expressava uma justificativa de afirmação das fronteiras pactuadas e da soberania sobre toda a extensão do território colonial,

<sup>18</sup> Ver: LAHUERTA, Flora Medeiros. *Geografia Histórica da capitania do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XIX*. Relatório de Iniciação Científica. São Paulo: FAPESP, 2004.

<sup>19</sup> Ver: ARAÚJO, Ana Cristina. Um Império e uma Monarquia na América: a Independência do Brasil. In: *Seminário As Independências na América*, IEB/USP, São Paulo, 2004.

<sup>20</sup> Ver: BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

<sup>21</sup> Sobre o processo de reconhecimento da soberania dinástica da Casa de Bragança sobre o Brasil, ver: RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Volume 5: *A Política Internacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

<sup>22</sup> Sobre esta “expansão para dentro” ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e Herdeiros. A trama de interesses na construção da unidade política. In: *Seminário As Independências na América*, IEB/USP, São Paulo, 2004.

<sup>23</sup> Ver: MIGNOLO, Walter. La colonidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad e QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (com.) *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

<sup>24</sup> Ver: MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Unijuí/FAPESP, 2003.

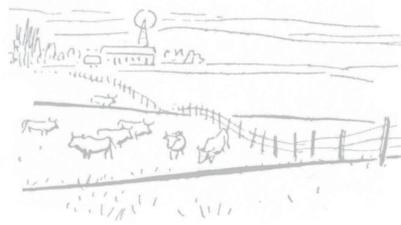
<sup>25</sup> Ver: MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

constituído em boa parte – como visto – por fundos territoriais<sup>21</sup>. A permanência da Casa de Bragança no trono do Brasil fornecia um argumento consistente de continuidade político-institucional para a diplomacia européia da época. Tanto que o direito de domínio do governo brasileiro sobre tais espaços não foi – ao longo do processo de independência – questionado no plano internacional, sendo o novo estado que alimentava – de berço – ambições de ampliação territorial. Mesmo assim, o expansionismo imperial vai-se exercitar, sobretudo para dentro do próprio território, apropriando-se dos vastos fundos territoriais disponíveis<sup>22</sup>.

De início, o Império do Brasil dispunha de um território (em grande parte ainda a ocupar), de um aparato administrativo (o Estado colonial), de uma forma de governo (a monarquia imperial), e de um argumento de legitimação de seu domínio territorial (a soberania dinástica). Também contava com estruturas produtivas em funcionamento, algumas em expansão, e com frentes pioneiras em movimento em diferentes quadrantes de seu território. Na junção de tais elementos foi construído o projeto bragantino de continuidade da dominação estatal unitária sobre uma ampla porção da América do Sul. A manutenção da dinastia e das estruturas de poder possibilitou a reafirmação do discurso da “missão civilizatória”, posto como justificativa moral do empreendimento político (tal como em vários outros projetos de emancipação americanos<sup>23</sup>).

A manutenção do escravismo era um elemento essencial do pacto inter-regional entabulado entre as elites e o príncipe, todavia tornava-se um obstáculo considerável na formulação das idéias de nação e de nacionalidade. Pode-se aventar como hipótese que o território foi usado para suprir tal dificuldade, respaldando um projeto nacional referenciado no espaço: a construção material do país sobrepondo-se à construção de uma identidade societária. O território, e não a nação, como referência de justificação da ação política estatal<sup>24</sup>. Essa hipótese necessita de base historiográfica para ser comprovada, envolvendo uma leitura dos teóricos contemporâneos da independência e da afirmação do estado brasileiro atenta aos temas e aspectos geopolíticos tratados. Esse equacionamento abre um horizonte de investigação interessante para o estudo das ideologias geográficas<sup>25</sup> no pensamento político brasileiro.

Antonio Carlos Robert Moraes é graduado e doutor em Geografia e professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. [tonicogeo@uol.com.br](mailto:tonicogeo@uol.com.br)



## LATIFÚNDIO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XIX

---

*Ligia Osório Silva*

Na América Latina, o deslocamento da fronteira correu paralelo à expansão do latifúndio e à consolidação do poder das oligarquias, gerando sociedades altamente hierarquizadas. Mesmo em países como o Brasil e a Argentina, nos quais estava presente a premissa de F. J. Turner – que atestava a existência de “terras livres” e a possibilidade de sua ocupação no século XIX, levando esses países, pelo menos formalmente, a erigir a política americana de terras em modelo –, a marcha da fronteira não democratizou o acesso à terra nem

mesmo para os imigrantes. Duas são as causas assinaladas para explicar esse efeito peculiar às sociedades latino-americanas: a herança do latifúndio colonial e as características da legislação agrária adotada no século XIX. Convém, no entanto, acrescentar mais uma dimensão explicativa, além dessas duas consagradas pela historiografia: a que estabelece uma relação entre o processo de concentração de poder próprio do *state building* e o deslocamento da fronteira, usando a experiência europeia como modelo comparativo.

## Introdução

Um dos acontecimentos mais marcantes da segunda metade do século XIX, em países possuidores de grandes “fundos territoriais” como o Brasil e a Argentina, foi o deslocamento no sentido do interior da fronteira entre a economia europeia e não europeia, isto é, entre as áreas direta ou indiretamente relacionadas com a exportação e as áreas desprovidas de qualquer vínculo direto ou indireto com o mercado exterior.<sup>1</sup> Esse movimento em direção a áreas de pouca densidade demográfica e sua integração na economia exportadora avançou muito lentamente no período anterior, tornando-se nítido a partir de 1850, quando ocorreu um notável incremento na área geográfica economicamente produtiva. Considerada, por vezes, como ocupação de “espaços vazios”, a marcha da fronteira consistiu, na realidade, no “esvaziamento” das regiões ocupadas por povos indígenas ou pequenos sítiantes vivendo de agricultura de subsistência.<sup>2</sup>

Embora a ocupação da fronteira nesses dois países apresente algumas semelhanças com a “marcha para o Oeste”, consagrada na obra de F. J. Turner<sup>3</sup>, na historiografia argentina e brasileira, a idéia de que a experiência da fronteira foi decisiva na formação dessas sociedades não penetrou com a mesma força as análises dos historiadores e cientistas sociais, talvez porque, na América Latina, o processo de ocupação da fronteira começou no século XVI<sup>4</sup>, foi muito mais complexo e gerou efeitos muito diferentes. Mesmo em países como o Brasil e a Argentina, onde a premissa básica de Turner – a existência de “terras livres” – esteve presente, levando esses países, pelo menos formalmente, a erigir a política americana de terras em modelo, a marcha da fronteira não produziu o efeito descrito por Turner nos Estados Unidos.<sup>5</sup> O deslocamento da fronteira nesses países correu paralelo à expansão do latifúndio e à consolidação do poder das oligarquias, gerando sociedades altamente hierarquizadas.

À medida que a fronteira se deslocou, o latifúndio foi reabsorvendo as formas antigas da colonização, surgidas no período anterior. Exemplos desse papel protagonizado pelo latifúndio não faltam na história latino-americana. A chamada “conquista do deserto” na Argentina constitui certamente um. Outro exemplo indubitável foi a ocupação do interior paulista depois de 1860, e mesmo depois de 1880 no período de auge da imigração europeia. Outros casos poderiam ser assinalados, no México e no Chile, por exemplo, mas fogem ao escopo deste trabalho. A progressiva extensão da área economicamente aproveitada pela agricultura e

<sup>1</sup> CARMAGNANI, M. *Estado y sociedad en América Latina - 1850-1930*. Barcelona: Ed. Crítica, 1984. p. 22.

<sup>2</sup> SILVA, L. O. Os indígenas da América, a propriedade privada e a construção dos espaços vazios. *Anais do XIII Congresso Internacional de História Econômica*, Buenos Aires, Argentina, 22-26 de julho de 2002, CD-Rom.

<sup>3</sup> TURNER, F. J. *The frontier in American history*. New York: Henry Holt, 1940.

<sup>4</sup> WEGNER, R. *A conquista do oeste*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.  
HENESSY, A. *The frontier in Latin American history*. Albuquerque: University of New Mexico Press, s/d.

<sup>5</sup> SILVA, L. O. *A Fronteira e outros Mitos*. Tese de Livre Docência. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, mimeo, 2001.

criação de gado se deveu, como afirma Carmagnani, a mecanismos de tipo tradicional – os mesmos que, entre os séculos XVI e XVIII propiciaram o desenvolvimento do latifúndio – e que não supunham a modernização, já que se baseavam na coerção e na possibilidade de aumentar a mais-valia mediante uma pressão maior sobre a produtividade absoluta.<sup>6</sup>

Dois são as causas mais comumente assinaladas para explicar esse efeito característico das sociedades latino-americanas: a herança do latifúndio colonial<sup>7</sup> e as características da legislação agrária adotada no século XIX. Essas circunstâncias tiveram, sem dúvida, um peso razoável na história da apropriação territorial da Argentina e do Brasil. A época colonial estabeleceu um padrão de ocupação das terras que seria difícil reverter (mas não impossível) e as leis chamadas “de colonização”, quando aprovadas, continham não poucas falhas. Restam, não obstante, inúmeras questões envolvendo as razões que nortearam a expansão dos latifúndios no século XIX, cuja explicação tangencia a problemática da construção do Estado. As considerações que tecemos a seguir explicitam alguns aspectos das três dimensões.

### **Primeira dimensão explicativa: a herança colonial, uma visão do território**

Enquanto montavam suas estruturas estatais-territoriais, os países europeus expandiram o controle para as áreas periféricas, e a organização do espaço colonial em benefício da metrópole foi uma das características marcantes da Época Moderna. A metrópole desempenhou um papel preponderante ao difundir no mundo americano a civilização européia, sua língua, cultura e instituições, através da conquista e da colonização. Essa projeção do poderio das potências européias para fora do seu espaço fez-se sob determinadas condições que marcaram a organização dos novos estados que se organizaram nas primeiras décadas do século XIX, como Argentina e Brasil.

A historiografia latino-americana tem privilegiado o enfoque interpretativo que enfatiza o papel das tradições ibéricas transplantadas com a colonização da época moderna. A herança colonial ibérica é contraposta à inglesa ou holandesa em muitos aspectos, como nos casos da forma senhorial da conquista<sup>8</sup>, do caráter da propriedade<sup>9</sup>, do contraste entre “colônias de povoamento” e colônias de “exploração”<sup>10</sup>; ou ainda nas instituições, leis (sesmarias, *mercedes*) e costumes (posses, *composiciones*) que regulavam o acesso à terra e à mão-de-obra.

<sup>6</sup> CARMAGNANI, M. *Op. cit.*, p. 24-25.

<sup>7</sup> CHONCHOL, J. *Sistemas Agrarios en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 59-111.

<sup>8</sup> JARA, A. (ed.) *Tierras Nuevas*. México: El Colegio de México, 1973. p. 3.

<sup>9</sup> CARDOSO, C. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 112.

<sup>10</sup> NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 71.

Nesse viés interpretativo, a existência da fronteira aparece sob a ótica do meio geográfico (em geral adverso) ao qual se colaram hábitos e costumes da Península Ibérica. Enquanto na perspectiva turneriana foi a fronteira que moldou a nova sociedade, na perspectiva que alguns chamam de “genética”, a herança do colonizador tem um papel muito mais decisivo. A confrontação entre as duas perspectivas, por exemplo, na obra de Richard Morse e nos estudos que tratam do iberismo e americanismo, deu origem a trabalhos que buscam ressaltar a dinâmica própria à lógica da conquista e que de alguma maneira aproximam as duas heranças.<sup>11</sup>

Na Argentina e no Brasil, existe um ponto no qual a herança colonial é notável: a visão do colonizador sobre o território foi, em larga medida, adotada pelas camadas dominantes na organização do Estado.

Portugal e Espanha, ao repartirem entre si o mundo extra-europeu, delimitaram até mesmo os espaços de expansão potencial de seus impérios de além-mar. Com isso definiram grandes áreas de jurisdição formal de cada metrópole, incluindo nelas extensões de áreas de expansão futura, isto é, o que alguns autores chamam de *fundos territoriais*<sup>12</sup>.

Do século XVI ao XVIII, a defesa e manutenção dos fundos territoriais do continente americano foi um objetivo muito claro das metrópoles ibéricas. No século XIX, quando as populações das antigas regiões coloniais iniciaram o processo que culminaria com a organização de novos Estados nacionais, adotaram a perspectiva dos colonizadores enxergando os fundos territoriais como espaços a serem ocupados, defendidos e explorados.

A oligarquia brasileira, por exemplo, vendo-se como herdeira da metrópole, assimilou o passado colonial enfatizando a continuidade até mesmo onde ela não existia, como aparece com nitidez num dos mitos fundadores da nação, que considera a integridade territorial do império uma dívida da metrópole. Essa camada da população, por não se reconhecer na massa de escravos e mestiços, que constituíam a maioria da população, identifica o país com o território (supostamente herdado) e considera tarefa primordial do Estado a defesa da soberania sobre os fundos territoriais e seu objetivo fundamental a ocupação do território. Robert Moraes destaca uma das conseqüências dessa visão emprestada: no quadro da formação nacional tem-se um território a ocupar e um Estado em construção, mas a população disponível não se ajusta aos modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos. O Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> MORSE, R. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. WEGNER, R. *Op. cit.*

<sup>12</sup> MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002. p. 77-94.

<sup>13</sup> MORAES, A. C. R. *Op. cit.*, p. 114.

Isso explica, em grande medida, a preferência pelo imigrante europeu nas políticas de terras enquadradas pela legislação promulgada na segunda metade do século XIX.

Na Argentina, a história da organização do país, a partir de 1810, mostra o quanto a visão do território do vice-reino do Prata marcava as classe dominantes de Buenos Aires, e o quanto foi difícil superar essa idéia para que uma verdadeira unidade fosse forjada.<sup>14</sup>

Malgrado as enormes diferenças no plano da organização política das duas nações<sup>15</sup>, encontramos uma visão comum sobre o destino a ser dado aos fundos territoriais. E a mesma desconfiança em relação à população do interior composta por mestiços e *gauchos*.<sup>16</sup>

## Segunda dimensão explicativa: exemplos de leis agrárias mal sucedidas

### a) A Lei Avellaneda na Argentina

De 1850 em diante, a Argentina conheceu um intenso processo de desenvolvimento capitalista e integrou-se definitivamente ao mercado internacional depois de sofrer mudanças na estrutura da produção.

Após 1852, foram promulgadas várias leis para regular a venda, a doação e o arrendamento das terras públicas. A *enfiteuse*, forma típica de concessão de terras públicas na primeira metade do século XIX, foi substituída pelo arrendamento (lei de outubro de 1857), e grandes extensões de terras foram cedidas dessa forma. Nesse momento, uma lei confiscou os bens de Rosas e colocou à venda as suas terras. A lei de 12 de outubro de 1858 anulou as doações feitas entre 1829 e 1852 e ordenou o arrendamento das terras. Em 1867, outra lei anulou esta. Pode-se perceber que a legislação agrária argentina enredava-se em ordens e contra-ordens.<sup>17</sup>

Ao longo da sua carreira de político, escritor e advogado, o presidente Nicolas Avellaneda demonstrou uma preocupação constante com os problemas relativos à imigração, à agricultura e à colonização. Defendeu seus pontos de vista a propósito da questão da ocupação e apropriação territorial, numa comparação constante com os Estados Unidos, que vinham obtendo sucesso na atração de imigrantes europeus.<sup>18</sup>

Embora a especulação com terras tenha sido uma constante nos países de “fronteira móvel”, no caso da Argentina a valorização da terra foi um dos lados mais espetaculares da especulação que marcou a economia no século

<sup>14</sup> CHIARAMONTE, J. C. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, M. (org.). *Federalismos latino-americanos, México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 81-127.

<sup>15</sup> URICOECHEA, F. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978. p. 83-107.

<sup>16</sup> DONGHI, H. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Ed. de América Latina, 1997.

<sup>17</sup> AVELLANEDA, N. *Estudios sobre las leyes de Tierras Públicas*. Buenos Aires: Imprenta del Siglo, 1867. p. 166-167.

ORTIZ, R. *História Econômica de la Argentina*. 5. ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978. p. 109.

<sup>18</sup> AVELLANEDA, N. *Op. cit.* p. 169-170.

XIX. O encarregado dos negócios britânicos estimava que entre 1860 e 1865 o valor da terra havia duplicado em Buenos Aires. Em 1872, o *Buenos Aires Standard* afirmava que o valor da terra no entorno da capital havia aumentado cinquenta vezes entre 1850 e 1870. Houve casos registrados de valorização de terras cuja magnitude variava entre 150 e 1000, a partir da época da “conquista do deserto” até 1910.<sup>19</sup> Cortés Conde estimou que entre 1903 e 1911, nas regiões de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Entre Rios e La Pampa, a valorização da terra chegou a 285,7%, taxa bem superior à do aumento dos preços e salários.<sup>20</sup>

Esta subida notável do preço da terra ocorria quando no cenário internacional a atuação dos Estados Unidos estava levando à queda do preço da terra. Com efeito, a partir de 1850, o preço da terra caiu em decorrência da adoção da política de *homestead*. Assim como a Argentina, mas em menor medida, o Brasil não acompanhou esta queda e a política de terras de ambos ficou defasada.<sup>21</sup>

A lei de terras de 1876, conhecida como a lei Avellaneda, procurava enfocar as terras nacionais sob o ângulo do povoamento e seu objetivo era oferecer condições facilitadas de acesso à terra aos agricultores.<sup>22</sup> A lei previu a divisão do domínio público em setores de 40.000 ha, subdivididos em lotes de 100 ha. Oito lotes em cada seção seriam reservados para as vilas e as terras municipais. Os 100 primeiros lotes de cada seção seriam distribuídos gratuitamente aos imigrantes, enquanto que os demais se venderiam (a um máximo de 4 lotes por pessoa) a preços módicos, pagáveis em quotas divisíveis em 10 anos. Criava a repartição de Terras e Colônias (subordinada ao Ministério do Interior), organismo que com o tempo ganhou péssima reputação, acusado de burocrático e corrupto. Alguns escândalos envolveram seus funcionários, acusados em 1910 de transferir enormes extensões do domínio público a proprietários particulares influentes, em troca de suborno. Embora a lei objetivasse a colonização, suas cláusulas permitiram a cessão de grandes extensões de terras às companhias de colonização privadas que podiam escolher, subdividir e colonizar terras por conta própria. Os especuladores utilizaram estas facilidades para distorcer a Lei Avellaneda, de modo semelhante ao que ocorreu no Brasil com a lei de terras de 1850. Nos seus vinte e cinco anos de existência, somente 14 das 225 companhias de colonização cumpriram as exigências contidas na lei.<sup>23</sup> Por outro lado, mesmo de modo deformado, a aplicação da Lei Avellaneda ficou restrita aos territórios nacionais e afetou muito pouco a zona do cultivo de trigo.<sup>24</sup>

<sup>19</sup> SABATO, J. *La classe dominante en la Argentina moderna*. Formación y características. Buenos Aires: CISEA, 1988. p. 41-42.

<sup>20</sup> CORTÉS CONDE, R. Padrones de asentamiento y explotación agro-pecuária en los nuevos territorios argentinos (1890-1910). In: JARA, Alvaro (ed.) *Tierras Nuevas*. 1ª reimp. México: COLMEX, 1973. p. 116-119.

<sup>21</sup> TAVARES BASTOS, A. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1939.

SILVA, L. O. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. *História Econômica & História das Empresas*, n. 1, junho de 1999. p. 3-30.

<sup>22</sup> AVELLANEDA, N. *Op. cit.* p. 172.

ORONO, N. *Informe sobre colonización de tierras nacionales*. Buenos Aires: Imprenta de Martin Biedma, 1890.

<sup>23</sup> SCOBIE, J. *Revolución en las Pampas*. Buenos Aires: Solar, 1982. p. 150-156.

GORI, G. *Inmigración y colonización en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Universitaria, 1986. p. 88-102.

CAMACHO, R. *Legislación Rural Argentina*. Buenos Aires: Las Heras, 1944. p. 167-168.

<sup>24</sup> CÁRCANO, M. A. *Evolución histórica del régimen de la tierra pública*. Buenos Aires: Eudeba, 1972. p. 34.

Segundo Jorge Sabato, era evidente a influência da política de terras americana, de concessão de *homesteads*, na lei *Nacional de Colonización y Tierras*. Mas não obstante o fato desta política ser proclamada e propagandeada durante mais de trinta anos, sua aplicação enredou-se na malha de interesses a favor da concentração das terras, afastando-a do objetivo visado. Assim, quando na década de 1880 se efetivou a “conquista do deserto”, prevaleceram mais uma vez os métodos especulativos. Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba consolidaram o feitio “grande propriedade” e logo estenderam-no a todo o território do Pampa.<sup>25</sup> A expedição militar de Roca contra os índios pampeanos, em 1879-1880, duplicou as dimensões da província de Buenos Aires e agregou enormes quantidades de terras fiscais nacionais ao sul do rio Negro. Esta nova riqueza territorial foi distribuída na forma tradicional: vendida ou doada a proprietários de terras estabelecidos, ou a especuladores, em vastos lotes, por cifras irrisórias. À medida que a fronteira avançava, com o desbravamento das terras, os portadores de bônus do governo escolhiam os lotes, ao custo de 400 pesos de prata por légua quadrada. Quando as terras foram oferecidas em leilão público, em novembro de 1882, cada comprador devia limitar-se em teoria a 40.000 hectares, mas os especuladores usaram agentes ou nomes fictícios para ultrapassar esse limite.

<sup>25</sup> SABATO, J. *Op. cit.*, p. 54.

Em 1896 um projeto de reforma da Lei Avellaneda foi rechaçado no Congresso. Também foi derrotada a proposta de instituir um imposto progressivo sobre as terras ociosas com superfícies maiores que 10.000 hectares.

Quando, em 1903, o Congresso promulgou finalmente uma legislação territorial de caráter amplo (lei orgânica 4167), que classificava as terras fiscais como de pastoreio, de agricultura ou florestais, e estipulava seu arrendamento ou venda sistemática, o processo de apropriação territorial estava, em grande medida, concluído. Toda a região do pampa passara havia muito tempo para mãos privadas, e as terras estavam monopolizadas, retidas em alguns casos com vistas à especulação, em outros devido ao prestígio que emprestavam aos seus donos; outras ainda foram aproveitadas produtivamente em grandes empresas agrícolas, mas apenas excepcionalmente foram convertidas em pequena propriedade de agricultores.

No final do século, as autoridades nacionais ou provinciais não se encontravam em condições de formular uma política de terras adequada às necessidades do imigrante ou do pequeno agricultor. Os governos já não possuíam terras

nas zonas agrícolas. As terras do pampa estavam valorizadas e os proprietários não tinham nenhuma intenção de se separar delas.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> DONGHI, T. H. Canción de outono en primavera. In: DONGHI, T. H. *El espejo de la historia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987. p. 253-276.

Em síntese, a ocupação do território começada no período Rosas incorporou à economia européia 30 milhões de hectares de terras, grande parte das quais terminou em mãos dos estancieiros, enquanto apenas uma décima parte foi destinada às colônias agrícolas que, de acordo com a ideologia liberal em voga, deveriam servir para povoar o país com a imigração. Em razão disso, para alguns autores, como Richard Slatta, a consequência do sentido dado ao processo de apropriação das terras públicas nacionais foi o aumento constante do poder dos proprietários de terras.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> SLATTA, R. *Gauchos & The vanishing frontier*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1992. p. 3.

### *b) As dificuldades principais da Lei de Terras de 1850 no Brasil*

A promulgação da Lei de Terras de 1850, mudando o estatuto da propriedade territorial no Brasil, procurava estabelecer uma política que regulasse a situação dos títulos de terras e estimulasse a imigração. A motivação de curto prazo (a imigração) que inspirou a adoção da lei não deve, entretanto, nos fazer esquecer a sua importância para a história da propriedade da terra no Brasil, que foi, finalmente, o aspecto mais duradouro da sua influência.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

Havia, sem dúvida, a intenção do Estado imperial de que a lei fornecesse aos poderes públicos os mecanismos necessários para exercer o domínio sobre as chamadas terras devolutas (públicas), regulamentando a sua passagem para o domínio privado e, ao mesmo tempo, que regulasse a situação das terras que já haviam passado a esta condição.

Nos seus artigos iniciais, a lei proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra. Por outro lado, determinava a forma como os particulares, tivessem eles títulos legítimos ou não, poderiam se tornar proprietários plenos. Para isso bastava que medissem e demarcassem suas terras e entrassem com um pedido para expedição de título, que seria fornecido por uma repartição geral das terras públicas a ser criada. O governo marcaria os prazos dentro dos quais deveriam ser medidas as posses e as sesmarias, designaria e instruiria as pessoas que fariam as medições, podendo, caso julgasse conveniente, prorrogar os prazos marcados. Cabia ao governo realizar a medição das terras devolutas, respeitando os direitos dos posseiros e sesmeiros, o que significava respeitar os prazos marcados para o cumprimento das determinações da lei.

Cabia ao governo, também, prover os meios práticos pelos quais seria extremado o domínio público do domínio particular, especificando quais as autoridades que procederiam administrativamente na execução dessa tarefa. Essas regras seriam especificadas no regulamento que seguiria a lei.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> A função foi atribuída a um Juiz Comissário, nomeado especialmente para a ocasião e não pertencente aos quadros da magistratura.

O governo reservaria as terras devolutas que julgasse necessário para a colonização indígena, para a fundação de povoações e para a construção naval. Organizaria também, por freguesias, o registro das terras possuídas, a partir de declarações feitas pelos próprios possuidores, impondo multas àqueles que deixassem de fazê-lo nos prazos marcados. A venda se faria em hasta pública ou fora dela, como e quando julgasse conveniente.

Em relação à imigração, a lei determinava que os estrangeiros que comprassem terras e nelas se estabelecessem seriam naturalizados, se quisessem, depois de dois anos de residência, e ficariam isentos de serviço militar, mas não do serviço da Guarda Nacional do município. Ficava também autorizado o governo a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, um certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que fosse marcado, em estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou na formação de colônias nos lugares que estas mais conviessem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem emprego assim que desembarcassem.

Seu objetivo central era estancar o apossamento das terras devolutas, mas contraditoriamente o governo não queria (ou não podia) contrariar os (grandes) posseiros. Temor da mesma natureza obrigou a retirada do imposto territorial do projeto e uma importantíssima fonte de recursos foi assim desprezada. Previa a instalação de colonos nas terras públicas vendidas para a formação de colônias, mas prometia usar os recursos arrecadados na importação de trabalhadores para as fazendas. Todas estas conciliações acabaram por anular qualquer intervenção substantiva na ocupação e apropriação das terras, sendo a lei inoperante para estancar a posse e a proliferação dos latifúndios.

A elaboração do cadastro de terras não foi possível, e o chamado Registro do vigário foi outra porta aberta para as fraudes. As legislações seguintes continuaram deixando em aberto a delimitação das terras públicas que até hoje (2001) ainda não se completou.

A questão que resta em suspenso é por que os possuidores de terrenos não acorreram às instâncias administrativas para regularizarem seus títulos, ou mesmo obterem um.

Em trabalho anterior, apresentamos a hipótese de a razão se encontrar nas brechas deixadas abertas pela legislação, consistindo, sobretudo, na circunstância de que a possibilidade de não fazê-lo não acarretava a perda das terras. Esta era a opinião de Teixeira de Freitas, o respeitado jurista do Império, cuja obra serviu de referência para o Código Civil de 1916.<sup>30</sup> Por outro lado, a passagem contínua de terras devolutas para o domínio privado, através da posse sem controle, um processo de longa duração, foi uma das características maiores do processo de apropriação territorial no Brasil.

### Terceira dimensão explicativa: deslocamento da fronteira e construção do Estado

A relação entre o processo de deslocamento da fronteira e o processo de *State building* argentino e brasileiro pode surgir se estabelecermos uma ligação entre a implementação das políticas de terras e as estratégias políticas mais amplas que nortearam a constituição do sistema de poder. Sabemos com certeza que o período se caracterizou por um processo de concentração de poderes que correu paralelo ao desmembramento do patrimônio de terras públicas, com a cessão de largos tratos de terras para membros da oligarquia e aliados.

A despeito das diferenças geográficas no tempo e no espaço, o estudo do processo de construção dos Estados nacionais na América Latina pode beneficiar-se das análises consagradas da literatura histórica europeia sobre o processo de formação dos Estados.<sup>31</sup> Estas análises fornecem subsídios para pensarmos a relação entre os dois fenômenos mencionados acima. Em outros termos, entre o processo de construção do Estado e o deslocamento da fronteira.

Interessa-nos, sobretudo, destacar no caso europeu a defasagem havida entre o deslocamento da fronteira (interna e externa) e esse processo de concentração de poder. Como assinala Ruggiero Romano, o feudalismo europeu passou por, ao menos, duas fases.<sup>32</sup> A primeira, aquela do feudalismo clássico, foi caracterizada pela existência de um estoque ilimitado de terras. Segundo Archibald Lewis, pode-se dizer que, do século XI ao século XIII, a Europa Ocidental seguiu “an almost classical frontier development”.<sup>33</sup> Este desenvolvimento consistiu na expansão para fora do espaço europeu (com as Cruzadas, por exemplo) e no cultivo de toda terra disponível dentro do espaço interno europeu. Mas uma segunda fase do feudalismo iniciou-se quando, depois de 1250, as fronteiras externas da Europa Ocidental se

<sup>30</sup> TEIXEIRA de FREITAS, A. *Consolidação das Leis Civis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1915. p. 451.

<sup>31</sup> Charles Tilly elenca uma série de razões pelas quais a experiência europeia pode ser útil ao estudo de sociedades não-europeias, entre elas “the European historical experience, for all its special features, is long enough, well-enough documented, and a large enough influence on the rest of the world that any systematic conclusions which did hold up well in the light of that experience would almost automatically become plausible working hypotheses to be tried out elsewhere”, em *The formation of National States in Western Europe*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975. p. 13.

<sup>32</sup> ROMANO, R. American Feudalism. *Hispanic American Historical Review*, v. 64, n. 1, 1984. p. 130.

<sup>33</sup> LEWIS, A. The closing of the mediaeval frontier. *Speculum*, v. XXXIII, n. 4, october 1958. p. 475.

contraíram e as “fronteiras internas” praticamente desapareceram, com algumas poucas exceções. As mudanças que começaram a operar na sociedade europeia de 1250 a 1350 foram, em grande medida, devedoras deste fato: a impossibilidade de o sistema feudal crescer em extensão, isto é, incorporando novas terras ao sistema. Ao mesmo tempo, a nobreza batia-se em lutas que acabaram por definir a supremacia da realeza – senhores que se destacavam vitoriosos nessas lutas – mas que não mais dispunham de terras novas para recompensar aliados e súditos fiéis. Esta segunda fase do feudalismo se caracterizou, portanto, pela limitação do estoque de terras (Romano) ou pelo fechamento da fronteira (Lewis).

A gênese do Estado pode ser acompanhada na lenta formação dos órgãos centrais, sobretudo aqueles decorrentes da monopolização da força e da fiscalidade, espinhas dorsais desta forma de organização. A partir de determinado momento (em torno do século XV), o órgão central da sociedade começou a desfrutar de uma estabilidade e de uma força desconhecidas até então, porque o senhor do Estado (o monarca absolutista) não precisava mais pagar pelos serviços que lhes eram prestados distribuindo uma parte dos seus domínios, que sem conquistas continuadas se esgotaria rapidamente: ele podia remunerar os serviços com as receitas fiscais que passou a auferir regularmente. A grande vantagem das remunerações monetárias consistia em desobrigar os monarcas da necessidade de recompensar serviços através da doação de bens hereditários – como nas épocas precedentes. Os serviços podiam ser remunerados através das benesses e cargos com gratificações e salários. A remuneração em dinheiro, frisa Elías, criava um laço de dependência permanente entre o funcionário e o centro do poder, proporcionando, assim, as condições de quebrar definitivamente as tendências centrífugas.<sup>34</sup>

Ora, tal dissociação não ocorre nos países que vimos analisando. A primeira metade do século XIX foi o momento de afirmação da soberania, de construção da unidade territorial e de centralização política sob a hegemonia oligárquica, mas foi, ao mesmo tempo, o momento de deslocamento da fronteira, de incorporação de partes consideráveis dos “fundos territoriais” à economia “europeia”.

Constatamos, portanto, que, de modo diverso ao ocorrido na Europa, a concentração e centralização do poder, inerentes à construção do Estado moderno, ocorreram quando havia ainda grande disponibilidade de terras, passíveis de serem cedidas em troca de apoios políticos. Os mecanismos de extração fiscal (pouco desenvolvidos) tiveram um papel

<sup>34</sup> ELIAS, N. *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1975. p. 176.

bastante secundário no financiamento do Estado. Além do recurso ao endividamento externo, a utilização do patrimônio de terras públicas em troca de apoio político foi corriqueira. Seja pela distribuição de largos tratos de terras como ocorreu na Argentina, seja fechando os olhos à apropriação privada como no Brasil, as terras públicas foram usadas em troca de apoio ou aliança política, neutralizando assim os grupos oligárquicos rivais. Isto porque, no período analisado, para os Estados argentino e brasileiro o obstáculo fundamental na trajetória da formação da nação era o perigo da fragmentação.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> MAGNOLI, D. *O corpo da pátria*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997. p. 137.

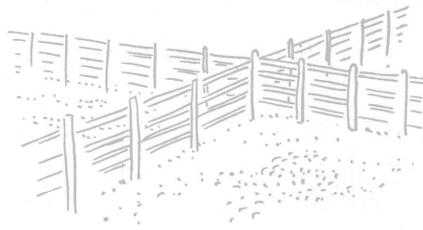
Para além dos objetivos ditados pelo crescimento econômico e o desejo de se aproveitar das oportunidades de inserção no mercado internacional para produtos primários, pode-se concluir que, nos dois casos, tanto no Brasil quanto na Argentina, esses objetivos visavam também enfraquecer e, se possível, fazer cessar os movimentos contestatórios e centrífugos e angariar o apoio de todas as oligarquias regionais para o processo de centralização em curso. Ex-escravos e imigrantes não ameaçavam o núcleo hegemônico e foram vistos e tratados como mão-de-obra. Não houve um esforço sério de contemplar estas camadas com o acesso à terra e as políticas de colonização das terras públicas funcionaram basicamente como chamariz, independentemente da intenção e da sinceridade dos seus autores.

A natureza diferente dos obstáculos à ocupação territorial implicou diferentes atitudes do Estado em relação ao processo de criação dos “espaços vazios”. Na Argentina, a incorporação das terras indígenas constituiu um movimento que mobilizou vastos recursos humanos e materiais, enquanto que no Brasil, com algumas exceções, a fronteira moveu-se quase exclusivamente ao sabor das oscilações econômicas e dos interesses privados. Esta distinção deu ao processo de ocupação da fronteira, na Argentina, um caráter tanto político – no sentido estrito – quanto econômico, enquanto que no Brasil esta simultaneidade é menos marcante. Não obstante, no nosso entender, tanto a forte presença do Estado, num caso, quanto o *laissez-faire* predominante, no outro, constituíram formas assumidas pela construção do consenso necessário ao processo de centralização, que na prática consistiu, por um lado, em extrair o “poder” político privado dos “caudilhos”, “coronéis”, “caciques” etc. e sua concentração no aparato estatal, e por outro, na manutenção e fortalecimento do poderio econômico dos grandes proprietários de terras, que, em ambos os casos, foram os principais beneficiários da marcha da fronteira.

Ligia Osório Silva é graduada em Ciências Sociais, doutora em Sociologia Política, livre-docente em História Econômica, professora do Instituto de Economia e coordenadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

losorioeco@yahoo.com.br

Este artigo baseia-se em pesquisa financiada pela FAPESP.



CAMBIOS EN EL USO Y LA  
OCUPACIÓN DEL TERRITORIO RIOPLATENSE  
DE FINES DE LA ÉPOCA COLONIAL  
UN RECORRIDO DESDE LA HISTORIA AGRARIA

---

*Julio Djenderedjian*

La revista a los cambios en la ocupación del espacio en el área rioplatense es importante para presentar el análisis de un caso y discutir algunas interpretaciones aceptadas respecto de la temática. Los aportes pueden sintetizarse en la necesidad de prestar atención a factores mucho más complejos que la propiedad de la tierra, en especial las tra-

diciones culturales y las prácticas productivas de los distintos actores, los efectos de las políticas de frontera del estado colonial, o el papel de la demanda de bienes primarios en la puesta en valor de la tierra. Los conflictos entre los actores y las alianzas que establecen entre sí pueden de esta forma ser más cabalmente comprendidos.

Tradicionalmente, el tema del control jurídico de la tierra ha tenido una importancia fundamental entre quienes, desde las más variadas vertientes ideológicas, han pretendido reconstruir el pasado rural rioplatense.<sup>1</sup> Tanto a uno como a otro lado del Plata, esa variable aparece como explicación imperiosa aun de procesos de mediano y largo plazo, ignorándose a menudo por completo factores clave como los cambios en la intensidad del uso del suelo, el valor diferencial del mismo según la distancia a los mercados, o suponiéndose que los conceptos burgueses de propiedad de la segunda mitad del siglo XIX tenían plena vigencia antes de ella.<sup>2</sup> Una consecuencia y un emergente es la atención dada a la política de tierras, tanto del estado colonial como de las naciones independientes en construcción durante el siglo XIX. Así, por ejemplo, en la bibliografía referida a la actual provincia argentina de Entre Ríos durante la última etapa del dominio hispánico, se han leído los conflictos entre pobladores como un avatar de un supuesto control latifundista del espacio, logrado gracias a la obtención de títulos (que también se supone otorgaban plena propiedad) en los centros del poder virreinal por parte de grandes comerciantes y estancieros, y del apoyo que la Corona habría otorgado a quienes detentaban las mayores superficies; por el contrario, los labradores y pastores criollos, que la historiografía más clásica no se cansa de remarcar en forma tácita o explícita que eran “españoles” (esto es, “blancos”) e invariablemente de escasos recursos, no contaban con títulos de las tierras que ocupaban y debían por consiguiente sufrir la amenaza o la realidad de la expulsión.<sup>3</sup> Para la Banda Oriental, con aproximaciones al tema más recientes, se ha afirmado incluso la existencia de un perverso proceso por el cual esos ocupantes eran sistemáticamente expulsados a medida que avanzaban los grandes latifundios; éstos, ávidos de posesionarse de los fundos puestos en producción por aquéllos y gozando de los contactos políticos y del pleno manejo de los instrumentos legales necesarios, no encontraban dificultades para tomar posesión de esas tierras. Una vez logrado el objetivo en un área dada, el ciclo volvía a repetirse en otra más lejana, y las vacas reemplazaban continuamente a los hombres y a las sementeras.<sup>4</sup>

Algunas investigaciones han ido mostrando los límites de esas perspectivas y cuánto dejaban fuera de sus explicaciones. Gelman, por ejemplo, sostiene que, a la vez que la oferta de tierras fértiles se mantuvo durante todo el período colonial, existió una cierta complementariedad entre las explotaciones agrícolas y las estancias, lo cual no obstó para

<sup>1</sup> Por ejemplo CÁRCANO, M. A. *Evolución histórica del régimen de la tierra pública 1810-1916*. Buenos Aires: Mendelky, 1917.  
AZCUY AMEGHINO, E. *El latifundio y la gran propiedad colonial rioplatense*. Buenos Aires: García Cambeiro, 1995.

<sup>2</sup> AZCUY AMEGHINO, E. *Op. cit.*  
Crítica en BARSKY, O. La información estadística y las visiones sobre la estructura agraria pampeana. En: BARSKY, O. & PUCCIARELLI, A. (eds.) *El agro pampeano. El fin de un período*. Buenos Aires: FLACSO/ U. B. A., 1997.  
CANSANELLO, O. C. Sobre los orígenes de la sociedad bonaerense. Continuidades y perspectivas. El estado actual de algunas cuestiones. *Anuario IEHS*, Trandil, UNCPBA, n. 12, 1997. p. 80.

<sup>3</sup> PÉREZ COLMAN, C. B. *Historia de Entre Ríos, época colonial (1520-1810)*. Paraná: Imp. de la Provincia, 1936/7.  
PÉREZ COLMAN, C. B. *Entre Ríos 1810-1853. Consideraciones sobre la función histórica, política y social del pueblo entrerriano*. Paraná: Museo de Entre Ríos, 1943. p. 22.

MACCHI, M. E. *Urquiza. Última etapa*. Santa Fe: Castellví, 1954. p. 54-55.

<sup>4</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Bases económicas de la revolución artiguista*. 4. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985. p. 76-77.  
SALA, L. N. & DE LA TORRE Y RODRÍGUEZ, J.C. *Estructura económico-social de la colonia*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1967.

<sup>5</sup> GELMAN, J. *Campeños y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Los Libros del Riel, 1998. p. 127 y ss.

la existencia de conflictos, cuyo carácter fue sin embargo distinto, siéndolo aún más el papel del estado colonial en ellos: al parecer, al contrario de lo pretendido por Lucía Sala y su equipo, las peticiones de tierras de corta extensión se resolvían muy pronto, contra las largas décadas que duraban los trámites de obtención de títulos emprendidos por quienes denunciaban extensiones grandes.<sup>5</sup> Ello, al menos en parte, se debía a la actitud del gobierno colonial, embarcado en una política de inspiración fisiocrática que se buscaba favorecer a los labradores y estancieros de escasos recursos aun en contra de los grandes hacendados, y que resulta patente también en varios informes de la época.

Aquí trataremos de aportar otros elementos de interpretación. Sostenemos en primer lugar que los estadios de ocupación de un territorio dado implicaban asimismo distintos grados de intensidad en el uso del medio, en un proceso continuo de cambio dinámico provocado entre otros factores por las modificaciones en la densidad de esa ocupación. En segundo lugar, que en un área donde confluían actores de distintas tradiciones culturales, las formas de acceso y uso de los recursos estarán a su vez fuertemente influenciadas por esas tradiciones, y por onde su interacción tendrá consecuencias que las afectarán, así como a las alianzas entabladas entre esos actores. Por otra parte, la existencia y el desarrollo de flujos comerciales ligados a la exportación de bienes primarios introdujo, en ese panorama, otros elementos que afectaron asimismo esas formas de acceso y uso de recursos, así como a las relaciones entabladas entre los distintos actores económicos. Y, por fin, el estado colonial estaba embarcado en objetivos de interés estratégico y consolidación fronteriza; factor que explica mejor su política de tierras que los fundamentos ideológicos de la misma, así como el hecho de que esa política termine abruptamente con la rápida derrota en la guerra de 1801, abriendo para el área hispánica platina nuevos horizontes de conflicto. Esa política (y esto es muy importante) introdujo elementos de ejercicio de poder al nivel local, que favorecieron a determinados actores sociales y perjudicaron a otros. Dicho todo ello, como puede imaginarse, el control jurídico de la tierra, si existió en la realidad, no fue en todo caso más que un aspecto muy secundario en ese drama, en modo alguno elemento clave en la comprensión del proceso de paulatino acceso y uso de la misma. El caso que estudiaremos es particularmente útil para poner a prueba estas hipótesis.

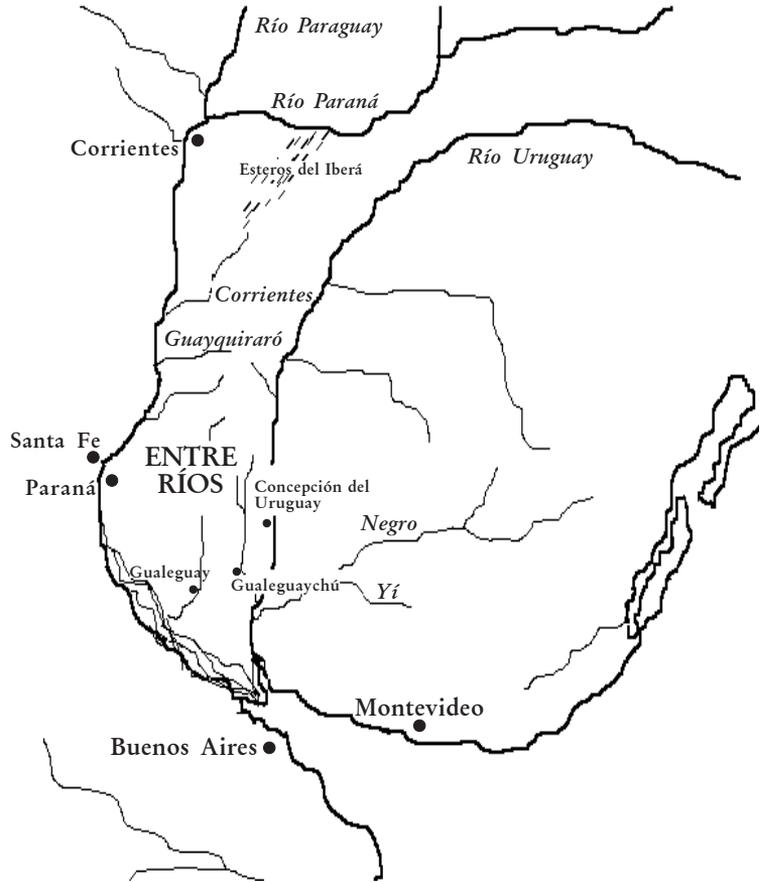


Figura 1: Entre Ríos en la última etapa colonial: el patio trasero del imperio hispánico

El extenso territorio entrerriano, a muy poca distancia de Buenos Aires, y que a través de los grandes ríos tributarios del Plata contaba con fácil acceso al mercado mundial, se mantuvo durante largos siglos en manos de indígenas charrúas. Sólo hacia 1750, luego de una sangrienta campaña comandada por el gobernador de Buenos Aires, éstos fueron derrotados y se abrió para la sociedad criolla la posibilidad de hacer pie allí en forma un poco menos precaria que hasta entonces. En las décadas siguientes el poblamiento fue aumentando en forma lenta; los escasos testimonios nos hablan de un paisaje agreste, desolado y feraz. Al calor del creciente tráfico de ganado hacia el área misionera, el Paraguay e incluso el Alto Perú, o la incipiente demanda de cueros para el mercado atlántico, algunos grandes comerciantes de Santa Fe y de Buenos Aires habían comenzado a solicitar extensos lotes de tierra entrerriana a

las autoridades, o habían adquirido los derechos de antiguos beneficiarios de mercedes reales, interesándose primero en el ganado cimarrón y luego en la cría muy extensiva de animales en estancias sumarias y montaraces. Los escasos inventarios de estancias del período indican una carga ganadera extremadamente baja, con entre el 80 y el 90% del capital invertido en animales, sin dudas un efecto de las aún inseguras condiciones de explotación predominantes.<sup>6</sup> Esta conducta es similar a la adoptada en otras áreas cercanas; como lo ha señalado Helen Osório para Rio Grande do Sul colonial, la inestabilidad de la frontera y la amenaza latente de la guerra determinaron allí el mantenimiento de un alto porcentaje de las inversiones en animales, los bienes muebles de mayor valor de mercado.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> DJENDEREDJIAN, J. *Economía y sociedad en la Arcadia criolla*. Formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750-1820. Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires, 2003.

<sup>7</sup> OSÓRIO, H. A pecuária rio-grandense em tempo de guerra: 1815-1825. Ponencia presentada a las *II Jornadas de Historia Económica*, Montevideo, 1999.

Por ese entonces, desde los antiguos pueblos de las Misiones, azotados por una larga serie de desgracias y desorganizados por la expulsión de los jesuitas, se desgranaban pobladores que se instalaban en las tierras del litoral, y también en Entre Ríos, subsistiendo allí de una naturaleza pródiga y en medio o incluso dentro de las grandes y difusas estancias del área. Hacia finales de la década de 1770 a ese panorama se irían agregando pastores y labradores, considerados “españoles” por las fuentes, es decir supuestamente “blancos” y que participaban cultural y económicamente de las pautas de la sociedad hispano-criolla pero que en realidad en lo étnico podían reconocer los antecedentes más variados, aspectos que no nos interesarán aquí. Provenían de las cercanas campañas de Santa Fe, Corrientes o Buenos Aires, y pondrían en marcha en esas tierras nuevas estancias más pequeñas, más formalizadas y con un uso distinto del espacio, que incluía cultivos para la subsistencia o la venta pero que en realidad estaban en parte importante orientadas hacia la producción de excedentes agroganaderos mercantilizables. Así, lentamente iban surgiendo allí sumarias agrupaciones humanas que luego habrían de dar origen a pueblos.

Esos cambios ocurrían en cierto modo en el marco de un período de expansión poblacional y ocupación o reocupación de tierras patente en diversos lugares del mundo hispánico rioplatense desde finales de la década de 1740. A su vez, en la segunda mitad del siglo XVIII el desarrollo del comercio atlántico ligado a la incipiente revolución industrial y a los avances marítimos ingleses fue ampliando las salidas a la producción pecuaria exportable de la zona, que se agregaron al también expansivo comercio intercolonial llevado a cabo por los viejos circuitos terrestres, con lo cual

la ocupación productiva de esas fronteras encontró más motivos para intensificarse. La sucesión de medidas de apertura relativa del comercio dictadas por el reformismo borbónico se superpuso a esos factores de mercado, logrando al parecer un aumento importante en el volumen del comercio, o al menos canalizar una porción mayor de las transacciones por los mecanismos de tributación legales.<sup>8</sup>

En fin, a todo ello se superpondría la acción del estado colonial. Embarcada en una política de defensa estratégica y consolidación de las fronteras de su imperio, la corona española encaró, sobre todo a partir de la firma del Tratado de San Ildefonso en 1777, la fundación de pueblos en el área limítrofe con Portugal. En esos pueblos nuevos debía establecer su casa la población dispersa; y desde ellos los delegados de la autoridad central podrían controlarlos mejor y organizar con más facilidad la defensa común. De esta forma, hasta 1801 arrecian las ampulosas fundaciones de villas sobre escasas y dispersas poblaciones preexistentes; aun con algunos errores en las fechas, los listados respectivos elaborados por Félix de Azara son por sí mismos una buena muestra. En el área hoy conformada por las provincias argentinas de Corrientes y Entre Ríos y la República Oriental del Uruguay, los puntos en el mapa van surgiendo como hongos, en cadenas cuyo ordenamiento denota entre otras cosas la clara intención de complementar el antemural formado por los ya existentes pueblos de las misiones que habían pertenecido a los jesuitas: dos fundaciones en 1778; siete en 1780; tres en 1781; una en 1782; cuatro en 1783; y una por año en 1791; 1793; 1795 y 1800.<sup>9</sup>

Pero este avance estatal, no apoyado por suficientes recursos como para entablarlo en un pie permanente, debió basarse sobre todo en la conformación y consolidación de grupos locales de poder. Así, a la llegada de delegados eclesiásticos y militares del poder virreinal, siguió el otorgamiento de Cabildos y jefaturas de milicias, es decir instituciones locales de representación municipal, ejercicio de los derechos de vecindad y manejo de tropas, algo bastante absurdo dado que se trababa tan sólo todavía de pequeños villorrios de unos pocos cientos de personas. Entre las prerrogativas de esos Cabildos se encontraba, según las leyes, la de otorgar permisos de ocupación de tierras de sus jurisdicciones, con lo que el control de aquéllos se transformó en un instrumento importante para determinar el acceso fundiario. El estado colonial, en tanto interesado en fomentar el poblamiento de esas áreas de frontera, no sólo

<sup>8</sup> MOUTOUKIAS, Z. El crecimiento en una economía colonial de antiguo régimen: reformismo y sector externo en el Río de la Plata (1760-1796). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIV, Lisboa-Paris, 1995.

<sup>9</sup> AZARA, F. de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. v. 1. Madrid: Sanchiz, 1847. p. 345-346.

no estorbó sino que incluso animó estas prácticas: así, aun las solicitudes de tierras efectuadas en la Capital en vez de las instancias locales eran remitidas a éstas para que dieran su parecer, y es evidente que quienes las presentaban habían previamente recabado el consenso tácito o explícito de las mismas.<sup>10</sup> Es de recordar aquí que, en la Banda Oriental, los intentos de obtención jurídica de tierras presentados ante las autoridades virreinales a fines de la etapa colonial permanecían largo tiempo sin resolverse, planeando sobre ellas el fantasma de un “arreglo de los campos”, esto es, una hipotética redistribución, en parcelas de tamaño medio o pequeño, de grandes extensiones pretendidas individualmente desde años anteriores.<sup>11</sup> Todo esto lógicamente redundó en el afianzamiento del poder de las instancias locales, las cuales pudieron continuar otorgando posesiones precarias de tierras que, aunque faltas de la seguridad jurídica que hubiera otorgado la aprobación por parte de los delegados reales, implicaban para el beneficiario la inmediata puesta en producción y la adquisición de derechos. Esto, como veremos, llevó también a fuertes conflictos en el nivel local.

De todas las fundaciones del período 1777-1801, nos interesan aquí particularmente las de las villas de Gualeguay, Gualeguaychú y Concepción del Uruguay, efectuadas en 1783 en el sur entrerriano por un enviado virreinal, el militar don Tomás de Rocamora, personalidad fuertemente influida por las ideas fisiocráticas y partidario de fomentar desde el estado el poblamiento fronterizo por parte de labradores y pastores.<sup>12</sup> Esa área, como otras de la frontera platina, contaba ya entre sus escasos pobladores con una proporción considerable de indígenas provenientes en su mayoría de las misiones. Hacia 1782-84 puede decirse que la población “estable” (es decir quienes estaban avecindados con casa y familia según las autoridades) formaba en las tres villas unos 250 grupos familiares, con alrededor de un 20% de ellos considerados “naturales”, esto es, indígenas, y el resto “españoles”.<sup>13</sup> Según surge de diversos testimonios, no era nada inusual que los primeros no hablaran el español, reproduciendo en su nuevo hogar distintas pautas culturales y económicas tradicionales. Los estudios etnográficos han marcado la importancia de la agricultura migratoria entre los guaraníes, la cual, como se sabe, consiste en desmontar una porción de selva, quemar las ramas y árboles cortados y posteriormente sembrar sobre el terreno abonado con las cenizas; el consiguiente y rápido agotamiento de las tierras implicaba que el lote pronto debiera abandonarse,

<sup>10</sup> DJENDEREDJIAN, J. *Op. cit.*

<sup>11</sup> GELMAN, J. *Op. cit.*

<sup>12</sup> PÉREZ COLMAN, C. B. *Op. cit.*, 1936/7.  
CHIARAMONTE, J. C. *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII.* Buenos Aires: CEAL, 1982.

<sup>13</sup> DJENDEREDJIAN, J. *Op. cit.*

recomenzándose el proceso en otro lugar. Entre los guaraníes de las misiones, los cultivos particulares (*abambaé*), se efectuaban en lotes que eran repartidos cada año a las familias por los líderes de la comunidad, volviendo luego los mismos al seno de ésta, y efectuándose al siguiente otros repartos.<sup>14</sup> Esta agricultura, incluso dentro del contexto de los pueblos, era sólo una entre variadas formas de obtener el sustento familiar; existía, como se sabe, una muy importante actividad de recolección y caza en los bosques comunitarios, que incluía también el acceso a rebaños vacunos cimarrones, bien que los jesuitas buscaran controlar el mismo. Así, los pueblos misioneros gozaron durante su etapa de crecimiento que va hasta mediados del siglo XVIII de una envidiable dotación de recursos, con grandes zonas de vaquería y dominio, bien que bastante teórico, sobre vastas extensiones de selvas y valiosos yerbales. La relación población/recursos era entonces lo suficientemente favorable como para que la primera se mantuviera abundante; y no es casualidad que sea justamente a partir de 1750, cuando esos recursos se vieron primero amenazados y luego destruidos por avatares políticos, que comiencen a registrarse los primeros síntomas de una caída demográfica ligada ya no a ciclos epidémicos sino a la salida de familias e individuos, que con el tiempo llegará a ser abrumadora.<sup>15</sup>

En los pueblos existían asimismo restricciones al trabajo en beneficio individual, que en parte traducían viejas pervivencias de la importancia del peso de la comunidad (*tupambaé*) en la vida diaria y en la actividad económica. Por otro lado, debe recordarse que demandas de trabajo ligadas al servicio personal que se exigía a los indígenas como raza conquistada y que contribuían también a limitar el tiempo que a éstos les estaba dado ocupar para sí mismos. Son muy interesantes al respecto las reflexiones de Susnik sobre la tendencia de los guaraníes misioneros, hacia fines del período colonial, a vivir fuera de sus pueblos, donde buscaban “tener su pequeño lotecito no por el lote en sí, no por la producción, sino porque en este lote él [el indígena] podía tener un simple *teyupá*, una choza, lo que para él era realmente un *óga* [casa particular independiente], donde podía vivir libre de obligación y fiscalización... y lejos de la sociedad y promiscuidad de los *coty* [casas comunales]...”<sup>16</sup>.

Así, los indígenas migrados al agreste Entre Ríos de finales del siglo XVIII reproducían en sus explotaciones esas pautas culturales y económicas, libres ya de la presión de la comunidad: mucho más alineadas hacia la búsqueda de la subsistencia, con escasos o nulos vínculos con los merca-

<sup>14</sup> NECKER, L. *Indios guaraníes y chamanes franciscanos. Las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*. Asunción: Universidad Católica, 1990. p. 24-25; 156-158.

<sup>15</sup> MAEDER, E. J. A. *Misiones del Paraguay. Conflictos y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madrid: MAPFRE, 1992.

<sup>16</sup> SUSNIK, B. *El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay*. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, 1983. p. 49-54.

<sup>17</sup> AZARA, F. de. *Viajes inéditos de Félix de Azara, desde Santa Fe a la Asunción...* Buenos Aires: Impr. y Librería de Mayo, 1873.

dos externos, con producción agrícola migratoria o esporádica y utilización de una variada gama de recursos del medio, y cuyos miembros varones podían emplearse irregularmente como mano de obra al exterior de las mismas. Sobriedad extrema en las posesiones materiales<sup>17</sup>; en lo productivo, poco más que ocasionales sembrados no distinguibles para un europeo de las matas desordenadas de la selva; algún pequeño animal doméstico y temporadas pautadas de cacería y recolección en el monte. Así surge claramente de testimonios fragmentarios pero elocuentes. Todavía en 1821 Auguste de Saint-Hilaire podía inventariar la existencia de prácticas agrícolas de tipo tradicional, con utilización de recursos de baja intensidad por parte de indígenas entrerrianos que habían emigrado a Rio Grande do Sul en medio de las guerras de la década anterior:

*Vimos, a las márgenes del río, aldeas habitadas por indios guaraníes venidos de Entre Ríos a refugiarse aquí... Al lado de esas chozas miserables hay, generalmente, un galpón donde penden piezas de carne; de vez en cuando, se ven también cultivos de maíz, calabazas y sandías. Raramente se dan al trabajo de cultivar todo el terreno...; en medio de un terreno baldío, abren agujeros, uno al lado del otro, y allí lanzan granos que no paran de germinar, prueba de la inmensa fertilidad del suelo... Recuerdo que, al pasar cerca de un caserío en las proximidades del Rincão, un hombre gritó, reprendiéndome de que no pisara sus plantaciones. Yo procuraba dónde pudiesen estar y veía sólo pasturas, pero, observando en medio de la maleza, descubrí unos plantíos nuevos de sandías sobre los cuales, realmente, mi caballo iba a pisar...*<sup>18</sup>

<sup>18</sup> SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. 2. ed. Porto Alegre: Martins, 1997. p. 216. (traducción al español del autor)

En esa situación, la presencia de familias indígenas en los lindes de las grandes estancias aseguraba a éstas mano de obra eventual sin tener que pagarla durante todo el año, o al menos la posibilidad de contar con ayudantes fortuitos para repuntar el ganado en épocas de dispersión del mismo. La precariedad en la ocupación del espacio reforzaba asimismo esa complementariedad y la facilitaba.

En cambio, los labradores y pastores “españoles” o hispano criollos, cuya presencia va haciéndose cada vez más patente a partir de fines de la década de 1770 y principios de la siguiente, eran fundamentalmente productores en pequeña o mediana escala integrados desde hacía mucho tiempo a las pautas propias de la sociedad criolla, más volcados a la producción mercantil, y que se habían ido desplazando desde áreas cuya disponibilidad de tierras se encontraba ya agotada o cerca de ello, o en las cuales la par-

tición hereditaria los había dejado sin posibilidad de encarar un emprendimiento rentable en la disminuida parcela paterna. Por tanto, intentaban constituir explotaciones agropecuarias de tipo familiar en zonas nuevas y aún no ocupadas, que les permitieran no sólo subsistir sino incluso acumular. Esas explotaciones, aun cuando las especificidades y límites de sus características sean difíciles de establecer, poseían orientación distinta de las encaradas por las familias indígenas o mestizas que existían allí: se basaban mucho más en el uso de la propia fuerza de trabajo familiar dentro de la parcela, con menor oferta hacia el exterior de mano de obra, y estaban más orientadas hacia una producción mixta de un espectro limitado de especies (trigo, maíz, legumbres; ganado vacuno, ovino y equino), dentro de la cual la importancia de la ganadería los vinculaba más fuertemente con el mercado local e incluso mundial, por supuesto que a través de toda una serie de intermediarios ineludibles y acaso onerosos. Es más: no sólo las formas de uso de los recursos sino incluso los conceptos de propiedad ligados a ellas y propios de los hispano criollos eran radicalmente distintos de los prevalecientes entre los indígenas, y reforzaban el hecho de que el trabajo se centrara más intensamente en la propia unidad de explotación, concebida como espacio de uso exclusivo, que en el acceso a múltiples vías complementarias de subsistencia para las cuales el ámbito físico de una estrecha parcela era no sólo insuficiente sino incluso un absurdo albur. El acceso al mercado, a su vez, formaba parte mucho más estructural del planeamiento productivo en tanto se planteaba la producción de excedentes que habría que comercializar, y la acumulación de bienes, al menos bajo la forma de la ampliación del rebaño ganadero.

Esas nuevas presencias no sólo amenazaron el equilibrio anterior en el uso de recursos por la mayor presión que significaron sobre el medio sino también por otros factores más complejos y evidentes. Esos pastores y labradores hispano criollos cosecharían el apoyo del estado colonial embarcado en sueños de defensa estratégica, en tanto se suponía que eran ellos los sujetos primordiales de esa acción y los soldados principales sobre los cuales eventualmente habría de recaer la defensa del imperio, así como sus beneficiarios en tanto miembros de pleno derecho de la comunidad de súbditos del mismo. Además, el hecho de participar plenamente en la cultura hispano criolla no significaba sólo diferencias en la lengua que hablaban, sino también el hecho de que compartieran conceptos jurídicos con los miembros de la élite política virreinal, e incluso que

accedieran plenamente a la cultura legal de la época (bien que quizá no en sus versiones más sofisticadas), con lo que esos pastores y labradores se encontraban mucho mejor posicionados que los indígenas para hacer valer sus pretensiones ante las autoridades.

Los indígenas visualizaron claramente el avasallamiento de su acceso a los recursos por parte de la creciente población criolla. En 1785 un grupo de indígenas se congregó en el monte; en esa asamblea se distribuyeron cargos militares y se eligió un “Protector” a fin de que los representara ante las autoridades de Buenos Aires para “que no se les moleste, ni quite la posesion de sus casas por los Alcaldes de aquella[s] Villa[s]”. La histórica reacción de las autoridades, que entendieron el caso como una sedición y lo compararon con los recientes levantamientos del Alto Perú, indica la importancia del hecho, así como las casi 2.000 fojas de que consta el expediente, que la historiografía tradicional ha soslayado en tanto deja bastante mal parado al héroe epónimo Rocamora<sup>19</sup>. No tenemos aquí el lugar para analizar mejor este importante documento.<sup>20</sup> En todo caso, es de destacar que la población criolla “blanca”, que participaba del mundo de ideas propio de la sociedad de castas colonial, entendía que los indios formaban parte de quienes debían obedecer, y resulta muy evidente en sus producciones legales la intención de dejarlo en claro. Las tareas más bajas del servicio de guardias de Concepción, como acarrear agua y leña, habían sido asignadas exclusivamente a indígenas, negros y mulatos, contrariando reglamentos específicos.<sup>21</sup> También en lo simbólico se repiten pautas de esa particular forma de ver a los indígenas: una representación al Rey fechada en 1805 por los miembros del Cabildo de Concepción del Uruguay exalta el supuesto hecho de que las tierras del área habían sido ganadas a los indígenas a costa de la sangre de sus vecinos, versión cuando menos fantasiosa de la realidad, dado que el sometimiento de aquéllos había sido obra de una expedición militar porteña varias décadas antes de que se asentaran allí los primeros vecinos “blancos”.<sup>22</sup>

En ese conflicto, los grandes hacendados podían incluso convertirse en aliados de los indígenas<sup>23</sup>. La agricultura de subsistencia practicada por éstos no implicaba amenazas a los pastos necesarios a la producción ganadera; por el contrario, la presencia de familias indígenas en los lindes de las grandes estancias aseguraba mano de obra a las mismas sin tener que pagarla durante todo el año. En cambio, la fuerte impronta crítica a los grandes hacendados esgrimida

<sup>19</sup> Archivo General de la Nación, Buenos Aires (en adelante AGN) IX-39-5-4, tribunales, leg. 258.

<sup>20</sup> Remitimos a DJENDEREDJIAN, J. *Op. cit.* donde lo hemos tratado.

<sup>21</sup> AGN IX-3-5-7, Informe de Tomas Antonio Lavin, 29 de noviembre de 1794; AGN IX-3-5-6, Rocamora al Virrey, 3 de noviembre de 1791, y Ximenez al Virrey, 13 de octubre de 1791, todas de Concepción del Uruguay.

<sup>22</sup> POENITZ, E. L. W. E. *Primera crónica histórica de Entre Ríos: la “Representación a Su Magestad el Rey”, del Cabildo de Concepción del Uruguay (1805)*. Concordia: Instituto Regional de Investigaciones Científico-Culturales, 1982.

SALABERRY, J. F. *Los charrúas y Santa Fe*. Montevideo: Gómez & Cia. Impresores, 1926. p. 264 ss.

<sup>23</sup> Es significativo al respecto que Rocamora haya presentado los hechos de la supuesta sedición de 1785, en sus escritos a las autoridades, como una sórdida conspiración en la que tenían parte interesada algunos grandes hacendados, a quienes se refiere con nombre y apellido, aun cuando las pruebas y los argumentos acerca de ello fueran bastante endeble. AGN IX-32-5-4, Criminales, leg. 40, expte. 17, fs. 5 y ss.

por los pobladores hispano criollos del sur entrerriano hacia el momento de la fundación de las parroquias y pueblos, centrada en las supuestas “ansias acaparadoras” de tierra por parte de aquéllos, definía hasta cierto punto las alianzas a establecer, y ha sido origen de una muy larga tradición interpretativa de la realidad rural entrerriana, que repercutía aún en el siglo XX.<sup>24</sup> Las explotaciones de los pastores y labradores criollos sí interferían con las grandes estancias ya que ambos centraban buena parte de su inversión productiva en rebaños de ganado, los cuales competían por los mismos pastos, por el acceso al agua y por los sitios más secos en épocas de humedad. Además, surgían problemas derivados de la convivencia de esos rebaños en grandes extensiones sin cercados: los animales se mezclaban, se hacía difícil identificar los proceos, debían implementarse costosos apartes, y, por fin, era bastante fácil apropiarse del ganado ajeno con mala intención o sin ella: los grandes estancieros al parar rodeo, y arrear hatos considerables entre los que podía encontrarse ganado ajeno; y los pastores medianos y pequeños a través de la sustracción repetida de animales del *stock* del hacendado mayor, cosa a menudo imposible de controlar por parte de éste.

Como es de esperar, los indígenas fueron en ese esquema quienes más que nadie llevaron las de perder. Desprovistos de un buen manejo de las redes de relación locales, más lejos de las formas de súplica que la monarquía gustaba atender, objeto de grosera incompreensión o aun de desprecio, hacia fines del siglo XVIII parecen haber ido siendo desplazados hacia áreas menos útiles del territorio, a las márgenes de sus bosques, o incluso fuera de él. Algunos, sin duda, lograrían permanecer como productores independientes integrándose en el sector hispano-criollo, luego de un “blanqueamiento” que iba más allá de las categorías censales. En Concepción del Uruguay, incluso el líder étnico local estaba más cerca de la nueva sociedad mestiza que lo había acogido bastante hospitalariamente que de sus antiguos compañeros. El cacique don Esteban Aiby, descrito en los autos del proceso de sedición de 1785 como “indio de trato, arrogante parecer, y por mucho el mas venerado entre todos los de su clase, [dado] que fue Corregidor en su Pueblo”, cuatro años más tarde aparece como deudor de un comerciante de Concepción, figurando séptimo en importancia en una lista de 35 personas; él mismo declara en otra ocasión como actividad el comercio, lo cual constituye al menos un indicio de que sus pautas de vida se habían modificado hacia la integración con la

<sup>24</sup> PÉREZ COLMAN, C. B.  
*Op. cit.*, 1936/7.

<sup>25</sup> AGN IX-33-6-5, Hacienda, leg. 55, expte. 1418, fs. 12. A pesar de las solicitudes de los pretendidos sediciosos de 1785, Aiby se desentendió de todo compromiso con ellos.

<sup>26</sup> Censo de 1820, Concepción del Uruguay, originales en el Archivo General de la Provincia, Corrientes. Gentilmente facilitado por Roberto Schmit.

<sup>27</sup> Libro de Cabildo de Gualaguaychú, fs. 9 r.; libros parroquiales de Gualaguaychú, Bautismos de naturales, I, 1777-1818, partida del 17 de enero de 1788, Barbara Tandi. Ambos en Archivo del Obispado, Gualaguaychú.

sociedad que lo acogía<sup>25</sup>. Su familia parece haber continuado viviendo en la zona; en 1820 es censado en Concepción un José Aibi, de 40 años, conchabado como peón<sup>26</sup>. Pero, a partir de fines de la década de 1780 los apellidos indígenas tienden a desaparecer de los libros parroquiales, ya sea por transformación en patronímicos hispanos, o por la partida de esas personas hacia otros horizontes. Lorenzo Tandy, uno de los principales acusados de 1785, registra en enero de 1788 al último de sus hijos en los libros parroquiales de Gualaguaychú; en un acta del Cabildo de ese pueblo fechada en 26 de marzo de 1789 se otorgaban tierras al vecino don Manuel Toribio de Leon en el mismo lugar “donde estuvo Lorenzo Tandi”, advirtiéndole que no instale allí más de mil cabezas de ganado, para evitar perjuicios a los vecinos. El círculo se ha cerrado: en las tierras donde habían vivido Tandy y su familia, ahora desplazados, un advenedizo hispano criollo criará ganados, un *commodity* sin dudas en ascenso<sup>27</sup>. Cuando los portugueses inflijan una rápida derrota a las fuerzas españolas en 1801, los planes de defensa estratégica mediante el poblamiento serán súbitamente abandonados; mientras algunos funcionarios irán tratando de colar medidas favorables a la posesión de tierras por parte de ciertos grandes hacendados ausentistas, los grupos de poder locales formados al calor de esos sueños de defensa continuarán presionando fuertemente para que se los tenga en cuenta; y, al llegar la catástrofe revolucionaria, no será nada casual que el discurso expropiador y redistribuidor de tierras de Artigas encuentre tantos entusiastas justamente entre esos grupos de poder locales de la Banda Oriental y de Entre Ríos.

## A modo de reflexión final

Según hemos visto, los cambios en la ocupación del espacio en una zona fronteriza tuvieron facetas extremadamente complejas, que las visiones tradicionales del proceso han soslayado. En primer lugar, las acciones de los distintos actores cobran nueva luz si pensamos en el papel del estado colonial como distribuidor de elementos de poder y no sólo como objeto pasivo de dominio por parte de un grupo de grandes terratenientes. En segundo lugar, existieron actores ignorados con plenitud, cuya acción caracterizó sin embargo etapas importantes del poblamiento y del grado de uso de los recursos. Más aún, el choque de las distintas tradiciones culturales y concepciones del mundo que esa interacción trajo aparejadas ha sido un fenómeno también

ignorado, fuente de conflictos y cambios cuya resolución no fue en absoluto lineal. En tercer lugar, todo ello nos hace reflexionar seriamente en torno a la importancia que otorguemos a los distintos factores del cambio, y a qué prejuicios y limitaciones están detrás de su definición. El fetichismo ligado a la posesión de tierras resulta más ilógico aún si tenemos en cuenta los distintos elementos por los que pasaban las verdaderas claves de los procesos de cambio, así como sale a la luz la irrelevancia de emplear conceptos fuera de época para definirla. Por último, las categorías étnicas se mezclan con las económicas y sociales, y ello no es nada sorprendente: no debemos olvidar que estamos tratando con una sociedad de castas, donde la determinación del lugar que ocupan las personas tiene que ver con elementos no tan sólo ligados a la actividad económica, la cual incluso puede estar definida o al menos influenciada por aquéllos.

**Julio Djenderedjian** es doctor en Historia, investigador del Instituto Ravignani y profesor de la Universidad de Buenos Aires, Argentina.

[juliodjend@yahoo.com.ar](mailto:juliodjend@yahoo.com.ar)



## LOS PASTORES-LABRADORES DE LAS LOMADAS ENTRERRIANAS GANADERÍA, AGRICULTURA Y MEDIO AMBIENTE EN EL LITORAL ARGENTINO DEL SIGLO XIX

---

*Roberto Schmit*

Una serie de problemas del medio ambiente ha afectado la potencialidad productiva del medio rural rioplatense durante el siglo XIX. El análisis del medio topográfico y de los ciclos de intensas lluvias o sequías puede mostrar cuáles eran desafíos que debieron superar las explotaciones ganaderas y agrar-

rias. En función de aquellos desafíos las limitaciones más significativas se producían en la distribución de las aguadas naturales y la disponibilidad de pasturas para la producción vacuna y ovina. En tanto se observa el efecto de los ciclos de sequías sobre los índices de rendimientos de la agricultura del trigo.

*Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley (Constitución de la Nación Argentina, Artículo 41, 1994).*

## **Introducción**

Tal como lo plantea la actual Constitución Argentina el problema del medio ambiente es una cuestión central para preservar adecuadamente el desarrollo humano y productivo en toda Latinoamérica. Pero aquellos problemas, con otras características y cuestiones, tienen una muy larga historia, dentro de la compleja relación entre los productores rurales y los recursos naturales.

Actualmente una de las vulnerabilidades del suelo fértil de la Argentina todavía es, entre otros factores, el tema de las inundaciones y anegamiento de las tierras de pastoreo o de cultivo. En especial en la cuenca del Plata donde se encuentra un área de riesgo de inundaciones con diversos grados de impacto, que puede afectar principalmente importantes porciones de las provincias de Misiones, Chaco, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe y Buenos Aires. Estas pueden ser afectadas fundamentalmente por las alteraciones del régimen de lluvias en la región y por el desborde de la gran cuenca que forman sus ríos, que como un gran delta, conforman sobre los ríos Paraguay, Paraná y Uruguay.

La principal consecuencia negativa de las lluvias e inundaciones es la degradación de los suelos, con sobre todo la “voladura de campos”, formación de medanos, zanjas y hasta la sedimentación de lagos y de embalses de agua. Con ello la erosión se lleva la fertilidad del suelo aproximadamente veinte veces más rápidamente que si fuera cultivado mediante la mayor intensidad y descuido posible.

Entonces en el área del Plata, como señalamos, existe sobre todo en el Litoral de los ríos una región muy húmeda, con predominio de erosión hídrica, que al caer lluvias fuertes o provocar inundaciones produce impactos directos sobre los terrones del suelo, rompiendo en agregados pequeños la tierra, separando el limo, la arcilla, la arena y la materia orgánica que une habitualmente el terreno produciendo su desfertilidad. Entonces el agua se escurre por la superficie y produce “planchado” del suelo que afecta seriamente los cultivos y el pastoreo. En la medida que las

lluvias son muy fuertes e importante la cantidad del agua acumulada ellas buscan generalmente desplazarse hacia las zonas más bajas del relieve rioplatense. En esa búsqueda el agua tiende a concentrarse en determinados sitios cavando zanjas y produciendo grandes zonas de anegadas y hasta lagunas, dejando esas tierras imposibilitadas para su uso y con graves daños por largo tiempo<sup>1</sup>.

Actualmente el grado de deterioro del suelo debido a la erosión hídrica es de variada intensidad en la Argentina, pero dentro de ella de destacan justamente el sur de Misiones, el noroeste de Corrientes, el centro y oeste de Entre Ríos y el arroyo del medio en Buenos Aires. En especial nos interesa aquí destacar lo que sucede en nuestro caso de análisis que es la provincia de Entre Ríos. La provincia de las 7,8 millones de hectáreas que tiene posibilidad de explotación presenta un 15% con erosión hídrica<sup>2</sup>. Por lo cual los entrerrianos sufren un significativo grado de afección hídrica en su superficie de relieve ondulado, con intensas lluvias en verano y otoño y una baja capacidad de infiltración de sus suelos predominantemente arcillosos, lo que finalmente deja la superficie muy erosionada y en parte anegada. Los cálculos muestran que unas 2,3 millones de hectáreas, el 23% de la superficie provincial, están afectadas por la erosión de diversos tipos<sup>3</sup>.

La erosión de tierras en Entre Ríos resulta un condicionante actual para los rendimientos agrícolas y ganaderos, que en particular afecta a los tres principales cultivos locales de trigo, soja y maíz. Se calcula que en las zonas de erosión moderada se disminuye el rendimiento de las cosechas de aquellos en un 12,1%, 30,5% y 17,1%. En tanto llegan a un 24,4%, 61,5 y 34,2% en las zonas de erosión severa.<sup>4</sup> Por ello las pérdidas económicas son cuantiosas, llegando a representar en el ámbito nacional más de 1,4 millones de toneladas en pérdidas anuales sumando los tres cultivos.

Debido a las pérdidas ocasionadas por erosión se recomienda a los productores de la región poner en marcha una serie de medidas a fin de reducir las pérdidas sufridas, que incluyen: las rotaciones de cultivos para mejorar la fertilidad del suelo y controlar mejor las enfermedades de las plantas. Sembrar de manera perpendicular a la pendiente del terreno a fin de disminuir el escurrimiento del agua. Combinar franjas de cultivos de invierno con los de verano, de modo de tener el suelo cubierto en distintos grados de desarrollo. Instalación de bordes de tierras, o terrazas, perpendiculares a la pendiente para frenar y conducir los

<sup>1</sup> Otro determinante del flujo de agua de los grandes ríos y el clima del Litoral son las grandes usinas hidroeléctricas, de Yacyreta y Salto Grande, que pueden cambiar peligrosamente la secuencia de los caudales de agua de los ríos y alterar la dinámica biológica del medio ambiente.

<sup>2</sup> Entre Ríos presenta 1,2 millones de hectáreas con erosión hídrica, de las cuales 650 mil son moderadas y 550 mil tienen severas consecuencias. PREGO, Antonio. Erosión actual en la República Argentina. Conclusiones y recomendaciones. En: *El deterioro del ambiente en la Argentina*. Buenos Aires: FECIC, 1986.

<sup>3</sup> Estas cifras son sin incluir la zona del Delta del río Paraná, que es un área de islas y de gran anegamiento.

<sup>4</sup> IRURTIA, Carlos. *Influencia de los procesos de degradación del suelo en el rendimiento de los cultivos*. Buenos Aires: Archivo del Instituto de Suelos, 1993.

excedentes hídricos hacía canales de desagüe. En conclusión se puede decir que frente a las circunstancias ambientales la propuesta actual es tratar de pasar de una agricultura tradicional a una que tenga como objetivo además de la explotación coyuntural, la de conservar el medio ambiente apto para tener continuidad de uso, manteniendo en los rendimientos y capacidades de producción.

Ahora bien, hemos mencionado brevemente algunos de los problemas recientes de la erosión y el efecto en los rindes de los cultivos en el Litoral argentino, pero estas cuestiones no son sólo desafíos contemporáneos pues las dificultades ya estaban presentes en los ciclos productivos rurales y en las estrategias productivas del siglo XIX, como intentaremos presentar a continuación.

### **Un poco de historia: los desafíos de los pastores y labradores entrerrianos en el siglo XIX**

Entre Ríos es un territorio formado por una llanura sedimentaria originada por erosión, levemente ondulado de alturas no superiores a los 100 metros, pero con lomadas continuas que constituyen una prolongación del relieve presente ya en los territorios vecinos del norte que al ingresar a la provincia se dividen en dos grandes brazos. La base de la llanura es de origen precámbrico sobre cuya superficie se fueron depositando los sedimentos afectados por los movimientos epirogénicos, especialmente por formaciones del período Cenozoico que sufrieron ingresiones marítimas.

Entonces, por las características de su conformación en el terreno entrerriano predominan las lomadas, que en el lado occidental del Montiel van en dirección sudoeste para llegar hasta el arroyo Hernandarias y el brazo oriental al sudeste que llega hasta el Departamento del Uruguay. Esas lomadas determinan una divisoria de aguas de numerosos arroyos y ríos que recorren el interior de la provincia, con pendientes que van desde el centro hacía el oeste hacía al río Paraná y hacía el este al río Uruguay y Gualeguay. Además existen otras tres lomadas que se prolongan en dirección norte-sur; la primera entre los arroyos Nogoyá y Clé, la segunda entre el arroyo Clé y el río Gualeguay, y una tercera entre el río Gualeguay y Gualeguaychú. Por todo ello las lomadas también son muy marcadas en los Departamentos de Diamante, Victoria y Gualeguay.

Asimismo se combina otro factor topográfico resultado de que a lo largo de buena parte de la costa del río Paraná la misma es alta y barrancosa, hasta Diamante a partir

de donde la altura de la costa va bajando hasta llegar a la planicie del delta. Pero ello en buena parte de ese territorio occidental el agua tiene escaso escape y queda muchas veces atrapada entre las lomadas del interior del territorio.

En tanto el clima de la provincia presenta dos tipos básicos, uno subtropical con estación cálida y otro sin estación cálida. El subtropical con estación cálida afecta al norte de la provincia lo que determina un clima seco y caluroso que afectaba a La Paz, Federación, Federal y Feliciano. Allí los inviernos son suaves y los veranos con promedio superior a 26 grados de temperatura, con precipitaciones que superan los mil milímetros y predominio de vientos norte y noreste. En tanto hacia el sur predomina el subtropical sin estación cálida con temperaturas entre 19 y 23 grados en verano y 7 a 10 grados en invierno, allí las lluvias tienen promedios inferiores a los mil milímetros anuales.

Con todas aquellas características la provincia durante el siglo XIX solía tener a menudo problemas tanto de sequías o falta de humedad adecuada para explotar la agricultura, como también de exceso de agua que en las zonas bajas de las lomadas podía llegar a sostener inundaciones, producto del desborde de los ríos o de intensas lluvias durante la estación húmeda. De modo que los productores rurales enfrentaron un doble desafío de luchar contra la falta o el exceso de agua.

Dentro de aquel espacio la economía rural entrerriana comenzó su puesta en producción, desde 1780, durante las últimas décadas de la época colonial.<sup>5</sup> Para más tarde, durante las primeras décadas del siglo XIX, sufrir un fuerte retroceso productivo fruto de los múltiples efectos disruptivos del accionar “revolucionario”, pero muy pronto desde 1830 se retomó una nueva etapa de crecimiento productivo pecuario que colocó a la provincia hacía mediados de la centuria como la segunda potencia rural del Río de la Plata.<sup>6</sup>

Hemos planteado que aquel ciclo económico tuvo un patrón productivo determinado solo en parte por los incentivos emanados por la demanda de los mercados externos, pues si bien aquellos siempre constituyeron una referencia central sobre que tipos de productos que podían integrarse con relativo éxito a las plazas mercantiles del atlántico, fueron los factores locales emergentes de una particular oferta de recursos productivos y de la puesta en marcha de un conjunto de políticas institucionales “tradicionales” las que impulsaron sobre todo a la dinámica de la ganadería entrerriana. Aquellos factores pecuarios operaron en un

<sup>5</sup> DJENDEREDJIAN, Julio. *Economía y sociedad en la Arcadia criolla*. Formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750-1820. Tesis Doctoral, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2004.

<sup>6</sup> SCHMIT, Roberto. *Ruina y Resurrección en Tiempos de Guerra*. Sociedad, Economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

contexto institucional sumamente inestable, por la convivencia del ciclo productivo con una extensa coyuntura de guerras e inestabilidad en el interior del territorio provincial, lo cual acentuó aun más la preferencia por la cría extensiva del ganado durante aquella época.

De modo que el crecimiento pecuario entrerriano se debió esencialmente al aprovechamiento de la abundancia de oferta de sus recursos naturales a bajo costo (tierras con buenas pasturas y aguadas), las que junto al fomento y subsidio brindado por las políticas institucionales provinciales para acceder a las tierras públicas y atraer mano de obra incentivaron la puesta en producción de la ganadería. Ello ocurrió en un contexto de frontera abierta con una amplia tolerancia de las autoridades al usufructo de las tierras estatales, todo lo cual logró impulsar una ganadería absolutamente extensiva basada en el aprovechamiento de los pastos y de procreo del ganado alzado. También se sumó el rol estatal de “administración” de los brazos disponibles, ampliando la oferta de trabajadores para las empresas rurales a través del “concierto” de trabajo rural organizado desde las milicias provinciales, las que lograron volcar excedentes de trabajadores a precios razonables a los principales establecimientos. Todo ello fue completado por los elencos gobernantes de la época con el sostenimiento de una agresiva política encubierta de “puertos abiertos”, que permitió a los entrerrianos comercializar casi sin interrupciones sus exportaciones ganaderas en los puertos de Buenos Aires y Montevideo.<sup>7</sup>

Asimismo durante aquella etapa de la era decimonónica en la frontera rural entrerriana fue todavía absolutamente complementario el crecimiento de las principales empresas pecuarias de los estancieros con el poblamiento y la puesta en producción de las nuevas franjas de tierras de la frontera por parte de los pequeños productores familiares campesinos, ya fueran aquellos pastores o labradores. Por ello existió una persistencia y convivencia, de los primeros en la zona sur de más antiguo ocupación y de los segundos en la zona norte de la nueva de la frontera rural, que tuvieron diferentes tipos de estrategias productivas, de acceso y usufructo de las tierras (en propiedad, en ocupación reconocida o simplemente en ocupación) y una cierta complementariedad (intermediada por las instituciones públicas) entre ocuparse en el trabajo familiar y en el “concha-bo” en las estancias.

Entonces, por los rasgos señalados resulta claro que la estrategia fundamental de los entrerrianos luego de la

<sup>7</sup> SCHMIT, Roberto. Los caminos al mercado en el alto Uruguay: comercio y política mercantil del Oriente Entrerriano en tiempos de guerra. *Anuario Centro de Estudios Históricos*, Córdoba, n. 2-3, 2003.

Revolución de independencia fue una economía rural, que en “tiempos de guerra”, se volcara hacia la explotación de los recursos abundantes y baratos a través de una ganadería extensiva que se reproducía con stock ganaderos casi enteramente alzados en los establecimientos rurales. Al tiempo que se dispuso de políticas estatales para subsidiar: el acceso a menores costos de la mano de obra, de tierras y de medidas de gobierno para apoyar de modo irrestricto con políticas fiscales, monetarias y mercantiles el abaratamiento del acceso al mercado de mercancías. De modo que todas aquellas características definieron el tipo de crecimiento, las escalas iniciales de inversión y las estrategias de los “empresarios”. Por lo cual en la organización de las tareas de las estancias coexistió una combinación de nuevas pautas propias de la demanda del mercado exportador (tipos de productos dominantes como fueron los cueros, tasajo u otros derivados pecuarios), como otras pautas tradicionales surgidas de la particular oferta de recursos y subsidios estatales del contexto local.<sup>8</sup>

Pero el alcance a largo plazo de aquella modalidad de producción vacuna con estímulos combinados del mercado y de las instituciones locales, así como la convivencia entre el crecimiento de las “empresas” rurales y de las actividades de producción doméstica de los campesinos, encontró límites en su reproducción desde mediados del siglo XIX. Pues desde entonces no sólo fueron cambiando los tipos de demandas del mercado externo, sino que también cambiaron las escalas necesarias para de producción de las haciendas rurales. Desde entonces se consolidaron las estancias de ganado vacuno pero emergieron nuevos tipos de demandas por parte de los saladeros y muy pronto también surgieron cambios sustantivos en la organización de la producción de ovinos para la exportación de lanas. Por todo ello comenzó a abrirse paso una nueva etapa para la cual se volvieron más relevantes las estrategias del uso más eficiente de los recursos naturales de tierras y pastos<sup>9</sup>, planteando limitaciones y fricciones a la interacción entre los diversos componentes de la sociedad entrerriana<sup>10</sup>.

### La ganadería vacuna y ovina en Entre Ríos

A mediados del siglo XIX la provincia contaba con un stock de 1,5 millones de vacunos y unos 1,6 millones de ovinos. Pero estos tenían un reparto desigual dentro del territorio, pues desde la década de 1840 había comenzado a explotarse el lanar sobre todo en los Departamentos del oriente en Concordia, Concepción del Uruguay y Guale-

<sup>8</sup> SCHMIT, Roberto. *Fronteras rioplatenses: Ocupación del espacio y estructura socio-ocupacional en el Oriente entrerriano (1820-1850)*. En: GELMAN, Garavaglia y Zeberio (comp.). *Expansión capitalista y transformaciones regionales*. Buenos Aires: Ed. La Colmena-IEHS, 1999.

SCHMIT, Roberto. *Empresarios en tiempos de guerra: comercio y producción rural en el Río de la Plata, 1830-1850*. En: JUMAR, F. (ed.). *Empresarios y empresas en la historia Argentina*. Buenos Aires: UADE, 2002.

<sup>9</sup> En Entre Ríos predominaban los pastos de gramilla, alferrillo, cola de zorro y flechilla todos aptos para vacunos y menos aptos para los ovinos.

<sup>10</sup> Entre las principales transformaciones de la época están las nuevas normativas sobre conchabo, vagancia, tránsito y delitos que regularon desde 1849 en adelante las relaciones laborales de la campaña entrerriana. Así como las leyes de tierras de 1861 que cambiaron los derechos de acceso, usufructo y propiedad de las tierras. SCHMIT, Roberto. *Derechos, disciplina y cultura del trabajo rural a mediados del siglo XIX. Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, n. 23, 2002.

guaychú, que era por entonces la zona más pujante de la ganadería entrerriana. No obstante ello hasta mediados de los años 50 las principales zonas productivas rurales tenían como base principal la explotación de los vacunos y la exportación de cueros, sebos, grasas y carnes. Pero lentamente en las décadas de 1860 también el lanar iría en expansión hacía otros Departamentos, tanto en la nueva frontera como sobre todo en las zonas de antigua ocupación. De ese modo para la década de 1870 además de los departamentos antes mencionados los carneros se habían extendido a zonas nuevas como Gualaguay, Nogoya y Victoria, que también habían experimentado un sólido incremento en sus stock de lanares.

En términos de carga ganadera para 1861 daba como resultado que había 0,18 vacunos y 0,20 ovinos por hectáreas en la provincia. Cifras que nos marcan una ganadería aún muy extensiva y con mucho menor carga de ganado que la principal productora de la época, pues en Buenos Aires ya entonces alcanzaban una carga de 2,5 de ovinos y 0,34 de vacunos por hectáreas. No obstante aquel carácter muy extensivo de ganadería entrerriana había múltiples tipos de problemas a la hora de organizar los rebaños para el pastoreo. Los problemas básicos eran la disponibilidad de aguadas todo el año y la desigual distribución y calidad que tenían las pasturas de acuerdo con las zonas altas o bajas del territorio.

Los problemas más serios se presentaban en terrenos con grandes lomadas que en las estaciones de lluvias sufrían la muerte de numerosas cabezas de ganado lanar. Así por ejemplo en el caso de una explotación en tierras de lomadas muy bajas como Concepción del Uruguay se señalaba que en sólo unos meses, entre marzo y septiembre de 1864, se habían muerto 538 cabezas de corderos, la mayor parte de ellas por las condiciones climáticas y las fuertes tormentas. Esto representaba una pérdida del 5,5% del stock, lo que resultaba una pérdida importante para los pastores de la región<sup>11</sup>.

Pero mucho más serio resultaba el problema de la disponibilidad de pasturas y aguadas para los vacunos y lanares. Durante el siglo XIX fue frecuente la presencia de inundaciones en la época de lluvias y de sequías durante la estación seca. Por ello fue común que el agua se repartiera de manera muy desigual en el territorio. Una de las soluciones para esa variabilidad fue la disponibilidad de tajamares que permitieran disponer de aguadas más permanentes para los animales<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Cuentas de R. K. Barbour en sociedad con J. J. Urquiza, Archivo Histórico del Palacio San José, Caja 139, carpeta 672.

<sup>12</sup> Los tajamares eran construidos por los hacendados y consistían en lagunas o pozos muy grandes que juntaban agua en la época de lluvias para disfrutar de aguadas en los restantes meses más secos.

Pero los problemas de pasturas y aguadas fueron un problema de difícil solución en aquellas décadas. Varias cuestiones resultaban singulares de resolver:

1. Por una parte en la época de seca, el ganado debía ser trasladado rápidamente grandes distancias en busca de aguadas, por lo cual para esta economía ganadera, que deseaba dejar atrás la época de animales alzados y de baja calidad y pretendía organizarse más selectamente en rodeos vacunos y majadas de ovejas, resultaba difícil mantener el control adecuado sobre el ganado. Si bien en estas décadas comenzaba a instalarse el alambrado, este aún era escaso y la mayor parte de los campos contaban con cercados y ramadas, las cuales eran rebasadas por los rebaños.

2. Solía ser frecuente que el ganado se agrupara en los sectores de mayor acumulación de agua, lo que entreveraba los animales y consumía rápidamente los pastos disponibles en esas zonas.

3. La dispersión de los animales encarecía la producción por los gastos de mano de obra, pues dificultaba la vigilancia y la junta de los rodeos.

4. A menudo también se provocaban altercados entre los productores a la hora de la separación de las cabezas y sobre la propiedad de los corderos y terneros de las pariciones nuevas.

Todas aquellas cuestiones fueron preocupaciones permanentes de las autoridades de la campaña entrerriana. Ellas eran señaladas en 1861 con mucha claridad por el jefe político del Departamento de Nogoyá quien decía:

*Esta seca que causa cada año perdidas tan grandes en la principal industria de la provincia debe llamar muy seriamente la atención del Superior Gobierno y hacerle conocer la necesidad de dictar las medidas convenientes para atenuar al menos los estragos que causa. Dos son los puntos principales a que deben tender las medidas gubernamentales, proveer de agua a los campos y garantizar al propietario las haciendas que emigran a otros distritos o Departamentos por falta de agua o pasto. Lo primero sería fácilmente remediado haciendo que los estancieros formasen uno o dos tajamares en su campo, obras que todos se hallan en estado de hacerlas pues con la pequeña cantidad de 25 pesos pueden formar un tajamar que les dure dos o tres años y aun más si tienen cuidado de no dejarle destruir. Esta medida debe ser obligatoria para todos, pues de otro modo no produciría resultado alguno. Hoy todos conocen la necesidad de esa medida y la piden con insistencia, sin embargo de que ninguno se dedica a poner el remedio, prefiriendo sufrir cada año las perdidas consiguientes a la emigración de las haciendas y aun*

*se ha visto algunas deshacer las que tenían hechas. La razón de esta incurria y aparente abandono que ha primera vista parece sin disculpa es los perjuicios que se causan a los dueños de tajamares por la falta de ellos en los campos vecinos. Durante la seca todas las haciendas vecinas se reúnen en el campo que tiene tajamares en busca de agua, y consumen los pastos, y cuando llueve se encuentra el dueño del tajamar en la precisión de salir con sus haciendas por falta de pasto, cuando todos los demás tienen pastos y aguas.*<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Informe del Jefe Político del Departamento de Nogoyá, Evaristo Martínez, al Ministro General de la Provincia. Archivo Histórico de la Provincia de Entre Ríos, Gobierno. Serie VII, legajo 5, año 1861.

Asimismo en la estación de lluvias el caudal de agua podía anegar territorio en lo bajo de las lomadas y ser un obstáculo al tránsito del transporte en el interior de la provincia. Estas cuestiones también estuvieron en las agendas de las autoridades desde mediados del siglo XIX, por lo cual expresaban:

*Se carece de buenos pasos en algunos arroyos, pero no reclaman con tanta urgencia una mejora como el paso del Sauce en el río Gualaguay, en donde podría construirse un puente para facilitar el pasaje que llena de inconvenientes a los transeúntes, y con especialidad a los que pasan con carruajes. El paso es sumamente necesario desde que es la vía mas precisa de comunicación para todos los pueblos de la provincia.*<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Informe del Jefe Político del Departamento de Gualeguaychú, Juan José Paso, al Ministro General de la Provincia. Archivo Histórico de la Provincia de Entre Ríos, Gobierno. Serie VII, legajo 5, año 1861.

## Los labradores-pastores

La evolución de la producción agrícola entrerriana mantuvo una presencia destacada pero solamente dentro de las pequeñas producciones destinadas para el autoconsumo en manos de pastores-labradores, por lo cual fueron bastantes estrechos los excedentes que iban en búsqueda del mercado urbano local o regional, de modo que su desarrollo no se dio a una escala “empresarial” semejante a la actividad pecuaria. Así lo manifestaba claramente en 1861 las autoridades provinciales:

*La agricultura necesita ser estimulada para que pueda desarrollarse. Hasta ahora se halla generalizada pero con los únicos efectos de consumo doméstico o recreo, pero no puede como he dicho antes considerarse un ramo de comercio. Algunas disposiciones gubernativas en pro de las agriculturas les haría dar mas extensión a sus sementeras o producción una verdadera riqueza para el Departamento.*<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Informe del Jefe Político del Departamento de Nogoyá, Evaristo Martínez, al Ministro General de la Provincia. Archivo Histórico de la Provincia de Entre Ríos, Gobierno. Serie VII, legajo 5, año 1861.

Por otro lado la distribución de la producción nos muestra que fueron también unos pocos grandes hacendados los que generalmente producían en sus establecimientos

importantes cantidades de trigo y maíz para abastecer a las ciudades y sus villas cercanas. En términos absolutos la producción total de trigo de la provincia para mediados del siglo XIX apenas alcanzaba las 16 mil fanegas para alimentar a la población provincial lo que daba una media de menos de un tercio de fanega per cápita. Obviamente sucedía que el consumo alimenticio de la mayoría de los habitantes rurales de la región no dependía en gran medida del trigo, pues en estas tierras jugaba un rol muy preponderante una sólida tradición de producción y consumo de maíz y sobre todo en la zona norte del uso de la fariña de mandioca<sup>16</sup>.

Si atendemos, sobre la base de las pocas estadísticas disponibles a la distribución de la producción en términos del territorio provincial podemos observar importantes diferencias dentro del mismo: así mientras en el Oriente entrerriano se destaca con mucha más fuerza la producción ganadera, la zona occidental del Paraná, que incluía sus seis Departamentos subalternos, se caracterizaba por una mayor producción agrícola, que aportaba más del 70% de la producción de todo el trigo cosechado en la provincia. Aquella producción además de alimentar el mercado local encontraba también algunas posibilidades de llegada en los mercados urbanos de Santa Fe y Buenos Aires.<sup>17</sup>

Así que, en Entre Ríos existía un extenso número de pastores-labradores que producían algunas muy pocas fanegas o almudes de trigo, principalmente para su propio consumo. Pero además ellos dedicaban buena parte de sus actividades agrarias a producir otro tanto de maíz y mandioca. Para estos productores fue muy significativo el trabajo sobre la base del cultivo de rosas en pequeñas parcelas de tierra que iban abriendo en diferentes territorios año tras año. Para su explotación en la mayor parte del tiempo se utilizaba el trabajo familiar de mujeres, niños y agregados, en tanto para las cosechas se necesitaba la cooperación entre los vecinos. Por ello para este conjunto de productores pobres el acceso a las tierras públicas, el trabajo doméstico, los bajos requerimientos de la mandioca y el maíz junto a la posesión de pequeñas tropas de ganado les permitió sostener su universo de producción activo para mantener sus necesidades primarias, superando los efectos del reclutamiento permanente de los hombres para las milicias y de las condiciones oscilantes de la producción agraria.

En cuanto a los límites de la agricultura comercial, el pobre crecimiento de los volúmenes de la producción a largo plazo no solo estaban vinculados a lo estrecho de la demanda del mercado local, sino sobre todo a que existieron

<sup>16</sup> Informe del Jefe de Policía al Gobernador. AHER, Gobierno, serie XII B, Carpeta 1. Legajo 6.

<sup>17</sup> En 1849 los departamentos del Paraná aportaron 15075 fanegas de trigo: Nogoyá 4205, Victoria 3144, La Paz 2410, Diamante 1740, Tala 1441, Paraná 1372 y Gualeguay 763. En tanto los del Uruguay aportaban 1359 fanegas: Concepción del Uruguay 808, Gualeguaychú 329, Arroyo Grande 98, Villaguay 62 y Concordia 62.

condicionantes ambientales y de mercado que sin duda afectaron su estabilidad y perspectivas de rentabilidad a mediano y largo plazo. Por una parte, a la ya estructural restricción de capital y de oferta de brazos, desde fines de la década de 1830 los reclutamientos militares masivos y por largos períodos de duración de los mismos dificultaron las escalas de producción que iba mas allá de los núcleos familiares. A pesar que en algunas ocasiones el gobierno pudo otorgar licencias para las labores agrícolas, las autoridades apelaron con mas frecuencia a la colaboración mutua entre los productores, ordenando a toda la población que no estaba enrolada prestara auxilio a sus vecinos. Pero aquellas buenas intenciones no brindaron necesariamente un auxilio laboral concreto para una demanda muy estacional de trabajo, por lo que la agricultura no resultó en esos años una de las actividades beneficiadas.

Pero mucho mas grave fueron las falencias ambientales que generaron magras condiciones de rendimientos y rentabilidad de los granos, fue evidente que ellas estuvieron continuamente presentes durante el ciclo agrario. Sabemos a través de los relatos de la época que la región sufrió permanentemente de sequías y plagas de langostas. Por lo cual la producción de trigo y maíz se habría visto afectada casi de manera permanente desde 1830 a 1850 por ciclos de duras sequías en los meses claves del ciclo agrario que sufrió la zona. A lo que se agregaban regularmente enormes mangas de langostas que a partir sobre todo de los meses de julio, agosto, septiembre y en ocasiones en octubre aparecían regularmente procedentes de las regiones de montes del norte de la provincia que provenían del Chaco. De ese modo parece claro que además de los condicionantes de la estrecha demanda del mercado y de la escasa oferta de mano de obra, fueron sustanciales los bajos rendimientos, las plagas y las malas condiciones climáticas las que afectaron de manera regular y significativa la rentabilidad de los granos, volviendo mucho más azarosa y perjudicial la “empresa” económica cerealera que la pecuaria. Aquello era manifestado aún en las zonas más ricas del mundo rural entrerriano de la siguiente manera:

*Aunque la agricultura no se ha dado el impulso que es de desear, atendida la facilidad de nuestro suelo [...], en que la falta de buenas semillas, las frecuentes secas, la langosta hacía que los cereales no produjesen lo bastante para el consumo interior del Departamento.*<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Informe del Jefe Político del Departamento de Concepción del Uruguay, Pedro M. González, al Ministro General de la Provincia. Archivo Histórico de la Provincia de Entre Ríos, Gobierno. Serie VII, legajo 5, año 1861.

Finalmente para confirmar aquellas dificultades, descriptas por las fuentes cualitativas, que presentaba el medio natural al éxito de la agricultura entrerriana, nuestros cálculos recientes de rendimientos agrícolas para una fecha tardía como 1870 nos muestran todavía una media de 13 fanegas, lo que sitúa la productividad de esta agricultura en rindes similares a los tradicionales que se obtenían a fines de la época colonial en el área bonaerense.

Por todo lo señalado aun ya entrando en la era de la gran expansión cerealera y de carnes de la Argentina, luego de 1880, en Entre Ríos restaba superar problemas básicos con relación al medio ambiente. Ellos eran sobre todo una mejor disponibilidad de las aguadas y una más racional distribución de las pasturas para la ganadería, así como revertir las sequías durante los ciclos de producción de la agricultura. Aquellas cuestiones seguramente no fueron factores ajenos al menor peso y limitaciones que tuvo por entonces aquella provincia en relación al mejor desempeño sostenido de las provincias vecinas en Buenos Aires y Santa Fe que lideraron a fines del siglo XIX la gran expansión de producción rural.

### **Consideraciones finales**

Hemos intentado mostrar que los problemas referidos al medio ambiente son y han sido significativos en limitar la potencialidad productiva y humana de la producción rural rioplatense. Ya sea por la actual erosión hídrica o por los ciclos de intensas lluvias o sequías, continúan siendo un desafío el poder poner en marcha políticas que superen el marco de explotación tradicional y pongan en movimiento formas más adecuadas de explotación privadas y de obras públicas, que nos permitan al mismo tiempo disponer de un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para el despegue de las actividades productivas, que puedan satisfacer las necesidades presentes sin comprometer las posibilidades de recursos de las generaciones futuras.

**Roberto Schmit** es doctor en Historia, investigador del Instituto Ravignani y profesor de la Universidad de Buenos Aires y de la Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina.  
rschmit@ungs.edu.ar



## LA OCUPACIÓN DEL ESPACIO Y LA FORMACIÓN DE PAISAJES AGRARIOS EN EL URUGUAY

---

*María Inés Moraes*

La cuestión de la ocupación del territorio y la cuestión de la formación y características del paisaje agrario en la Banda Oriental son dos temas que cuentan con una versión establecida de fuerte arraigo académico en las ciencias sociales uruguayas. Según ésta, el territorio se pobló tardíamente, en un proceso de ocupación del espacio de sur a norte, protagonizado centralmente por hombres blancos. Luego de someter la visión establecida a una crítica metodológica, se propone una estrategia alternativa basada en dos giros analíticos: un giro geográfico,

que consiste en poner el foco en sucesos y procesos ocurridos al norte del Río Negro en los siglos XVII y XVIII, y un giro temático, que consiste en subrayar la cuestión étnica presente en la ocupación original de ese espacio. Este esfuerzo pretende demostrar que es posible, apenas modificando algunos puntos de vista establecidos y utilizando bibliografía y fuentes editadas difundidas hace mucho tiempo, obtener un relato diferente sobre el proceso de ocupación del territorio, con fuertes implicancias sobre la identificación y caracterización de los paisajes agrarios.

## 1 La visión dominante sobre la ocupación del espacio

En otro lugar se ha señalado que la historiografía uruguaya que se ocupó de la economía y la sociedad rurales durante los períodos pre-modernos – antes de 1860 – se despliega sobre una *mainstream* y una *periferia*; dos cuerpos de conocimiento histórico de difícil comunicación entre sí, y con impactos desiguales sobre el conjunto de las ciencias sociales, y sobre la sociedad en general. Allí se argumentó que la *mainstream* estatuyó un relato sobre la ocupación del espacio y la apropiación original del suelo uruguayo que devino dominante, mientras que los aportes de la historiografía *periférica* sobre un amplio conjunto de temas rurales han sido frecuentemente apropiados por investigadores y maestros para ilustrar aspectos parciales del proceso, sin apercibirse de que a menudo unos y otros aportes se contradicen en cuestiones fundamentales.<sup>1</sup>

Esquemáticamente, la visión dominante establece que, en un primer momento (hacia el siglo XVII) y sobre un “vacío demográfico” inicial se desarrolló en territorios de lo que hoy es el Uruguay una actividad económica extractiva (la *vaquería*) de muy baja absorción laboral y escasos eslabonamientos productivos, que no fue suficiente para inducir a la ocupación sistemática del territorio por parte de la Corona española. Recién en 1680, cuando los portugueses fundaron Colonia del Sacramento casi a las puertas mismas de Buenos Aires, el temor al corrimiento definitivo de la frontera entre los dos imperios ibéricos avivó el interés español por poblar la franja norte del Río de la Plata, y comenzó el proceso de ocupación oficial de lo que hoy es territorio uruguayo. A partir de la fundación de Montevideo en la tercera década del siglo XVIII, se registraron oleadas sucesivas de ocupación del territorio desde el Sur hacia el Norte que todavía hacia 1800, es decir muy cerca del fin de la dominación española del territorio, estaban teniendo lugar.

Este relato contiene tres componentes interpretativos centrales sobre el proceso de poblamiento del territorio que hoy es el Uruguay: a) que fue un proceso tardío, cuando ya había entrado el siglo XVIII a consecuencia del “calentamiento” de la frontera inter-imperial<sup>2</sup>; b) que *el ganado precedió al colono*<sup>3</sup>, frase que resume cabalmente la convicción de que en estos territorios antes que hombres hubo riqueza (ganadera), y de que aquellos vinieron tras ésta; c) que el territorio al norte del Río Negro fue marginal en cuanto al proceso inicial de poblamiento y valorización del

<sup>1</sup> MORAES, M. I. La historiografía de Pivel Devoto sobre el agro colonial en la Banda Oriental: un estudio de “Raíces históricas de la revolución oriental de 1811”. *Boletín de Historia Económica*, Montevideo, n. 3, 2004.

<sup>2</sup> REYES ABADIE, W; BRUSCHERA, O. & MELOGNO, T. *La Banda Oriental, pradera, frontera, puerto*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1966.

<sup>3</sup> CAMPAL, E. *Hombres, tierra y ganado*. Montevideo: Talleres Gráficos 33 S. A., 1962.

territorio, de modo tal que siguió siendo hasta mucho después el refugio natural de tribus indígenas resistentes a la dominación blanca, y de un conjunto heterogéneo de población trashumante dedicados a formas marginales (económica y socialmente hablando) de vida.

Esta versión de un proceso *tardío* (porque comienza penosamente en 1680) de ocupación del territorio, *blanco* (porque tanto los colonos portugueses de Colonia del Sacramento como los canarios de Montevideo – protagonistas principales de la historia del poblamiento – son europeos) y *sureño* (porque el escenario del proceso es la franja ríoplatense del territorio), no es en verdad ni la historia del poblamiento de *todos* los territorios que hoy son parte del estado uruguayo, ni es *inicial*. Como se verá en el apartado 3, es en realidad la historia del poblamiento de la antigua jurisdicción de Montevideo, que tuvo lugar cuando algunas zonas norteañas del actual Uruguay ya habían sido ocupadas y valorizadas por otros pueblos.

## 2 La visión dominante sobre el paisaje agrario

Este relato sobre la ocupación del espacio conlleva un relato sobre la formación de paisajes agrarios, también dominante. En síntesis, se describe la formación en todo el territorio de un *paisaje agrario predominante* en el cual (a) el uso del suelo es hegemonizado por formas rudimentarias de explotación ganadera vacuna en detrimento de la agricultura y de otras formas de ganadería, (b) la estructura de la propiedad territorial se caracteriza por la presencia ubicua y central del latifundio como unidad productiva esencial del sistema productivo vigente, y (c) las estructuras productivas ganaderas se articulan con el capital mercantil de las ciudades-puerto (Buenos Aires y Montevideo), dando la espalda a un interior semi-despoblado y económicamente desarticulado, en el cual la formación de mercados de bienes y factores agrarios encuentra innumerables dificultades.

### a) *El uso del suelo*

Tradicionalmente se utiliza el ya clásico adjetivo “monoprodutor” para sintetizar dos aspectos del paisaje agrario uruguayo: el predominio de la explotación del vacuno y el divorcio de la producción ganadera respecto de la agrícola, ambos con orígenes remotos en el período de poblamiento inicial del territorio. Se ha insistido en que desde los orígenes se implantó un sistema de explotación ganadera completamente limitada al vacuno, con una participación

menor del género equino y ninguna significación del ovino. Las explicaciones más usuales señalan que la demanda externa privilegiaba el cuero vacuno, la demanda interna de equinos para la fabricación de mulas era muy acotada (quedando el caballo sólo para transporte y, secundariamente, para explotar también su cuero) y en cuanto al ovino, se ha señalado que no se consumían su carne, su leche ni su lana.<sup>4</sup>

En cuanto a la relación entre ganadería y agricultura, tradicionalmente la historiografía uruguaya ha marcado un importante contraste entre el desarrollo ganadero y el agrícola desde el período colonial. La bibliografía sobre el período colonial ha tendido a analizar el desarrollo agrícola pre-moderno en comparación con el ganadero. Ningún autor negó la existencia de la agricultura, pero prevaleció una tendencia a minimizarla por comparación con la importancia de la ganadería. Sala de Touron *et al.* señalaron que

(...) *Pese a que durante la colonia casi todos los años se exportaron trigos y harinas – hecho que no siempre sucedió en la época independiente – la ganadería predominó absolutamente sobre la agricultura.*<sup>5</sup>

La misma frase, formulada al revés (“pese a que la ganadería predominó absolutamente, durante casi todos los años de la colonia se exportaron trigos y harinas – hecho que no siempre sucedió en la época independiente”), hubiera contribuido a destacar un desarrollo agrícola, que como los mismos autores señalan, parece haber sido más importante que el del Uruguay moderno. El propio Pivel Devoto señaló que

(...) *Durante la época colonial, en el período que precedió a la revolución de 1811, el cultivo de la agricultura se realizaba en las tierras situadas al sur del Río Negro en forma intensa si se considera el reducido número de pobladores.*<sup>6</sup>

Nótese el efecto de cambiar uno de los términos de la comparación. Pese a esta afirmación, la obra seminal de Pivel de 1957 sobre el período colonial no contiene más que referencias laterales a la agricultura.

Aunque no se conocen estimaciones seriadas de la producción del período colonial, se tiene la idea de que durante el período de dominación española habría ocurrido un desarrollo agrícola acotado a las chacras de la jurisdicción de Montevideo y de la zona litoral de la jurisdicción de Buenos Aires, donde la densidad de población era notoriamente mayor que en el norte, centro y este del actual

<sup>4</sup> PIVEL DEVOTO, J. *Raíces coloniales de la revolución oriental de 1811*. Montevideo: Editorial Medina, 1957. p. 13-17.

SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Estructura económico-social de la Colonia*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1967. p. 66-67.

<sup>5</sup> SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Estructura económico-social de la Colonia*. *Op. cit.* p. 22.

<sup>6</sup> PIVEL DEVOTO, J. Prólogo. En: BAUZÁ, F. *Estudios sociales y económicos*. Tomos I y II, Colección Clásicos Uruguayos, v. 140; p. VII-CLXI. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1972. p. VII.

territorio uruguayo. Aunque esta agricultura permitía ocasionalmente exportaciones de trigo y harina, la ausencia de una tradición agrícola indígena, la escasez de mano de obra en contraste con la abundancia de ganado, la virtual inexistencia de mercados internos (por la baja densidad demográfica y porque “en el campo no se consumía pan ni galleta”) han sido señalados como explicaciones posibles del escaso desarrollo agrícola de la Banda Oriental en mayor escala.<sup>7</sup> Se ha enfatizado, también, la subordinación de la producción agrícola a la ganadera como una limitante para el desarrollo de la primera, y sobretodo, la incompatibilidad de intereses entre labradores y hacendados por el uso de la tierra, como una razón de peso para determinar un desarrollo agrícola acotado y divorciado de la ganadería.<sup>8</sup> Finalmente, la subordinación al capital usurario de molineros y panaderos, el carácter pre-capitalista de medianerías y arrendamientos que sufragaban los agricultores a los dueños de la tierra, el “primitivismo” de los instrumentos de trabajo y las técnicas de laboreo, y fundamentalmente, la ausencia de cercos que delimitaran las parcelas agrícolas de las tierras de pastoreo, son factores técnicos e institucionales frecuentemente citados para definir una agricultura asociada a un muy bajo desarrollo tecnológico y subordinada a la producción ganadera.<sup>9</sup>

Hacia el final del período hispánico esta base agrícola había experimentado cierta expansión. Sala de Touron y Alonso<sup>10</sup> señalan que entre los agricultores, fueron mayoría los que poseían además algo de ganado, y que ocasionalmente los pequeños hacendados realizaban sementeras. En base a inventarios de hacendados confiscados por Artigas en 1815, se menciona la existencia de una efectiva combinación de agricultura con ganadería en algunas estancias, fenómeno que consideran acotado a ciertas regiones del territorio, y que no modifica la esencia del paisaje agrario original. La invasión lusitana de 1816 y las guerras posteriores frenaron el desarrollo agrícola.<sup>11</sup> Al comenzar la etapa republicana, el primer gobierno constitucional logró cierta reactivación de la agricultura que hacia 1836 dio lugar a que se reanudaran las exportaciones de trigo. Pero el inicio de la Guerra Grande en 1839, y sobretodo el Sitio Grande desde 1843, habrían vuelto a frenar un desarrollo agrícola que seguía siendo geográficamente acotado, técnicamente pobre y económicamente frágil.<sup>12</sup> Finalizada la guerra en 1851, la modernización de la segunda mitad del siglo XIX marcó una continuidad con el pasado remoto al consolidar el predominio de la ganadería en el uso del suelo y del latifundio ganadero

<sup>7</sup> REYES ABADIE, W; BRUSCHERA, O & MELOGNO, T. *Op. cit.*

SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Estructura económico-social de la Colonia. Op. cit.*

MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay. Tomo I. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.*

SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo I: Economía. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 1986.*

<sup>8</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Bases económicas de la revolución artiguista. 7. edición. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental (EBO), 1997.*

<sup>9</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo I. Op. cit.*

MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay. Tomo I. Op. cit.*  
BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Op. cit., 1997.*

<sup>10</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 1991.*

<sup>11</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II. Op. cit.*

SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Artigas y su revolución agraria. México: Siglo XXI, 1978.*

<sup>12</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo I. Op. cit.*

<sup>13</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Historia Rural del Uruguay Moderno*. Tomo VII: *Agricultura, crédito y transporte bajo Batlle (1905-1914)*. Montevideo: EBO, 1978.

<sup>14</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Op. cit.*, 1997. VÁZQUEZ FRANCO, G. *Economía y sociedad en el latifundio colonial*. Montevideo: Forum Gráfica Editora, 1986 (Colección Hernández).

<sup>15</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Historia Rural del Uruguay Moderno*. Tomo I: *1851-1885* (2 vol.), Montevideo: EBO, 1964. VÁZQUEZ FRANCO, G. *Op. cit.*

<sup>16</sup> SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Evolución económica de la Banda Oriental*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1967. MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay*. *Op. cit.*

<sup>17</sup> PIVEL DEVOTO, J. *Raíces coloniales...* *Op. cit.* CAMPAL, E. *Hombres, tierra y ganado*. *Op. cit.* SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Evolución económica de la Banda Oriental*. *Op. cit.* MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay*. *Op. cit.*

<sup>18</sup> SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Evolución económica de la Banda Oriental*. *Op. cit.*

<sup>19</sup> PIVEL DEVOTO, J. *Op. cit.*, 1957.

<sup>20</sup> SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J.C. & DE LA TORRE, N. *Estructura económico-social de la Colonia*. *Op. cit.*

SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J.C. & DE LA TORRE, N. *Evolución económica de la Banda Oriental*. *Op. cit.*

en la estructura de la propiedad territorial.<sup>13</sup> La base genética asomaba bajo el fenotipo del Uruguay rural moderno.

### b) *El latifundio, unidad productiva básica del paisaje agrario uruguayo*

La abundancia de tierras en relación con la escasez de hombres<sup>14</sup>, el “estilo tecnológico” que entrañaba la ganadería a pasto natural (donde se hace un uso intensivo de la tierra – el factor abundante, y extensivo de la mano de obra – el factor escaso)<sup>15</sup>, la lenidad de las autoridades españolas en América<sup>16</sup>, el atraso de la legislación indiana y la voracidad de los agentes<sup>17</sup>, son usualmente presentados como los factores que dieron origen a una estructura de la propiedad territorial organizada en enormes propiedades privadas. A partir de la fundación de Montevideo comienza el reparto de suertes de *estancia* y de *chacra* en la campaña de la ciudad-fuerte, y luego, progresivamente desde ese foco inicial, tiene lugar durante el resto del siglo XVIII una sucesión de concesiones y apropiaciones de hecho sobre las mejores rinconadas del territorio al sur del Río Negro, en el formato de grandes – a menudo inmensas – propiedades privadas, que gracias a la codicia particular y la desidia oficial, hacia 1800 ya llega a las tierras adyacentes al río Arapey.<sup>18</sup> El latifundio ganadero predominantemente particular (dada la escasa y temporalmente corta inserción que las órdenes religiosas tuvieron en la ganadería local) devino un protagonista de primer orden, homogéneo y ubicuo, en la matriz histórica del país. Las transformaciones posteriores del paisaje agrario nunca fueron tan radicales como para modificar esta estructura primordial que devino en principal factor de continuidad entre las estructuras económicas y sociales más remotas, y las más modernas.

El latifundio ha sido unánimemente condenado por los científicos sociales uruguayos de todos los tiempos, con diferentes argumentos. En relación con el período premoderno, los historiadores más importantes lo han asociado al fenómeno del ausentismo y a una mentalidad rentista improductiva<sup>19</sup>, considerándolo un freno fundamental al desarrollo económico y social dentro y fuera de la ganadería.<sup>20</sup> En relación con los períodos modernos de la historia rural uruguaya, ha sido culpabilizado del atraso tecnológico del sector ganadero<sup>21</sup>, del esmirriado desarrollo de la agricultura<sup>22</sup> de la despoblación del campo<sup>23</sup>, de la temprana urbanización del país<sup>24</sup> e, indirectamente, del temprano comienzo de la transición demográfica en el Uruguay<sup>25</sup>.

- <sup>21</sup> OPYPA-CIDE. *Situación social de la Agricultura en el Uruguay*. Tomos I y II. Montevideo: Ministerio de Ganadería y Agricultura, 1967.  
BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Op. cit.*, 1978.  
FINCH, H. *Historia económica del Uruguay contemporáneo*. Montevideo: Editorial Banda Oriental, 1980.
- <sup>22</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Op. cit.*, 1978.
- <sup>23</sup> SOLARI, A. *Sociología Rural*. 2. ed.. Montevideo: Biblioteca de Publicaciones oficiales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Montevideo, 1958.  
BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Op. cit.*, 1978.
- <sup>24</sup> KLACZKO, J. & RIAL, J. *Uruguay: el país urbano*. Montevideo: EBO, 1981.
- <sup>25</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Batlle, los estancieros y el imperio británico*. Tomo 1: *El Uruguay del Novecientos*. Montevideo: EBO, 1979.

c) *Un paisaje agrario volcado al abastecimiento de mercados externos y carente de mercados interiores*

Aunque esta cuestión ha sido tratada de manera muy desigual por los historiadores, el esquema general predominante es que este paisaje agrario de corte ganadero-latifundista desarrolló una red de intercambios directos con las ciudades-puerto, inhibiendo la formación de mercados interiores activos y potentes, tanto en lo que hace a los bienes como a los factores agrarios. Podría incluso decirse que esto fue señalado en relación con los períodos *pre-modernos* pero también con los *modernos* de la historia agraria del Uruguay (es decir antes y después del último cuarto del siglo XIX), pero a los efectos de este trabajo se desarrolla aquí el argumento interpretativo que refiere a las etapas pre-modernas.

En relación con los mercados de bienes agrarios, la visión establecida señala que siendo el cuero el principal producto de la ganadería antigua, se estableció desde los orígenes un circuito básico de comercialización que conducía este fruto a las principales ciudades-puerto, donde era acopiado y exportado. Estos circuitos se reforzaban por el hecho de que los tenedores del capital mercantil (comerciantes monopolistas) eran los dueños de los grandes latifundios, quedando el circuito completo de producción y exportación del cuero en las manos de unos mismos dueños, inhibiendo eventuales “derrames” de valor por la creación de infraestructuras adyacentes de comercialización y financiación. El escaso valor de cambio del cuero, en un entorno donde cualquiera podía “voltar” una res para consumo propio, restringía la comercialización interna del producto principal tanto como de los subproductos de menor valor (la grasa y sus derivados). La producción de carne salada, iniciada a mediados del siglo XVIII en suelo oriental, aunque interrumpida durante el período revolucionario, también se orientó a la exportación reforzando la vocación ultramarina de la ganadería latifundista. La producción agrícola, menor que la ganadera y subsidiaria del capital urbano a través de las rentas pagadas a molineros y panaderos, orientaba sus oscilantes excedentes a las ciudades, sobretodo a Montevideo, donde el Apostadero Naval y la mayor concentración de población constituían un mercado seguro. Los mercados interiores eran, así, doblemente exigüos: una demanda atónica por la baja densidad de población y por el predominio de formas incompletas de salario rural, se enfrentaba con una oferta escasamente diversificada y conducida

– con cierta atrofia primigenia – por unos canales de circulación de orientación urbano-portuaria. La copiosa literatura de cronistas europeos anteriores a 1850 remachó la imagen estilizada de un paisaje rural jalonado a lo largo y a lo ancho del territorio uruguayo por chozas de una austeridad rayana en la miseria, sin sementeras, y sin pan.

La formación de un mercado rural de factores tampoco tuvo perspectivas favorables. En lo que hace al factor trabajo, la versión establecida señala que la ganadería primitiva encontró su mano de obra en una variada gama de figuras imperfectamente asalariadas (*peones*, *capataces*, *puesteros* y *agregados*) asociados de una o otra manera a la mítica figura del *gaucho*.<sup>26</sup> Éste era un habitante de la campaña étnicamente mestizo pero socialmente de origen incierto o por lo menos impreciso (suele atribuirse su origen a la presencia de antiguos *changadores* de las vaquerías); un tipo de trabajador rural caracterizado por su condición trashumante y temporal, el cual podía comportarse como un verdadero *free-rider* debido a la mala especificación de derechos de propiedad sobre tierras y ganados.<sup>27</sup>

La descripción más acabada de las categorías ocupacionales del paisaje ganadero es bien conocida. Los *capataces* eran personal de confianza, dirigían y coordinaban las actividades de las otras categorías de trabajadores. Vivían en la estancia y percibían un salario monetario y en especie (alimentos, ropa) aunque también recibían animales como retribución a su trabajo. Los *peones* se ocupaban de las tareas permanentes de la estancia, donde residían a menudo con su familia, y recibían un pago en moneda, además de alimentos y vivienda. El *puestero* cuidaba del ganado en los confines de las estancias. No percibía un salario, en cambio se le permitía poseer sus propios animales. Finalmente, los *agregados* constituían una categoría extraordinariamente difundida, relacionada con el proceso de apropiación latifundista de la tierra, por el cual numerosos ocupantes sin título (de origen desconocido e inexplicado en esta versión) se vieron sometidos a relaciones de feudalización respecto de los titulares o denunciantes de las mismas. Los *agregados* se convirtieron en los verdaderos garantes de la apropiación efectiva de la tierra, se identifican con una amplia gama de oficios, tienen sementeras y animales propios, y ocasionalmente se conchaban como jornaleros en períodos de alta demanda de trabajo.<sup>28</sup>

Lo importante, sin embargo, es que toda esta mano de obra, cuando estaba empleada plenamente, recibía pagos en salarios y en especie que fueron interpretados como claro

<sup>26</sup> SALA DE TOURON, L.; RODRÍGUEZ, J. C. & DE LA TORRE, N. *Estructura económico-social de la Colonia*. Op. cit.. p. 147-151.

<sup>27</sup> PIVEL DEVOTO, J. *Raíces coloniales...* Op. cit. SALA DE TOURON, L. et. al. *Estructura económico-social de la Colonia*. Op. cit.. p. 151. CAMPAL, E. Op. cit. p. 43-45. VÁZQUEZ FRANCO, G. Op. cit.. p. 63-65.

<sup>28</sup> SALA DE TOURON, L. et. al. *Estructura económico-social de la Colonia*. Op. cit.. p. 147-151.

<sup>29</sup> SALA DE TOURON, L. *et. al. Estructura económico-social de la Colonia. Op. cit.*

<sup>30</sup> SALA DE TOURON, L. *et. al. Artigas y su revolución agraria. Op. cit.*  
MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay. Tomo I. Op. cit.*

<sup>31</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II. Op. cit.. p. 87.*

<sup>32</sup> SALA DE TOURON, L. & ALONSO, R. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II. Op. cit.*

<sup>33</sup> BARRÁN, J. P. & NAHUM, B. *Historia Rural del Uruguay Moderno. Tomo I: 1851-1885. Op. cit.*  
JACOB, R. *Consecuencias sociales del alambramiento (1872-1880). Montevideo: EBO, 1969.*  
MILLOT, J. & BERTINO, M. *Historia económica del Uruguay. Tomo II. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.*

signo de la naturaleza pre-capitalista, en algunas versiones “semi-feudal”, de las relaciones sociales.<sup>29</sup> Cuando no estaba empleada ni siquiera parcialmente, esta mano de obra tenía asegurada su subsistencia sin necesidad de venderse en el mercado debido a la mala especificación de los derechos de propiedad; de modo que en ambas situaciones no tiene lugar la formación de un mercado de trabajo organizado ni completo, a la manera del capitalismo. La historiografía se ocupó de dejar en claro que esta suerte de asalarización incompleta era funcional a la tecnología y las relaciones de propiedad de la ganadería latifundista, de modo que no había contradicción entre estas formas pre-capitalistas de trabajo y las relaciones de propiedad imperantes.<sup>30</sup>

La visión establecida señala, también, que el contexto de las guerras revolucionarias (1811-1830) no modificó esencialmente este panorama. En todo caso, la condición de *agregado* adquirió especial relevancia en la estructura social agraria de la primera mitad del siglo XIX, por los cambios de mano que se registraron en la propiedad de la tierra y por la inseguridad causada por las guerras.<sup>31</sup> Ha sido señalado que en los comienzos de la vida independiente, este segmento de usufructuarios de la tierra sin derechos legales, en un contexto de continuo cambio de titularidades sobre la tierra y de guerras prolongadas, debió someterse a los lazos de protección y dominación de tipo clientelar respecto de los estancieros-caudillos, ante la alternativa de abandonar definitivamente su condición de productores.<sup>32</sup> Serán recién las transformaciones técnicas e institucionales posteriores a 1860, y particularmente el alambramiento generalizado entre 1876-1886, los fenómenos que expulsaron definitivamente de la estancia “moderna” a los *agregados*, así como a toda otra categoría excedente, dando origen a un mercado moderno de trabajo rural caracterizado por la baja demanda de trabajo y la vigencia plena de relaciones salariales.<sup>33</sup> Es notorio que la tesis sobre la debilidad demográfica del país como un resultado de su especialización ganadera, tendió a reforzar la continuidad entre un remoto pasado colonial y la segunda mitad del siglo XIX, en torno a la imagen recurrente de un paisaje rural semi-despoblado. Así, el concepto de *vacío demográfico* inicial para la primera mitad del siglo XVIII, encuentra cierta prolongación en el análisis de la trashumancia y excedencia latente de la mano de obra de la estancia pre-moderna, y finalmente, en la *desocupación tecnológica* causada por la estancia alambrada.

En lo que hace al mercado de capitales, estaba férreamente concentrado en y controlado por el segmento mercantil

de las sociedades de la época, en todos sus tramos: en las ciudades, por los grandes comerciantes monopolistas y tenedores de algún privilegio (sea la introducción de esclavos o el abastecimiento de las fuerzas militares); en el campo, por los pulperos y acopiadores de frutos. En un contexto monetario de riguroso metalismo y sin formas desarrolladas de crédito, el acceso a los capitales quedaba controlado por los únicos que accedían al pago en metálico: los exportadores.

### **3 Una visión diferente sobre la ocupación del territorio del actual Uruguay**

Quisiera proponer una análisis sobre la ocupación del territorio uruguayo basado en dos giros analíticos: un giro geográfico, que consiste en poner el foco en sucesos y procesos gestados en la porción norte del actual territorio uruguayo en los siglos XVII y XVIII, y un giro temático, que consiste en subrayar la cuestión étnica presente en la ocupación original de ese espacio. Mediante este movimiento procuraré presentar un relato alternativo al dominante sobre la ocupación inicial del espacio, basado enteramente en bibliografía y fuentes editadas disponibles, en la mayor parte de los casos, hace mucho tiempo. En este sentido, el esfuerzo pretende mostrar que es posible, apenas modificando el punto de vista dominante sobre estas cuestiones, dejar esbozadas un conjunto de hipótesis novedosas para la investigación sobre estos procesos, y fundamentar así la necesidad de re-visitarlos.

En otro lugar he argumentado que los historiadores uruguayos de la *mainstream* han tenido dificultades para definir una unidad territorial de análisis adecuada a la hora de narrar los procesos del período colonial. La tentación de concentrarse en procesos y sucesos ocurridos *adentro* de un territorio comprendido estrictamente dentro de los límites del Uruguay actual ha sido permanente, y la capacidad de incorporar en su análisis los diferentes espacios que integraban la región del Río de la Plata ha sido muy variable; frecuentemente se constata que los procesos de las regiones rioplatenses no comprendidas dentro de los límites del Uruguay actual son incorporados o quitados del relato según las demandas del mismo.<sup>34</sup> En este contexto, como trataré de mostrar aquí, ha tendido a presentarse una versión que sobredimensiona el papel del Montevideo en lo atinente a la ocupación del territorio y la formación de paisajes agrarios; concretamente, a presentar una versión *de*

<sup>34</sup> MORAES, M. I. *Op. cit.*

*Sur a Norte* del proceso de ocupación del espacio, cuando en realidad, el mismo tuvo al menos tres ejes geográficos.

Si se adoptase convencionalmente como unidad de análisis el vasto territorio (hoy tri-nacional) delimitado por la curva norte del Río Uruguay, el río Paraná hasta su desembocadura y el Río de la Plata hasta aproximadamente la laguna de los Patos<sup>35</sup>, lo cierto es que una vez clausurado el proceso de exploración inicial cumplida por Pedro de Mendoza y su armada, ese vasto territorio [que coincide con lo que los jesuitas llamaban *Provincia del Uruguay*<sup>36</sup>], fue penetrado desde tres ejes. Uno fue el eje Oeste/español, proveniente primero de Asunción (Santa Fé en 1573) y luego de Buenos Aires (Corrientes en 1587); otro fue el eje Este/portugués, sin fundaciones formales hasta 1680 (Colonia del Sacramento) pero con enorme protagonismo desde mucho antes, y el tercero fue el eje Norte/guaraní, actuando desde el foco de los famosos “30 pueblos” misioneros de ambos márgenes del Alto Uruguay. Este último eje es el gran ignorado en la visión dominante sobre la ocupación del territorio que hoy es uruguayo. De hecho, si se tiene en cuenta lo poco que sabemos sobre el influjo de los 30 pueblos en los territorios al sur del Ibicuy, aún por sobre inmensas lagunas en el conocimiento, resulta posible esquematizar una versión sobre el poblamiento inicial del territorio que actualmente pertenece al Uruguay que resulta no ser tan blanca, ni tan sureña, ni tan tardía como la versión dominante sugiere. Efectivamente, el giro geográfico implica un paso definitivo en la senda de incorporar al relato historiográfico el protagonismo de diversas etnias nativas en este proceso, una cuestión donde los arqueólogos y antropólogos uruguayos llevan la delantera a los historiadores.<sup>37</sup> De hecho, en los últimos quince años estas colectividades científicas pusieron las bases de lo que podría denominarse un “giro copernicano” en la visión dominante sobre el protagonismo de las etnias indígenas<sup>38</sup> en diferentes etapas en la historia del país. Sin embargo, aún está pendiente una actualización del proceso integral de ocupación del espacio, así como de la formación de los paisajes agrarios, que incorpore el componente étnico que estaba ausente en la versión anterior.

De hecho, la afirmación de que el poblamiento inicial fue tardío se relaciona con la importancia concedida a la fundación de Colonia del Sacramento en 1680, como puntapié inicial para la apropiación española del territorio. No está claro por qué la fundación de una colonia portuguesa en la margen izquierda del bajo Uruguay (casi en su

<sup>35</sup> Este territorio casi coincide con el que Vázquez Franco, un autor que precisamente no pertenece a la *mainstream*, definiera con el nombre de “cuenca ganadera” y propusiera como unidad de análisis para la historia colonial del Uruguay. La coincidencia no es exacta porque el autor incluye a Buenos Aires, y la delimitación que se acaba de proponer la excluye, por motivos cuya explicación excede los límites de este trabajo. VÁZQUEZ FRANCO, G. *Op. cit.*

<sup>36</sup> GONZÁLEZ, A. *¿Orientales o uruguayos?*. Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, Tomo XVII. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1943.

<sup>37</sup> CABRERA, L. [en línea] *Las raíces indígenas, mito y realidades*. Ponencia oral en la Mesa Redonda del mismo título, 12º Congreso de la Asociación de Profesores de Historia del Uruguay; <http://www.internet.com.uy/aphu/Indios.htm> [consultado el 15-1-2005].

<sup>38</sup> PADRÓN FAVRE, O. [en línea] *Las raíces indígenas, mito y realidades*. Transcripción de la ponencia oral en la Mesa Redonda del mismo título (versión corregida por el autor), 12º Congreso de la Asociación de Profesores de Historia del Uruguay; <http://www.internet.com.uy/aphu/Indios.htm> [consultado el 15-1-2005].

desembocadura con el Río de la Plata) resultó más importante que la fundación de una docena de pueblos de indios casi 80 años antes, sobre ambos márgenes del Alto Uruguay, a menos que se entienda que lo ocurrido en la curva más norte del Río Uruguay no sea materia de la historia nacional, bien por una cuestión de fronteras políticas, bien porque los protagonistas de la historia no eran europeos ni criollos, si no indios. Así, el argumento establecido destaca las repercusiones que la fundación portuguesa meridional tuvo en las autoridades españolas rioplatenses; o sea, la fundación de Montevideo y la posterior colonización española de la franja norte del Río de la Plata. Notoriamente quedan en un segundo plano las derivaciones traídas por la fundación de los pueblos guaraníes, no sólo en relación con los posteriores estados argentinos y brasileños que hoy ocupan ese territorio, si no incluso en lo que atañe estrictamente al espacio territorial que 200 años después vendría a ser la república uruguaya en su porción septentrional. Pero estas fundaciones fueron importantes, y tuvieron consecuencias efectivas en relación con la ocupación del territorio, con la formación de una malla social primigenia, con la difusión de prácticas económicas, sociales y culturales específicas en interacción con el medio, es decir, con la formación de paisajes agrarios.

Las fundaciones jesuitas en el Alto Uruguay comenzaron en los primeros años del siglo XVII en la barra del Ibicuy con el Uruguay, y se jalonaron durante las siguientes tres décadas a uno y otro lado del río Uruguay con dirección a sus nacientes. Existe una copiosa bibliografía que documenta este proceso, de la cual puede verse un reseña comentada en Maeder<sup>39</sup>. Este desarrollo colonizador no era por supuesto tardío, ni en relación con el resto del Río de la Plata (recién en 1587 con la fundación de Corrientes quedó definida una secuencia de ciudades desde Buenos Aires hasta Asunción, no obstante lo cual el territorio estaba lejos de ser efectivamente controlado por los españoles incluso a lo largo de esa senda “urbana”) ni en relación con otras zonas del Nuevo Mundo. Un ejemplo distante pero arquetípico: el Mayflower todavía no había arribado a las costas de América del Norte cuando el Padre Roque González – el pionero y mártir de esta empresa – ya estaba fundando pueblos misioneros en el Río Uruguay. Es verdad que esta es una etapa caracterizada por la inestabilidad territorial de esos pueblos, pero hay dos aspectos fundamentales que importan para la posteridad.

<sup>39</sup> MAEDER, E. *Misiones. Historia de la tierra prometida*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

<sup>40</sup> Están profusamente documentadas las sucesivas convocatorias de las autoridades españolas civiles para enfrentar a los “infieles” de la región del Paraná y el Uruguay, desde que las reducciones jesuíticas se afincaron en el Alto Uruguay (GONZÁLEZ, L. & RODRÍGUEZ VARESE, S. *Guaraníes y paisanos*. Colección Nuestras Raíces. Montevideo: Editorial Nuestra Tierra, 1990.). Los guaraníes participaron reiteradamente en la defensa o el ataque de Colonia del Sacramento, así como en la construcción y defensa de Montevideo, Maldonado y Minas, en el siglo XVIII. Aunque la destreza militar de los guaraníes ha sido objeto de opiniones encontradas, se ha destacado su extraordinaria facilidad para orientarse y su conocimiento profundo del territorio como rasgos singulares. Algunos autores sostienen que la destreza mostrada por los guaraníes en las guerras del período 1810-1830, en cualquiera de los bandos en los cuales solían enrolarse, derivaba de su probada experiencia militar en acciones y escenarios reales (BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967; PADRÓN FAVRE, O. *Ocaso de un pueblo indio*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1996.). Los habitantes de los 30 pueblos que emigraron oficialmente al Uruguay en 1828 fueron convocados a participar en la batalla final contra los charrúas, ocurrida en 1831 (ACOSTA Y LARA, E. *La guerra de los charrúas*. Montevideo y Buenos Aires: Talleres de Loreto Editores, 1998; BARRIOS PINTOS, A. *Artigas, del paleolítico al presente*. Montevideo: Intendencia Municipal de Artigas, 1992; PADRÓN FAVRE, O. *Ocaso de un pueblo indio*. *Op. cit.*). Acaba de publicarse en Montevideo un libro que enumera y analiza

En primer lugar, en estos primeros 35-40 años del siglo XVII se define un *espacio misionero* de colonización del Río de la Plata, hecho que será fundamental para la apertura de una frontera española en esta parte de América, no sólo en relación con el imperio portugués (como cierta historiografía rioplatense muy pro-hispánica suele agradecer enfáticamente) si no con relación a las tribus indígenas no sometidas a control blanco, un enemigo que no dejó registro escrito de sus actuaciones, pero cuya presencia resultaba determinante del ritmo y la forma de la ocupación del territorio, tanto o más que la presencia de los primos lusitanos de los castellanos. La historiografía que he denominado *periférica* señaló hace ya tiempo que los pueblos guaraníes jugaron un papel central en la compleja trama de enfrentamientos y alianzas de los colonizadores europeos con los “infieles” durante los dos siglos siguientes<sup>40</sup>. Aunque la versión dominante ha tendido a subestimar el papel que la presencia de estas tribus nómades jugó en relación con procesos tan importantes como la ocupación del espacio y la posterior formación de paisajes agrarios dominantes, a partir de vidriosa noción de “*campo vacío*”, resulta cada vez más claro que constituyó un factor crucial en cuanto al ritmo del primero de estos procesos, y a los rasgos del segundo.

En segundo lugar, en esta etapa se funda el pueblo de Nuestra Señora de los Reyes o Yapeyú (1627), un pueblo misionero (el más austral de la línea uruguaya-occidental) que controló administrativa y económicamente la porción norte del territorio del actual Uruguay, durante un largo período posterior.

Es sabido que el ataque bandeirante de la década de 1630 clausuró la etapa fundacional de las misiones del Uruguay, y tras una década y media de inestabilidad y zozobra comenzó una segunda etapa de crecimiento demográfico que permitió las refundaciones de pueblos destruidos y la fundación de nuevos poblados en la margen izquierda del río epónimo desde 1680. Hacia 1707 ya estaba conformado el lote de los 30 pueblos del Alto Uruguay, ahora sí, un foco demográfico, económico y religioso de influencia sobre todos los territorios de la provincia jesuítica del *Uruguay*. Aún antes de 1680, en una época en que Buenos Aires y Asunción tenían entre 4.500 y 6.000 habitantes, algunos pueblos guaraníes-uruguayos como Concepción o Santo Tomé contaban con 6.000 y 7.000 habitantes.<sup>41</sup>

La primera forma de explotación ganadera sistemática que se ensayó en estos territorios de la cuenca hidrográfica

exhaustivamente la cuestión de las luchas/alianzas inter-étnicas en el período colonial hasta 1801 con una densa base documental (BRACCO, D. *Charrúas, guenoas y guaraníes*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.).

<sup>41</sup> MAEDER, E. *Op. cit.*

<sup>42</sup> CAMPAL, E. *Hombres, tierra y ganado*. *Op. cit.*

BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.*

POPESCU, O. *Sistema económico de las Misiones Jesuíticas*. Ariel: Barcelona: Ariel, 1967.

BRUXEL, A. *Los 30 pueblos guaraníes*. Montevideo: Editores Asociados, 1996.

MAEDER, E. *Op. cit.*

<sup>43</sup> BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.*

BRUXEL, A. *Los 30 pueblos guaraníes*. *Op. cit.*

<sup>44</sup> BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.* p. 38-45.

Paraná-Uruguay fue la de los pueblos misioneros, cuyas actividades ganaderas han sido destacadas por numerosos estudios.<sup>42</sup> Aunque la bibliografía no es unánime sobre la forma de explotación ganadera típica de las misiones y es evidente que se necesita investigar mucho más sobre este asunto, hay documentos que describen una ganadería misionera de cría y pastoreo de ganado vacuno, mediante la ocupación de amplias porciones de tierra y la formación de estancias de rodeo.<sup>43</sup> Algunas fuentes muestran que el proceso de formación de una “estancia” misionera incluía una etapa previa de reconocimiento del territorio, selección del personal que habría de dirigir y efectuar el trabajo inicial de parar rodeo, la consagración a un santo patrono, y el acarreo de un rodeo manso para iniciar el proceso de cría, todo mediante instrucciones precisas de los Padres impartidas a los guaraníes y a hermanos coadjutores.<sup>44</sup> Como otros recursos productivos de los pueblos misioneros, estas estancias eran comunales. Este es un dato relevante para historiar la formación de los paisajes agrarios, como se verá en el apartado siguiente, pero ahora sólo destacaré los efectos que esto tuvo sobre la ocupación del actual territorio uruguayo.

En el contexto de la recuperación demográfica de la década de 1650, el pueblo de Yapeyú (situado en la margen derecha del río, en actual territorio de la provincia argentina de Corrientes) “creó” hacia 1657 su primera estancia cerca del río Miriñay, con 562 vacas y bajo la advocación de San Andrés. Hacia fines del siglo XVII Yapeyú no era una aldea insignificante; tenía cerca de 6.000 habitantes y cumplía una importante función militar de avanzada en la defensa del reducto misionero, sobre todo con relación a los charrúas que poblaban ambos márgenes del río Uruguay, con quienes protagonizaba incesantes combates. Entre sus funciones económicas se destaca el abastecimiento de ganado, actividad que trasciende los límites de sus “estancias” inmediatas al poblado y lleva a los yapeyuanos allende el río Uruguay.<sup>45</sup> En 1692 el pueblo de Yapeyú decide establecer estancias del otro lado del río Uruguay, para lo cual arrea 2.000 vacas ribera oriental abajo y explora el territorio, hasta que en 1694 decide “poblar” el rincón del Cuareim con el Uruguay y establecer allí la estancia principal del pueblo, bajo la advocación de Santiago<sup>46</sup>. Según la *Memoria para las generaciones venideras del pueblo de Yapeyú* escrita a comienzos del siglo XIX por los corregidores yapeyuanos emigrados al Estado Oriental, fueron arreadas dos tropas de 40 mil vacunos cada una, para “poblar” la estancia, bajo la

<sup>45</sup> HOFFMANN, W. Introducción. En: SEPP, A. *Relación de viaje a las misiones jesuíticas*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.

<sup>46</sup> La palabra *poblar* significa en este caso *poblar con ganado*, lo cual no excluye, como se argumenta en el texto, la presencia de hombres.

<sup>47</sup> BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.*, p. 38-39.

<sup>48</sup> BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.*, p. 40.

gestión de dos capataces yapeyuanos.<sup>47</sup> De esta forma, puede decirse que está documentada la ocupación guaranítica de la rinconada del Cuareim con el Uruguay, así como la presencia de capataces y faeneros yapeyuanos en esa zona, desde fines del siglo XVII. Con los años, el procreo de estas inmensas tropas alcanzaba tal magnitud que fue necesario subdividir el rodeo y fundar dos estancias donde antes había una, creándose las estancias de San Juan y Santa Rosa. En 1704, las estancias del pueblo de Yapeyú en el territorio aledaño a la desembocadura del Cuareim en el Uruguay pasaron a ser cuatro, y la actividad ganadera había alcanzado tal importancia para los yapeyuanos que fue necesario reorganizar el funcionamiento de estos cuatro focos ganaderos de la zona del Cuareim, poniéndolos bajo el control de un Procurador General guaraní<sup>48</sup> encargado de todo lo concerniente a la gestión de semejante empresa. No se trata de ocasionales incursiones azarosas para cazar ganados que no eran “de nadie”, como el relato tradicional gusta sugerir: estamos ante una intervención premeditada sobre la naturaleza para hacer posible una determinada actividad económica. Conforme el procreo del rodeo original fue haciendo más complejo el proceso de explotación, los yapeyuanos fueron dándose las formas organizativas adecuadas para acompañarlo, con el proverbial celo administrador y criterio eficiente que caracterizó a los jesuitas. La sucesiva creación de “estancias” a partir de la original con base en el Cuareim, tal como narra ese documento, no es otra cosa que la creación de otros tantos “puestos” de control y supervisión de la cría y la extracción. Como todo estudioso de la ganadería rioplatense sabe, un “puesto” de estancia implica hombres que salen a reconocer el terreno, un buen número de caballos por cada hombre, abundantes provisiones y armas. Como se sostiene mas adelante, hubo en estas actividades suficiente cultura material e inmaterial en juego para dar comienzo a la formación de un paisaje agrario específico en esta vasta pradera de excelente aptitud ganadera.

A modo de simple atisbo sobre lo que pudo haber sido esa remota y sub-valorada *etapa guaranítica* en la historia de la ocupación del territorio uruguayo, vale la pena recordar que el *Diario de Viaje* escrito por un padre jesuita en 1705 registra la expedición de un religioso de Yapeyú que sale desde San Borja y recorre el vasto territorio desde el Ibicuy hasta la costa platense, tomando contacto con los diferentes puestos de estancia de los pueblos misioneros. Situados en territorios del Uruguay actual, en una zona imprecisa entre el río Tacuarembó y el Río de la Plata, el

sacerdote visita puestos ganaderos de los pueblos de Santa Cruz, de Apóstoles, de San Miguel y de Concepción, además del puesto del pueblo de Yapeyú. En el documento se describe la partida de dos tropas desde el corral yapeyuaño con destino al pueblo misionero, cada una de 30 mil cabezas de ganado, conducidas por 70 peones cada tropa, y acompañadas de 1.000 caballos en cada caso. Asimismo, se relatan numerosos incidentes que muestran la interacción permanente de las avanzadas misioneras con los charrúas, con guenoas y con los habitantes de Colonia del Sacramento, así como el intenso tráfico de mercancías, favores y acosos militares entre los diferentes sujetos sociales que recorrían el territorio una y otra vez.<sup>49</sup> La imagen que se tiene de la pradera oriental antes de la fundación de Montevideo tras leer este documento es ciertamente imprecisa y tal vez bizarra, pero no es la de un “campo vacío”.

En la década de 1720 las ciudades de Buenos Aires y Santa Fé acordaron con los jesuitas que los pueblos misioneros tendrían derechos exclusivos de explotación del ganado que pastaba entre el Río Uruguay hasta la costa atlántica a la altura de la ciudad uruguaya de Castillos. Aunque la *concordia* fue denunciada muy pronto por Santa Fé, desde 1737 el Provincial Jesuita reclamó al gobernador del Río de la Plata que concediera el territorio al norte del Río Negro en su desembocadura con el Río Uruguay para uso exclusivo de los pueblos misioneros, porque “(...) sin eso, aún las estancias pobladas al presente por los indios las acabarían [los extraños], acabando asimismo con los guaraníes”<sup>50</sup>. En una fecha imprecisa hacia la mitad del siglo XVIII, el pueblo de Yapeyú obtuvo el control administrativo de las tierras y ganados comprendidos entre una extensa “estancia” que llegaba hasta el Río Negro y se desplegaba al este y al oeste del Río Uruguay. La historiografía que he denominado *periférica* documentó abundantemente estos procesos basándose casi siempre en fuentes jesuitas sometidas a un razonable escrutinio crítico. Hace ya décadas que se han publicado mapas con diferente grado de precisión sobre la inmensa estancia de Yapeyú en territorios del actual Uruguay<sup>51</sup>; y desde principios del siglo XX un historiador de la Compañía de Jesús plasmó en un mapa del Uruguay moderno (esto es, con límite norte en el río Cuareim) las estancias de Yapeyú y San Borja al norte del Río Negro.<sup>52</sup> Pero estos hechos han sido imputados a la historia de la *ganadería uruguaya*, no a la historia del Uruguay, y mediante esta simple operación intelectual ha podido seguir en pie la versión blanca, tardía y sureña de la ocupación inicial del territorio.

<sup>49</sup> GONZÁLEZ, S. *Diario de Viaje a las Vaquerías del Mar*. Montevideo: Artes Gráficas Covadonga, 1966.

<sup>50</sup> Son palabras del jesuita Cardiel, citadas por Barrios Pintos (BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. *Op. cit.*, p. 47)

<sup>51</sup> CAMPAL, E. Introducción y Notas. En: CARDIEL, J. & GONZÁLEZ, S. *Las vaquerías del mar*. Montevideo: Enciclopedia Uruguaya, 1968. (Fascículo n. 5). BARRIOS PINTOS, A. *Payсандú en escorzo histórico*. Intendencia Municipal de Paysandú; Dirección de Cultura, División Reprografía del Palacio Legislativo, Montevideo, 1979.

<sup>52</sup> FERRÉS, C. *Época Colonial*. La Compañía de Jesús en Montevideo. Colección de Clásicos Uruguayos Vol. 147. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1975.

En resumen, es un hecho probado y aceptado por la historiografía dominante que desde principios del siglo XVII existió un foco de poblamiento de la vasta región definida por las cuencas del Uruguay y el Paraná con asiento en el Alto Uruguay, de carácter misionero-guaraní-tico. Sin embargo, la versión dominante escatima el hecho de que este foco guaraní-tico no configuró apenas un antecedente de la ocupación posterior del territorio uruguayo actual, si no que constituyó una de las vías de penetración de ese territorio, contemporánea a la que se desarrolló en el sur. De ese foco misionero partieron los ganados y los hombres que primero conocieron, ocuparon, y valorizaron económicamente la vasta zona encuadrada entre el Uruguay, el Ibicuy y el Río Negro. Este proceso tuvo lugar hacia fines del siglo XVII, en un proceso que (en una hipótesis conservadora) habría sido contemporáneo a la fundación de Colonia del Sacramento. Aunque Yapeyú no fundó pueblos subsidiarios, ni aldeas a su imagen y semejanza en esos territorios, los mismos fueron incorporados activamente a la economía y la demografía misionera, antes de la fundación de Montevideo. El hecho de que esta ocupación no madurase en formas de urbanización no nos exime de indagar sobre resultados económicos o sociales tangibles y perdurables de esa incorporación, en aquella región e incluso en la región sur, sometida por esos mismos años a un proceso de ocupación del espacio predominantemente blanca y portuaria.

A cuenta de una investigación futura minuciosa, debe cargarse la dilucidación del *impacto demográfico* de la penetración guaraní-tica en el norte del actual Estado uruguayo, en al menos tres instancias claramente identificables. Una primera instancia de penetración que tiene lugar en los primeros años del 1700, en el marco del ya referido proceso de creación de las estancias al este del río Uruguay. Una segunda que tiene lugar en la mitad del siglo XVIII en el contexto de las guerras guaraní-ticas, particularmente cuando el pueblo de San Borja intenta establecerse en la zona del Queguay; una tercera instancia cuando, ya expulsada la Compañía de Jesús y habiendo ocurrido una avanzada latifundista sobre la jurisdicción de Montevideo en las últimas décadas del siglo XVIII, se entabla una guerra más o menos declarada entre latifundistas montevidianos y pueblos misioneros por el control del suelo y los ganados del norte del Río Negro. En esta etapa se enmarcan los conocidos litigios de Yapeyú con el latifundista Haedo por el rincón de ese nombre, con el cabildo de Montevideo por

los territorios entre los ríos Yí y Negro, y con Buenos Aires por la fundación del pueblo de Belén en pleno corazón de la estancia de Yapeyú, en 1801. Finalmente, la cuarta etapa en esta historia, no por tardía resulte posiblemente la menos importante: la casi continua migración de guaraníes por todo el territorio de la cuenca Paraná-Uruguay durante las guerras que afectaron a la región (1810-1830) y que culminarían con el éxodo final del remanente de los 7 pueblos del margen izquierdo del río Uruguay a territorio uruguayo, en 1828.

Pero sobre todo habrá de indagarse el *impacto económico y social* de todos estos procesos, en torno a dos cuestiones centrales: la formación de una base social rural primigenia, codificada tanto en la historiografía dominante como en la periférica en torno a la noción de sociedad *gaucha*, y la formación de unas formas *no atlánticas* de producción ganadera. Si algo queda claro en torno a esto último, es que el paisaje agrario (ganadero) del norte del Río Negro tenía raíces propias y autónomas de aquel paisaje agrario (también ganadero, pero no por eso idéntico) que se desarrollaría en el sur atlántico, al influjo de la liberación del comercio de la segunda mitad del siglo XVIII y acompañando el ritmo de la expansión de las ciudades portuarias. Sobre esto trata el apartado siguiente.

#### 4 La conformación de paisajes agrarios diferenciados en el territorio uruguayo: una propuesta para su estudio

Podría ser útil contar con dos conceptualizaciones que nos ayuden a comprender y analizar mejor la economía y la sociedad del Uruguay rural pre-moderno<sup>53</sup>.

Así, resulta fácil postular un *paisaje sur atlántico*, que coincide territorialmente con el sur geográfico del Uruguay actual: está claramente delimitado por el Río de la Plata, el Río Uruguay y la cuenca de lagos que desemboca en el Atlántico. Aunque la versión dominante no ha establecido conceptualizaciones específicas para regiones diferentes, de hecho su caudal documental está mucho más referido a los territorios sureños que norteños, en buena medida por una cuestión de disponibilidad de fuentes, pero también por su inadvertido sesgo *montevideocéntrico*. Así, puede decirse que el paisaje agrario del Sur Atlántico ha merecido gran atención por historiadores de todas las corrientes y es mucho mejor conocido que el otro, siendo su imagen establecida la que hemos presentado en el apartado 2.

<sup>53</sup> No debe perderse de vista el carácter de *dispositivo heurístico* de estas conceptualizaciones, evitando la tentación de querer ver en ellas realidades inmanentes.

<sup>54</sup> GELMAN, J. *Campesinos y estancieros*. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

<sup>55</sup> PÉREZ, O. A. Modos de producción ganadera y trabajadores rurales. La campaña oriental en la segunda mitad del siglo XVIII. Mimeo. Ponencia presentada en las *Primeras Jornadas de Historia Económica* de la Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, 1995.

<sup>56</sup> GELMAN, J. *Op. cit.*

<sup>57</sup> MORAES, M. I. & POLLE-RO, R. Formas familiares y estructura ocupacional en la ganadería uruguaya pre-moderna. Un estudio de caso: Minas, 1855. Mimeo. Ponencia presentada en el XIII *Congreso de Historia Económica* de la Asociación Internacional de Historia Económica, Buenos Aires, 2002.

<sup>58</sup> GELMAN, J. *Op. cit.*

<sup>59</sup> FREGA, A. Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana. *Primeras Jornadas de Historia Regional Comparada*. Montevideo, 2000.

<sup>60</sup> MORAES, M. I. & POLLE-RO, R. Formas familiares y estructura ocupacional en la ganadería uruguaya pre-moderna. Un estudio de caso: Minas, 1855. *Op. cit.*

<sup>61</sup> MORAES, M. I. & POLLE-RO, R. Formas familiares, estructura productiva y categorías ocupacionales en el Uruguay de la primera mitad del siglo XIX: un estudio de caso, Canelones 1836. Mimeo. Ponencia presentada en las *III Jornadas de Historia Económica* de la Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, 2003.

<sup>62</sup> GELMAN, J. *Op. cit.*

<sup>63</sup> GELMAN, J. *Op. cit.*  
MORAES, M. I. & POLLE-RO, R. Formas familiares y estructura ocupacional en la

En los últimos años historiadores argentinos y uruguayos han cuestionado algunos rasgos esenciales de esa imagen en diversos trabajos sobre períodos que cubren desde el siglo XVIII hasta la mitad del siglo XIX, en un proceso en el cual resultó seminal la obra del argentino Gelman sobre Colonia y Soriano<sup>54</sup>. Aunque todavía no ha madurado una versión alternativa más o menos completa, y menos aún ha llegado a las aulas, parece que están puestas las bases para matizar algunas líneas centrales del saber establecido sobre los paisajes agrarios con anterioridad a la transformación capitalista de la segunda mitad del siglo XIX. Se ha brindado una visión mucho más compleja sobre las *estancias de alzados*<sup>55</sup> que relativiza la simplicidad y sobre las *vaquerías*; se ha cuestionado la exclusividad de la explotación del vacuno en las zonas de Colonia y Soriano<sup>56</sup> y de Minas<sup>57</sup>; ha sido reivindicada la importancia de la agricultura triguera, y lo que es más importante, su relación con la ganadería en Colonia y Soriano<sup>58</sup>, en Maldonado<sup>59</sup>, en Minas<sup>60</sup> y en Canelones<sup>61</sup>; ha sido revisado el papel de la mano de obra esclava en la ganadería sureña<sup>62</sup>, y ha sido planteada la hipótesis de la existencia de un campesinado pastor y agrícola articulado a la existencia del latifundio productor de cueros para la exportación, en diversas zonas de ese *Sur Atlántico*<sup>63</sup>.

Si el *Sur Atlántico* tiene la facilidad de que su definición coincide con la representación mental que cualquier nacional tiene de la zona (geográfica) “sur del Uruguay”, el Norte es mucho más complejo de definir. No es igualmente fácil definir una región Norte con pertinencia histórica para entender la economía y la sociedad rurales del Uruguay pre-moderno. Claramente no es el norte geográfico del país de hoy, es decir, el que delimita entre los ríos Uruguay, Cuareim y Negro. Ese Norte así definido es un recorte artificial y sin sentido de un todo mayor, que sí es históricamente significativo: una suerte de *Norte Grande* que incluye, además de la porción uruguaya al norte del Río Negro, buena parte del litoral argentino y la mitad meridional del actual estado brasileño de Rio Grande do Sul. La historiografía *gaúcha* y la argentina-mesopotámica recientes han profundizado en las peculiaridades de los paisajes agrarios de estas regiones<sup>64</sup>, a menudo corrigiendo versiones también pre-establecidas. Falta sin embargo el esfuerzo por integrar la vasta pradera de lo que hoy es el norte del estado uruguayo al análisis de ese Norte Grande. Al respecto sólo es posible adelantar algunas hipótesis y conjeturas fragmentarias, aun a riesgo de no poder actualmente responder sobre la factibilidad de su contrastación.

ganadería uruguaya pre-moderna. Un estudio de caso: Minas, 1855. *Op. cit.*  
MORAES, M. I. & POLLEIRO, R. Formas familiares, estructura productiva y categorías ocupacionales en el Uruguay de la primera mitad del siglo XIX: un estudio de caso, Canelones 1836. *Op. cit.*

<sup>64</sup> DJENDEREDJIAN, Julio C. ¿Un aire de familia? Producción ganadera y sociedad en perspectiva comparada: as fronteras rioplatenses a inicios del siglo XIX. In: HEINZ, Flavio M. & HERRELEIN Jr., Ronaldo. (orgs.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

En primer lugar queda claro, a la luz del relato presentado anteriormente, la conveniencia de desterrar el concepto de “campo vacío” y sustituirlo por la noción menos fácil pero más cierta, de un territorio originalmente ocupado por etnias indígenas con diverso grado de desarrollo, que desarrollaron diversas estrategias de convivencia con los conquistadores blancos, cuya presencia condicionó las formas de ocupación del territorio y la formación de los paisajes agrarios, a pesar de su baja densidad demográfica.

En este marco, el espacio definido al norte del Río Negro entre el Río Uruguay y la Laguna Merím parece haber funcionado de articulador entre diversos paisajes agrarios que le rodeaban, y que iban desde el paisaje agrícola ganadero del litoral argentino hasta los focos mercantiles situados en torno a Montevideo, Buenos Aires y Río Grande, con sus respectivos entornos agrarios. Hacia las últimas décadas del siglo XVIII es posible ver en este espacio articulador una intensa actividad de intercambio de bienes agrarios producidos en estos diversos paisajes: tropas vacunas, caballos, cueros, yerba, tabaco, lienzos. Algunos de estos bienes parecen haber circulado simultáneamente como mercancías y como medios de pago, incluso de pagos por el trabajo. De hecho, ciertos fenómenos sugieren la existencia de un mercado de trabajo regional muy activo: arreadores y troperos que a menudo eran también jornaleros agrícolas en períodos de zafra de las zonas con mayor desarrollo de cultivos, por no hablar de la facilidad con que personal militar de campaña, tanto del lado español como del portugués, alternaba sus funciones represivas con las de arreador y tropero. El ancho mundo del contrabando, que tanto acaparó la atención de las fuentes y de los historiadores del período artiguista, permite entrever un activo mundo de intercambios de bienes y de mano de obra entre las diversas zonas del *Norte Grande*. Así, ingresa al análisis un mercado interior de bienes agrarios que en la visión dominante, de sesgo sureño, no estaba, así como un mercado de trabajo que aparecía “escondido” por la cuestión del contrabando.

La apropiación de la tierra en los territorios al norte del Río Negro ha sido presentada como un fenómeno relativamente tardío, resultado de la extensión de los grandes latifundistas portuarios hasta los confines de la Banda Oriental, donde la predominancia del latifundio acabó por reproducirse y ampliarse para dar lugar a una estructura de la propiedad territorial que reproduce en escala mayor los males de la del sur. Una vez que se cuestionan el modo y el ritmo de la ocupación del espacio que prescribe la versión

tradicional, se abre la necesidad de conocer los verdaderos orígenes de una estructura de la propiedad territorial que hacia el 1800 ya era, de cualquier manera, gran-latifundista. En particular parece necesario conocer y evaluar mejor el papel de las oligarquías provinciales del litoral argentino y del sur de Río Grande en la apropiación del suelo, en los diferentes períodos que van desde los comienzos del siglo XVIII hasta la mitad del siglo XIX, donde por cierto no son evidentes las líneas de continuidad en esta materia. Corresponde también identificar sub-regiones, ya que a priori no es evidente la consagración simultánea de una estructura latifundista en toda el área territorial del norte uruguayo, y desde luego, profundizar en las formas de producción ganadera de la región, sobre la hipótesis de una especie de división del trabajo en zonas de cría (el litoral “argentino”), zonas de invernada (el norte “uruguayo”) y bocas de salida (Río Grande) a escala del *Norte Grande*. El análisis de las formas de producción ganadera no debería asumir una división tajante entre el intercambio de bienes agrarios (animales, cueros, yerba, tabaco) y la producción de éstos, por lo cual la vieja cuestión del contrabando debería ser re-visitada en tanto espacio de intercambios intensos, tanto de bienes como de factores agrarios, a escala regional. Un aspecto crucial resultará, en este aspecto, la cuestión de las formas de trabajo rural predominantes en el Norte. Tradicionalmente se ha identificado a la región con los changadores y contrabandistas, una masa mas o menos informe de personajes parcialmente sometidos a relación salarial y propensos al delito y la violencia, que no habría dado lugar a asentamientos poblacionales de entidad ni a formas complejas de vida social. Se sabe muy poco sobre la existencia de formas de aparecería y su eventual importancia o debilidad, se sabe poco o nada sobre la práctica de cultivos en zonas del norte, así como sobre la participación de otras categorías diferentes del vacuno en la ganadería, y todo parece resumirse en la imagen de partidas móviles de gauchos que arrear, atravesando inmensas extensiones de tierras incultas, unas tropas frecuentemente robadas.

Esta imagen, aunque seguramente captura aspectos reales, debería ser revisada en congruencia, en primer lugar, con las etapas de la penetración misionera-guaraní que se postularon en el apartado anterior; en segundo lugar, con lo que se sabe sobre la fundación de villas y pueblos en el norte uruguayo en esos períodos (un campo del saber historiográfico cuyos resultados están todavía inexplorados en su mayoría, a los efectos de una interpretación integral

sobre el proceso de ocupación del espacio), y finalmente, con una imagen más ajustada de las formas productivas y las formas de trabajo rural. Una mirada diferente a la geografía del artiguismo, en este sentido, resulta sugerente de la importancia estratégica de un entramado poblacional precario pero operativo en el *Norte Grande* del 1800: no sólo el caudillo desplegó lo fundamental de su actividad como Blandengue en estos territorios norteros, no sólo parece haber conocido allí los problemas rurales de la región que luego tanto singularizarían su acción política, si no que allí sentó sus cuarteles en plena lucha revolucionaria, allí armó y desarmó alianzas políticas y militares, allí reunió sus jefes militares y a su pueblo cuando las circunstancias lo exigieron, y allí libró y perdió su campaña final contra el enemigo portugués. Lejos de un *desierto de indios*, la región nortera aparece en esta óptica como un escenario principal de procesos económicos, sociales y políticos de gran trascendencia histórica.

## 5 Comentario final

Romper con la arraigada noción de la existencia de un paisaje agrario único, dominante en todo el territorio uruguayo desde periodos remotos, tiene implicaciones tanto metodológicas como conceptuales.

Desde el punto de vista metodológico, implica en primer lugar una renuncia radical del marco geográfico acotado por el Uruguay moderno como un marco referencial útil. La investigación histórica se “abre” así a espacios y procesos cuya exploración no debe sujetarse a la disponibilidad nacional de fuentes, por más dificultoso que esto pueda resultar. En todo caso, la dificultad para acceder a los recursos necesarios debería resolverse acotando la base empírica de las investigaciones y aceptando las consecuentes limitaciones en el análisis, pero no renunciando a su correcta especificación espacial. Constituye también una invitación a una actitud diligente y cooperativa entre investigadores de diferentes países que hoy están implicados territorialmente en este espacio, en tanto define una agenda muy sencilla de investigación en común: conocer mejor la economía y la sociedad rurales de un espacio integrado económica y socialmente hasta por lo menos la formación de los estados nacionales, como era ese *Norte Grande*. En este sentido, implica intentar una estrategia de investigación que intente capitalizar la madurez institucional de las universidades y centros nacionales de investigación, sugiriendo una estrategia concertada, capaz de articular recursos materiales, humanos y heurísticos de diverso caudal.

Desde el punto de vista conceptual, asumir como hipótesis una diferenciación de los espacios agrarios en el punto de partida de la historia del país constituye una ruptura con la arraigada convicción de la intemporal homogeneidad económica y social del Uruguay. La temprana diferenciación territorial habría tenido efectos sobre la vida material, social y cultural posterior, y aun cuando se asuma que alguna vez en periodos posteriores esta diferenciación se eliminó, entonces cabe preguntarse cuándo y cómo. Un amplio abanico de preguntas se abre por este camino (aquellas que apuntan a dilucidar las especificidades de cada paisaje agrario) pero tal vez, también aparezcan algunas respuestas a cuestiones hasta ahora oscuras incluso en la versión establecida: *¿quiénes* eran y de *dónde* venían los habitantes de la campaña que no fueron traídos expresamente por las autoridades españolas? *¿cómo*, de qué y sobretodo *dónde* vivían aquellos gauchos implicados en el contrabando de tropas y mercancías, una vez que este mercado está conformado y funciona activamente? *¿es realmente blanco* (europeo) en términos culturales el Uruguay rural del Norte, o hay por el contrario un Uruguay hondamente *mestizo* que sociólogos, antropólogos e historiadores del siglo XX se negaron a ver? *¿el pasado misionero* pudo tener algo que ver con una religiosidad rural que sobrevivió con creces al Uruguay laico del siglo XX? Y finalmente: parece claro que hacia 1800 convivían en lo que hoy es el Uruguay estos dos espacios, el Sur Atlántico y el Gran Norte, lo cual no quiere decir que funcionara a la altura del Río Negro un muro de cristal que los mantuviera incomunicados. Por el contrario, de la interacción de estos dos paisajes agrarios debería dar cuenta no sólo una historiografía nueva sobre la economía y la sociedad rurales anteriores a 1860, si no una historiografía que re-abriera las clásicas cuestiones del proceso revolucionario (1810-1830) y de la formación del Estado moderno en el Uruguay (1870-1910).

María Inés Moraes es licenciada en Historia, magíster en Historia Económica y profesora en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, Montevideo, Uruguay. [imoraes@fcsu.edu.uy](mailto:imoraes@fcsu.edu.uy)



## INTERVENÇÕES HUMANAS NA NATUREZA AMAZÔNICA (SÉCULO XVII AO XIX)

---

*Kelerson Semerene Costa*

**E** escrever sobre a história ambiental em regiões como, por exemplo, a Mata Atlântica, no Brasil, ou a costa mediterrânea, na Europa, requer um grande esforço de reconstituição de paisagens há muito desaparecidas. Mas, teria motivos o historiador ambiental para se dedicar à história da Amazônia, região cuja cobertura florestal apenas nas últimas décadas tem sido submetida a um intenso processo de destruição? Pesquisas demonstram que, naquela região, as relações entre o homem e o mundo natural sempre estiveram marcadas por importantes transformações, algumas delas anteriores à chegada dos europeus. A ação humana pré-colonial sobre a natureza amazônica

legou produtos culturais que, em virtude das descontinuidades na ocupação de alguns sítios, foram recobertos por espessas camadas de sedimentos ou por densa vegetação, como que mimetizando a natureza. Por outro lado, a ação da sociedade colonial/nacional sobre o meio natural resultou em ameaças de extinção de espécies animais, em “crises ambientais” de caráter localizado e, ao mesmo tempo, em instrumentos legais destinados a controlar o acesso aos recursos naturais e a coibir sua destruição. São falsas tanto a noção de que o século XX herdou uma floresta virgem, quanto a idéia de que os europeus aqui encontraram uma natureza intocada.

Em comparação com a Mata Atlântica, intensamente explorada desde o século XVI e de cuja cobertura original restam apenas cerca de 7%, a Floresta Amazônica apresenta-se relativamente pouco alterada, restando dela ainda incólumes cerca de 80%. Mais ainda, embora a fixação colonial na região amazônica remonte ao início do século XVII, somente nas três últimas décadas do século XX registrou-se um processo de exploração da floresta em intensidade capaz de ameaçar sua sobrevivência e levar ao seu esgotamento no decorrer do século XXI. A persistência da floresta, aliada à tradicional noção de que a Amazônia é “terra sem história”, reforçou a idéia de que aquela região é dotada de uma “natureza intocada”.

Porém, ainda que não tenham sido capazes de alterar decisivamente o meio, visto em seu conjunto, legando, assim, às gerações que se seguiram a impressão de uma terra virgem e deserta, as intervenções dos europeus e seus descendentes sobre a natureza amazônica, entre o século XVII e meados do século XX, são objeto relevante para o historiador. Mesmo que muitas delas passem, hoje, despercebidas, foram significativas para o processo colonizador e revelam aspectos importantes para a compreensão das relações entre sociedade e natureza na região.<sup>1</sup>

## Sambaquis

Em relato produzido no ano de 1876, Domingos Soares Ferreira Penna informa sobre a exploração dos sambaquis do Pará, no litoral como no baixo Tocantins.<sup>2</sup> Seu trabalho é, ainda hoje, citado pelos modernos estudos de arqueologia.<sup>3</sup> Porque, embora sejam poucas as informações nele reunidas, fixou um momento único desses depósitos de conchas e moluscos cuja continuada destruição tornou ainda mais difíceis os estudos para as gerações posteriores de arqueólogos. Ao mesmo tempo, fixou um aspecto da paisagem do litoral do Pará nas últimas décadas do século XIX, duramente transformado pela ação portuguesa e brasileira desde o século XVII.

A utilização de cal produzida a partir da queima das conchas dos sambaquis – regionalmente conhecidos como “minas de cernambi” – teve início ainda no século XVII. Naquele século, em data incerta, fornos foram construídos no Largo da Sé – ao lado do forte do Presépio – e ainda existiam em 1774, sendo demolidos anos depois.<sup>4</sup> A cal, contudo, parece ter sido então empregada em modestas proporções. O barro, a madeira e as fibras vegetais foram,

<sup>1</sup> Os temas apresentados neste artigo foram considerados de maneira circunstanciada em COSTA, Kelerson S. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões* (1616-1920). Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Tese de doutorado. Nesta ocasião, o autor expressa seus agradecimentos ao professor José Augusto Drummond, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

<sup>2</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. vol. 2, p. 123-142. Originalmente publicado nos *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 85-99, 1876.

<sup>3</sup> Conforme, por exemplo, ROOSEVELT, Ana. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPQ/SCT/PR, 1991. p. 103-142 e PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.

<sup>4</sup> CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Ed. da UFPA, 1973. 2 vol. p. 108.

por muito tempo, os principais materiais de construção empregados nas edificações amazônicas. A demanda pelo material aumentou na medida em que as povoações se consolidaram e se ampliaram, multiplicando-se as obras em alvenaria. Por isso, diante da escassez e do caráter fragmentário das fontes de informação, o ritmo de crescimento de Belém parece ser um bom indicador do ritmo de exploração dos sambaquis.

Por cerca de 40 anos, até a segunda metade do século XVII, Belém permaneceu restrita às imediações do Forte do Presépio – fortaleza também construída em madeira, assinalando o sítio de fundação do núcleo urbano, em 1616 –, com pouquíssimas casas e moradores brancos. Só a partir da década de 1660 é que a povoação passou a fazer justiça ao epíteto de “cidade”, na opinião do jesuíta Felipe de Bettendorff. Mais tarde, nas primeiras décadas do século XVIII, expandira-se, distinguindo-se, então, dois bairros: o de Santana, em torno do núcleo original, e o da Campina. Em 1749, contava com 900 fogos,<sup>5</sup> dos quais 450 ficaram vazios, por abandono ou por morte de seus moradores, ao final da grande epidemia de varíola e de sarampo que assolou o Pará desde 1743 até aquele ano<sup>6</sup>. A cidade voltou a crescer nas décadas seguintes, sob o impulso de sua elevação à condição de sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751.

No século XVII, eram raras as edificações construídas em pedra e cal. Em 1662, o padre Antônio Vieira dizia, das igrejas de Belém, que as “paredes são de barro, as colunas de pau tosco e as abóbadas de folhas de palma”<sup>7</sup>. Anos mais tarde, Bettendorff opinava que o Palácio do Governador seria “assaz grandioso, se fora de pedra e cal, e não de taipa de pilão”.

Um século depois, em 1784, Alexandre Rodrigues Ferreira informava sobre as casas existentes e sobre os métodos empregados na sua construção – permitindo distinguir três formas de aplicação da cal de cernambi. Observou ele que, das casas, “muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal”. A maioria delas – havia, então, algo como mil fogos<sup>8</sup> – eram simples, erguidas ao rés do chão, com paredes de “frontal”: as estruturas, formadas por esteios e caibros de acapú e de sepira atados por fibras de timbó-tica, eram preenchidas com barro quase sempre puro. Depois, eram caiadas com cal ou tabatinga. “Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não têm, guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal, revestida de tijolo”. Havia, também, casas mais sólidas e sofisticadas,

<sup>5</sup> São as seguintes as estatísticas populacionais apresentadas por Baena, para a cidade de Belém: em 1749, 900 fogos e 6.574 habitantes; em 1788, 1.083 fogos e 10.620 habitantes; em 1800, 1.822 fogos e 12500 habitantes; em 1825, 1.931 fogos e 13.247 habitantes; e, em 1830, 1749 fogos e 12467 habitantes. BAENA, Ladislau Antônio Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Belém, 1833. p. 3-4.

<sup>6</sup> Conforme CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Op. cit.. p. 183; D’AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: Secult, 1999. Edição fac-sim. de Lisboa: T. Cardoso, 1901, e BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio chorographico.... Op. cit.*

<sup>7</sup> Citado por CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Op. cit.. p. 105.

<sup>8</sup> Continuo recorrendo aos números apresentados pelo *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*, que aponta um total de 1.083 fogos no ano de 1788, quatro anos depois da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

<sup>9</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará*, citado por CRUZ, Ernesto. *História de Belém. Op. cit.* p. 43-44.

<sup>10</sup> SPIX, Johann Baptiste von. & MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, s/d. vol. III. p. 15-16.

<sup>11</sup> Conforme cartas de João Pereira Caldas para as autoridades de Macapá e Mazagão, constantes do Códice 306 do Arquivo Público do Estado do Pará: de 30/8/1776 (Documento 64), de 25/9/1776 (Documento 94) e de 5/12/1776 (Documento 181).

<sup>12</sup> Conforme PROUS, André. *Op. cit.* p. 471.

<sup>13</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 125-130.

“umas com ombreiras e mais ornatos nas portas e janelas feitas de madeira pintada, e outras de tijolo de areia e cal, que finge pedra”<sup>9</sup>. Nessa época, as grandes e sólidas obras desenhadas pelo arquiteto bolonhês Antônio Landi já haviam sido erguidas.

Trinta e cinco anos depois dos registros feitos pelo naturalista baiano, o número de casas de moradia havia praticamente dobrado e, em 1819, Spix e von Martius encontraram ali casas de arquitetura simples e quase sempre térreas, porém “sólidas, construídas, em sua maior parte, de pedras de cantarias”<sup>10</sup>. Alguns anos mais tarde, entre 1835 e 1838, a Cabanagem provocou novo despovoamento, mas a curva ascendente foi retomada na década seguinte. Assim seguiu a expansão de Belém, em ritmo oscilante, mas, em seu sentido geral, crescente. Com ela, oscilou também a exploração dos montes de conchas que eram consumidos para a edificação das grandes casas dos engenhos dos rios Guamá, Moju e Capim, assim como para as obras das vilas de Macapá e Mazagão.<sup>11</sup> Muitos deles, certamente, foram reduzidos a pó nos anos em que o comércio da borracha conduziu à transformação do perfil dos principais núcleos urbanos – onde se ergueram teatros, palacetes, pontes, portos e praças – e mesmo ao surgimento de novas povoações e ao renascimento de outras, até então quase adormecidas.

Embora só indiretamente, por meio do acompanhamento da evolução urbana da região, possamos ter uma idéia do comportamento da atividade caieira, quando Ferreira Penna visitou as imediações do lugar de Salinas, 216 anos depois da fundação de Belém, os colonos haviam esgotado uma impressionante quantidade daquelas reservas que, uma a uma, foram convertidas em minas. Tão marcante foi a exploração dos sambaquis que, quando a arqueologia incorporou o que deles restava como sítios de pesquisa, o período de ocupação humana de que eram testemunho foi batizado com o nome de “Fase Mina”.<sup>12</sup> Das sete minas visitadas por Ferreira Penna nas imediações de Salinas, apenas quatro continuavam em atividade; as outras estavam esgotadas e eram consideradas “sambaquis extintos”<sup>13</sup>.

A atividade de produção de cal evidencia a grande capacidade de transformação da paisagem de que dispunha a sociedade que se organizou em torno de Belém. Os sambaquis formam elevações em diferentes moldes que compõem ou mesmo dominam a paisagem nas áreas em que ocorrem. Inúmeras dessas elevações simplesmente desapareceram, reduzidas a pó. A mina da Coroa Nova, por exemplo, formava, antes, uma alta colina, mas, em 1876, seu

<sup>14</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 128-129.

<sup>15</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 131.

<sup>16</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 131.

<sup>17</sup> FERREIRA PENNA, D. S. Breve notícia... . *Op. cit.* p. 133. Grifo meu.

<sup>18</sup> Conforme AB'SABER, Aziz. Ambiente e culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 236-254, 1987.

<sup>19</sup> AB'SABER, Aziz. Ambiente e culturas:... . *Op. cit.* p. 243-244. A esse respeito, sugiro também a leitura da interessante descrição da "vida cotidiana num sambaqui", feita com base nos estudos realizados sobre os sambaquis do litoral sul e sudeste, por PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. *Op. cit.* p. 263-265.

<sup>20</sup> Uma outra data, sobre a qual não há consenso em virtude do método por meio do qual foi obtida, remeteria essa ocupação para 5.200 anos Antes do Presente. Conforme PROUS, André. *Op. cit.* p. 471. "Salgado" é a denominação para o litoral marítimo do Pará, entre Belém e o limite com o Maranhão.

<sup>21</sup> Estima-se que, no litoral sul e sudeste, os construtores de sambaquis tenham desaparecido ou migrado cerca de 400 anos antes da chegada dos europeus.

<sup>22</sup> Como informou, em 1662, Maurício de Heriarte: "Toda esta costa foi povoada de Índios naturais, porque em todas as bocas dos rios havia grandes povoações deles que com o tempo se despovoaram, e se meteram pela terra dentro". HERIARTE, Maurício de. A descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas de Maurício de Heriarte. In: PAPÁVERO, Nelson. *et al.* *O novo Éden*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 224.

horizonte limitava-se aos troncos de mangue, e sua altura sobre o nível do igarapé não excedia seis metros.<sup>14</sup> No estuário do rio Pará, os sambaquis de Curuçá e Jassapetuba "estavam ainda mais destruídos do que os da costa marítima"<sup>15</sup>. Em 1876, nenhum deles se elevava "sensivelmente acima do terreno circunvizinho"<sup>16</sup>. Ademais, "informações exatas" davam conta da existência de "um extenso cordão [de sambaquis] que começa oito milhas ao S. e termina quatro milhas ao N. de Cameté, todos no mesmo estado e condições dos dois já descritos"<sup>17</sup>.

Entretanto, além da transformação da paisagem, a exploração dos sambaquis evidencia que o meio sobre o qual atuaram os colonizadores não havia sido formado unicamente pela ação de forças físicas independentes da ação e da vontade humanas. É certo que o surgimento dos sambaquis em grandes extensões da costa brasileira dependeu da combinação e da sucessão de diversos fatores ambientais que criaram as condições tanto para a fixação de determinados grupos humanos como para o desenvolvimento, em profusão, de certa fauna que se constituiu na principal fonte de alimentos.<sup>18</sup> Mas também é certo que aquelas elevações encontradas pelos portugueses desde o século XVI eram artefatos culturais que não resultaram do simples ato de acumular detritos alimentares, sendo dotados de "alto significado cultural". Desempenhavam papel estratégico, ao oferecerem ao observador o domínio do espaço a longas distâncias, e eram sítios de práticas rituais e sepultamentos.<sup>19</sup> Os sambaquis eram, enfim, o registro de uma ocupação humana que, no Salgado, ter-se-ia iniciado há aproximadamente 4.500 anos.<sup>20</sup> A ocupação conheceu diferentes fases. Em período incerto, mas bem antes da colonização portuguesa,<sup>21</sup> os construtores de sambaquis já haviam desaparecido do litoral paraense, cedendo lugar a grupos que, cada vez mais, relacionavam seu modo de vida à floresta tropical, conferindo importância crescente à caça, à coleta de frutos silvestres e à agricultura, diminuindo, então, a importância da coleta de moluscos para a alimentação.

Formaram-se, assim, os sambaquis, pela alternância de momentos de ocupação com hiatos entre as diferentes fases da presença humana – quando eram abandonados apenas aos agentes naturais. André Prous admite que os povos que viveram na costa entre o Maranhão e o Pará até meados do século XVII<sup>22</sup> ainda faziam uso dos sambaquis, em alguma medida, ao considerar que uma urna funerária mencionada por Ferreira Penna poderia "ter sido obra de outra cultura posterior, por exemplo dos Tupinambás que ocuparam a

<sup>23</sup> PROUS, André. *Op. cit.* p. 473.

região no século XVII, e podem ter reaproveitado o sambaqui<sup>23</sup>. De toda sorte, na medida em que a sua função decrescia, tendendo ao desaparecimento, os depósitos de conchas incorporavam-se progressivamente à paisagem e foi assim, como formas de relevo recobertas por densa vegetação, muitas vezes cercadas pelo mangue, que aqueles artefatos se apresentaram aos colonizadores europeus.

## Tesos

<sup>24</sup> Informações sobre arqueologia de Marajó foram tomadas em PROUS, André. *Op. cit.* p. 473-507.

<sup>25</sup> Deve-se notar que essas fases não se sucedem rigorosamente, observando-se sincronia parcial entre elas (AP: Antes do Presente).

Fenômeno da mesma ordem são os tesos da ilha de Marajó.<sup>24</sup> Essa ilha, assim como as suas vizinhas Caviana e Mexiana, além da costa do Amapá, registra cinco fases<sup>25</sup> de ocupação anteriores à chegada dos europeus: Ananatuba (3.500 a 2.200 AP), Mangueiras (3.092 a 1.800 AP), Formiga (2.100 a 1.600 AP), Marajoara (1.500 e 700 AP) e Aruã, a última fase de ocupação anterior aos europeus, desenvolvida, sobretudo, no Amapá – assentando-se nas pequenas elevações rochosas naturais aí existentes –, mas também em Marajó, desde o século XIII até o século XVIII, quando os Arawak históricos desapareceram da região em consequência do contato com os europeus.

Todas essas fases são conhecidas a partir de sua respectiva produção cerâmica, mas foi a fase Marajoara aquela que atingiu maior expressão técnica e estética em seus artefatos. Foram também os marajoaras os grandes construtores de tesos, aterros cuja função era proporcionar moradia, campos de cultivo e campos sepulcrais ao abrigo das enchentes periódicas, por isso é que se espalharam às centenas, sobretudo pela porção oriental da ilha, dominada por uma extensa planície de campos inundáveis durante boa parte do ano. As elevações naturais máximas de Joanes atingem apenas seis metros e, em sua porção oriental, são ainda inferiores. Os tesos, por seu turno, pouco se destacam por suas dimensões. Poucos se elevam acima de 6 ou 10 metros e a maior parte não passa de 0,5 até 5 metros acima do nível máximo das águas. A maior parte estende-se entre 10 e 70 metros e nenhum tem mais do que 140 metros de comprimento. Mas espalham-se em grande quantidade por vastas áreas, integrando-se à paisagem e ao relevo da região. São conhecidos mais de 400 tesos.<sup>26</sup> Muitas vezes, ocorrem em grupos, em que uma estrutura maior aparece rodeada por estruturas menores. Quando os europeus chegaram à grande ilha, o período de construção dos tesos havia se encerrado 300 anos antes, e as elevações devem ter-lhes parecido formações naturais. Um dos tesos mais conhecidos e um

<sup>26</sup> Conforme ROOSEVELT, Ana. *Op. cit.* p. 122.

dos primeiros a serem investigados – por Ferreira Penna e, antes dele, por membros da Comissão Geológica, como Hartt, Derby, Jobert e Schwacke – recebera o nome de Pacoval, por ter grande parte de sua superfície coberta por pacoveiras.<sup>27</sup> Muitas outras plantas também medravam nesse montículo que se elevava sobre uma ilha no grande lago de Arari – em torno do qual se concentram os principais sítios da fase Marajoara até hoje identificados –, ocultando as origens de sua arquitetura. Assim é que, ainda em 1905, Vicente Chermont de Miranda (1850-1907) – engenheiro civil e proprietário de fazendas de gado que se dedicava ao estudo da ilha – incluía o verbete “teso” em seu *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha do Marajó*, definindo-o nos seguintes termos, precedido de um asterisco a indicar o uso restrito a Joanes:

\*TESO, *s. m.* – Parte elevada do campo que não alaga durante a cheia. Ex.: ‘É nos tesos que malha o gado durante o inverno. § Ilha de grande superfície. Sinônimo teso, ilha, alto, escalvado. Teso é o termo oposto a baixa; todo o terreno que durante as inundações emerge é teso. Ex.: ‘A fazenda São Lourenço tem mais tesos do que baixas’. Ilha é o teso de menores dimensões. Um teso pode ser formado por diversas ilhas separadas umas das outras por pequenos regos ou baixas. Ex.: ‘O teso do Jutai é composto de seis ilhas, duas grandes e quatro pequenas’. Alto é o terreno, nas fazendas de campos baixos, menos elevado do que a ilha ou o teso, o qual entre fevereiro e maio é coberto por meio a um palmo d’água. Escalvado é o alto rodeado de plantas fruticasas como o piri, a aninga, a partasana.<sup>28</sup>

Dois anos depois, em 1907, Jacques Huber, responsável pela seção botânica do Museu Goeldi, fazia publicar no boletim do museu, com anotações suas, outro texto de Chermont de Miranda: *Os campos do Marajó e a sua flora, considerados sob o ponto de vista pastoril*. Ao recorrer também aos conhecimentos de Huber – sobretudo para uma precisa classificação botânica de acordo com padrões da nomenclatura científica –, o autor descreve quase uma centena de espécies de plantas forrageiras e outro tanto de não-forrageiras que ocorriam no Marajó. Mais do que simples enumeração de espécies, Chermont de Miranda estabelece verdadeiras fitofisionomias, ao descrever a flora a partir de suas particulares zonas de ocorrência, associadas sempre ao relevo. Divide, assim, os campos insulares em quatro categorias: os campos altos e os tesos, os campos medianamente alagados, as baixas profundas e os mondongos.<sup>29</sup> Mais uma

<sup>27</sup> Conforme FERREIRA PENNA, D. S. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna. Op. cit.*, vol. 2. p. 143-175.

Pacoveira: planta da família das Musáceas, variação da bananeira, que produz frutos cujo consumo usualmente é feito mediante cozimento ou fritura (às vezes é chamada de banana da terra ou banana de São Tomé).

<sup>28</sup> MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha do Marajó*. 2. ed. Belém: UFPA, 1968. p. 88.

<sup>29</sup> MIRANDA, Vicente Chermont de. Os campos do Marajó e a sua flora, considerados sob o ponto de vista pastoril. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, tomo V, 1907-1908, p. 98.

vez, os tesos aparecem totalmente *naturalizados* e, se no *Glossário paraense*, eram definidos como uma forma do relevo, aqui, se lhes associava uma particular vegetação.

Embora Chermont de Miranda tenha assinalado o emprego local do termo *teso*, restrito ao Marajó, essas estruturas ocorrem em diversas outras áreas da Amazônia, muitas vezes ocultas pela floresta, como revelam diversas pesquisas arqueológicas.<sup>30</sup>

## Despovoamento e abandono

A naturalização de artefatos culturais como consequência da descontinuidade da ocupação humana não ocorreu apenas em virtude de processos anteriores ao século XVI. Verificou-se, também, ao longo dos séculos seguintes, até o século XX, pois à rápida ampliação dos domínios lusos – os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que definiram, em linhas gerais, as atuais fronteiras amazônicas do Brasil, foram firmados, respectivamente, 135 e 157 anos após a expulsão dos franceses do Maranhão –, não correspondeu uma sólida e efetiva ocupação colonial, que foi sempre instável e marcada por oscilações e descontinuidades, assinaladas por dois tipos de fenômenos complementares.

Em primeiro lugar, os agentes coloniais muitas vezes provocaram o desaparecimento de diversos povos em regiões que só seriam efetivamente ocupadas décadas ou mesmo séculos depois. Por exemplo, a região do Alto Solimões era freqüentada por caçadores de escravos muito antes que qualquer estabelecimento colonial – religioso, militar ou civil – fosse aí fixado, na primeira metade do século XVII. Assim, em meados do século XVIII, após pouco mais de um século da fundação de Belém, quase todos os povos da várzea do Amazonas/Solimões estavam extintos e muitos desapareceram antes mesmo que os portugueses pudessem ocupar a região por eles habitada e antes que os agentes religiosos pudessem substituí-los pelos índios deslocados de seus territórios originais até os aldeamentos missionários. Criaram-se, desse modo, verdadeiros vazios demográficos, nos quais a floresta voltou a crescer, recuperando para o seu domínio áreas antes modificadas pelo homem, cujas obras de arte foram incorporadas à vegetação.

Em segundo lugar, além do despovoamento pela destruição de populações autóctones, mesmo os povoamentos coloniais muitas vezes eram abandonados e resultavam em ruínas. Criados, quase sempre, como local de apoio às atividades do extrativismo, à captura de escravos, à concentração

<sup>30</sup> De acordo com Ana Roosevelt: “Todas as grandes bacias de rios aluviais mostram essas culturas construtoras de tesos, e trabalhos preliminares nos interflúvios têm revelado importantes complexos dessas construções. Esses montes artificiais cobrem muitos milhares de quilômetros quadrados nas planícies da costa da Guiana, nas várzeas do Médio Orinoco, na Amazônia Boliviana, em afluentes da margem sul e no Delta do Amazonas. [...] O local de acampamento dos Sirionó [em território boliviano, no rio Beni, formador do Madeira] não é formado por florestas originais, mas sim por matas-galeria que cresceram sobre os grandes tesos pré-históricos, construídos como plataformas para núcleos urbanos e para cemitérios de urnas, de onde se vislumbram restos e canais de irrigação.” ROOSEVELT, Ana. *Op. cit.*, p. 120 e 131.

da força de trabalho indígena, ou para a defesa das fronteiras coloniais, os núcleos de ocupação ressentiam-se de diversas limitações: disponibilidade irregular de mão-de-obra, em razão das freqüentes fugas e revoltas indígenas, bem como da elevada mortalidade dos trabalhadores; grandes distâncias e dificuldades de comunicação e transporte; doenças endêmicas, como a malária, ou epidemias, como a varíola e o sarampo – em virtude dos quais Belém perdeu quase metade de sua população, em meados do século XVIII; esgotamento local de recursos naturais, explorados segundo métodos predatórios; ou oscilações da cotação dos produtos da floresta no mercado internacional.

Desse modo, a sustentabilidade dos núcleos de povoação era constantemente posta à prova e, com efeito, muitos conheceram o arruinamento. Entre os últimos anos do século XVIII e meados do século XIX, haviam desaparecido os lugares de: Alcobaça e São Bernardo da Pederneira, no rio Tocantins; Redondo, no termo da vila de Bragança; Tentugal, nas vertentes do rio Caeté; Catanhede, entre os rios Guamá e Caeté; Serzedelo, no rio Gurupi; Porto Grande, acima da vila de Ourém; Penacova, nas proximidades de Belém; Porto Salvo e Penalonga, no termo da vila de Vigia; Fragoso, no rio Jari; e a vila Vistosa da Madre de Deus, no rio Anauarapucú, ao sul de Macapá.<sup>31</sup>

Os lugares de São Marcelino, Conceição, São Philipe e São Martinho, no rio Branco, a vila de São José do Javari, no Solimões,<sup>32</sup> e a povoação de São Matias, no rio Japurá, criados sob o impulso da demarcação de limites com os domínios espanhóis, nas últimas décadas do século XVIII, desapareceram nas três primeiras décadas do século seguinte.<sup>33</sup> Embora tivessem a finalidade de assinalar e assegurar a presença portuguesa em suas fronteiras mais remotas, não resistiram ao caráter precário da efetiva ocupação daquele espaço colonial.

Esse fenômeno não se restringe a um período determinado, mas é recorrente na história regional. Assim, ruínas também resultaram do declínio da economia da borracha, na segunda década do século XX. Do mesmo modo que o *boom* de exploração do látex ocasionou crescimento econômico, introdução de inovações tecnológicas, crescimento urbano, migrações e aumento populacional, a drástica redução das exportações de borracha provocou despovoamento e abandono de povoações, como foram os casos de Airão, Umarituba, São Tomé, Tomar, Castanheiro e Laranjal, no rio Negro, hoje totalmente retomadas pela floresta.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> BAENA, A. L. Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Op. cit., p. 7.

<sup>32</sup> BAENA, A. L. Monteiro. *Ensaio chorographico sobre a província do Pará*. Op. cit.

<sup>33</sup> MARCOY, Paul. *Voyage de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique à travers l'Amérique du Sud*. In: *Tour du Monde (nouveau journal des voyages)*. Paris: Hachette, 1867, tome XV. p. 130.

<sup>34</sup> Sobre o tema do arruinamento na história da Amazônia, consultar LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/EDUnB, 2000.

## O extrativismo: esgotamento de recursos naturais e crises de produção

Em meados do século XIX, quando Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (1848) e Ferreira Penna (1864) percorreram o baixo Tocantins – isto é, o curso do rio Tocantins entre a sua foz e as primeiras cachoeiras – aquela região ainda se apresentava muito fértil para a agricultura e rica em produtos naturais, sendo que o vigor da floresta havia tragado antigas povoações.

O Tocantins, porém, foi um dos primeiros rios explorados pelos portugueses após a fundação de Belém e, passados dois séculos e meio, ainda que se mantivesse vigorosa, a floresta ocultava marcas de intensa exploração. Em meio à enorme diversidade vegetal, já se podiam notar algumas lacunas: as castanheiras, antes abundantes, encontravam-se então apenas nos altos cursos dos rios; também o cravo, a baunilha e o óleo de copaíba só poderiam ser colhidos em locais de difícil acesso, o que causou a indignação de Ferreira Penna:

*Assim, graças à imprevidência ou barbaridade dos seus usufrutuários, o castanheiro, o craveiro, a baunilheira, a copaiabeira, quatro vegetais dos mais estimados pouco a pouco desapareceram ante a força do machado e do terçado daqueles mesmos que os deviam zelar, conservar e cultivar, se tanto fosse preciso.*<sup>35</sup>

<sup>35</sup> FERREIRA PENNA, D. S. O Tocantins e o Anapu. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, vol. 1. p. 115.

<sup>36</sup> FERREIRA PENNA, D. S. O Tocantins e o Anapu. *Op. cit.* p. 126.

Ferreira Penna ficou especialmente assombrado ao verificar o que sucedeu ao cravo, que “bem que outrora ali muito abundasse”, desde muitos anos já não constava “na estatística das produções naturais das margens do Tocantins e mesmo do Anapu”,<sup>36</sup> o que o levou a dedicar algumas páginas de seu relatório a esse protesto indignado. Ele constata o impressionante decréscimo da exportação de cravo entre meados do século XVIII e meados do século XIX.

A extração do cravo era praticada no Tocantins desde o século XVII e, já na segunda metade daquele século, os riscos de esgotamento eram tão evidentes que – como lembrava Alexandre Rodrigues Ferreira, também ele preocupado com o futuro do cravo, bem como com o de outros produtos vegetais – a Coroa portuguesa emitira um alvará, a 22 de março de 1688, proibindo a coleta na região dos rios Capim e Tocantins, sob pena de confisco do produto e de degredo para a fortaleza de Itapecuru.<sup>37</sup> Sem embargo dessas medidas e ponderações, após dois séculos de exploração, o cravo estava esgotado na região do baixo Tocantins e do Anapú e, por volta de 1830, um importante relatório

<sup>37</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG/CNPq, s/d. p. 127.

sobre a situação da província do Pará já não incluía a casca entre as produções de Cametá e Baião, os dois principais núcleos urbanos daquela região.<sup>38</sup>

A *Bertholletia excelsa* também foi, desde cedo, intensamente explorada nas terras altas do Tocantins, por causa de sua entrecasca – a fibra interposta ao tronco e ao cerne. Diversas espécies vegetais, nas mais diferentes regiões amazônicas, fornecem esse tipo de material, empregado por povos indígenas, em geral, como tecido para confecção de vestimentas e de máscaras rituais. Os portugueses logo passaram a empregar a entrecasca das castanheiras como estopa que, untada em breu, servia ao calafeto das canoas, como notaram os jesuítas Antônio Vieira – quando subiu o Tocantins, em 1653<sup>39</sup> – e, um século mais tarde, João Daniel<sup>40</sup>.

Quanto aos frutos, foi no século XIX que as exportações de castanha alcançaram níveis expressivos, sendo mesmo, depois da borracha, “o mais eminente dos produtos extrativos”<sup>41</sup>. A manutenção de elevados níveis de produção de castanha foi possível pelo fato de que a safra dos castanhais não coincide, mas alterna-se com a dos seringais. Quando estes se tornam inacessíveis em períodos de inundação – pois se situam em terras baixas –, aqueles, típicos das terras altas, podem ser freqüentados mesmo em épocas de grande pluviosidade.<sup>42</sup> Embora a coleta de castanhas não representasse ameaça evidente à castanheira, por não depender do seu abate, as árvores não estavam livres de perigos, porque a coleta era sempre acompanhada da velha prática de extrair estopa por meio do abate das árvores.<sup>43</sup>

Apesar dos efeitos verdadeiramente nefastos dos métodos abusivos aplicados a vários produtos da floresta, muitas vezes incidindo sobre o desempenho da economia local, o cravo, a castanheira, a salsa, e muitos outros, ainda que rarefeitos em certas localidades, não estavam extintos ou ameaçados de extinção. Por muito tempo ainda, eles fizeram parte das intermináveis listas que revelavam ao mundo as riquezas da Amazônia. Então, se havia ainda na natureza produtos em quantidade tal que pareceria impossível aos homens esgotá-los, por que se preocupavam aqueles que se dedicaram a refletir sobre o desempenho da economia da Amazônia? A resposta é muito simples, se considerarmos a relação entre a sociedade e a dimensão do espaço amazônico, no período em questão: a disponibilidade de um recurso não depende apenas da sua existência na natureza, mas também da capacidade para alcançá-lo de que dispõe a sociedade que dele pretende usufruir.

<sup>38</sup> O relatório é o *Ensaio Chorográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, mencionado por FERREIRA PENNA, D. S. *O Tocantins e o Anapu. Op. cit.* p. 126.

<sup>39</sup> Citado em MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. p. 326.

<sup>40</sup> DANIEL, João. Tesouro descoberto no rio Amazonas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 95, tomo I, p. 363.

<sup>41</sup> SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1980. p. 182.

<sup>42</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.* p. 184.

<sup>43</sup> “Antes, porém, de retirarem-se do castanhal, muitos ou a maior parte destes colhedores pagam com feia ingratidão ao castanheiro os frutos que lhes deu, despojando seu tronco da casca para reduzi-la a estopa”. FERREIRA PENNA, D. S. *O Tocantins e o Anapu. Op. cit.* p. 125.

Um século antes que Ferreira Penna fizesse soar o alarme para a escassez do cravo no baixo Tocantins e no Anapú, João Daniel já se dava conta dessa riqueza que se tornava inacessível a uma sociedade ribeirinha: em razão das matas intransponíveis, da inexistência de povoações que apoiassem os exploradores, e das ameaças que representavam os “índios bravos”.<sup>44</sup> Por sua vez, Alexandre Rodrigues Ferreira, no último quarto do século XVIII, alertava para o fato de que o esgotamento das reservas mais acessíveis seria extremamente prejudicial à economia extrativista. Em particular quanto às madeiras, afirmava que, embora as matas parecessem infindáveis, era preciso evitar sua “absoluta e indiscriminada” extração nas áreas próximas às margens dos rios, uma vez que “não basta que hajam as madeiras de estima, mas é também preciso que as hajam e se conservem nos lugares mais próximos, e que pela sua proximidade facilitem a sua condução: de outro modo vem a impossibilitar-se pelo tempo adiante a sua extração”<sup>45</sup>.

Também a produção de salsaparrilha viu-se ameaçada.<sup>46</sup> Assim como a castanha, ela medra em terra firme e pode ser coletada mesmo em período de maior pluviosidade – o que é, aliás, preferível, pois o solo seco dificulta sua extração. Portanto, o período de coleta não coincide com o da seringa: começa em janeiro, quando termina a extração do látex, e se estende até março. Por não concorrer em esforços e investimentos com a insuperável seringueira, constituiu-se em um dos importantes itens da pauta de exportações do Amazonas e do Pará.

As expedições poderiam empregar dez ou quinze trabalhadores que, durante aqueles três meses, chegavam a colher entre 150 e 200 arrobas de salsa. Mas as plantas muitas vezes ocorriam em distâncias muito grandes umas das outras, de modo que era “preciso às vezes, andar uma légua e mais para colher-se dez ou doze libras”. Ademais,

*os que se empregam na extração da salsa não esperam passar segunda vez pelo mesmo lugar, e assim as plantas, cujas raízes são arrancadas, ou morrem, ou ficam tão maltratadas que dificilmente podem vingar. Daí veio a extinção dos melhores salsais perto dos povoados. Hoje é preciso ir buscar essa droga importante em lugares remotos, com muito trabalho e risco.*<sup>47</sup>

Assim sendo, impunham-se deslocamentos cada vez maiores, de modo que, embora o período de coleta durasse três meses, “muitos fabricantes [gastavam] 5 e 6 meses, contando com o tempo empregado nas viagens”, para colher aquelas 200 arrobas.<sup>48</sup> Maiores distâncias, mais tempo, mais

<sup>44</sup> DANIEL, João. *Op. cit.* p. 397-98.

<sup>45</sup> DANIEL, João. *Op. cit.* p. 128.

<sup>46</sup> COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: vantagens de sua cultura. Anexo ao *Relatório do presidente da província do Amazonas, Sinval Odorico de Moura*, de 25 de março de 1963. p. 41-51.

<sup>47</sup> COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: ... . *Op. cit.* p. 42.

<sup>48</sup> COUTINHO, João Martins da Silva. Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa: ... . *Op. cit.* p. 42.

trabalho, mais despesas: uma atividade que tendia a tornar-se cada vez menos rentável. Foi o que, provavelmente, sucedeu também ao cravo do Tocantins, ao desaparecer da pauta do comércio local.

### Críticas aos métodos predatórios e “legislação ambiental”

A degradação dos recursos naturais fazia-se acompanhar de críticas e de medidas coercitivas, algumas das quais já ficaram registradas acima. Cabe, aqui, um comentário maior sobre elas.

As eventuais crises da produção extrativista não resultavam apenas dos métodos danosos de exploração da natureza, mas também da organização da atividade extrativista. Isso foi percebido por alguns observadores preocupados, seja com o modelo de colonização aplicado pelo império português, no século XVIII, seja com a organização social e econômica do então jovem império do Brasil, no século XIX. Assim, a crítica aos métodos extrativos predatórios aparece intimamente associada a uma crítica da organização da produção e das bases da economia local. Essa dimensão crítica está presente nos textos de João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira, Silva Coutinho e Ferreira Penna.<sup>49</sup>

No *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, João Daniel propõe um novo modelo de colonização da região. Suas propostas tinham o objetivo de incentivar uma utilização dos recursos naturais da Amazônia por meio da inovação técnica e da reorganização da propriedade e de todo o sistema produtivo, opondo-se à escravidão indígena e à escravidão negra. Opunha-se, também, à exploração extensiva das matas e das drogas do sertão e pregava a adoção de métodos agrícolas alternativos ao caráter itinerante da *derrubada e queima*, que esgotava as matas e as terras disponíveis, recomendando a utilização dos sedimentos férteis das várzeas, a exemplo do que observara junto a alguns povos indígenas. Criticou a destruição das árvores de pau-cravo e denunciou a dizimação das tartarugas e a matança desusada de peixes; sugeriu o cultivo doméstico das drogas do sertão e a criação de peixes e de quelônios.

A conservação dos recursos naturais, em João Daniel, é apenas um corolário de seu projeto social maior, no qual está implícita a idéia de que uma sociedade só pode se manter e se reproduzir se lograr não apenas alcançar os recursos de que necessita, mas, além disso, permitir que eles também se reproduzam. O mesmo acontece com as

<sup>49</sup> Como não cabe neste artigo análise pormenorizada das obras desses autores, remeto os leitores à minha tese de doutoramento, *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*, na qual pude considerar com maior detalhe as obras de João Daniel, Silva Coutinho e Ferreira Penna.

intervenções de Rodrigues Ferreira, Silva Coutinho e Ferreira Penna – embora elas não tenham assumido a dimensão de uma grande reforma como a sugerida pelo jesuíta. Silva Coutinho, por exemplo, também propôs o cultivo de produtos usualmente coletados na floresta, assim como a criação de tartarugas em cativeiro, em substituição à matança desenfreada desses animais que anualmente se promovia nas praias dos rios amazônicos e que mais de um observador denunciou como causa de uma possível extinção da espécie.

As críticas e propostas mais ou menos abrangentes desses autores resultam, por um lado, de anos de experiência e observação das práticas produtivas em vigor na Amazônia dos séculos XVIII e XIX, e da constatação de que o extrativismo – pelo menos tal como ele se organizou na economia colonial – era dotado de grande potencial destrutivo. Mas, ao mesmo tempo, tais propostas derivam de projetos civilizadores que se fundamentam nos pares de opostos: agricultura x extrativismo; estabilidade x nomadismo; cultura x natureza. Postulou-se a organização da economia da Amazônia com base na produção agrícola. Enquanto ao extrativismo correspondem incertezas, riscos, perigos e constante mobilidade – além da destruição indiscriminada dos recursos naturais –, à agricultura associam-se o planejamento, a segurança dos lugares conhecidos e a fixação dos homens em suas estáveis povoações. Mais do que isso, o extrativismo requer que os homens embrenhem-se nas florestas. A agricultura, ao contrário, conquista espaços – que ela domestica – a esses redutos da vida selvagem. A prática da coivara, por exemplo, foi condenada tanto por seu caráter destrutivo, como pelo fato de que, ao ser itinerante, não continha aquele elemento estabilizador próprio dos povos eminentemente agricultores e permitia, quase sempre, o retorno da floresta. Enfim, à oposição agricultura x extrativismo corresponde àquela entre cultura x natureza.<sup>50</sup>

Essas opiniões eram, em geral, compartilhadas por autoridades provinciais que, contudo, viram-se impotentes para alterar a orientação da economia local, já que era justamente o extrativismo que, por meio da exportação, permitia o aumento das rendas provinciais e o enriquecimento de alguns comerciantes locais, ao mesmo tempo em que era a base do comércio interno. A agricultura tampouco conheceu grandes avanços. Enquanto isso, o extrativismo prosseguia, reproduzindo todas aquelas características criticadas desde o século XVIII.

Assim, as tentativas de conter os danos causados pela extração de produtos da floresta não incluíram uma ampla

<sup>50</sup> Aqui, não se propõe apresentar o debate agricultura x extrativismo em toda a sua complexidade. Esse debate prossegue, em nossos dias, porém em bases distintas daquelas em que ele se deu nos séculos passados. Procurei apresentar, apenas, proposições críticas que buscavam alcançar o que hoje chamáramos “sustentabilidade” nos marcos da sociedade colonial. Quanto à validade das teses então apresentadas, em particular a defesa da difusão da agricultura, cabe lembrar que predominava a idéia de que apenas um solo muito fértil poderia suportar uma tão densa floresta, o que, mais tarde, revelou-se falso. Porém, a mesma idéia pode ser encontrada, por exemplo, em escritos dos séculos XVIII e XIX referentes à atual região Centro-Oeste do Brasil, onde os agricultores buscavam, com sucesso, os solos dos “capões” ou manchas de floresta em meio aos campos de cerrado.

reforma social e econômica, limitando-se à adoção de medidas de conservação e de normas de acesso aos recursos naturais, por meio da imposição de penas para as práticas predatórias. Vimos, acima, que medidas de controle da extração de alguns produtos já haviam sido adotadas pela Coroa desde o século XVII. Foi, contudo, na segunda metade do século XIX que elas se difundiram no Amazonas e no Pará, sobretudo na forma de leis municipais, mas, também, de medidas adotadas no âmbito do governo provincial. Inúmeros artigos em diversos códigos de posturas passaram a controlar a derrubada de árvores, a extração de estopa das castanheiras, a prática das derrubadas e queimadas, a pesca, a “viração” de tartarugas e a coleta de seus ovos.<sup>51</sup>

### Considerações finais

Paisagens apenas em aparência naturais, em verdade produzidas pela ação humana; ruína e abandono de povoações; desaparecimento de povos; esgotamento de recursos naturais; espécies animais ameaçadas de extinção; debates, crítica ambiental e projetos de utilização sustentável dos recursos da natureza; legislação restritiva do acesso aos recursos naturais: tudo isso aponta para uma relação entre sociedade e natureza mais dinâmica, complexa e contraditória do que ordinariamente se considera para a Amazônia anterior ao século XX. Além desses, outro fenômeno que com eles se relaciona, mas que não pôde ser tratado nos limites deste artigo, refere-se às transformações na composição da população amazônica, vinculadas à desestruturação e ao extermínio de sociedades indígenas, bem como às grandes migrações de populações do Nordeste para a Amazônia, o que tem grande impacto na forma pela qual os homens concebem e representam a natureza e atuam sobre ela.

O historiador dedicado ao estudo das relações entre o homem e o mundo natural tem, portanto, à sua disposição, diversos temas de investigação. Apesar disso, estudos desse tipo, para a Amazônia, ainda são poucos, pois a preferência dos pesquisadores freqüentemente recai sobre regiões nas quais os resultados da ação humana sobre a natureza, no passado, são mais drásticos e visíveis, e onde a mudança é mais evidente. Enquanto isso, na Amazônia, as transformações ambientais são tema, sobretudo, das investigações sobre o tempo presente.

Além disso, desde o século XVIII, pesa sobre a Amazônia o estigma de ser uma “terra sem história”. Embora tal estigma esteja sendo combatido pela multiplicação

<sup>51</sup> As castanheiras mereceram lugar especial nessa legislação. Por exemplo, a lei provincial n.º. 102, de 8/7/1859, determinava que cada município do Amazonas deveria estabelecer os locais para a extração da estopa, como forma de controlar e limitar aquela atividade, além de proibir, também, o corte de sorveiras, sob pena de multa ou prisão (Lei n.º. 102, de 8/7/1859). Muitas outras espécies estavam ameaçadas e também foram objeto da legislação que se construía. Assim, a lei n.º. 65, de 10 de setembro de 1856, autorizava o presidente da província do Amazonas, “a organizar os Regulamentos necessários para que da extração de óleo de Copaíba, da Salsa, do Cravo, e da Estopa, e do fabrico da Seringa, não resulte a morte e extinção das árvores, que produzem aqueles gêneros, fixando as épocas e o modo por que deverão ser feitos esses trabalhos”. No Pará, a lei n.º. 1.162, de 12/4/1883, aprovou artigos de posturas para as câmaras municipais de Belém e de Vigia punindo com multa ou prisão aquele que destruísse as seringueiras e as castanheiras (Lei n.º. 65, de 10/9/1856). Também os códigos de posturas das câmaras municipais de São Miguel do Guamá e de Santarém, do ano 1882, proibiam “golpear, cortar ou danificar” árvores na cidade, nas estradas e nos caminhos públicos, além de interditar o corte de cajueiros, andirobeiras, laranjeiras, castanheiros, seringueiras, bacabeiras, patauzeiros e açazeiros (Lei n.º. 1.134, de 18/11/1882).

das pesquisas sobre a história regional, em nossos dias ele ainda se manifesta com vigor. Isso não ocorre apenas nas muito conhecidas representações que constituem o senso comum. Ao contrário, o estigma manifesta-se, também, em diversos estudos e análises sobre a região, que fazem tábula rasa do passado. Isso tem ocasionado mais de um equívoco, entre os quais menciono aqui apenas dois: a já tão combatida crença no paraíso intocado, inspiradora de uma vertente de idéias e políticas de conservação; e a busca, em um tempo incerto de um passado remoto, dos fundamentos da identidade cultural das populações extrativistas da Amazônia, ignorando seu processo de formação e as profundas transformações sociais e culturais pelas quais elas se forjaram, e reduzindo-as, bem como a seus modos de vida, a mera expressão cristalizada do passado. Mas isso é tema para outra ocasião.

**Kelerson Semerene Costa** é graduado e doutor em História e assessor técnico da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF.  
semerene@terra.com.br



PRINCIPAIS DA TERRA,  
ESCRAVOS E A REPÚBLICA  
O DESENHO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO  
RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

---

*João Fragoso*

No século XVII, a paisagem agrária do Rio de Janeiro, enquanto resultado das experiências de agentes com interesses diversos e próprios, não se desenhava apenas como um mapa recortado por canaviais definidos pela propriedade privada. Aquele cenário, na verdade, era modelado pelas disputas dos bandos da nobreza

principal da terra (segmento social acima dos senhores de engenho) em luta pelo domínio da república (leia-se capitania). Da mesma forma, tal paisagem era redesenhada por outros processos, como as redes parentais dos escravos que, muitas vezes, atravessavam engenhos de diferentes senhores.

<sup>1</sup> Para a discussão a seguir ver BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. v. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981; *Sohar, culture and Society in an Oman Town*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983 e *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

Em um texto recente, Fredrik Barth<sup>1</sup> repete algumas noções conhecidas sobre a relação ecologia e sociedade, entre elas a de que a ecologia é o cenário onde os atores agem. Porém, ao tratar dos conceitos sobre a sociedade, as coisas mudam de figura. Antes de tudo, ele critica as abordagens estruturalistas, pois transformariam os agentes sociais em cópias ou robôs seriados, saídos do alto-forno de uma fábrica chamada sociedade. Ao contrário disso, Barth propõe discutir o conceito de sociedade considerando-a, simultaneamente, fragmentada e aberta. Fragmentada, em razão de os atores envolvidos nas interações serem *personae* diferentes e, portanto, agirem conforme seus recursos e orientações valorativas. Suas ações resultariam de escolhas e de estratégias próprias, o que confere à interação um certo grau de tensão e, neste sentido, de incerteza ou de imprevisibilidade.

As sociedades são abertas, porque as ações dos agentes seriam guiadas por valores de distintos mundos. Basta lembrar a composição da sociedade escravista fluminense do Rio de Janeiro dos seiscentos. Nela temos grupos ligados ao recôncavo da Guanabara, mas ao mesmo tempo à Europa do Antigo Regime, como a *nobreza da terra*, ou aos reinos do Golfo da Guiné, a exemplo dos *negros*, sem falar dos demais grupos cujas relações sociais resultaram no Rio colonial. Não se trata de desconstruir a noção de sociedade ou algo semelhante, mas de se perguntar, por exemplo, como aqueles e outros grupos, todos sujeitos históricos e portanto com orientações valorativas próprias, conseguiram viver juntos. Quais foram as instituições e processos que realizaram a proeza de gerar a chamada sociedade escravista?

### **Uma economia exportadora de segunda classe**

A escolha do Rio de Janeiro foi proposital. No século XVII a região vivia uma economia escravista e exportadora de segunda classe. Seu açúcar era de qualidade duvidosa frente ao da Bahia e de Pernambuco.

Segundo o geógrafo Lamego, os solos do Rio de Janeiro eram pantanosos ou tinham baixa fertilidade para a cana. A constatação é referendada por observações coevas de viajantes, da Câmara da cidade e de seus Governadores de diferentes épocas. Em 1618, Ruiters, marinheiro holandês, descrevia assim a cana da Guanabara: “devido à umidade e à frieza do ar que prevalece entre o Rio e a baía de São Vicente” planta-se pouco açúcar. Imagem esta que contrasta

<sup>2</sup> LAMEGO, A. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. p. 135; RUITERS, D. A Tocha da Navegação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 269, n. 1066, 1966. p. 63 e 39.

<sup>3</sup> AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Rio de Janeiro), CA (Castro Almeida), doc. 1613.

<sup>4</sup> AHU, ca., doc. 1766-69.

<sup>5</sup> Este assunto foi por mim tratado em outros trabalhos: Knights, “Archer Indians” and the Atlantic World: Rio de Janeiro in the 17th century. *Imperial (Re)visions: Brazil and the Portuguese Seaborne Empire – Conference in Memory of Charles R. Boxer*, Yale University, 2002 e A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo* – revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-35, 2003.

<sup>6</sup> AHU, av. (Coleção Rio de Janeiro – Avulsos), cx. 1, doc. 6.

com a apresentada pelo mesmo viajante para Pernambuco, quando diz: “faz-se grande comércio de açúcar, que é aí muito abundante”<sup>2</sup>.

No final do século, numa carta para Lisboa, de 1687, o Governador João Furtado de Mendonça explicava que seria prejudicial aos senhores de engenho da cidade marcarem as caixas de açúcar conforme a sua qualidade: fino, redondo e baixo, pois, apesar de todas as tentativas para melhorar a cana, devido ao clima e ao solo, pouco se tinha conseguido; coisa de que os mercadores estavam cientes.<sup>3</sup> Dois anos depois, o Governador Luiz de César de Menezes e os oficiais do Senado afirmavam que a economia colonial do Rio “é a mais miserável das deste Estado” e, diferente de outras Capitânicas, que tinham o tabaco, só contava com o açúcar para sobreviver.<sup>4</sup>

Desnecessário dizer que o açúcar não era o único produto da Capitania, contudo, os engenhos tinham um papel fundamental na sua economia, mesmo sendo sua produção de segunda classe.

A sociedade escravista fluminense ambicionava entrar no pacto colonial, ser explorada pelo capital mercantil europeu e ter parte de seu excedente transferido para as economias ditas centrais. Porém, para infelicidade da Capitania, tal enquadramento não era perfeito, pois seu açúcar não era um produto-rei, mas sim plebeu, o que complicava tudo. Esta infelicidade se traduzia na dificuldade de vender açúcar e comprar escravos vindos do Atlântico.<sup>5</sup> Diante de tais circunstâncias, cabe perguntar como, ainda em 1689, a cidade continuava a vender açúcar. Quais foram os recursos utilizados por esta economia colonial mal enjambrada para se manter no esquema do sistema colonial enquanto uma agroexportação?

Apesar desse lastimável quadro, é necessário certo cuidado quanto a conclusões precipitadas. Em primeiro lugar, as vereanças seiscentistas demonstram que a cidade possuía consciência de suas debilidades. Em segundo lugar, desde cedo, Lisboa e as melhores famílias da *Conquista* também sabiam de outro fato: a importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e a defesa do Atlântico sul luso, deparando-se com a fragilidade militar da metrópole no período considerado. Em outras palavras, o império precisava da “ajuda” do Rio para se manter naquelas paragens, e a elite da capitania procurava valer-se de tais circunstâncias. Em 1616, Martim de Sá pedia à coroa mercês pela árdua tarefa, às custas de “muito de sua fazenda e de seu pai”, de defender as costas das capitânicas do Sul.<sup>6</sup> Ou seja,

Sá enfatizava que a manutenção da costa não era feita apenas pelos cofres reais.

Décadas depois, as próprias autoridades metropolitanas reconheciam a importância do Rio de Janeiro. Em 1634, o Conde de Prado concedia ao então governador da capitania o posto, antes ocupado por Martim de Sá, na “superintendência das matérias da guerra nas capitanias do sul e a administração geral dos índios nas mesmas costas”. Isto porque “aquela capitania [Rio de Janeiro] é a mais opulenta daquelas partes [sul do Brasil], e que tem mais gente de guerra, canoas e índios (...) podendo acudir a onde for necessário”<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> AHU, av., cx. 1, doc. 47.

Passados dez anos, em meio aos preparativos para a reconquista de Angola, o Conselho Ultramarino recomendava ao governador da cidade, Francisco Soutomaior, prudência e “brandura” com os moradores da cidade, apesar de merecerem “algumas demonstrações de castigo”. A razão para tal brandura era simples: faltavam recursos na fazenda real, portanto, a defesa daquela parte do império – o Atlântico Sul – dependia “totalmente (...) da vontade e união do povo [do Rio de Janeiro]”<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> AHU, CA. doc. 333. Nesta mesma conjuntura, porém do outro lado do Atlântico, o governador do Rio em 1646, Duarte Correia Vasqueanes – ele próprio integrante das melhores famílias da terra – declarava a Lisboa: o Rio de Janeiro “é a mais importante Praça que Vossa Majestade tem neste Estado, de quem depende a conservação das demais, pois dela [entre outros motivos] se conduzem mantimentos com facilidade das debaixo com que se socorre a Bahia em todas as ocasiões” AHU, CA. doc. 435-438. Foge aos objetivos deste trabalho analisar a reconquista de Angola; em outro trabalho procurei demonstrar que tal processo se deu em meio a negociações entre Rio de Janeiro e Lisboa. FRAGOSO, João. *Knights... Op. cit.*

Daí não ser estranho o Ultramarino confirmar a escolha de Duarte Correia Vasqueanes como Governador, em novembro de 1645, feita pela Câmara do Rio. Nas declarações de votos dos conselheiros, podemos identificar motivos de Estado para tal decisão. O sobrinho e antigo inimigo de Duarte, Salvador Correia de Sá e Benevides, apoiava a indicação, alegando que “nenhum governador que vá para lá terá o coração dos moradores tão propício como Duarte Correa”. Contudo, no voto favorável do Conselheiro João Delgado Figueira, as preocupações lusas com a conjuntura política e militar do Atlântico sul ficavam mais claras: Duarte Correia “era muito amado do Povo, e do gentio, de que na ocasião nos havemos de aproveitar, em falta da infantaria portuguesa”<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> AHU, ca., doc. 409.

Pelas linhas acima não é difícil perceber, por parte da elite senhorial, a consciência do papel do Rio na preservação do império. Em 1667, a Câmara lembrava ao rei que a cidade, na guerra contra os holandeses, tinha auxiliado a Bahia e Pernambuco, além de ter participado na restauração de Angola.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. v. 4. Rio de Janeiro: Seignot-Pancher, 1835. p. 67-71.

Em síntese, se o Rio de Janeiro possuía dificuldades, tinha, em tese, como barganhar com a coroa. O que nos leva ao reino da política: a capitania garantia a sobrevida da economia escravista exportadora plebéia, a contragosto do capital mercantil das frotas.

<sup>11</sup> Sobre sociedade de Antigo Regime ver HESPANHA, A. M. Para uma Teoria da História institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, A. M. (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 9-89 e LEVI, G. Reciprocidad mediterrânea. *Tiempos Modernos* ([www.tiemposmodernos.org](http://www.tiemposmodernos.org)).

<sup>12</sup> Quanto à noção de *casa* na época, além de HESPANHA, ver MONTEIRO, G. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. Para uma discussão da noção de *nobreza da terra* no Rio de Janeiro, ver FRAGOSO, João. A nobreza da República. *Topoi* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 1, p. 45-122, 2000. Em carta de 1732 enviada a Lisboa, Julião Rangel de Sousa, procurador da Câmara do Rio de Janeiro, expunha tal noção de maneira precisa. Consistia “em filhos e netos (...) descendentes dos conquistadores daquela capitania, de conhecida e antiga nobreza”. Famílias que, “pelo espaço de 200 anos”, serviram Vossa Majestade, prontificando “voluntariamente vidas e fazendas, para os empregos do real serviço”. Por isto, “foram os predecessores de V. M. servidos conceder-lhes amplos privilégios, os mesmos da cidade do Porto e os que os logram os fidalgos deste Reino”. Em síntese, para uma família pertencer à nobreza da terra, no Rio de Janeiro, ela devia descender de conquistadores (que haviam lutado contra os franceses e Tamoios no século XVI) e pertencer a casas que haviam servido à monarquia sem nenhum ônus à real fazenda. Ou então descender de famílias do Reino com a mesma qualidade. AHU, ca. cd. 3., cx. 34, doc. 7550; AHU, ca., cd. 3, cx. 32., doc. 7544. 1732.

## *União do Povo: a economia exportadora gerada por uma sociedade fragmentada e aberta*

A expressão mágica que conferia vida àquela capitania mal aquinhada de terras era a *União do Povo*. No contexto do também mal enjambrado império português, tal União possibilitou ao Rio de Janeiro seiscentista viver as aventuras de uma típica economia escravista voltada para o mercado internacional. Em outras palavras, nela encontramos engenhos de açúcar, o tráfico atlântico de escravos e uma hierarquia social ciosa de suas diferenças estamentais.<sup>11</sup>

Entretanto, essa química não se traduzia simplesmente na obediência da população cativa e dos segmentos livres e pobres aos senhores de engenhos. Ou na irmandade e harmonia dos últimos nos tratos da economia exportadora e da defesa dos interesses de el Rey. Essa imagem bem comportada é quebrada quando lembramos que a *União do Povo* resultava de conflitos armados entre as *casas* daqueles que se arrogavam o título de *nobreza da terra*<sup>12</sup> (estrato acima dos senhores de engenho, pois reivindicavam o mando da *república*, leia-se capitania). Na verdade, a *União do Povo*, em geral, significava a hegemonia de um bando da nobreza sobre a sociedade. As disputas a que me refiro foram as lutas entre segmentos das *melhores famílias da terra* pelo domínio político da capitania. Mais do que isso, tais facções contavam, cada qual, com suas hostes de lavradores pobres e livres, índios flecheiros e escravos armados. Afora isso, aqueles embates insinuam vários problemas que permitem olhar a sociedade colonial sob uma nova perspectiva:

– Existia uma fina engenharia política entre as *melhores famílias da terra* e as demais (lavradores, escravos e índios, entre outros).

– O fato de os fidalgos tropicais lutarem entre si pelo mando da *república* informa a concepção política por eles compartilhada sobre a sociedade colonial e a monarquia. Qual seja: eles pertenciam a *casas* – originárias ou não da conquista – com direito a autonomia e ao auto-governo, as quais possuíam cabedais – provenientes das plantações e de outras atividades –, legitimidade social dada por seus clientes livres, escravos e/ou índios. Tais recursos lhes proporcionavam condições de reivindicar participação com o rei no mando da *república*. Até porque a monarquia não tinha elementos, cabedais ou forças militares, para se apresentar como um Leviathan. De mais a mais tal concepção política estava de acordo com as noções corporativas e estamentais dos tratadistas da época.

Por outro lado, se é verdade que a produção mercantil e escravista garantia os cabedais para aquelas casas arrogarem compartilhar o poder com el Rey, a tradução prática desse fenômeno era a contínua aplicação do sobretrabalho cativo em afazeres políticos. A produção mercantil sustentava os ditos afazeres. Assim, uma das orientações valorativas da ação da nobreza da terra visava à autonomia de suas casas e à participação nos destinos da sociedade. Para eles o seu envolvimento na economia mercantil tinha esse objetivo.

Um dos melhores indicadores de tal lógica era a permanência dos engenhos, por diversas gerações, numa mesma família ou bando. Tal prática se traduzia, inclusive, em operações mercantis nas quais compradores e vendedores eram aparentados ou aliados. Assim ficava garantido o controle das famílias da nobreza sobre a principal atividade do Rio de Janeiro dificultando a entrada de estrangeiros no grupo. Mais do que isto, o engenho representava a possibilidade de estabelecer clientelas, as bases da legitimidade social das famílias senhoriais em suas freguesias de origem. Daí se explicaria a manutenção, na mesma casa, de engenhos desfabricados. Tenho notícias de 63 fábricas distintas, ao longo do século XVII, envolvidas em diferentes operações cartorárias: dotes, vendas etc. Deste total, ao menos 37 foram transacionadas por pessoas aliadas ou parentes.<sup>13</sup>

Enfim, além dos sobressaltos das flutuações do mercado internacional, a vida colonial vivia outras peripécias, o que dava um sabor especial à *União do Povo*.

### **Surras dos negros na nobreza da terra**

No ano de 1660, parte da *nobreza da terra* fluminense, com seus criados, flecheiros, escravos e mais aliados, rebelou-se contra o governador da capitania, o General Salvador Correia de Sá e Benevides. Na ocasião, o General estava fora da cidade e o governador interino, seu tio, Tomé Correia Vasques, foi destituído e posto a ferros juntamente com integrantes de sua família. Os chefes da sublevação acusavam Benevides e parentes de vários crimes. Por exemplo, o de assassinar inimigos políticos, como ocorrera com Francisco da Costa Barros, fidalgo da terra e por diversas vezes provedor da fazenda real da cidade. De volta ao Rio, o General não teve dúvidas: com seus negros e índios, e o auxílio de outras casas fidalgas, derrotaram e prenderam os adversários. O chefe do movimento, Jerônimo Barbalho, porém, não teve a mesma sorte. Depois de um julgamento sumário e para horror do Conselho Ultramarino, foi executado.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> FRAGOSO, João. Um mercado dominado por bandos: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In: SILVA, F. C. T. da.; MATTOS, H. M. & FRAGOSO, J. L. R. (org.). *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 247-288.

<sup>14</sup> Sobre a revolta e suas consequências ver: AHU, ca., doc. 868-69; AHU, ca., doc. 851-853; AHU, ca., doc. 854-855; AHU, ca., cx. 5, doc. 875; AHU, ca., cx. 6, 1.084; AHU, ca., cx. 6, doc. 974.

A seqüência de acontecimentos desse gênero não deve ter agradado Lisboa. Benevides foi afastado do Rio e, no futuro, nenhum de seus parentes assumiria o governo permanente da capitania. Apesar disso os aliados do General continuaram envolvidos nos conflitos locais. Em 1695, Martim Correia Vasques, primo mais moço de Benevides, foi acusado pelo ouvidor geral do Rio e pelo reitor do Colégio de Jesus de ter mandado seus negros “armados com flechas, dardos e armas de fogo” atacarem os currais dos jesuítas. Nas primeiras décadas do século XVIII, o Ultramarino, por diversas vezes, seria notificado de que os descendentes do General – os Viscondes de Asseca – impunham seu poder às famílias nobres de Campos, vila situada ao norte do Rio de Janeiro, através da ação devastadora de negros armados e demais aliados livres.<sup>15</sup> Desse modo, por mais de um século, em diversas ocasiões, os Benevides resolveram suas querelas com fidalgos, clero e oficiais do rei à base de porretes e balas.

Neste momento, cabe indagar sobre o cenário social daqueles entreveros entre bandos da nobreza, das negociações entre eles e da *União do Povo*. Afinal, de uma forma ou de outra, a *União* e mesmo as pelejas, para existirem, pressupunham o fato de as pessoas viverem juntas. A questão adquire mais sentido quando lembramos que a vida social na capitania era forjada por grupos com valores muito distintos, como os da nobreza da terra, lavradores pobres, índios e negros de diferentes origens africanas.

Portanto, para investigar a possibilidade de o Rio de Janeiro ter experimentado uma economia agroexportadora, deve-se interrogar sobre os processos e instituições que permitiram a proeza daqueles grupos viverem juntos, no que comumente denominamos de sociedade colonial. A questão fica particularmente mais complicada quando lembramos que se tratava, aparentemente, de uma sociedade de Antigo Regime. Nesse sentido, os liames entre seus segmentos sociais ocorriam numa hierarquia estamental-corporativa, dominada pelo princípio da equidade, ou seja, *estrategicamente desigual*<sup>16</sup>. Isso fica mais claro quando nos detemos nos agentes cuja ação produziram aquela proeza.

No topo da hierarquia social, temos as famílias que pretendiam participar do mando da capitania com a monarquia por descenderem de conquistadores europeus e suas casas servirem ao *bem comum*. Provavelmente, tal noção corporativa devia ser compartilhada de alguma forma pelos demais segmentos de origem européia, como os pequenos lavradores e os negociantes. Estes últimos, a exemplo da

<sup>15</sup> FRAGOSO, João. Afogando em nomes. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 41-71, 2002. Sobre Campos ver: AHU, RJ, CA, cx. 83, doc. 19.210-doc. 19.223; AHU, RJ, CA, cx. 64, doc. 14.981; AHU, RJ, CA, cx. 72, doc. 16.794.

<sup>16</sup> Sobre as noções de sociedade estamental-corporativa, equidade estrategicamente desigual ver, entre outros, HESPANHA, A. M. *Op. cit.* e LEVI, L. *Op. cit.*

<sup>17</sup> Para a noção de valor e de orientação valorativa ver BARTH, F. *Op. cit.*, cap. 1 e 2, 1981; BARTH, F. *Op. cit.*, cap. 2, 2000.

nobreza da terra, também possuíam orientações valorativas que guiavam suas performances.<sup>17</sup> Todos pretendiam maximizar seus interesses. Portanto, a idéia de *União do Povo* significava incessantes negociações entre a nobreza da terra e os componentes do braço popular, o que já nos impede de pensar a sociedade colonial como um sistema perfeitamente ordenado, estipulando rígidos e previstos *scripts* para cada um de seus integrantes. Ao invés disso, o Antigo Regime nos trópicos surge como algo fragmentado e, portanto, generativo ou dinâmico. Dito de outra forma, o funcionamento da sociedade colonial, como qualquer outra, pressupunha um intenso jogo, pois cada um dos seus segmentos possuía interesses e os defendia na interação social. A nobreza, para ser assim vista pelo povo e ousar o mando da república, devia levar em conta as expectativas dos lavradores.

Entretanto, apesar das diferenças entre os grupos, eles deviam compartilhar o mesmo quadro de compreensão dado pela Europa Católica do Antigo Regime. Ou seja, provavelmente, estava na cabeça do lavrador, do negociante, do militar e da nobreza da terra, enfim, dos egressos do Velho Mundo, a abstração de uma sociedade corporativa e estrategicamente desigual.

O mesmo não pode ser dito para as populações indígenas e os cativos vindos da Guiné ou do Congo e Angola. Neste caso, a equação que resultava na União do Povo adquiria um imenso grau de dificuldade. Com certeza seria muito fácil resolver o problema usando a palavra mágica cativo e atentar para a violência nela contida. Contudo, a seqüela de tal procedimento consistiria numa delicada cirurgia acadêmica para extirpar o cérebro do cativo e transformá-lo em um vegetal. Talvez não fosse este o melhor caminho.

Outro caminho seria entender o cativo africano como um sujeito, portador de alguns neurônios com os quais fazia escolhas para agir no cenário social. Assim, a relação senhor – escravo resultava também de incessantes barganhas, em que cada lado buscava maximizar seus valores. Talvez o fato de os *negros* procederem de estratificações escravistas, como as existentes na Guiné<sup>18</sup>, facilitasse os entendimentos com seus donos na América. De qualquer forma, o cativo, como qualquer outro agente, teria suas obrigações, porém também direitos. Daí derivava a noção de castigo justo, assim como o de descanso nos dias santificados, o acesso a parentelas e a roças.

Neste momento os bastidores das confusões dos Benevides podem nos ajudar a entender melhor as reciprocidades entre negros e nobreza.

<sup>18</sup> Desnecessário dizer que a Europa Moderna e os Reinos da Guiné possuíam sistemas de estratificação social baseados em princípios diferentes. Ver THORNTON, J. Os Africanos na África. In: *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 51-185.

Em 1652, o dito General vendia um engenho de açúcar com 54 cativos, dos quais 52 estavam unidos por parentesco. Décadas depois, em outra escritura pública, se descreviam os pertences de uma fazenda campista dos Asseca. A dita unidade, em 1692, possuía 225 escravos, sendo que 215 ou 95,6% tinham laços familiares. Mesmo considerando que os dois cálculos estejam superestimados, temos verdadeiras aldeias em meio a *plantations*. Alguns dos casais, a exemplo do engenho de 1654, tinham mais de três filhos; fato que informava sobre a estabilidade das uniões maritais e, portanto, sobre a qualidade das relações entre os Benevides e seus cativos.<sup>19</sup> Poder-se-ia se argumentar que a presença dessas famílias se devia às dificuldades do Rio de Janeiro com o tráfico atlântico de cativos. Com certeza a capitania enfrentava problemas dessa ordem, o que podia influir na constituição daquelas parentelas, entretanto, tal dificuldade não devia afligir muito os Benevides.

O General fora governador de Angola, entre 1648 e 1652, posto que lhe dava privilégios no tráfico da região, ou seja, provavelmente, na época em que vendera seu engenho não tinha problemas com a reposição de mão-de-obra. No ano de 1697, Diogo Correia de Sá e Benevides (3º Visconde Asseca) casou-se com Ignez de Lencastre, sobrinha de João de Lencastre e filha de Luiz César de Menezes, respectivamente, governadores de Angola de 1688 a 1691 e entre 1697 e 1701. Sabe-se que ambos os governadores participavam de uma vasta rede de comércio imperial, cuja principal atividade consistia no tráfico de almas.<sup>20</sup> Supondo que a amizade entre os Asseca, os Lencastre e os César de Menezes datava de antes de 1697, os primeiros não encontravam dificuldades em suprir de cativos suas fazendas. Enfim, é provável que a presença de famílias de cativos naquelas propriedades fizesse parte das estratégias políticas dos Benevides<sup>21</sup>, assim como bater em seus adversários da nobreza.

Entretanto, o que de fato impressiona no tratamento dado aos escravos são duas notícias presentes na escritura de 1692.

A primeira era a existência, na fazenda campista, de uma moenda onde os cativos beneficiavam sua cana-de-açúcar para, provavelmente, vendê-la depois no pequeno comércio local. Isto é, os Asseca cediam terras a algumas daquelas famílias, mas também equipamentos que representavam um alto investimento, pois não eram encontrados em qualquer loja de secos e molhados da época. Assim sendo, no cálculo econômico de tais senhores, estava prevista a aplicação de parte dos seus lucros para satisfazer os cativos.

<sup>19</sup> FRAGOSO, J. Um mercado dominado por bandos... *Op. cit.*

<sup>20</sup> Conforme FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Costa da Mina e Redes Imperiais Lusas, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro, 2004 (texto inédito); GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira. *Redes de Poder e conhecimento na governança do Império Português, 1688-1735. Topoi*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 96-137, 2004.

<sup>21</sup> Outro exemplo próximo ao de Salvador Correia de Sá e Benevides é o de Baltazar Leitão. Este fora nobre da terra e representante no Rio de Janeiro, em 1652, procurador do contratador dos direitos de Angola (Conforme Arquivo Nacional, Livros da Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, cód. 61, vol. 1, p. 100), o que lhe dava, provavelmente, acesso privilegiado ao tráfico de escravos. Apesar disso, em 1656, dos 91 cativos de origem africana presentes em seu engenho, ao menos 40% estavam unidos por parentesco (*Inventário post mortem* de Baltazar Leitão, 1656, doc. 930, Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento).

A segunda se refere à história da cabra Francisca. Ela tivera uma filha com Ignácio, escravo de outro senhor. Para unir a família, os Asseca adquiriram Ignácio por meio de uma troca.

Enfim, começamos a entender um pouco mais o comportamento dos negros do velho General Salvador Benevides em meados do XVII, de Martim Correia em 1695 e dos Asseca no século seguinte. Provavelmente, os Benevides não tomaram aquelas atitudes somente em função de sua compaixão cristã para com os seus negros já abalados pelo cativo. Como antes sugerimos, os referidos senhores não ficaram famosos pelo seu amor ao próximo.

Obviamente não narramos todos os aspectos das histórias. Afinal, os Benevides também negociavam e ofereciam dadas aos integrantes das elites. E, provavelmente, batiam tanto nos seus inimigos da nobreza da terra, do clero, do oficialato do rei, como em seus escravos. Francisca cabra e Ignácio, *negros* unidos pelos Asseca, fugiram e, com certeza, tiveram motivos para tanto.

O que nos importa sublinhar é que os Benevides, como qualquer família da nobreza da terra, tinham de negociar com seus cativos. Claro que tais negociações possuíam como referencial a hierarquia estamental e a escravidão. Afinal, sem essas negociações não existiria produção do sobretrabalho escravo e, muito menos, o uso de hordas de cativos armados nos embates entre bandos da nobreza no dia-a-dia colonial. Este último fenômeno talvez seja a melhor razão daquelas relações entre senhores e *negros*, os quais viabilizavam não somente a economia mercantil escravista, mas o Antigo Regime nos trópicos.

Não é demais afirmar que a ação dos escravos, enquanto sujeitos armados, resultava de cálculos, em que eles levavam em conta ganhos e riscos. Os vitoriosos negros dos Assecas tiveram acesso a parentelas, terras, moedas etc. Quanto aos cativos dos jesuítas, alguns apanharam e outros perderam a vida. De qualquer forma, tais situações nos levam a pensar mais sobre os processos que permitiam a interação entre senhores e escravos. Isso adquire algum sentido quando lembramos que parte das orientações valorativas de personagens como Joaquim Mina vinha de sociedades acostumadas com guerras, razias e escravidão, mas, também, com parentelas, lavouras camponesas e comércio.<sup>22</sup> Afinal, a venda de Joaquim aos europeus e a sua travessia para a América, provavelmente não resultara numa amnésia irreversível. Não custa lembrar que as guerras, saques e o cativo eram fenômenos que permeavam a vida de vários Reinos africanos, não sendo surpresa que o nosso Joaquim tivesse tais experiências como referência em suas ações no Rio.

<sup>22</sup> Sobre a África há uma vasta bibliografia. Ver, entre outros, THORNTON, J. *Op. cit.*; LOVEJOY, P. *A escravidão na África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 119-146; FLORENTINO, M. *Em Costas Negras*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 82-103. Para a influência das sociedades africanas na América Lusa e famílias escravas há um intenso debate historiográfico, temas que fogem ao meu propósito neste artigo. Ver entre outros: SLENES, R. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, em especial o capítulo 3.

<sup>23</sup> Um exemplo ilustrativo é dado por um dos ramos da família paulista, proveniente do quinhentos, os Pires, Alexandre e Domingos. Um dos seus descendentes foi Alexandre da Silva Correia, nascido em São Paulo no ano de 1658, tendo posteriormente estudado em Coimbra. Em 1709 entrou para o Conselho Ultramarino, sendo seu presidente em 1729, em substituição ao Conde de São Vicente. O irmão de Alexandre, Domingos Dias da Silva, permaneceu na América tornando-se potentado em São Paulo e Minas Gerais. *Genealogia Paulistana* – CD org. por Maria Amato. São Paulo: Macromedia, 2002. É importante atentar que a existência de tais famílias redefine a relação colônia-metrópole, tendo como eixo a dependência. Não custa insistir que no exemplo apresentado, um irmão era conselheiro do Ultramarino e outro potentado, nobre da terra, na Conquista. Assim, ambos estavam em posições de mando. Cabe ainda lembrar os argumentos de Julião Rangel reproduzidos na nota 12. Outro exemplo é dado por Carta particular, em 1757, do Guarda-Mor das Minas Gerais, o paulista Pedro Dias Paes Leme, ao Secretário do Estado da Marinha e Ultramar Thomé Corte Real. Nesta correspondência, Pedro Dias lembra que os seus “vieram [do Reino] para este Estado para a conquista (...) tendo nós cumprido tão bem com o nosso dever, que [foi possível] nos recolhêssemos a esse Reino.” (AHU, RJ, cd. 7, cx., 88, doc. 20.284. 24/07/1757). Nessa época a família Paes Leme vivia na América havia mais de um século, sendo grandes potentados em São Paulo e nas Minas Gerais. Em 1759, o mesmo Pedro enviava duas filhas para a ordem de São Bernardo no Reino (AHU, Minas Gerais, cd. 21, cx., 30, doc. 30. código 6318. 05/09/1759).

Algo semelhante pode ser dito para o proprietário europeu de Joaquim Mina. O mundo deste era formado pelo recôncavo da Guanabara, mas também pelo Reino, o que pode ser percebido na noção que ele possui de casa (auto-governo), de conquista e, como consequência disto, das disputas entre *bandos* pelo controle da sociedade. Da mesma forma, aquele universo valorativo pode também ser apreendido de decisões como a de uma família mandar filhos estudarem em Coimbra e filhas para conventos em Lisboa. Ou ainda de uma mesma família ter desembargadores em Portugal e potentados nos trópicos.<sup>23</sup>

Desse modo, o Antigo Regime nos trópicos era uma sociedade fragmentada e aberta. Fragmentada, pois seus integrantes tinham valores diferentes. Aberta, porque tais valores podiam basear-se em experiências de mundos distantes: Europa no caso da nobreza da terra, Golfo da Guiné ou Angola para os cativos. A sociedade colonial resultou, entre outros, de processos interativos envolvendo os sujeitos referidos, ou seja, das suas distintas estratégias e, portanto, daqueles seus diferentes valores. Tais processos, ao se materializarem no Antigo Regime nos trópicos, possibilitaram a *União do Povo*, entenda-se a defesa do Atlântico Sul aos olhos do Conselho Ultramarino e, portanto, o domínio da economia exportadora de segunda classe nas terras fluminenses. Cabe olhar um pouco mais de perto a interação de, ao menos, dois personagens que constituíram tal sociedade: senhor e escravo. Um dos caminhos para tanto é o estudo dos registros paroquiais de batismos de escravos procurando sondar as escolhas e as estratégias dos agentes neles presentes.

### **Aldeia colonial: ação da nobreza da terra e políticas parentais dos escravos forjando geografias**

Em 1685, a freguesia de São Gonçalo possuía uma população estimada em 4.554 almas ou 5,5% do total da capitania (83.244). Segundo tal estimativa, a região aparecia como a sexta freguesia de maior população da capitania e a quarta do recôncavo da Guanabara, só superada pelas do centro da cidade. Ao longo do seiscentos, São Gonçalo consistiu numa das principais áreas açucareiras do Rio.

O quadro 1, na falta de inquéritos agrícolas e de inventários, apresenta através dos registros de batizados de escravos uma tosca idéia da distribuição da propriedade cativa em meados do século XVII. Trabalhei com 864 registros, no período 1651-1668, e os dividi em quatro faixas distintas. Cada faixa foi construída a partir da frequência dos registros de batismos. Por exemplo, os escravos de Domingos

Pedrozo levaram à pia batismal 12 crianças, isto o classificaria na faixa de mais de 10 registros. Ou seja, supomos que ele tinha na época um plantel correspondente a tal número, tornando-o maior proprietário de cativos que Elizeu Batista, detentor de somente um registro. Meu interesse é apenas perceber as proporcionalidades na distribuição da propriedade cativa, sem pretender apresentar a “exata” estrutura da posse de escravos da região. Não tenho fontes para tanto<sup>24</sup>.

O quadro 1 informa ainda que dos 864 batismos de cativos feitos por 197 senhores, 124 (66,9% do total) registraram somente de 1 a 3 cativos, somando 240 batismos ou 27,8% do total. Os dados sugerem uma certa dispersão da propriedade cativa e o peso dos donos de pequenos plantéis. Em contrapartida, mais de 40% dos registros foram feitos por 22 senhores ou apenas 11,2% dos proprietários. Portanto, além daquela multidão de senhores há razoável grau de concentração da escravaria em algumas mãos.

*Quadro 1:* Distribuição dos batizados de escravos (registros) por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	%	nº de registros por faixa	%
+ de 10	22	11,2	361	41,8
7 a 9	16	8,1	120	13,9
4 a 6	35	17,8	143	16,5
1 a 3	124	62,9	240	27,8
Total	197	100,0	864	100

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

O quadro 2 apresenta uma imagem mais elaborada da escravidão na freguesia. As famílias cativas estáveis, isto é, as com mais de um registro de filhos batizados do mesmo casal de pais, responderam por 237 crias ou 27,4% dos registros, sugerindo que as organizações parentais (sanguíneas e fictícias) não eram estranhas ao cotidiano cativo. Provavelmente, a presença dessas famílias ia além das dificuldades no tráfico de escravo. Afinal, parentelas de cativos estavam também presentes nos engenhos de empresários ligados ao tráfico angolano. Jerônimo Barbalho, por exemplo, um dos senhores com mais famílias estáveis, em princípios da década de 1660, comprou “dezoito peças de escravos do gentio da Guiné”.

Existiam ainda os filhos entre uniões de escravas com homens livres<sup>25</sup> (quadro 3), cujos batizados correspondiam a cerca de 151 registros ou 17,5% do total. Somando este último número com os 27,4% acima, temos que 44,9% dos

<sup>24</sup> Tenho consciência das distorções que o uso dos registros paroquiais podem gerar no estudo da estrutura da propriedade escrava, contudo, o fato de conhecer todas as escrituras públicas disponíveis na região considerada talvez permita minimizar alguns problemas. Por exemplo, através de outros documentos, sei que Domingos Pedrozo era um dos principais senhores de engenho da região e Elizeu Batista um lavrador com poucos bens.

<sup>25</sup> Não tenho como qualificar as uniões (consensuais, casamentos eventuais etc.) entre pais livres e mães escravas. Portanto, tal expressão é usada para designar uma *união* que deu origem a uma criança.

registros de crianças cativas eram provenientes de famílias escravas estáveis e de uniões de fora das senzalas, o que destoa de uma escravidão marcada por uniões cativas instáveis e por rígidas fronteiras entre livres e cativos.

*Quadro 2:* Distribuição dos batizados de crianças de famílias escravas estáveis (registros) por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	nº de donos com FEE	nº de registros de FEE	% de (a)	Totais de registros por faixa (a)
+ de 10	22	21	132	36,6	361
7 a 9	16	12	46	38,3	120
4 a 6	35	18	47	32,9	143
1 a 3	124	8	12	5	240
Total	197	59	237	27,4	864

Obs: FEE – filhos de famílias escravas estáveis

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

*Quadro 3:* Distribuição dos batizados de filhos de mães escravas e pais livres por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	nº de donos com FCM	nº de registros de FCM	% de (a)	Totais de registros por faixa (a)
+ de 10	22	16	49	13,6	361
7 a 9	16	14	16	13,3	120
4 a 6	35	20	33	23,7	143
1 a 3	124	37	53	22,8	240
Total	197	87	151	17,5	864

Obs: FCM – filhos de mães escravas e pais livres

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

Curiosamente, aqueles dois “desvios” ocorriam principalmente nos plantéis que correspondiam aos dos grandes senhores da sociedade. A faixa com mais de 10 registros abrigava, a um só tempo: 132 rebentos de “lares” estáveis ou 55,7 % dos 237 batizados nesta condição; e 49 crianças das uniões entre escravos e livres ou 32,4% dos 151 registros de tal feitio. Nessa faixa temos ainda o maior número de propriedades com aqueles dois tipos de organizações parentais escravas. Dos 22 proprietários, 21 (quadro 2) e 16 (quadro 3) tinham, respectivamente, famílias estáveis e crianças escravas de pais livres. Proporções bem acima da média, ou seja, das presentes nas demais faixas. Nos 197 plantéis arrolados, 59 possuíam lares estáveis e 87 continham uniões entre mães escravas e pais livres, respectivamente, 30% e 44,2%. Considerando os 35 proprietários da faixa de 4 a 6 cativos, 18 tinham crias de

famílias com mais de um rebento. Relação esta que era de menor expressão na faixa de 1 a 3 cativos; de seus 124 donos, somente 8 possuíam tais famílias, as quais geraram 12 crianças, ou 5% do total dos 240 registros do grupo.

Algo diferente ocorria com os filhos de mães escravas com pais livres, cujas uniões possuíam presença mais acentuada nas duas faixas menores de registros. Nas propriedades que declararam de 1 a 6 cativos, os filhos escravos de homens livres somaram 88 ingênuos, portanto, 23% do total de 383 batizados. Para a faixa acima de 10 registros tal relação era de apenas 13,6%. Os resultados podem, entretanto, levar a conclusões equivocadas. Em realidade, os ingênuos de pais livres estavam restritos a 36% dos plantéis com menos de 6 registros, ou seja, 57 de 159 proprietários. Já para os donos de mais de 10 registros, como vimos, a cifra subia para quase 3/4.

Em resumo, os maiores plantéis apresentavam-se como espaços sociais onde, com frequência, surgiam parentelas escravas e contatos das senzalas com os estratos livres. Considerando que esses plantéis reuniam cerca de 42% de nossa amostragem, provavelmente os resultados indicariam alguns dos mecanismos de reprodução do Antigo Regime nos trópicos, qual seja, a sua hierarquia estamental. Na verdade, os números apresentados insinuam apenas algumas das relações vividas pelos escravos da faixa com mais de 10 registros. Isto fica claro através da experiência no plantel de Francisco Barreto de Faria.

Em 1655, nascia o primeiro dos cinco rebentos de Serafina e Antônio, os escravos de Francisco Barreto de Faria: era uma menina de nome Paula. Como seus irmãos, Paula foi batizada por padrinhos escravos de outros donos. Seu quarto irmão teve por madrinha uma cativa de Francisco Barreto chamada Maria. Sendo este um nome bastante comum, o fato poderia explicar a sua recorrência, ao longo de 13 anos, nos batizados de outras 12 crianças cativas de seis plantéis diferentes. Curiosamente, no entanto, essas Marias pertenciam ao mesmo Francisco Barreto. As escravas deste senhor, entre 1651 e 1668, realizaram 29 batizados. Por coincidência ou não, nestas cerimônias, quatro nomes – Maria, Catarina, Serafina e Andreza – repetem-se mais de uma vez, respondendo por 25 cerimônias. Além de Maria, o nome Catarina aparece cinco vezes, sendo três em batismos de rebentos de senhores diferentes do seu. De duas uma:

– Os quatro nomes considerados eram de pessoas diferentes – portanto homônimas – e seu som tinha um mágico apelo nas mentes dos pais escravos da região. Existiriam, por exemplo, distintas Andrezas no mesmo plantel.

– Os quatro nomes designavam tão somente quatro madrinhas. Elas teriam grande “popularidade” entre os cativos de Barreto e de São Gonçalo ou, ainda, pertenceriam ao mesmo grupo parental; por exemplo, mãe e filha denominadas de Maria, o que dá na mesma, pois os pais escolheriam comadres vindas da mesma rede parental.

Vamos apostar na segunda hipótese. Na mesma época de Maria, as escravas de Francisco Ferreira foram convidadas para serem madrinhas em 15 batizados, nos quais o nome de Suzana surge oito vezes. O plantel de Francisco Fernandez da Costa presenciou o mesmo fenômeno, suas escravas foram comadres em 14 cerimônias e somente em 5 ocasiões apareceu um nome distinto de Luiza. Mais espantoso foi o caso vivido nas senzalas de Domingos Pedroso. Dos 13 batizados realizados por suas cativas, em 11, coincidentemente, o nome da madrinha era Catarina. Não é mais necessário multiplicar os exemplos para justificar a hipótese escolhida. A estas Marias, Catarinas e Luízas chamarei de madrinhas-rainhas: rainhas de uma rede social que ligava diferentes plantéis.

Retornando aos cativos de Barreto de Faria, 27 batizados ocorreram entre 1651 e 1668, e neles observamos os arranjos a seguir resumidos:

Em três, as mães pertenciam a Barreto, sendo que os seus companheiros tinham outros donos. Tal foi o caso de Madalena, cujo parceiro pertencia a Manuel Dias. O mesmo Manuel seria dono de uma das oito madrinhas e de três dos 15 padrinhos de outras propriedades que batizaram ingênuos da escravaria de Barreto.

Aqui, temos seis situações em que mães eram escravas e os pais homens livres. Dois destes arranjos tiveram compadres livres e comadres escravas; porém, nos outros quatro, ambos os padrinhos (homem e mulher) eram livres. Ao menos dois destes últimos padrinhos, Damazio Barboza e Domingos Rodrigues de Carvalho, eram donos de pequenos plantéis (menos de quatro cativos). No ano de 1668, outro homem livre freqüentava as senzalas de Barreto: Gonçalo da Costa teve um filho com a escrava Inácia, sendo, também, compadre de uma camarada da última. Para não gerar confusão, paremos por aqui.

De qualquer maneira, por esses dados não seria exagero ver nas terras de Francisco Barreto um microcosmo da sociedade escravista, ou pelo menos, algumas das suas faces: a) uniões de cativos com cerca de nove anos de estabilidade; b) arranjos entre livres e escravos, cujos filhos tinham por padrinhos e madrinhas pessoas livres; c) escravas bati-

zando filhos cativos de homens livres; d) crianças de mães escravas e pais desconhecidos – provavelmente alguns livres – afilhadas de pequenos senhores.

Por conseguinte, salta aos olhos a multiplicidade das relações vividas pelos escravos de Barreto. Eles se relacionavam com facilidade com negros de outros senhores, estabelecendo vínculos estáveis via compadrio. Em outros casos, suas escravas chegavam a ter filhos com homens de diferentes senzalas, sugerindo a frequência dos contatos entre plantéis. Portanto, o dia-a-dia dos cativos transbordava os limites do engenho. Na verdade, as relações criavam uma geografia diferente dos limites da propriedade fundiária de Barreto. Ao mesmo tempo, apesar de ser um mundo crivado por uma hierarquia estamental, isso não impedia os encontros de escravos com lavradores e pequenos senhores. Distintos plantéis mantinham intercâmbios ao longo de um extenso período. Um único sujeito podia, ao mesmo tempo, desempenhar distintos papéis sociais: ser pai de um escravo e padrinho de outro.

Com certeza, pode-se argumentar que a experiência vivida pelo engenho de Barreto de Faria seria excepcional, não correspondendo à média dos senhores de engenhos. Com o que concordamos plenamente. De fato, Francisco Barreto de Faria não pertencia ao grupo de donos de fábricas de açúcar. Na verdade, ele estava num estrato social acima deste: o dos senhores da república. A família Barreto de Faria descendia de conquistadores quinhentistas e desde sempre havia freqüentado o conselho da cidade e os postos régios; o próprio Francisco fora capitão da infantaria paga. Daí talvez se explique o perfil das relações sociais desencadeadas a partir de seus escravos, relações que retratavam estratégias de poder de uma família que fazia parte e pretendia continuar fazendo parte do círculo dos poderosos da sociedade considerada. Para os Barretos, isso pressupunha legitimidade social junto a diferentes estratos sociais e, portanto, ter influência sobre pessoas que viviam além de seu engenho. Assim, não é de se estranhar que seus escravos, via uniões maritais e compadrios, tivessem relações com cativos de outros proprietários e com grupos sociais formados por lavradores livres e pequenos donos de escravos. Francisco Barreto visava o mando na república. As experiências vividas em seu engenho reforçavam relações clientelares. Porém, tais estratégias, provavelmente, tinham ressonância nas orientações valorativas de seus negros (leia-se a sociedade de parentesco vivida em África<sup>26</sup>).

Claro está que o grau de contatos dos escravos de Barreto com os de outros senhores e lavradores livres tinha

<sup>26</sup> THORNTON, J. *Op. cit.*, p. 295.

limites. Pelo menos é o que os registros paroquiais de batismo demonstram. Por exemplo, Barreto pertencia ao bando de Salvador Correia de Sá e Benevides e, portanto, em princípios da década de 1660 era inimigo de Jerônimo Barbalho. Daí um dos motivos da pouca frequência de uniões maritais e compadrios daqueles cativos com escravos ou lavradores livres ligados a Barbalho. Mesmo considerando que a regra não fosse intransponível, como veremos, parece que as lutas entre bandos da nobreza pelo controle da república influenciavam a construção do espaço social dos cativos (aqui também chamado de “aldeia colonial”). Em outras palavras, a lógica do Antigo Regime nos trópicos interferia na sociabilidade das escravarias da nobreza da terra: a sociabilidade podia ultrapassar as fronteiras dos engenhos, porém não completamente os limites do bando de seus senhores.

Infere-se, portanto, que há, na sociedade escravista considerada, uma diferença entre dono de engenho e senhor da república. Nos quadros anteriores, vimos que a faixa com mais cativos possuía um perfil distinto das demais. Entretanto, os mesmos quadros podem nos levar a conclusões precipitadas e, portanto, equivocadas, pois foram construídos tendo como critério o aspecto econômico. Quanto maior o número de escravos de um proprietário, maior seria sua importância na sociedade. Por conseguinte, a hierarquia social teria como pano de fundo a compra de cativos. O que é complicado, caso lembremos se tratar de uma economia crivada por relações políticas.

Na faixa com mais de 10 registros, temos os grandes senhores de engenho da região. Nela encontramos, além de Francisco Barreto de Faria (27 registros), Jerônimo Barbalho (26 registros), Cláudio Antônio Besanson (27 registros), Gregório Lopes Cerqueira (18 registros) e Antônio Rodrigues da Veiga. Os cinco possuíam *fábricas* de açúcar, como atestam as escrituras públicas de fianças e batismos de livres, porém não compartilhavam a mesma posição na hierarquia social. Gregório Lopes Cerqueira, por exemplo, tivera seu filho batizado, em 1663, por Besanson; anos depois, o dito padrinho seria fiador da viúva e filhos de Cerqueira. Tais acontecimentos insinuam que a família senhorial Cerqueira pertencia à clientela de Cláudio Antônio, um fidalgo com passagem no conselho da cidade. Talvez mais emblemático que o caso de Cerqueira seja o do senhor de engenho Antônio Rodrigues da Veiga. Ex-arrematador de impostos no Rio de Janeiro, em 1650, com fortuna acumulada no comércio comprou um engenho de açúcar. No quadro 1, Rodrigues da Veiga aparecia como um

promissor senhor de moenda com 25 cativos registrados. Contudo, isto ainda não o habilitava a frequentar a roda dos senhores da república. Mesmo tendo casado, por volta de 1648, com a filha de uma tradicional família da nobreza, ele não entrou no senado da câmara e nem conseguiu um posto de relevo na administração régia.

Tais informações alteram sensivelmente a estratificação sugerida pelo quadro 1. Por exemplo, Cláudio Antônio Besanson tinha uma escravaria equivalente a 27 registros, porém a política ampliava o número. Entre seus clientes temos, ao menos, três senhores com plantéis equivalentes à primeira faixa (de 1 a 3 batismos), outros 5 na segunda e terceira faixas, e dois com mais de 10 registros de cativos. Os aliados reuniam 53 batizados que, somados aos 27 de Besanson, resultavam em 80 registros, ou 9% total do período considerado. Importa notar que esta rede social consistia em um expediente que transformava Besanson em senhor da república e, ainda, dava novos contornos à geografia de São Gonçalo. Esta freguesia, na verdade, era cortada por malhas sociais conformando espécies de aldeias coloniais. Em outras palavras, as relações clientelares de Francisco Fernandes da Costa para com Besanson não se esgotavam no fato de o primeiro cultivar nas terras do segundo, elas continuavam através dos múltiplos laços entre as escravarias de ambos. Mesmo correndo o perigo de confundir o leitor, ilustrarei essa aldeia forjada por laços emanados da casa de Besanson e de suas senzalas.

As cativas de Fernandes da Costa batizaram seis crias de Besanson. Luíza, escrava de Besanson e madrinha-rainha, fora comadre de casais pertencentes a Inácio de Andrade e Miguel de Castilho. Por sua vez, os filhos destes dois lavradores eram afillhados de Besanson. Um casal de escravos de Miguel de Carvalho, e outro de Cláudio Antônio, tinham relações de compadrio com cativos de Gregório Lopes Cerqueira. Isto sem falar de que no espaço social considerado existiam lavradores livres como pais e compadres de cativos.

Provavelmente, de aldeias coloniais como essas, em 1690, os cunhados e sobrinhos de Besanson saíram “com negros, mamelucos e mulatos” para atacarem os engenhos e fazendas do recôncavo, roubando bens e escravos<sup>27</sup>. Os engenhos invadidos pertenciam aos Correia (parentes dos Benevides) e aliados, entenda-se um bando da nobreza da terra adversário.

Em realidade, Besanson e Francisco Barreto (aliado dos Correia) compartilhavam de estratégias semelhantes. Algo diferente ocorria com Jerônimo Barbalho, senhor

<sup>27</sup> Arquivo Nacional. Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro, Cód. 77, vol.3, f. 21 v.; AHU, av, cx. 5, doc. 98, 1690. AHU, ca., doc. 1621-22.

degolado pelo General Benevides. Suas senzalas conheciam várias famílias estáveis, porém não mantinham uniões consensuais ou de compadrio com pessoas livres e tampouco há notícias de casamentos com cativos de outros senhores. O grau de sociabilidade dos seus cativos com os de outros senhores, via compadrio, era menos intensa. Assim, nem todos os potentados seguiam a mesma cartilha. Provavelmente, o que chamei de aldeia colonial, aqui era fruto de outras variações das estratégias senhoriais, das escravas e dos demais grupos etc.

### O reino das Catarinas, Luízas e Claras

Através das estratégias dos senhores da república ocorria a ampliação do espaço social dos cativos. Em meio àquelas estratégias, as relações parentais dos escravos ultrapassaram os limites de seus engenhos de origem, conectaram diferentes senzalas e, em menor grau, pessoas livres. Temos, então, o que denominamos de aldeia colonial, algo sustentado por malhas parentais escravas. Espaço em um só tempo das relações clientelares da nobreza da república e da sociabilidade escrava.

Existiram escravas que eram assíduas madrinhas<sup>28</sup> em suas senzalas; outras eventualmente tiveram afilhados em diferentes senzalas; porém poucas tiveram o dom de batizar crianças de seis ou mais propriedades. Fenômeno este que transformava o plantel de tais cativas em ponto de referência para os demais da região. Este predicado era encontrado na senzala de Francisco Barreto; como vimos, quatro de suas cativas batizaram 25 crianças de seis plantéis distintos. Outra propriedade tocada pelo mesmo dom foi a de Cláudio Antônio Besanson: ao menos, seis de suas madrinhas tinham afilhados em oito senzalas distintas. Em realidade, apenas 10 propriedades mantiveram esta capacidade de compadrio. Somando as 10 e os plantéis a elas relacionados, temos 56 propriedades e 431 registros. Os números equivalem a 28,4% dos 197 proprietários arrolados no quadro 1, e a cerca da metade do conjunto de registros do mesmo quadro. Portanto, as relações onde as madrinhas-rainhas residiam deviam atingir uma parte respeitável da população cativa de São Gonçalo. Essas madrinhas eram em número de 10, uma por plantel, e eram rainhas, pois consistiam nas campeãs de batismos entre suas parceiras de senzalas. Seus nomes, entre outros eram: Catarina, Luíza, Domingas, Suzana, Maria, Clara e Ana. Seria interessante especular as relações entre as malhas sociais de tais rainhas e as hostes

<sup>28</sup> Optei pelas madrinhas e não pelos padrinhos por motivos empíricos. Nos registros paroquiais de São Gonçalo, na época vista, consegui identificar 695 madrinhas cativas (donos registrados) frente a 555 padrinhos escravos (donos registrados).

de negros armados, ou ainda, estudar seus laços com as plantações e o comércio mantidos pelos escravos.

As rainhas tiveram 71 afilhados em diversas propriedades. As suas redes sociais apresentavam certas particularidades, por exemplo, dificilmente se confundiam com as alianças constituídas a partir dos casais estáveis.

Estudamos 42 plantéis (434 registros no total) com 73 casais estáveis, pais de 169 crianças. Desses 73 casais, somente 16 chamaram madrinhas-rainhas para batizarem seus filhos, as quais fizeram menos de 20 cerimônias num universo de 169. Portanto, poucas foram as situações em que duas ou mais madrinhas-rainhas batizaram filhos do mesmo casal.

Tal informação sugere que cada rede social formada ao redor das madrinhas-rainhas teria certa autonomia diante das outras. Por outro lado, informa-se também que as famílias nucleares estáveis não se cruzavam com as redes das rainhas. Estas últimas seriam constituídas, principalmente, por mães solteiras e seus filhos, bem como por casais escravos com um rebento apenas. Da mesma forma, eram exceções suas alianças com uniões mistas (mães escravas e pais livres) e compadres livres. As madrinhas-rainhas batizaram somente 11 crias de uniões mistas e em apenas 19 ocasiões compartilharam cerimônias com padrinhos livres. Portanto, as rainhas batizavam principalmente filhos de pais escravos.

A outra forma de organização escrava parental que ligava diferentes plantéis foi a das famílias estáveis. Em um universo de 73 famílias, ou 169 registros, somente 12 não procuraram compadres para seus filhos em senzalas diferentes das suas. Assim, tais famílias consistiam em outra maneira de os escravos criarem a malha parental que dava vida à aldeia colonial. Tratava-se de uma forma de organização provavelmente diferente das redes geradas pelas madrinhas-rainhas. Entretanto, alguns traços aproximavam as duas formas. Para começar, os casais estáveis atraíam escravos, no caso compadres e comadres, aparentemente mais isolados. Esses casais tiveram, principalmente, outros escravos como padrinhos de seus filhos. Em apenas 16 famílias os compadres eram livres. Desse modo, os escravos solitários, talvez encontrassem nas rainhas, como nos referidos casais, chances de parentela ou, o que é o mesmo, de sociabilidade.

Portanto, o que chamamos de aldeia colonial adquire um perfil mais preciso. As relações parentais dos cativos transbordavam suas senzalas, alcançavam outras propriedades, porém dificilmente incluía, via parentesco fictício, pessoas livres. Estas raramente apareciam como compadres

de casais escravos, e filhos de uniões mistas tinham padrinhos e madrinhas livres. De um total de 133 casos em que os padrinhos e madrinhas eram livres, temos a seguinte distribuição quanto ao estatuto jurídico dos pais: 22 com ambos os pais escravos; 74 com pai livre e mãe escrava; e 37 casos desconhecidos. Ou seja, o número de situações dúbias (37) era superior ao número de situações em que padrinhos livres batizavam filhos de cativos (quadro 4).

*Quadro 4:* Estatuto jurídico de pais e mães de crianças cativas com padrinho e madrinha livres

Estatuto jurídico do Pai e da Mãe	Número de casos de batizados
Pai livre e Mãe escrava	74
Pai escravo e Mãe escrava	22
Estatuto desconhecido dos Pais e Mães	37
Total	133

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

Somando aqueles 133 casos com 121 batizados escravos em que os padrinhos eram livres e as madrinhas cativas, temos um total de 254 situações com a presença de, ao menos, um compadre livre. O número de compadres e comadres escravos, no mesmo período de 1651 a 1668, foi mais que o dobro daquele resultado: 625 cerimônias. Assim, escravos escolhiam escravos como padrinhos de seus filhos. Em outras palavras, na pia batismal do período, a hierarquia estamental era devidamente reproduzida. Isto significa dizer que na aldeia colonial (formada pela ação das madrinhas-rainhas; casais estáveis de cativos; uniões de livres com negras; e madrinhas escravas batizando filhos de homens livres) as distâncias entre os estatutos sociais eram respeitadas. Os escravos iam além de suas senzalas, porém as excursões tinham seus limites.

As diferenças estamentais na aldeia colonial podem ser confirmadas pelas escolhas feitas por uniões entre pais livres e mães escravas, dos padrinhos para os seus filhos. Para tais cerimônias obtive informações confiáveis – estatuto social dos pais e padrinhos – em 111 casos (quadro 5). Deste total, os padrinhos e madrinhas livres somavam 74 casos. Portanto, aquelas uniões se distanciavam do cativo através de alianças com estratos livres. Assim, pode-se inferir que as uniões formadas por escravos possuíam orientações valorativas e recursos diferentes daquelas em que os pais eram livres e as mães cativas; porém, o estudo destas últimas cabe a outro trabalho.

*Quadro 5: Estatuto jurídico do padrinho e da madrinha de crianças cativas com pai livre e madrinha escrava*

Estatuto jurídico do Padrinho e da Madrinha	Número de casos de batizados
Padrinho livre e Madrinha livre	74
Padrinho livre e Madrinha escrava	37
Total	111

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

### **Acumulação de dependências**

Na aldeia colonial brotava a hierarquia estamental, lembrando o Antigo Regime e as estratificações sociais da Guiné e outras parte da África. Existia alguma conexão entre a ação dos senhores da república e a dos cativos, sendo que práticas parentais dos cativos não colocavam em risco a sobrevivência da sociedade estamental. Em realidade, aquelas práticas a reiteravam. Entretanto, as coisas eram mais complicadas.

Como já foi dito, o fato de rebentos escravos reconhecidos por pais livres, bem como crias de uniões escravas terem compadres livres, não era a regra na freguesia de São Gonçalo. De um universo de 970 batizados (para 91 não tenho informações suficientes), 625 ou 2/3 foram feitos por escravos e cerca de 26% por um padrinho ou madrinha livre. Os números podem ter singelas e diferentes leituras: os escravos preferiam parceiros do cativo como compadres em detrimento de livres; ou então os livres dificilmente estabeleciam elos de parentesco com escravos. Não temos como optar por uma destas respostas e, talvez, não seja o caso.

Retornar aos 10 plantéis das madrinhas-rainhas, alguns dos quais pertencentes a senhores da república, talvez ajude a pensar um pouco melhor. As escravas dessas senzalas realizaram 18 batizados de filhos de pais livres com mães cativas, sendo que em 11 as madrinhas foram as referidas rainhas. Dos 27 batizados nos quais os padrinhos eram livres, em 19 compareceram Catarina, Luiza, Clara ou outra rainha. Parece que havia um certo grau de coincidência entre redes escravas e parentesco com livres. Cativos compartilharem parentesco com livres era raro, contudo, provavelmente mais “fácil” para os integrantes de amplas malhas parentais conectadas a várias senzalas. Assim, aquela estratificação tinha na situação parental um momento decisivo. Um escravo solitário possuía recursos e obrigações diferentes

de um vinculado a rainhas-madrinhas ou a casais estáveis. Portanto, em tese, eles pertenciam a estratos distintos, suas ações eram guiadas por orientações diversas.

Ao mesmo tempo, um lavrador livre ter aliança com uma malha escrava que o ligava a diversos pontos da freguesia, também não era mau negócio, pois lhe dava mais recursos nas interações com os potentados locais.

Em 1655, Petrolina, escrava de Antônio Rodrigues da Veiga, teve seu filho reconhecido pelo pai: o homem livre Mateus da Costa. Os padrinhos da criança foram, também, pessoas livres. Suponho que Petrolina e Mateus da Costa pertenciam ou estavam próximos à rede social do casal estável, do mesmo plantel, João e Bastiana: Mateus fora padrinho, em 1653, de Beatriz, filha do dito casal. A cerimônia de 1655 representava, portanto, o ingresso de Petrolina num parentesco com pessoas livres; ela e a dita rede escrava talvez adquirissem mais status, e os livres conseguiram aliados cativos de diversas propriedades.

Tomé Dias, no ano de 1662, teve com Catarina – escrava de João de Castilho Pinto – o rebento José. Os padrinhos eram pessoas livres. Três anos antes, Tomé Dias batizara Luíza, terceira filha dos cinco de Branca e Pascoal, todos cativos de Castilho Pinto. A importância deste casal pode ser mensurada pelo fato de todas as suas comadres pertencerem a proprietários diferentes. Portanto, Branca e Pascoal estavam conectados a cinco escravarias distintas.

Como vimos, poucos eram os padrinhos e compadres livres nas redes escravas. Além de demonstrar a dificuldade de tais contatos, o fato sugere também que uma rede escrava era capaz de acumular recursos para produzir aquela situação. Assim, as malhas sociais dos escravos geravam mobilidade social de alguns cativos – os aparentados com os livres –, mesmo que dentro das senzalas. Para a rede escrava que viabilizara tal mobilidade, isso representava mais recursos políticos.

O último exemplo, o de Álvaro Barreto e Bárbara, vai um pouco além de tal discussão. Álvaro, Nicolau e Maria de Lima eram do bando de Francisco Barreto de Faria, na verdade, seus clientes. O fato provavelmente facilitou os contatos entre os cativos de Nicolau e Maria com os de Francisco Barreto, assim como deve ter servido de cenário para o encontro de Álvaro e Bárbara. Afinal, tratava-se de uma união entre a escrava e o cliente de um mesmo senhor. Entretanto, este encontro tem um outro lado, que é a reunião, numa mesma rede social, de cativos e clientes. Ou seja, trata-se de uma acumulação de dependências que podia

“aprissonar” Francisco Barreto de Faria. Tal rede conseguia juntar, a um só tempo e via parentesco fictício, os atores que davam legitimidade social a Francisco Barreto, permitindo acessar-lhe o círculo de poder na república. A acumulação de dependências resultaria de alianças entre clientes livres e redes parentais escravas, ambos ligados a um senhor da república. Em outras palavras, trata-se de mais um recurso daquelas redes; o que, em tese, viabilizava melhores negociações entre clientes e escravos com seus senhores.

Uma situação mais refinada de acumulação de dependências é dada pela experiência da rede da madrinha-rainha Clara, escrava de Cláudio Antônio Besanson. Entre os seis *casais* de compadres de Clara temos, em 1664, João Dias e Jacinta, esta escrava de Inácio de Andrade. Inácio era cliente de Besanson; por conseguinte, é de se esperar que o mesmo ocorresse com João Dias e, assim, teríamos a acumulação de dependências. João Dias, porém, já possuía laços de aliança com escravos e clientes de outros bandos da nobreza da república. Em 1655, ele e Briolândia da Silva foram compadres de Antônio Fernandez e Gracia, esta escrava de Manuel Álvares. Briolândia pertencia ao bando de Francisco Barreto de Faria. Quanto a Manuel Álvares, entre 1648 e 1660, tivera três filhos, sendo que os dois mais velhos eram afilhados de Jerônimo Barbalho e o caçula de Francisco Barreto de Faria. Em 1659, João Dias batizaria com Pelônia Martins o filho de Simão de Moraes e de uma escrava – Simão era cliente de Barbalho. Portanto, a madrinha-rainha Clara abrigou em sua rede um sujeito com entrada em diferentes bandos. A acumulação de dependências aqui é mais sofisticada, pois é reforçada pelo jogo político de bandos rivais, criando, assim, uma situação de maior autonomia para João Dias, Clara (a madrinha-rainha) e, por extensão, para os seus aparentados.

Assim, no Rio de Janeiro seiscentista, temos uma paisagem agrária recortada por espécies de aldeias coloniais produzidas por malhas parentais escravas e pela política dos senhores da república, entre outros grupos. As aldeias serviam de base para ação dos bandos da nobreza, além de redefinirem, via política, a estrutura de posse de escravos e das terras. Para tanto, basta recordar que as redes de sociabilidade cativas propiciavam a união de diferentes senzalas e conectavam lavradores livres. Este parece ter sido o cenário da *União do Povo*, surgida da ação de personagens ligados a distintos mundos e produto de uma sociedade aberta e fragmentada.

João Fragoso é graduado e doutor em História e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[jl.fragoso@uol.com.br](mailto:jl.fragoso@uol.com.br)

Esta pesquisa conta com o financiamento do CNPq. Agradeço a Sheila Castro Faria pelo acesso aos registros paroquiais de São Gonçalo (RJ).



## REBANHOS, SEARAS E ROÇAS

### UMA APROXIMAÇÃO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NO PERÍODO COLONIAL

---

*Helen Osório*

A tradição e a historiografia consolidaram no imaginário regional a visão onímoda do exclusivismo pecuário, dos grandes rebanhos e da propriedade como constituintes da paisagem agrária do Rio Grande do Sul durante o século XVIII. O recurso a fontes históricas pouco utilizadas até os últimos anos, tais que censos e inventários *post-mortem*, permite reconhecer, no entanto, a forte presença de

agricultores e o caráter misto de suas unidades produtivas, pois dedicavam-se à agricultura e à pecuária. Daí decorre que os escravos estavam presentes em ambas as atividades e não apenas nas charqueadas ou nos incipientes centros urbanos. Estamos, portanto, distantes dos binômios tradicionais e exclusivos que definem o estancieiro como peão e o lavrador açoriano como voltado ao trabalho familiar.

A imagem cristalizada no tempo, no senso comum e na historiografia acerca da paisagem agrária sul-rio-grandense do período colonial, é a das imensas pradarias desertas de gente e povoadas por gado *vacum*. A utilização de fontes históricas pouco usadas até os últimos anos, como censos e inventários *post-mortem*, permite que nos aproximemos daquela realidade de uma outra forma e critiquemos a visão dominante sobre tal paisagem. Para perscrutar a constituição de uma paisagem agrária que desbordava os domínios dos impérios espanhol e português na América, além do recurso a documentos pouco frequentados pela historiografia rio-grandense, é necessária uma mudança de foco e perspectiva. Ou seja, é preciso ultrapassar a consideração anacrônica das fronteiras nacionais atuais como fator constitutivo daquele processo histórico.

Fundamentamo-nos na análise de um documento excepcional, elaborado entre 1784 e 1785, para compreender o que significava, social e economicamente, ser “lavrador” e “criador” ou “estancieiro”. A fonte é a “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”, mandada realizar pelo Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ao Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, no início de 1784, com o objetivo de conhecer a real situação da distribuição de terras no extremo sul<sup>1</sup>. Trata-se de uma espécie de “censo” de proprietários e ocupantes de terras, a partir do qual pode-se caracterizar as ocupações dos produtores e, por extensão, suas unidades produtivas, sítios, chácaras e estâncias (quadro 1). Os lavradores serão abordados com maior detalhe, por não terem merecido muita atenção da historiografia, ocorrendo o contrário com os grandes criadores de gado.

O Vice-rei ordenara que o provedor indicasse “qual é o negócio em que se empregam os seus moradores, se na lavoira, se em criação de animais”. Nem sempre os capitães auxiliares que realizaram as relações em cada distrito cumpriram tal determinação, e por isso há uma lacuna significativa desta informação. Por outro lado, como a única referência à agricultura é a declaração de ocupação, optou-se por considerar apenas as categorias mais citadas e foram ignorados os casos de difícil classificação, que demonstram as diferenças de critérios dos elaboradores das relações. Estes casos estão agrupados em “outros”. De qualquer forma, as quatro primeiras categorias listadas, “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação” (que passaremos a denominar abreviadamente por “mais lavoura”) representam 79,2% dos registros de ocupação.

<sup>1</sup> Para detalhes sobre a elaboração deste documento e seu tratamento metodológico, ver OSÓRIO, Helen. *Estâncias, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 1999. (Tese de Doutorado). p. 65.

Quadro 1: Ocupação dos possuidores de terras, 1784

Ocupação	nº	%
Lavrador	817 <sup>a</sup>	52,2
Criador	220 <sup>b</sup>	14,1
Criador e lavrador	132 <sup>c</sup>	8,4
Mais lavoura do que criação	70	4,5
Outros	72 <sup>d</sup>	4,6
Não informados	253	16,2
Total	1.564	100,0

Fonte: “Relação de moradores...” Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ), cód. 104, vols. 6, 7 e 8; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), F1198 A e B.

a: incluídos 5 casos “vive pobremente”

b: incluídos 10 casos “vive de seu negócio e estância”

c: incluídos 7 casos “criador e planta para seu sustento”

d: incluídos 22 casos “planta para o sustento de sua casa”, 6 “vive da produção de sua fazenda”, 17 “vive de seu negócio”, 10 “vive de sua agência”, 16 vários tipos de artesanato e 1 “capataz”.

A constatação inicial que a “Relação” possibilita é a de que no Rio Grande, região comumente considerada como o “reino da pecuária”, o número de possuidores de terras dedicados à agricultura predominava amplamente sobre o dos criadores de gado. Se considerarmos os “lavradores” e aqueles que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação” de animais, temos um contingente de 56,7% dos censados, o que equivale dizer, das unidades produtivas existentes. Eliminando-se os casos não informados do número total de registros, este percentual chega a 67,6%, contra 26,8% dos “criadores” e “criadores e lavradores” somados. A importância numérica deste grupo na configuração da paisagem agrária e produtiva do Rio Grande fica aqui evidenciada.

Em apenas duas, das dezenove freguesias existentes<sup>2</sup>, não foram listados “lavradores”: Cerro Pelado e Encruzilhada. Eram ambas freguesias fronteiriças, de recente ocupação e com as maiores médias de animais. Nelas dominavam largamente os “criadores” e “criadores e lavradores”, e há uma pequena incidência dos “mais lavoura”. Os lavradores, portanto, estavam disseminados por praticamente todo o território da capitania. Desenha-se assim uma paisagem agrária bastante semelhante à que vem sendo estudada para a região do rio da Prata, na qual pequenos e médios proprietários constituíam-se no maior contingente ocupacional da campanha de Buenos Aires, segundo censos de população da metade do século XVIII e início do XIX<sup>3</sup>, com maior concentração nas áreas mais próximas do grande mercado que se constituiu na cidade de Buenos Aires.

<sup>2</sup> As freguesias e distritos eram: Caí, Conceição do Arroio, Cachoeira, Cerro Pelado, Encruzilhada, Estreito, Lombas, Mostardas, Nossa Senhora dos Anjos, Povo Novo, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha, Taquari, Triunfo, Vacaria e Viamão.

<sup>3</sup> MORENO, J. L. La estructura social y ocupacional de la campaña de Buenos Aires: un análisis comparativo a través de los padrones de 1744 y 1815. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos & MORENO, José Luis. (comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: Cántaro, 1993. GARAVAGLIA, J. C. Migraciones, estructuras familiares y vida campesina: Areco Arriba en 1815. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos & MORENO, José Luis. (comp.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense*. Op. cit.

Foram identificados como “casais do número” quase a metade dos “lavradores” (46,8%) e dos “mais lavoura” (48,6%). Eram casais açorianos originalmente enviados para povoar o Rio Grande em 1752, ou oriundos da Colônia de Sacramento, ou ainda de Maldonado (em território da Banda Oriental, para onde tinham sido levados pelos espanhóis com a conquista do Rio Grande em 1763, e “devolvidos” na base do Tratado de 1777). Provavelmente sua participação entre os lavradores ultrapassasse o percentual encontrado, pois tal informação dependia do detalhamento com que o capitão do distrito realizasse a “Relação”.

A quantidade e tipos de animais possuídos por cada proprietário é o único dado relativo à produção, além da ocupação declarada, que a “Relação” fornece. Como se pode observar no quadro 2, ele é bastante elucidativo acerca das denominações das ocupações e da própria estrutura agrária.

Quadro 2: Número médio de animais por ocupação, 1784

Ocupação	Lavrador	Criador	Criador e Lavrador	Mais lavoura do que criação
Reses	61	852	1.041	104
Bois	6	8	16	6
Cavalos	6	27	57	14
Éguas	1	344	293	51
Potros	0	31	40	6
Burros	0	7	5	0
Burras	0	6	5	0
Mulas	0	10	16	0
Ovelhas	0	24	21	0

Fonte: “Relação de moradores...” AN/RJ, cód. 104, vols. 6, 7 e 8; AHRS, F1198 A e B.

Notório é o caráter *misto* das atividades dos produtores e, em consequência, de suas unidades produtivas. O “lavrador” também possuía seu rebanho; um rebanho que para outras regiões da América portuguesa não seria nada desprezível. Por exemplo, na capitania de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, em 1785, com o mesmo tipo de fonte, um mapa agrário, foi determinado o número médio de vacas parideiras – um total de 22 cabeças – daqueles produtores definidos como exclusivamente *criadores*<sup>4</sup>. No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador. Tomemos quatro

<sup>4</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XVIII)*. Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1994. (Tese de Doutorado). p. 177.

exemplos da faixa mais pobre de lavradores, moradores da freguesia de Triunfo, dois deles pardos forros. Literalmente a informação diz “vive pobremente de algumas lavouras”. Possuíam eles de 12 a 30 reses, nenhum boi, alguns cavalos, éguas e potros, animais que não lhes garantiam uma existência decorosa<sup>5</sup>.

O produtor que possuísse um pouco mais de uma centena de reses, em média, era descrito como dedicando-se “mais à lavoura do que à criação”. Isto significa que rebanhos de tal tamanho não eram suficientes para o sustento de uma família, e que seu sustento provinha *principalmente* da agricultura<sup>6</sup>. Garavaglia lançou como hipótese, ao estudar um censo que continha a ocupação dos habitantes, mas não o gado que possuíam, que a denominação de “estanciero” ou “labrador” devia basear-se no maior ou menor número de cabeças de gado que o produtor tivesse<sup>7</sup>. O censo que estamos analisando confirma, para o Rio Grande do Sul, essa hipótese, conforme o quadro apresentado. E comprova, também, a predominância de unidades produtivas mistas, dedicadas à agricultura e pecuária concomitantemente.

Os “lavradores” praticavam uma pecuária menos diversificada que os “criadores” e os “criadores e lavradores”. Não criavam ovelhas nem produziam mulas<sup>8</sup>. A produção de mulas necessitava de uma inversão importante, que era a aquisição do burro reprodutor, o “burro hechor”, o animal de maior valor unitário. Em contrapartida, possuíam, proporcionalmente às reses, o maior número de bois que qualquer outra categoria (um boi para 10 reses, contra um boi para 107 reses, entre os criadores), o que é um indicativo da prática da agricultura (quer como animal de tração para o arado, quer para carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola). Estamos, portanto, frente a um produtor rural que é *simultaneamente* um agricultor e um pastor, que alimentava seu grupo familiar com sua produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca<sup>9</sup>, carne e leite de seu pequeno rebanho e que possivelmente comercializasse algum excedente alimentar, alguma vaca ou alguns couros. Podemos defini-lo como camponês, no sentido de que contava fundamentalmente com a força de trabalho de seu grupo familiar para sua manutenção e reprodução. Na análise do patrimônio dos proprietários de menos de 100 cabeças de gado vacum que mencionaremos mais adiante, realizada com inventários, detectou-se um número significativo de produtores que contavam com a complementação de mão-de-obra escrava. Mas, como os inventários retratam os

<sup>5</sup> “José Gonçalves, pardo forro (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 20, cavalos 3, éguas 25 e potros 6”; José do Prado, pardo forro (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 30, cavalos 4, éguas 42 e potros 8; Gonçalo Barbosa (...) vive pobremente de algumas lavouras: gado vacum 12, cavalos 4, éguas 13 e potros 2 e Inácio Mendes, vive agregado a sua sogra (...) e vive pobremente de suas lavouras: gado vacum 20, cavalos 2, éguas 20 e potros 4.” Relação dos moradores (...) da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Triunfo. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ), cód. 104, vol. 6, fl. 474.

<sup>6</sup> Entre os 254 casos de ocupação “não informada”, a média de reses é 279, o que indica que boa parte deles seriam lavradores; 98 detinham de 0 a 100 cabeças de gado vacum, e outros 107 possuíam de 101 a 1.000 cabeças.

<sup>7</sup> “...ya sea que los llamemos “estancieros” o “labradores” (la diferencia probablemente debía estribar en el control de más o menos cabezas de ganado)...” GARAVAGLIA, J. C. Migraciones, estructuras familiares y vida campesina... *Op. cit.* p. 175.

<sup>8</sup> Existe apenas uma ocorrência de lavrador que cria ovelhas em Triunfo, e duas para criação de muaras na Freguesia de Estreito.

<sup>9</sup> Estes são os alimentos que constam do *Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande*; o arroz aparece neste mapa numa quantidade ínfima. ANRJ, cód. 104, vol. 3.

estratos economicamente superiores da sociedade, julgamos não poder generalizar a participação dos escravos como força de trabalho para o conjunto do grupo dos lavradores. Recordemos, também, que identificamos, na própria “Relação”, quase 50 % dos lavradores como sendo “casais do número” açorianos. Esses camponeses, pelo menos nos momentos iniciais de sua instalação, contavam apenas com os braços de sua própria família. A esta conclusão, que caracteriza como camponês, agricultor e pastor a este tipo de produtor, já chegara o historiador argentino J. C. Garavaglia<sup>10</sup> ao analisar a estrutura produtiva da campanha de Buenos Aires através de inventários, no período de 1750-1815. Também aí os camponeses contaram, complementarmente, com mão-de-obra escrava.

Entre os criadores, observou-se uma subdivisão. Há os que só vivem de sua criação, e os que vivem de sua criação e lavouras. Em ambas as ocupações verifica-se a criação de todos os tipos de animais. Mas, surpreendentemente, os “criadores e lavradores” possuem, em média, 22% mais reses que os “criadores”. Possuem também o dobro do número de bois, um indicativo da prática da agricultura, da mesma forma que um número superior de mulas, utilizadas em múltiplas tarefas. Os maiores proprietários de rebanho eram, portanto, não os especializados, mas justamente aqueles produtores mistos que combinavam a pecuária com a agricultura, que diversificavam sua produção. Novamente a comparação com o Rio da Prata pode ser esclarecedora. Em Buenos Aires, os produtores que praticavam nas mesmas unidades produtivas a pecuária e a agricultura eram os mais capitalizados, possuindo o maior número de escravos e os maiores rebanhos para todos os tipos de animais, além de serem os donos das terras em um percentual superior ao da amostra trabalhada.<sup>11</sup>

A “Relação de moradores...” de 1784 permitiu determinar que a maior parte dos detentores de terras do Rio Grande (68%, desconsiderando os casos não informados) era composta de “lavradores”, na verdade pequenos agricultores e pastores. Analisaremos agora suas unidades produtivas, basicamente através de inventários, tomando aqueles que possuíam até 100 cabeças de gado vacum. Recordemos que aqueles que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação” detinham, em média, 104 vacuns, razão pela qual estabelecemos o limite de 100 cabeças.

O geógrafo espanhol Andrés de Oyarbide participou das campanhas de demarcação de limites dos territórios portugueses e espanhóis, contemporaneamente à realização

<sup>10</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial*. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p. 186.

<sup>11</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. In: MANDRINI, Raúl & REGUERA, Andrea. (comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: Instituto de Estudios Histórico-Sociales (IEHS), 1993. p. 91-120.

da “Relação”. Por esta razão percorreu os territórios da Banda Oriental e do Rio Grande. Antes de chegar à vila de mesmo nome, passou por uma paragem denominada Capela, cujos habitantes descreveu assim:

*...el vecindario portugués de estas inmediaciones que todo es de labradores pobres, isleños de los pobladores que vinieron de las Islas Terceras o mestizos y criollos del Brasil y San Pablo, y así de corto establecimiento pues ahora es que van tomando incremento.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Grifos nossos. *Memoria geográfica de los viajes practicados desde Buenos Aires hasta el Salto Grande del Parana por las primeras y segundas partidas de la demarcación de límites*. Por Andrés de Oyarbide, geógrafo. Biblioteca del Museo Naval, Madrid, ms. 282.

Oyarbide apontava a origem variada – açorianos, mestiços e brancos de diversas partes do Brasil – destes lavradores que ele considerou pobres. Os testamentos de 50 dos 191 inventariados da amostra exemplificam a diversificada imigração que beneficiou o Rio Grande. Dezenove deles eram naturais dos Açores, doze da própria capitania, quatro da Colônia de Sacramento, quatro de Portugal, quatro de Santa Catarina, dois de Espanha, dois de São Paulo, um das Minas Gerais, um de Curitiba e um de Benguela, preto forro.

Quanto à hierarquia econômica, a divisão dos inventários por número de cabeças de gado<sup>13</sup> mostrou-se coerente, como podemos verificar no quadro 3.

<sup>13</sup> Detalhes e discussão metodológica sobre a elaboração da amostra de 376 inventários rurais que abarcam o período de 1765 a 1825 encontram-se em OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*. p. 89.

*Quadro 3: Número médio de escravos e monte-bruto médio, por tamanho de rebanho vacum, 1765-1825*

Nº de cabeças gado vacum	Nº médio escravos	Monte-bruto médio (em libras)	Nº invent.	% invent.
0 a 100	3,3	289	191	50,8
101 a 1.000	7,2	863	135	35,9
mais de 1.000	21,8	6.185	50	13,3

Fonte: 376 inventários *post-mortem*, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Esses pequenos produtores, detentores de até 100 cabeças de gado, configuram-se como o setor mais pobre dos produtores rurais inventariados, comparados com os médios e grandes estancieiros, seja em relação ao patrimônio bruto total, seja ao número de escravos. De todos, 10,5% não possuíam sequer uma cabeça de gado vacum, ainda que tivessem algumas éguas e cavalos; 15,2% não tinham nenhum escravo e 30,9% não possuíam terras próprias. Comparando com os estancieiros, todos os “grandes” (possuidores de mais de 1.000 cabeças) eram proprietários de terras e escravos. Entre os “médios”, 4,5% não possuíam escravos e 15,5% produziam em terras alheias. Portanto, o acesso aos escravos e às terras era bem mais difícil para este grupo de lavradores.

A diferenciação econômica e social entre estancieiros e lavradores pode ser percebida na seguinte reclamação, de uma autoridade militar, sobre a qualidade das tropas que lhe seriam enviadas, no contexto das guerras de conquista das Missões, em 1801:

*As duas companhias de auxiliares que V. M. promete incorporar-se, não só não tem chegado, como são as daquele regimento as menos aptas para fazer serviço nesta campanha, já por serem gente mais pobre, e por isso com menos e mais maus cavalos, como serem (por maior parte) Lavradores e não Estancieiros, que são os mais hábeis para o serviço de cavalo....<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> Francisco Barreto Pereira Pinto ao Ten. Cel. Patrício J. Correa da Câmara. Guarda de São Pedro, 22/07/1801. ANRJ, Cód. 104, vol. 13, fl. 180.

O militar faz uma distinção entre os dois grupos; os estancieiros são mais hábeis no serviço a cavalo e os lavradores são identificados como gente pobre, que possui piores cavalos. No entanto, deixa claro que nem toda “gente mais pobre” é lavrador, mas a “maior parte” sim.

A presença dos meios de produção relacionados à agricultura, nos diferentes tipos de unidades produtivas descritas nos inventários, é a que segue (quadro 4):

Quadro 4: Frequência (%) de meios de produção nas pequenas unidades e nas estâncias, 1765-1825

Meios de Produção	Pequenas Unidades	Estâncias
Bois	69,6	88,6
Carros/carretas	32,5	53,3
Foices de trigo	28,8	33,2
Arado	24,1	31,0
Moinho	23,0	21,7
Forno	14,1	16,8
Prensa	12,7	12,5
Roda	11,0	13,6
Atafona	9,4	17,9

Fonte: 376 inventários *post-mortem*, APERS

Todos os bens de produção enumerados aparecem em menor proporção entre as propriedades dos lavradores do que entre os estancieiros, com destaque para os bens mais caros, como bois, carretas e atafonas. Para o restante dos equipamentos, a diminuição dos percentuais é pequena. Significa isso que os pequenos produtores rurais praticavam menos a agricultura que os médios e grandes proprietários de rebanhos? Certamente não. Simplesmente sua condição econômica não lhes permitia dispor dos equipamentos mais caros, como atafonas, ou rodas de ralar mandioca.

Possivelmente desenvolvessem alguma forma de cooperação com seus vizinhos de fortuna e parentes, com empréstimo de instrumentos. Em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, a produção da farinha de mandioca era realizada com o auxílio de vizinhos<sup>15</sup>, sendo que Garavaglia<sup>16</sup> conseguiu detectar práticas de cooperação e reciprocidade no campo rio-platense, entre os lavradores de trigo. Em alguns inventários, por exemplo, não consta nenhum instrumento agrícola, mas são registrados “bois lavradores” ou uma lavoura de trigo ou mandioca. Situação semelhante, ausência de instrumentos e presença de roças, foi detectada por Faria<sup>17</sup>, em Campos de Goitacazes, no mesmo período. Portanto, ou os produtores não detinham efetivamente os instrumentos e os obtinham de vizinhos e parentes, ou não foram incluídos no inventário. Por outro lado, se considerarmos em nosso cômputo os instrumentos mais corriqueiros, como as enxadas e as foices comuns, constatamos a prática de agricultura em 73% destas pequenas unidades produtivas. Não é demais lembrar, também, que a fonte utilizada, os inventários, registra de forma muito incompleta os bens relativos à agricultura, como as lavouras ou a própria produção, devido ao caráter temporário das culturas e ao momento de realização do inventário. Na amostra trabalhada, foram listadas apenas 18 lavouras de trigo, 14 de mandioca, 5 de milho, 3 de cana-de-açúcar e 2 de feijão e, registradas, como produção, duas vezes farinha de trigo e três vezes farinha de mandioca. Dentre as benfeitorias das terras, as lavouras são citadas 19 vezes, mas não avaliadas separadamente. Portanto, devemos considerar as referências a instrumentos e lavouras como indicadores *mínimos* da agricultura praticada.

As propriedades inventariadas eram descritas de diversas formas. Na amostra, para as unidades com menos de 100 cabeças de gado, a denominação mais comum é “campo” (71 ocorrências), seguida de “data de terras” (40), “chácara” (37), “terras” (17), “sítios” (15), “rincão” (9) e “estância” (3). Foram avaliados individualizadamente, ainda, 30 casas, 5 “potreiros”, 4 “matos” e 2 “cercados”. Nada podemos afirmar sobre a extensão dessas propriedades, pois o tamanho é declarado em um número ínfimo de casos. Mas, o exame dos títulos de “datas” concedidas aos lavradores indica que estas tinham, no máximo, 272 hectares. Quanto às benfeitorias destes campos, datas, chácaras, foram descritos mas não avaliados separadamente, 46 casas e ranchos, 26 “cercados” e “valos”, 22 arvoredos, 19 currais, 19 lavouras e roças, 10 pomares (em geral de “árvores de

<sup>15</sup> KUZNESOF, Elizabeth. A. *Household Economy and Urban Development São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986. p. 38.

<sup>16</sup> GARAVAGLIA, J. C. De ‘mingas’ y ‘convites’: la reciprocidad campesina entre los paisanos rioplatenses. *Anuario del IEHS*, n. 12, p. 131-139, 1997. p. 131.

<sup>17</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Op. cit.* p. 251.

espinho”; a árvore mais citada individualmente é a laranjeira), 3 paióis e 2 atafonas. A combinação mais freqüente de benfeitorias foi “casa, curral, cercas e arvoredo (ou lavoura)”. A descrição dessas benfeitorias é bastante pobre nos inventários. A avaliação da propriedade como uma unidade só, indica que adquiriria valor apenas por seu conjunto. No Rio da Prata a situação foi diversa: árvores, currais, cercas, casas e galpões eram avaliados individualmente.<sup>18</sup> Os poucos paióis listados provavelmente indicam a pequena monta do excedente produzido e/ou a necessidade imediata que tinham os lavradores de comercializarem seu excedente, especialmente o de trigo. Temos algumas referências de que os lavradores endividavam-se em espécie, comprometendo a colheita futura.

A existência de currais e cercados demonstra a combinação, também para esses pequenos produtores, da agricultura e pecuária. Assim, constatamos que, tanto nas estâncias quanto nas pequenas propriedades, desenvolviam-se as mesmas atividades produtivas. Garavaglia já enunciara tal conclusão para a campanha de Buenos Aires: “estancieros y labradores se dedicaban exactamente a las mismas actividades productivas”. Observa o autor, com muita propriedade, que a linha demarcatória entre os produtores deve ser buscada não no tipo de atividade exercida, mas numa série de variáveis, entre elas a posse de escravos, a propriedade da terra, o uso de força de trabalho externa ao grupo doméstico e o controle de uma quantidade maior ou menor de animais.<sup>19</sup>

Os lavradores, estes pequenos produtores que viemos analisando, contavam eles essencialmente com a própria força de trabalho familiar ou dependiam da mão-de-obra escrava? Essa questão remete-nos a um dos temas que tem recebido importantes contribuições desde a década passada: a disseminação da propriedade escrava entre a população livre, ou nas palavras de Schwartz<sup>20</sup>, um de seus primeiros formuladores, “a estrutura de posse de escravos”. Examinando um recenseamento de proprietários de escravos realizado na Bahia, em 1817, o autor concluiu que no Recôncavo, zona açucareira por excelência, os níveis de concentração de escravos em grandes unidades eram relativamente baixos, existindo uma predominância de plantéis pequenos e médios (até 19 escravos) e que, portanto, havia uma ampla distribuição da propriedade de escravos entre a população livre. Teixeira da Silva<sup>21</sup>, analisando listas de lavradores de mandioca, na Bahia, década de 1780, apontou que 18% deles não possuíam escravos, 34% detinha um ou dois, e que 32%

<sup>18</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. *Op. cit.*  
GARAVAGLIA, J. C. Las chacras y quintas de Buenos Aires ejido y campaña, 1750-1815. In: MANDRINI, Raúl & REGUERA, Andrea. (comp.). *Huellas en la tierra*. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: IEHS, 1993. p. 121-146.

<sup>19</sup> GARAVAGLIA, J. C. La agricultura del trigo en las estancias. *Op. cit.*. p. 119.

<sup>20</sup> SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 368.

<sup>21</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói, Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 1990. (Tese de Doutorado). p. 155.

detinham de 3 a 5 cativos. A partir daí o autor advoga a existência de uma “pequena produção escravista”: produção mercantil, escravista, voltada para o mercado interno.

A fonte mais adequada para a apreensão dos grupos domésticos são censos e listas nominativas que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. Infelizmente este tipo de fonte ainda não foi encontrado para o Rio Grande. Como apreender e determinar qual o tipo de força de trabalho predominante nas unidades produtivas? Os inventários *post-mortem* fornecem-nos uma série de dados que nos permitem aproximar-nos da questão. Recordemos, no entanto, que uma das distorções, ou limite, dessa fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população. Assim, encontramos que 15,2% dos lavradores inventariados não eram proprietários de escravos, proporção que para o conjunto da população livre seria muito maior. O número médio de escravos do grupo é de 3,3, para toda a amostra (os estancieiros possuíam 11).

Mas, qual a condição desses escravos? Se tomarmos, como fez Castro<sup>22</sup>, apenas aqueles que tinham entre 15 e 40 anos, e não apresentavam nenhuma doença registrada, ou seja, os que estavam em idade produtiva, seu número desce drasticamente. Eles eram apenas 232 dos 634 do plantel total, ou seja, 36,6% dos escravos dos lavradores. Computando apenas os cativos sãos, e em idade adulta, o número médio decai para 1,2 escravos por proprietário. Já os estancieiros, nas mesmas condições, possuíam 43,8% dos escravos do plantel total, com um número médio de 4,8 escravos. Castro determinou, para Capivary, Rio de Janeiro, no contexto de fim do tráfico negreiro, que os lavradores pobres possuíam 3 escravos em média, sendo apenas 35% deles nas condições estabelecidas. A proporção é muito semelhante à que encontramos. Mas, estamos abordando um período de plena vigência do tráfico, o que indica a modéstia deste setor proprietário de escravos. A discriminação das condições de saúde e idade do escravo é importante para determinarmos se essa mão-de-obra cativa era complementar, ou não, ao grupo familiar, e para nos indagarmos das possibilidades de reposição desta mão-de-obra por parte dos pequenos produtores. Provavelmente seria difícil àqueles modestos senhores realizar os desembolsos para a recomposição do seu pequeno plantel.

Hierarquizando os plantéis, encontramos que 54,9% dos lavradores proprietários de escravos detinham de 1 a 3 escravos e, ampliando a faixa até 5 escravos, localizamos aí 84% dos proprietários da amostra.

<sup>22</sup> CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 92.

Os inventários consultados fornecem o número de herdeiros e, a maior parte das vezes, a idade dos filhos solteiros, omitindo a dos casados. Não fornecem, tampouco, a não ser de forma indireta e ocasional (geralmente na partilha), informações sobre os arranjos familiares, a coabitação de filhos casados e a gerência dos bens familiares. Confrontamos o número de herdeiros, somado ao próprio inventariado, com o número de escravos possuídos, como forma de medir a dependência, ou não, do trabalho escravo. Temos que em 79% das famílias, o número de seus membros era superior ao número de escravos. Essa é uma forma de medida precária, já que não podemos determinar quantos dos herdeiros casados ainda faziam parte do grupo doméstico, mas que, cremos, pode ser considerada indicativa da complementaridade da mão-de-obra escrava em relação à familiar, para a maior parte dos pequenos produtores.

Mesmo que tivesse a fortuna de possuir algum escravo, o lavrador participava na produção de alimentos. É o que se depreende da aflita reclamação de um comandante militar, às vésperas da conquista do Rio Grande pelos espanhóis:

*(...) até o presente não pude vencer com o governador, que me mandasse socorro de paisanos, nem a companhia da cavalaria de ordenança, de que é capitão Domingos Martins, havendo-me segurado em muitas cartas que em breve marchava, e até o presente inda não saiu do Rio Grande, tendo por outra parte notícia que não espere por ela enquanto se não recolhem os trigos.<sup>23</sup>*

<sup>23</sup> Grifos nossos. Thomaz Luiz Ozório ao Conde de Bobadela, Trinchreira de Santa Tereza, 14/12/1762. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio Grande (RG), cx. 2, doc. 8.

A cavalaria de ordenanças, os seus membros, certamente os mais abastados entre a população local, não se dispunham a servir o rei enquanto não colhessem seus trigos...

Quase cinqüenta anos depois, uma cena muito semelhante. Os milicianos de Viamão, mobilizados para a conquista da Banda Oriental, em 1811, estavam acantonados em Maldonado, território oriental. Mais de meia centena deles peticionou, como segue:

*Dizem os milicianos dos esquadrões de Viamão abaixo-assinados todos lavradores casados, que eles em razão de se acharem empregados há 14 meses no Real Serviço, (...) fizeram avultadas despesas nos seus uniformes (...) sendo os suplicantes homens casados com obrigação de mulher e filhos que vivem do diário serviço de suas lavouras de onde costumam tirar o necessário para a subsistência delas as quais ficaram sem meios deste preciso socorro pela ausência dos suplicantes e a maior parte não possuem escravos para continuar o dito serviço nem para colherem os trigos que ficaram plantados no que resultariam só dano às ditas famílias como aos suplicantes*

*por se empenharem fiados em pagarem com seus trigos, achando-se (...) também faltos de dinheiro para se refazerem do que necessitam (...) [pedem] licença para irem aproveitar suas colheitas e se refazerem do preciso...<sup>24</sup>*

<sup>24</sup> Grifos nossos. Petição anterior a 27/dez/1811. AHRS, Correspondência dos governadores, Requerimentos, maço 4.

<sup>25</sup> FRAGOSO, João. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 76.

<sup>26</sup> Mapa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, o qual expressa as suas condições, estados e sexos divididos pelo número das Freguesias atuais da mesma capitania no ano de 1798 AHU-RG – Cx. 9, doc. 44; Mapa de toda a população existente na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no ano de 1805. AHU-RG – Cx. 17, doc. 25.

<sup>27</sup> OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*

**Outras bibliografias consultadas:**  
CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORAES SILVA, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922. Fac-símile da 2ª ed., 1813. [A 1ª edição é de 1789, Lisboa]

Nota: todas as referências à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) foram apresentadas com as cotas anteriores à reorganização da documentação realizada pelo Projeto Resgate.

Helen Osório é graduada e doutora em História e professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

hosorio@via-rs.net

Os milicianos dispunham da força de trabalho de sua família e a maior parte, mas não todos, não possuía escravos. No momento de maior demanda de trabalho, a colheita (eles peticionam em dezembro, e a colheita era feita neste mês e em janeiro), necessitavam estar juntos de suas famílias para realizarem a tarefa. Ademais, já tinham parte (ou toda?) da colheita comprometida com os “fiados”; necessitavam, portanto, retornar a casa, depois de tanto tempo de serviço.

A propriedade de escravos no campo rio-grandense certamente esteve disseminada em um *continuum*. Num extremo, encontravam-se famílias camponesas que contavam apenas com sua mão-de-obra familiar, passando por pequenos proprietários escravistas – como os que observamos acima (com 3 escravos em média) – e os médios estancieiros (7 escravos), até se chegar ao extremo oposto, onde se situava o grupo dos grandes estancieiros, que detinham cada qual 21 escravos em média.

Essa constatação não deve obscurecer, no entanto, o fato fundamental que diz respeito à alta disseminação da propriedade escrava entre os inventariados (85%), comparável à que Fragozo<sup>25</sup> encontrou para o Rio de Janeiro (pouco mais de 90%), no período de 1810-1830. Além disso, a proporção de escravos na população do Rio Grande não diferiu substancialmente da de outras capitanias da América portuguesa: eram 37,1% da população em 1798 e 33,7% em 1805<sup>26</sup>. Sua presença nas estâncias também foi muito superior ao que se supunha; encontramos estâncias que possuíam mais de uma dezena de escravos “campeiros” e “domadores”. Tais escravos especializados compõem 41% daqueles com ocupação declarada possuídos pelos estancieiros presentes na amostra.<sup>27</sup>

Finalizando, temos que no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, constituiu-se uma paisagem agrária em que os denominados “lavradores” criavam rebanhos vacuns de 100 cabeças ou mais, e os “estancieiros” plantavam (mandioca e trigo, entre outros). Os escravos não eram encontrados apenas nas charqueadas ou nos incipientes centros urbanos, mas espalhados entre as searas de trigo, prensas e rodas de mandioca, e montados em cavalos domando outros cavalos ou pastoreando rebanhos de gado. A paisagem agrária e seus produtores, que daí emergem, certamente distanciam-se dos binômios tradicionais e exclusivos “estancieiro-peão” e “lavrador açoriano-trabalho familiar”.



ESCRAVOS DO PASTOREIO  
PECUÁRIA E ESCRAVIDÃO NA  
FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL  
(ALEGRETE, 1831-1850)

---

*Luís Augusto Farinatti*

Tradicionalmente, a historiografia tem prestado pouca atenção ao estudo da escravidão nas áreas de predominância da atividade pecuária. Isso é tanto mais verdade no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, onde só recentemente se reconheceu a existência regular de trabalhadores escravos, ao lado dos peões livres, no costeiro do gado. Por conseguinte, importa analisar, ainda que de forma inicial, algumas caracte-

rísticas demográficas da população escrava, sua distribuição entre os pecuaristas de diferentes envergaduras econômicas e suas ocupações nas grandes estâncias de criação de gado em Alegrete, o maior município da principal área de criação de gado do Rio Grande do Sul, a região da “Campanha”, na zona de fronteira com a República do Uruguai. As principais fontes utilizadas foram os inventários *post mortem*.

## Introdução

O papel da escravidão nas regiões de predominância da pecuária não é um dos temas mais frequentes na historiografia brasileira. Produção voltada para o mercado interno e “retaguarda” da economia exportadora, durante muito tempo a criação de gado foi vista como uma atividade que, no mais das vezes, não gerava uma acumulação capaz de sustentar a incorporação contínua de trabalhadores cativos. Além disso, realizada em moldes extensivos, como ocorreu na maior parte do Brasil ao longo dos quatro séculos de vigência da escravidão, não demandava tantos braços quanto a agricultura. Ao contrário, os currais, as fazendas de gado, foram descritos como sendo os lugares onde as várias formas de trabalho livre teriam encontrado campos mais férteis para instalar-se.<sup>1</sup> Nas últimas décadas, contudo, estudos regionalizados, com vigoroso aporte de fontes primárias, como os inventários *post mortem* e os mapeamentos de população, vêm demonstrando a importância das relações escravistas como componentes da produção pecuária nos quatro cantos do Brasil.<sup>2</sup>

O Rio Grande do Sul foi uma das mais importantes zonas de criação de gado dos séculos XVIII e XIX. Durante boa parte do século XX, os estudos históricos sobre o universo das estâncias descreveram uma economia em que a produção era levada a cabo essencialmente por trabalhadores livres (brancos, índios e mestiços de ambos) – que eram também guerreiros rapidamente mobilizáveis para as recorrentes contendas da fronteira –, o que garantiria para o Rio Grande do Sul uma formação histórica *sui generis* no contexto brasileiro. Dessa perspectiva, numa sociedade onde a força de trabalho teria sido formada por peões livres, recrutados entre um vasto contingente de “homens soltos”, sem a propriedade da terra e pouco vocacionados à estabilidade (os *gaúchos*), a presença escrava era vista como residual e mais ligada às atividades domésticas.<sup>3</sup>

As obras que surgiram lentamente desde a década de 1960 até meados dos anos 80, fizeram o contraponto dessa imagem. Entre outros aspectos, ficou demonstrada a centralidade das relações escravistas nas charqueadas, principal elo de articulação entre a economia sulina e as áreas da grande lavoura, em outras regiões do Brasil, ao longo do século XIX. Décio Freitas levou às últimas conseqüências essas idéias. Num artigo em que percebeu com pertinência a grande necessidade de trabalhadores para as estâncias, contrapondo-se ao que chama de “mito da produção sem

<sup>1</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Qualquer estudo sobre as regiões de pecuária no Brasil dos séculos XVII a XIX não pode prescindir do clássico capítulo que Caio Prado Júnior lhes dedicou na obra referida.

<sup>2</sup> Entre outros: PETRONE, Maria Teresa. *O Barão de Iguape – um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MOTT, Luís. O índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 22, p. 59-78, 1979.

SILVA, Francisco C. T. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: REICHEL, H. & GUTTFREIND, I. *América Platina e Historiografia*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

FARIA, Sheila de C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. (Tese de Doutorado).

ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GUTIERRES, Horácio. Estratégias produtivas entre fazendeiros de gado no sul do Brasil, século XIX. *Segundas Jornadas de Historia Económica*, Montevideo, julho de 1999.

<sup>3</sup> GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

<sup>4</sup> FREITAS, Décio. O Gaúcho: O Mito da Produção sem Trabalho. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. RS: *Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1983 (Dissertação de Mestrado).

MAESTRI, Mario. *O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravidão Gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*. Porto Alegre: Movimento/ Instituto Estadual do Livro, 1980.

<sup>6</sup> LEITMAN, Spencer. Slave Cowboys in the cattle lands of southern Brazil, 1800-1850. *Revista de História*, São Paulo, v. 51, n. 101, jan/mar 1975.

<sup>7</sup> Nesse contexto merecem destaque, por seu pioneirismo, as obras já citadas de Paulo Afonso Zarth, para o século XIX e Helen Osório para o período colonial. Ver nota 2. Ver também: BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

trabalho” na criação de gado, acaba por negar maior importância ao trabalho escravo na pecuária, onde vê a preponderância maciça do trabalho livre. Escreveu:

*No pastoreio, seria preciso colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que, sem a vigilância e a supervisão, o mesmo, obviamente, trabalharia pouco e mal, usando, com toda a probabilidade, o cavalo para fugir através das dilatadas, indivisíveis e desocupadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada nas terras platinas.*<sup>4</sup>

Ainda que nenhum daqueles trabalhos se tenha dedicado especificamente ao estudo da criação de gado durante a vigência do escravismo, quase todos trouxeram elementos novos para o tema. Demonstraram que os escravos compunham de forma efetiva o contingente de mão-de-obra das estâncias, ao lado dos trabalhadores livres. Todavia, assentados basicamente sobre fontes impressas, como os relatos de viajantes estrangeiros, além de diários e memórias, tais estudos apontaram para a idéia de que os escravos teriam sido empregados majoritariamente nas lavouras de auto-abastecimento internas às estâncias e nos serviços domésticos. O costeio do gado, atividade principal dos estabelecimentos pecuários, seguia sendo descrito como domínio quase que exclusivo dos peões livres. Ali, a utilização dos escravos teria sido apenas eventual e mesmo fortuita.<sup>5</sup> A notável exceção na produção deste período é um artigo de Spencer Leitman, publicado em 1975, em que o autor propõe que peões escravos teriam desempenhado importante papel na criação de gado no Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do Oitocentos.<sup>6</sup>

A partir de finais da década de 1980, pesquisas baseadas na utilização maciça de fontes primárias manuscritas trouxeram novos avanços para o conhecimento das áreas rurais do extremo sul do Brasil e, sobretudo, tematizaram de forma mais detida o universo da pecuária. Demonstraram assim a importante participação dos escravos, tanto nas lavouras de alimentos dentro das estâncias quanto no costeio do gado – esta última atividade desempenhada ao lado dos peões livres.<sup>7</sup> Daí a importância de uma abordagem introdutória ao tema da escravidão nas zonas de predominância pecuária do sul do Brasil, na primeira metade do século XIX. Para tanto, trabalharemos com os inventários *post mortem* referentes a Alegrete – o maior município da principal área de criação de gado do Rio Grande do Sul, a região da “Campanha”, na fronteira com a República do Uruguai – no período que vai de 1831 a 1850. As análises

FARINATTI, Luís Augusto E. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre, PPGH/PUCRS, 1999 (Dissertação de mestrado).

FARINATTI, Luís Augusto E. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). *História*, São Leopoldo, n. 8, p. 253-276, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. Do trabalho servil ao trabalho livre num município da Fronteira Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 136, p. 17-24, 2001.

MAESTRI, Mario. O cativo e a fazenda pastoril sul-riograndense. In: MAESTRI, Mario. *Deus é Grande, o Mato é Maior – trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

aqui realizadas, em que pese seu caráter preliminar, permitem apresentar o tema e lançar algumas hipóteses gerais de pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao papel do trabalho escravo nas grandes estâncias que, como veremos, parece haver sido bem mais expressivo do que se costumava pensar.

## Dilatadas Campanhas

Nos inícios do século XIX, o movimento de expansão luso-brasileira sobre os territórios disputados com o Império Espanhol, no oeste do atual território do Rio Grande do Sul, recebeu um impulso significativo. Em 1801, realizaram-se a conquista e a incorporação da área dos Sete Povos das Missões, a noroeste. Ao sul dos Sete Povos, cruzando o rio Ibicuí, ficava a região de boas pastagens, de relevo suavemente ondulado, onde se espalhavam grandes manadas de gado não domesticado, em uma área contínua que englobava os territórios que hoje pertencem à Campanha ao sul do Rio Grande e ao norte da República do Uruguai. As estratégias geopolíticas da coroa portuguesa, somadas ao interesse dos colonos sobre as terras e o gado contidos naquele amplo espaço, desencadearam uma aceleração no movimento de ocupação de terras, fundação de estâncias e concessão de sesmarias no local. Naturalmente, essa expansão não se deu sobre uma “terra de ninguém”. Desde muito antes de 1801, os guaranis missioneiros e também diversos bandos de arreadores, formados por súditos mais ou menos fiéis das coroas ibéricas, além de indígenas charruas e minuanos, cruzavam aquele espaço arrebanhando e comercializando gado.<sup>8</sup> O gado bovino passava a interessar não apenas pelo couro: o charque havia se tornado dominante nas exportações sulinas já na década de 1790, fornecendo um impulso ainda maior a esse processo. Assim, nos conturbados anos em que se desenrolavam as lutas de independência platinas, sobretudo entre 1810 e 1822, os luso-brasileiros apropriaram-se e colonizaram os vastos espaços além das antigas fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande. É isso ocorreu ainda que as pendências oficiais acerca desse limite nacional não tenham cessado até a segunda metade do século XIX. As relações nessa zona fronteiriça foram contínuas. Vários brasileiros tinham bens – terras, gado e escravos – em ambos os lados, muitos outros tinham estâncias no Uruguai e todos mantinham relações familiares e comerciais permanentes. Naturalmente, foram muitas as implicações trazidas pelo fato de que as soberanias políticas eram diferentes em

<sup>8</sup> Ver HAMEISTER, Marta Daísson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias se-moventes*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação – História Social, 2002 (Dissertação de mestrado).

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG – História Social, 2002 (Dissertação de mestrado).

<sup>9</sup> Ver GOLIN, Tau. *Fronteira*. v. I. Porto Alegre: L&PM, 2002.  
SOUZA, Susana B. & PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C. & NEUMANN, E. (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

um e em outro território, e essa “comunidade de fronteira” tinha que se defrontar com elas continuamente.<sup>9</sup> Ainda que não tenha ensejado apenas a multiplicação de grandes criadores de gado, essa expansão foi responsável pelo surgimento de um grupo de pecuaristas de grosso calibre, donos de rebanhos que superavam 10.000 reses.

Em 1828, a derrota brasileira na última campanha da Cisplatina e a reorganização do Uruguai como república independente criaram uma linha de fronteira que cingiu em dois o espaço que os luso-brasileiros haviam transformado em um impreciso tabuleiro de estâncias, desde o rio Ibicuí, ao norte, até o rio Negro, ao sul. O lado brasileiro desse espaço de fronteira, conhecido depois como a região da Campanha, erigiu-se na principal zona pecuária do Rio Grande do Sul, ao longo de todo o século XIX. Se é verdade que a historiografia levou muito tempo para reconhecer a importância da escravidão nas áreas de criação de gado no Rio Grande do Sul, em nenhum lugar isso é mais verdadeiro do que na Campanha. Ali, a existência de uma verdadeira epidemia bélica, a proximidade das repúblicas platinas, a presença de homens livres em condição de serem aproveitados como mão-de-obra e a dificuldade de vigilância sobre cativos que trabalhariam a cavalo foram apontados, entre outros aspectos, como fatores impeditivos do estabelecimento de uma regularidade no aproveitamento dos escravos nas lides pecuárias. Como veremos, no entanto, não é isso que a análise dos dados trazidos pelos inventários *post mortem* parecem revelar sobre aquela fronteira.

Deter-nos-emos nas duas décadas que se estendem de 1831 a 1850. No início desse período, a criação de gado organizada nas estâncias já era dominante na Campanha e é lícito supor que o quadro do trabalho escravo tenha sofrido alterações importantes após a cessação do tráfico atlântico, em 1850. Nas duas décadas que nos interessam diretamente, a exportação de charque para outras províncias brasileiras era a principal atividade econômica da província. A região da Campanha detinha a parcela mais significativa da produção pecuária que enviava a matéria-prima para as charqueadas localizadas mais a leste, em Pelotas e sobre as margens rio Jacuí. Desmembrando-se do município de Cachoeira, Alegrete foi elevado à condição de vila em 1831. Além de ser o mais extenso territorialmente, também detinha o maior número de estâncias e o maior rebanho bovino. Não há nenhuma estatística regionalizada da produção bovina da província nesse período. Porém, nove anos depois, uma espécie de censo agrário indicava o município de

Alegrete como o líder da produção pecuária no Rio Grande do Sul, com um rebanho de 772.232 cabeças de gado *vacum* distribuído em 391 estâncias, contra 531.640 cabeças em 260 estâncias de Bagé, que ocupava o segundo lugar.<sup>10</sup> Em 1846, as áreas mais ocidentais emanciparam-se formando o município de Uruguaiana, o mesmo acontecendo, em 1858, com Santana do Livramento. Porém, o município ainda estendia-se sobre um vastíssimo território que ia desde o rio Ibicuí, ao norte – no centro-oeste do território do Rio Grande do Sul – até o rio Quaraí, que divide com a República do Uruguai, ao sul.<sup>11</sup>

### **Homens, mulheres, africanos e crioulos**

As melhores informações para relacionar a escravidão e as unidades de produção pecuária, no período e espaço propostos, estão nos inventários *post mortem*. Não contamos, infelizmente, com mapeamentos de população que relacionem os moradores por *fogos* e discriminem seus escravos e agregados, como ocorre com outras partes do Brasil para o período colonial e para a primeira metade do Oitocentos. Da mesma forma, o primeiro censo populacional que permite discriminar a população livre e a escrava só aconteceu em 1858. O uso dos inventários como fonte, por sua vez, tem conhecidas limitações, como o fato de tenderem esses inventários a sobre-representar as camadas mais abastadas da população, já que os muito pobres provavelmente não realizavam a partilha judicial de seus poucos bens. Além disso, as grandes distâncias a serem vencidas até a sede do município e o contexto de guerra vigente durante a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), podem ter dificultado o cumprimento da obrigação legal de proceder a inventários *post mortem*. Ainda que se tenha em conta esses limites, os inventários são fontes importantes para o estudo da escravidão nos estabelecimentos pecuários da região. Somente eles permitem um acesso direto à relação entre a população escrava e as unidades produtivas, além de reunirem uma amostra tanto dos escravos que nasceram no local, como daqueles trazidos de outras paragens (o que não acontece de forma tão regular nos registros de batismo e casamento, por exemplo). E mais, como veremos, o principal montante de escravos encontrava-se exatamente nas mãos dos proprietários mais afortunados, que tendem a formar a camada melhor representada nesse tipo de fonte.

Realizamos o levantamento de todos os inventários referentes ao município de Alegrete, entre 1831 e 1850,

<sup>10</sup> “Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeiro”. Estatísticas, m. 02, 1859. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981. Para efeito deste estudo consideramos o território do município sem as áreas referentes a Uruguaiana e Livramento, trabalhado apenas com os inventários existentes no fundo “Alegrete”, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Somente três processos referiam-se a Santana do Livramento e foram retirados da análise.

totalizando 110 processos. Como nosso objetivo neste artigo é avaliar a presença do trabalho escravo nas estâncias de criação e levantar questões sobre o tema, retiramos da análise 18 processos que não continham estabelecimentos de produção rural. Seus titulares possuíam imóveis na vila de Alegrete e eram comerciantes, oficiais militares de carreira ou mulheres solteiras. Abatemos mais 18 inventários que foram abertos mas não tiveram prosseguimento.<sup>12</sup> Contamos, então, com 74 processos referentes a titulares que possuíam bens rurais, que constituem nosso universo de análise. Desses, 12 não possuíam qualquer escravo. Os 62 inventariados restantes possuíam um total de 633 cativos, alcançando uma média de pouco mais de 10 escravos por proprietário.<sup>13</sup>

A relação entre os sexos apresentava-se bastante desequilibrada, com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6, com uma proporção de apenas 36% de cativas no universo total analisado).<sup>14</sup> Quanto à origem, os africanos representavam 42,4% daquela população. Esses dados costumam estar intimamente relacionados entre si,<sup>15</sup> e não foi diferente em Alegrete. A predominância masculina é bem maior entre os africanos, sendo que a população crioula tendia a apresentar uma proporção mais harmônica entre os sexos.

Essa configuração por certo também sofreu a influência do fato de que a colonização estável da Campanha era relativamente recente, tendo começado nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Assim, estaria ocorrendo ali um fenômeno recorrente em diversas outras regiões do Brasil escravista. Unidades produtivas recentemente instaladas tendiam a apresentar um percentual maior de homens adultos e de africanos, pois grande parte de sua mão-de-obra teria sido adquirida havia pouco tempo. Com o passar dos anos, o número de crioulos tenderia a aumentar e o desequilíbrio entre os sexos a diminuir.<sup>16</sup> Porém, mais do que isso, os dados apresentados acima também estão intimamente relacionados com as atividades produtivas desempenhadas naquela região e as necessidades laborais que elas ensejavam. No caso da Campanha, tratava-se essencialmente da pecuária, sobretudo a criação de gado bovino.

Arrisquemos algumas comparações. A razão de masculinidade, de 177,6 homens para cada 100 mulheres era muito menor do que os 232,08 encontrados por João Fragoso para a região cafeeicultora do Vale do Paraíba fluminense, em 1840.<sup>17</sup> Contudo, era mais alta do que os 143

<sup>12</sup> Nesse número incluem-se três inventários referentes à Freguesia de Santana do Livramento. Ver nota 11.

<sup>13</sup> Retiramos da análise os escravos que foram mencionados de forma repetida em mais de um inventário, cujos inventariados eram cônjuges ou pais e filhos que faleceram no período analisado.

<sup>14</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Inventários *post mortem*. Alegrete. 1831-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01 a 07. Cartório do Cível, m. 01. Cartório da Provedoria, m. 01.

<sup>15</sup> FARIA, Sheila de C. *Op. cit.*, p. 296.

<sup>16</sup> FARIA, Sheila de C. *Op. cit.*, p. 295-298.

<sup>17</sup> FRAGOSO, João. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, 1983 (dissertação de mestrado).

<sup>18</sup> Freguesias de Santo Amaro, São Francisco do Conde e Iguape. BARICKMANN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>19</sup> FRAGOSO, João. *Op. cit.*

<sup>20</sup> BARICKMANN, Bert. *Op. cit.*

que Bert Barickmann encontrou ao trabalhar com os inventários (a mesma fonte empregada aqui), entre 1790 e 1860, para as lavouras de cana e engenhos do Recôncavo Baiano.<sup>18</sup> A proporção de africanos, de mais de 42%, por sua vez, é incomparável à de áreas de agro-exportação em expansão, como os 79% do Vale do Paraíba na década de 1850.<sup>19</sup> Contudo, não está longe dos cerca de 50% encontrados na pesquisa já referida sobre as áreas canavieiras baianas.<sup>20</sup> Ainda que estas não fossem regiões de ocupação recente e mesmo que, durante todo o período coberto por aquelas fontes, o açúcar tenha enfrentado tanto conjunturas positivas quanto negativas, a comparação dos dados da população escrava das estâncias sulinas com uma área de produção agrícola de exportação, próxima a um porto importante no tráfico atlântico de cativos, não deixa de impressionar.

No mesmo trabalho sobre o Recôncavo Baiano, os sítios de fumo apresentavam uma relação equilibrada entre homens e mulheres (108) e uma presença de apenas 23% de africanos entre os cativos. Números em tudo inferiores à região pecuária da Campanha.

Vejamos outro trabalho que emprega os inventários *post mortem* para extrair dados sobre a população escrava. As regiões de pecuária, lavouras de cana e produção agrícola de alimentos, estudadas por Sheila de Castro Faria, no norte fluminense durante o século XVIII, apresentavam uma razão de masculinidade de apenas 119 e uma presença de cerca de 50% de africanos entre a população cativa. Já os engenhos estudados pela autora, ainda que de pequena monta, alcançavam 170 homens para cada 100 mulheres e quase 70% de africanos.

Por outro lado, utilizando também inventários *post mortem*, Helen Osório apontou, para o Rio Grande do Sul como um todo em fins do período colonial, um percentual de homens e de africanos apenas um pouco superiores aos descritos neste artigo. Entre 1790 e 1825, a presença de africanos foi de 47 e 48% dos escravos arrolados. Quanto à masculinidade, para o período entre 1765 e 1825, Osório encontrou uma presença de 68% de homens, portanto levemente superior à calculada aqui (64%). A estrutura da posse de escravos, no coração da Campanha entre 1831 e 1850, seguia reproduzindo padrões semelhantes aos coloniais.<sup>21</sup>

A grande presença de escravos homens nas estâncias de Alegrete se dava em razão de seu aproveitamento em ofícios diversos (como pedreiros, carpinteiros, roceiros) mas, principalmente, como veremos, em virtude da necessidade

<sup>21</sup> OSÓRIO, Helen. *Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825. Anales de la XIX Jornada de Historia Económica*. Asociación Argentina de Historia Económica, San Martín de los Andes. CD-ROOM, 2004. p. 6.

de se contar com escravos campeiros formando um núcleo estável de mão-de-obra capaz de fazer frente, ao menos em parte, às demandas regulares de trabalhadores no costeio do gado. A associação entre pecuária e altas taxas de masculinidade entre os cativos era bastante forte naquele contexto. Aquela era uma população com importante predomínio de homens e presença não desprezível de africanos, mas que, mesmo assim, apresentava um percentual majoritário de crioulos e a existência de cerca de 26% de crianças entre a população escrava. Tais fatores advertem para não se minimizar a influência da reprodução interna desses cativos. Todavia, os números gerais escondem uma importante diversidade nas características dos plantéis possuídos pelos criadores de diferentes envergaduras econômicas.

### Criadores de Gado, Senhores de Escravos

Passemos, agora, a uma análise conjugada da posse de escravos em relação à estratificação econômica dos inventariados, feita a partir da posse de cabeças de gado bovino, de longe o principal produto da região.

Tabela 1: Criadores de Gado em Alegrete – Propriedade de Escravos (1831-1850)

Proprietários	Número de inventários	Inventários com escravos	Total de escravos	Média de escravos por inventário
+ de 10.000 reses	4	4	139	35
de 2.001 a 10.000	16	16	245	15
de 1.001 a 2.000	12	12	79	07
de 501 a 1.000	13	13	102	08
de 101 a 500	14	10	45	05
até 100 reses	15	07	23	03
Total	74	62	633	10

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Em primeiro lugar, é possível perceber a existência de um significativo número de grandes criadores de gado. Cerca de 27% (20 casos) dos inventariados possuía mais de 2.000 reses, sendo que quatro deles contavam com rebanhos que excediam as 10.000 cabeças. Até aqui, nada de novo. A presença de grandes estancieros tem sido continuamente apontada pela historiografia. Contudo, ao lado desses vigorosos pecuaristas, aparece um número nada desprezível de produtores mais modestos, com menos de

1.000, 500 e até menos de 100 reses. Os médios e pequenos criadores de gado, já analisados por Osório nas áreas de colonização antiga, durante o período colonial, surgem expressivos também nas décadas de 1831 e 40, mesmo na Campanha, região tradicionalmente vista como palco único das enormes estâncias.<sup>22</sup> E isso é tanto mais verdadeiro se lembrarmos que os inventários *post mortem* são fontes que tendem a sobre-representar as camadas mais ricas da sociedade.

<sup>22</sup> Zarth e Bell apontam a existência de criadores de diferentes envergaduras econômicas no mundo pecuário do Rio Grande do Sul oitocentista sem, no entanto, detem-se na análise dessa diferença. ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003. BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

Sobre o tema ver também: MENZ, Maximiliano M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuaristas na fronteira oeste. *História*, São Leopoldo, v. 6, n. 5, jan/jun 2002.

Ao passarmos para a coluna ao lado, o que aparece é o fato de que a propriedade de escravos estava bastante disseminada entre os criadores de gado da Campanha. Todos os inventariados com mais de 500 reses possuíam escravos, o mesmo acontecendo com mais de dois terços daqueles dentre os pequenos criadores que tinham entre 100 e 500 reses. Mesmo no último grupo, cuja atividade pecuária se dava em escala modestíssima, cerca de metade dos inventariados podia contar com algum escravo. Entretanto, ainda que a maioria (83,8%) dos inventariados possuísse escravos, isso não deve encobrir o fato de que a maior parte dos cativos estava concentrada nas mãos dos grandes criadores. Os 27% dos criadores que possuíam mais de 2.000 reses concentravam 60,6% do contingente de escravos, apontando uma clara vinculação entre o número de cativos e a grandeza da escala em que os seus senhores praticavam a pecuária.

As diferenças na posse de escravos entre pequenos, médios e grandes criadores de gado não se restringiam ao tamanho de seus plantéis. Também se faziam presentes as variações referentes à proporção de homens adultos, mulheres e crianças; à quantidade de africanos e crioulos; e à existência de maior especialização nas atividades a que eram destinados.

*Tabela 2:* Escravos de Pecuáristas em Alegrete – Percentual de Crianças e Razão de Masculinidade (1831-1850)

Proprietários	Total de escravos	Número de crianças	% de crianças	Razão de masculinidade
+ de 2.000 reses	384	77	20,1%	225,4
de 501 a 2.000	181	66	36,5%	135,1
Até 500 reses	68	22	32,4%	106,1
Total	633	165	26,1%	177,6

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Tabela 3: Escravos de Pecuaristas em Alegrete – Percentual de Escravos Africanos (1831-1850)

Proprietários	Escravos crioulos	Escravos africanos	Total de escravos com referência de origem	% de africanos
+ de 2.000 reses	96	106	202	52,4%
de 501 a 2.000	88	42	130	32,3%
até 500 reses	39	16	55	29,1%
Total	223	164	387	42,4%

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Para começar, quando “abrimos” o percentual geral de crianças escravas (em torno de 26%) e o decomparamos nas faixas de grandeza dos pecuaristas, percebemos que aqueles que tinham mais de 2.000 reses contavam com uma média de cerca de 20% de crianças em seus plantéis. Esse número sobe significativamente nas outras categorias, ultrapassando os 30%.<sup>23</sup> Ao realizarmos o mesmo procedimento para a diferenciação sexual entre os cativos, por trás da razão de masculinidade média de 177,6 homens para cada 100 mulheres, encontramos diferenças que vão desde uma média bastante alta de 225,4 no caso dos escravos pertencentes aos senhores com mais de 2.000 reses, até uma tendência ao equilíbrio no 106,1 dos dois últimos subgrupos, com rebanhos inferiores a 500 cabeças. Por fim, o percentual geral médio de mais de 42% de africanos sobe para cerca de 52% se considerarmos apenas os inventariados com mais de 2.000 reses, e decai para algo em torno de 30% nas categorias seguintes. Todos esses números estão diretamente interligados. A divisão entre os sexos é mais equilibrada entre os escravos crioulos e os homens predominam entre os africanos.<sup>24</sup>

Esses fatores reforçam ainda mais aquela concentração quantitativa da maioria dos escravos nas mãos dos criadores mais afortunados, donos de mais de 2.000 reses. Estes, além de possuírem os maiores rebanhos, concentravam não apenas maior número de escravos, mas também uma parte maior dos escravos homens, dos adultos e dos africanos. De fato, será apenas nessa faixa que os africanos irão apresentar uma presença equilibrada e mesmo levemente superior à dos crioulos, o que se deve especialmente à sua superioridade entre os cativos homens. Os plantéis pertencentes a médios e pequenos criadores tendiam a

<sup>23</sup> Para efeito deste trabalho, seguimos a metodologia corrente e consideramos “crianças” aqueles escravos com até 14 anos. Contudo, é preciso matizar esses números. Das 30 menções a escravos entre 11 e 14 anos, seis traziam declaração de ofício, sendo cinco meninos campeiros e uma menina costureira. É um número expressivo e que demonstra a utilização de escravos muito jovens no trato do gado. Além disso, três daqueles trinta escravos eram africanos, não podendo, portanto, ser considerados como indicio de reprodução endógena dos plantéis de cativos da região. Se retirássemos da análise esses trinta cativos, considerando “crianças” os escravos com menos de 10 anos (sobre os quais não encontramos nenhuma menção de ofício e de africanos), o percentual geral de crianças cairia de 26 para 21%.

<sup>24</sup> Todos os dados do parágrafo: Inventários *post mortem*. Ver nota 14.

mostrar equilíbrio maior entre os sexos, crioulos em maioria cada vez mais significativa e presença mais expressiva de crianças. A escravidão aparece, então, como um dos fatores que demonstram o variado espectro daqueles que participavam da produção pecuária. Parece mesmo que os criadores de gado da Campanha não podem continuar a ser tratados monoliticamente e que as características da posse de escravos faziam parte dos fatores relevantes da desigualdade entre eles.

### **Mateus campeiro, Manoel roceiro e João carpinteiro**

Em seu estudo sobre o Rio Grande do Sul rural do século XIX, Paulo Afonso Zarth levantou a hipótese de que os escravos roceiros comporiam a maioria dos plantéis de escravos das estâncias, ainda que a presença de campeiros fosse significativa.<sup>25</sup> Investigando o período colonial, Helen Osório demonstrou que os escravos campeiros tendiam a ser maioria e argumentou que eles provavelmente supriam as necessidades de trabalhadores estáveis nas estâncias. O complemento da mão-de-obra livre tendia a ser empregado nos momentos de pico da atividade pecuária, como as épocas de marcação e de castração.

Os inventários pesquisados nos indicam semelhanças e diferenças com os quadros delineados acima. Nos poucos casos em que encontramos referência explícita aos ofícios das escravas, eles foram, invariavelmente, domésticos: cozinheira, costureira e rendeira. Não encontramos nenhuma referência a escravas roceiras. O pequeno percentual de mulheres acima dos 10 anos de idade cujo ofício foi declarado (17%) não nos permite, no entanto, fazer generalizações a respeito. No caso dos maiores plantéis, escravas que se dedicassem ao serviço de roça poderiam estar escondidas no alto número de cativas cuja ocupação não foi declarada. É bastante provável que as escravas de pequenos senhores, por sua vez, pudessem ser utilizadas tanto no variado renque de serviços domésticos quanto nas roças de alimentos. O próprio trabalho doméstico não pode ser visto como algo de pouca importância, já que era essencial para a reprodução das unidades produtivas e a prova disso é que, mesmo os criadores com mais de 2.000 reses, que possuíam plantéis com alta proporção de homens, jamais deixaram de contar com cativas. Infelizmente, a falta de maior especificação das fontes a respeito das ocupações das escravas nos impede de tratar mais detidamente do tema neste artigo.

<sup>25</sup> ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno... Op. cit.*

Para os homens adultos, possuímos um total de 180 escravos com referência explícita de sua ocupação, atingindo cerca de 53% do total. O silêncio sobre a ocupação de quase metade dos cativos pode estar indicando duas coisas diferentes. Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma de o inventariante, ou mesmo de o escravo responsável pelo processo designarem sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros. Em favor dessa idéia, está o fato de que a proporção de escravos com ocupações especificadas expressamente é maior nos estratos mais afortunados dos estancieiros, diminuindo conforme nos aproximamos dos criadores de menor vulto. É possível pensar que mesmo os escravos dos grandes estancieiros e mesmo aqueles dentre eles que tinham uma ocupação definida, deveriam ser empregados acessoriamente também em muitas outras atividades. Se assim era, isso podia ser tanto mais verdade para aqueles poucos escravos dos plantéis de pequenos senhores onde, além disso, as crianças marcavam forte presença. Vejamos, então, como estavam divididos os escravos homens maiores de 10 anos de idade,<sup>26</sup> segundo esse quesito:

Tabela 4: Escravos com Ocupações Declaradas – Alegrete (1831-1850)

Criadores	Escravos campeiros	Escravos roceiros	Outros ofícios	Dois ofícios <sup>27</sup>	S/Ref.	Total	Inventários
10.001 a 25.000 reses	18	2	24	4	40	88	4
2.001 a 10.000	49	19	26	...	59	153	16
1.001 a 2.000	7	3	3	...	15	28	12
501 a 1.000	7	8	7	...	25	47	13
101 a 500	2	...	1	...	11	14	14
Até 100 reses	...	...	...	...	7	7	15
Total	83	32	61	4	157	337	74

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERSS)

Tomando-se a comparação dos escravos roceiros com os campeiros, vemos que estes aparecem como maioria em quase todos os estratos, excetuando-se os criadores que possuíam entre 501 e 1.000 reses, entre os quais os números estão equilibrados.<sup>28</sup> É possível saber que, dentro do

<sup>26</sup> Para o caso dos ofícios, tomamos em conta os homens com mais de 10 e não de 14 anos de idade porque, como já referimos, encontramos escravos com ofícios discriminados com 11, 12 e 13 anos de idade. Ver nota 24.

<sup>27</sup> Tratavam-se de dois “campeiros e roceiros”, um “campeiro e carpinteiro” e um “cozinheiro e pedreiro”.

<sup>28</sup> Cabe aqui uma ressalva quanto ao primeiro grupo, aquele dos estancieiros com mais de 10.000 reses. Desses quatro inventários, apenas dois trazem a ocupação de todos os seus escravos. Em um deles, os escravos roceiros correspondem aos dois elencados na coluna pertinente e no outro havia mais dois, inseridos na tabela entre os que tinham “Dois ofícios” (eram “campeiros e roceiros”).

grupo de 88 cativos para o qual não consta referência de ocupação, havia ao menos uma parte de trabalhadores que era empregada na agricultura dentro das estâncias, porque todos aqueles inventários relacionam instrumentos agrícolas tais como foices, enxadas, machados e arados. O fato matiza a dominância dos escravos campeiros, mas não a invalida, uma vez que, como já foi dito, é provável que os cativos sem ocupação declarada também fossem empregados em tarefas especificamente pecuárias, sem uma especialização mais pronunciada.

Assim, tomando-se o conjunto dos grandes criadores, que possuíam acima de 2.000 reses, é possível perceber características comuns que nos informam sobre esses estancieiros e sobre o emprego dos escravos em suas unidades produtivas. Ali, os campeiros eram a maioria, demonstrando uma continuidade em relação ao padrão encontrado por Osório para o período colonial. Na verdade, esse padrão parece mesmo estar potencializado, o que indica que as grandes estâncias da fronteira praticavam sim a agricultura, em geral para garantir parte de sua reprodução e também vender seus excedentes nos mercados locais. Dos 20 inventários que as referem, todos aqueles em que foram descritos bens móveis (19 casos) elencam instrumentos de trabalho agrícola. Porém, essa produção jamais alcançou a monta que teve, por exemplo, a cultura do trigo nas primeiras décadas do século XIX, nas regiões de mais antiga colonização do Rio Grande do Sul. Nem a produção de farinha de mandioca atingiu relevância similar à observada, no mesmo meado do Oitocentos, para as regiões ao norte do rio Ibicuí, como as freguesias de Itaqui e Santa Maria.<sup>29</sup> Isso explica porque, apesar de os escravos roceiros terem existido em quantidade não desprezível nas grandes estâncias de Alegrete, sua presença era muito menor que a de campeiros, com uma desvantagem ainda mais marcada do que aquela que existira algumas décadas antes nas regiões mais a leste, de onde os colonos saíram para instalar-se na Fronteira.

Há, porém, um elemento ainda não levantado neste debate. Os estancieiros não possuíam apenas escravos campeiros, roceiros e domésticos. A coluna “Outros ofícios”, na tabela 4, dá conta de outro interessante número de ocupações. Se, nos estratos inferiores, os cativos marcaram uma presença apenas eventual, o mesmo não se pode dizer daqueles pertencentes aos grandes estancieiros (mais de 2.000 reses). Ali estavam escravos homens que poderiam ser enquadrados também como “de serviço doméstico”:

<sup>29</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América...* *Op. cit.*  
FARINATTI, Luís Augusto E. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem...* *Op. cit.*  
FOLETTTO, Arlene Guimaraes. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003 (Dissertação de mestrado).

eram 6 cozinheiros e 5 alfaiates. Mas aparecem, sobretudo, 11 pedreiros, 10 sapateiros e 9 carpinteiros. A grande maioria dos plantéis cujos ofícios são declarados contemplava algum desses cativos. E veja-se que não se tratavam de especializações de pouca importância: esses trabalhadores, junto com os 3 ferreiros relacionados, costumavam valer bem mais do que os roceiros e tanto ou mais do que os escravos campeiros. O carpinteiro Mariano, o sapateiro Ângelo, o alfaiate Antônio e o pedreiro Caetano, por exemplo, valiam mais do que os campeiros de seu senhor, todos mais jovens do que eles.<sup>30</sup> Essa é uma regra cujos exemplos poderíamos multiplicar. Mas basta ressaltar que esses cativos apenas raramente valiam menos do que os campeiros e isso ocorria, em geral, quando a diferença de idade entre eles era muito grande. Eram ofícios que demandavam tempo de aprendizagem e exigiam habilidades específicas. Entre os 30 escravos constantes do inventário de Dona Theresa Joaquina de Jesus, realizado em 1835, encontramos Antônio, carpinteiro, avaliado em 840\$000, enquanto os outros escravos sadios e jovens ficavam entre os 300\$000 e os 500\$000. Acima destes consta apenas Rafael, de 18 anos, que estava aprendendo o ofício, pois foi relacionado como “aprendiz de carpinteiro” e avaliado em 550\$000.<sup>31</sup>

Os “oficiais” de carpinteiro, pedreiro, sapateiro e ferreiro não estavam presentes todos juntos nos plantéis. O mais comum era haver um ou dois deles. Contudo, o fato de que raramente os grandes criadores deixavam de contar com algum deles, não obstante seu alto preço, indica que cumpriam um papel importante na reprodução das grandes estâncias e dá pistas sobre a racionalidade econômica de seus senhores. Da mesma forma que os roceiros, eles indicam que os seus senhores buscavam minimizar sua necessidade de recorrer ao mercado, garantindo ao menos um trabalhador em algum daqueles ofícios. As estâncias eram estabelecimentos que não exibiam construções muito complexas. Contudo, as casas de vivenda dos grandes estancieiros, descritas nos inventários trabalhados, eram sempre de pedra e cobertas de telhas, ainda que não fossem forradas nem assoalhadas. E contavam com mangueiras, currais e cercados para plantações, em geral também de pedra. Todos eles possuíam carretas, indispensáveis ao transporte de cargas nos campos da fronteira. Pedreiros e carpinteiros deviam ser empregados na construção e reparo desses bens. Além disso, os senhores poderiam usufruir dos jornais desses escravos em trabalhos para terceiros.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Inventários *post mortem*. Raphael Pinto de Oliveira. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01, n. 1, a. 1831, APERS.

<sup>31</sup> Inventários *post mortem*. Theresa Joaquina de Jesus. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, m. 01, n. 46, a. 1835, APERS.

<sup>32</sup> Pouco sabemos sobre os escravos “sapateiros”, existentes em número expressivo nas grandes estâncias. Contudo, podemos imaginar que, num contexto onde o couro era matéria-prima acessível, onde o frio das geadas devia castigar os pés no inverno e onde havia tropas militares constantemente, a produção artesanal de botas e sapatos pudesse fazer bastante sentido.

## Escravos do Pastoreio

Como vimos, em média, os campeiros eram maioria nos plantéis pertencentes aos grandes estancieros e marcavam forte presença também nos estratos inferiores da hierarquia econômica dos criadores de gado. Além disso, vários dos cativos cuja ocupação não foi declarada, sobretudo os pertencentes àqueles que praticavam a pecuária em média e pequena escala, devem ter sido empregados no costeio do gado, muitas vezes, realizando o pastoreio conjuntamente com outras atividades.

Um levantamento realizado em 1858 tem sido fartamente referido pelos pesquisadores que argumentam em favor da importância da escravidão nas regiões de predominância pecuária.<sup>33</sup> Nele, aponta-se que, em Alegrete, havia 391 estâncias onde se empregavam 124 capatazes, 159 homens livres e 527 escravos. Se tomarmos os dados do *Mappa Estatístico de População da Província*, do mesmo ano de 1859, perceberemos que, em Alegrete, existiam 1.102 escravos homens entre 11 e 59 anos.<sup>34</sup> Ou seja, a estarem corretas as estatísticas, cerca de 48% dos escravos homens adultos do município eram empregados diretamente no costeio do gado, fossem ou não designados formalmente como “campeiros”. Esse número mostra o quanto o emprego de escravos na pecuária continuava sendo forte na região, mesmo quase uma década após o final do tráfico atlântico, em um período de rápida elevação dos preços dos cativos. Além disso, e o que interessa mais diretamente a este estudo, o percentual coincide com os dados que estamos trabalhando para o período de 1831 a 1850 – lembremos que, em nossa amostra, os campeiros perfazem 47% do total dos escravos com ocupação declarada.

Os estudos surgidos sobre o universo agrário do Rio da Prata, entre 1750 e 1850, têm apontado no sentido da existência de um núcleo de mão-de-obra escrava, que garantia uma base de trabalhadores estáveis. Em torno desse núcleo aparecia um variável e razoavelmente elástico contingente de trabalhadores livres, em geral peões assalariados.<sup>35</sup> Por outro lado, a historiografia mais recente começa a reconhecer que a produção pecuária se realizava no Rio Grande do Sul também a partir de uma imprecisa combinação de trabalho escravo e livre.<sup>36</sup> Em artigo recente sobre as relações de trabalho na pecuária das regiões de São Borja e Santa Maria, ao norte do rio Ibicuí, na década de 1850, chegamos à conclusão semelhante. Ali, foi possível explorar as listas nominativas de criadores de gado locais, enviadas

<sup>33</sup> “Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeio”. Estatísticas, m. 02, 1858. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Obras que referem esse documento: ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno... Op. cit.* BELL, Stephen. *Op. cit.* OSÓRIO, Helen. *Estancieros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América... Op. cit.* MAESTRI, Mario. *Op. cit.*

<sup>34</sup> Escolhemos essas idades porque foi nessa faixa etária que encontramos, nos inventários, escravos com designação de “campeiros”. “Mappa Estatístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições”, 1859. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1981.

<sup>35</sup> GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998. GARAVAGLIA, Juan C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1831)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

<sup>36</sup> Ver nota 7.

pelas câmaras de vereadores daqueles municípios à presidência da província em 1858 – documento do qual não dispomos para Alegrete. Naquelas listas, constam o nome do criador e o número de reses que possuía. Além disso, estão discriminados escravos, peões livres e mão-de-obra familiar que o pecuarista empregava diretamente no costeio da criação. Analisando esses dados, foi possível confirmar a presença dos escravos campeiros formando um núcleo de mão-de-obra básico naquelas regiões. Eles constituíam cerca de 40% dos trabalhadores tanto para os grandes quanto para os médios e pequenos criadores, deixando de ter essa importância apenas para aqueles que criavam menos de 100 animais. O restante da mão-de-obra, que estava conjugada com o trabalho escravo, variava conforme a envergadura econômica do pecuarista. Para os grandes produtores, o trabalho de peões livres assumia grande relevância, sendo gradualmente ultrapassado pela mão-de-obra familiar no caso dos produtores menos afortunados.<sup>37</sup>

As razões do emprego dessa mescla de relações de produção têm sido alvo de debates na historiografia. Entre outros motivos, vêm sendo levantadas razões como o fato de os peões livres serem caros e instáveis.<sup>38</sup> Não se podia contar com uma oferta regular de mão-de-obra livre num contexto crônico de guerra, em que os recrutamentos eram recorrentes. Além disso, a fronteira agrária seguia aberta nas terras florestais da Depressão Central do Rio Grande do Sul, pelo menos até a década de 1850. Muitos daqueles que não se tornaram estancieiros instalaram-se naqueles “matos” e passaram a praticar uma agricultura de alimentos autônoma.<sup>39</sup> Por outro lado, cobrir toda a necessidade de mão-de-obra com escravos exigia um grande desembolso inicial de capital, além de trazer uma perda de flexibilidade para adaptar-se às mudanças conjunturais causadas, por exemplo, por guerras e fenômenos naturais.<sup>40</sup> No caso deste artigo, no entanto, os inventários *post mortem* não permitem maiores considerações acerca dos peões livres e do trabalho familiar que, muito provavelmente, estavam associados a esses escravos nas estâncias.

Todavia, as constatações de que todos os medianos e grandes criadores possuíam escravos e boa parte dos pequenos também; e de que os escravos campeiros formavam a maior parte dos escravos com ocupação declarada nos inventários estudados, permitem argumentar em favor da hipótese de que, também na Campanha, entre 1831 e 1850, os escravos formavam um núcleo de mão-de-obra estável para a criação de gado dentro das estâncias. Esse núcleo

<sup>37</sup> FARINATTI, Luís Augusto  
E. Um Campo de Possibilidades... *Op. cit.*

<sup>38</sup> BELL, Stephen. *Op. cit.*  
OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América... Op. cit.*  
MAESTRI, Mario. *Op. cit.*  
ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno... Op. cit.*

<sup>39</sup> FARINATTI, Luís Augusto  
E. Um Campo de Possibilidades... *Op. cit.*

<sup>40</sup> GELMAN, Jorge. *Op. cit.*

podia ter dimensões variadas e é possível que, no mais das vezes, não cobrisse sozinho as necessidades de trabalho regular na pecuária. Ainda assim, sempre garantia pelo menos um mínimo de mão-de-obra, à qual eram associados outros trabalhadores regulares. Além disso, as épocas de marcação e castração demandavam a incorporação temporária de um maior contingente de braços.

Por fim, haveria presença importante de africanos entre os escravos campeiros, ou eram eles, em larga maioria, crioulos, como propuseram estudos recentes?<sup>41</sup>

<sup>41</sup> MAESTRI, Mario. *Op. cit.*, p. 120.

Tomemos os escravos expressamente designados como “campeiros” nos processos analisados.

*Tabela 5: Escravos Campeiros – Origem Alegrete (1831-1850)*

Origem	Escravos campeiros
Africana	26
Crioula	26
Não informada	31
Total	83

Fonte: Inventários *post mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, maços 01 a 07. Cartório do Cível, maço 01. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Os dados da tabela 5 mostram um equilíbrio entre os africanos e os crioulos no conjunto dos escravos campeiros que tiveram ocupação declarada. Os africanos ficariam em vantagem se somássemos três deles que tinham dois ofícios (dois “campeiro e lavrador” e um “campeiro e carpinteiro”). Isso não significa que efetivamente houvesse uma maioria de africanos entre os cativos empregados na pecuária da região estudada. O número de campeiros cuja origem não foi informada é de mais de um terço. Além disso, vários dos escravos que não tiveram suas ocupações especificadas certamente eram empregados no costeio do gado, e muitos deles eram crioulos. Mais ainda, a maioria dos escravos cuja ocupação e origem foram declaradas pertencia a grandes estancieiros cujos plantéis, como vimos, tinham uma composição onde se sobressaíam os homens e os africanos.

Porém, os dados existentes não podem ser ignorados. Se não são suficientes para concluir pela supremacia dos africanos entre os campeiros, permitem sim afirmar que, ao menos antes de 1850, os africanos formavam uma parte importante da mão-de-obra escrava empregada diretamente no trato da pecuária, especialmente nas grandes estâncias. Entre 1831 e 1850, o tráfico atlântico ajudava diretamente a reproduzir a produção pecuária da Campanha. Enfim, se havia uma preferência por destinar os crioulos para a

atividade de peão, essa preferência não elidia que os grandes criadores, que tinham mais recursos para investir em escravos, comprassem cativos africanos e os empregassem para pastorear rebanhos. É bastante provável que tal quadro se tenha modificado após o final do tráfico internacional de escravos, em 1850, mas apenas novos estudos monográficos poderão trazer a confirmação da hipótese.

### **Considerações Finais**

Os dados analisados demonstram claramente o relevante papel desempenhado pelo trabalho escravo na pecuária da fronteira meridional do Brasil, entre 1831 e 1850. Longe de ser eventual, a escravidão estava presente na imensa maioria dos estabelecimentos de criação de gado. Sua conexão com a reprodução dessas unidades e com a atividade pecuária em si, fica ainda mais nítida ao percebermos a íntima correspondência entre o vulto econômico dos produtores e a estrutura dos plantéis no tocante ao número total de cativos, ao percentual de homens adultos e à presença de africanos.

Os grandes estancieiros tinham plantéis maiores, com uma proporção majoritária de homens adultos e concentravam a maior parte dos africanos. Os produtores donos de rebanhos mais acanhados possuíam menos escravos e seus pequenos plantéis apresentavam maior presença de crioulos, de mulheres e de crianças. Um padrão comum a muitas outras regiões brasileiras, o que não deixa de ser interessante, em se tratando das estâncias de criação no Rio Grande do Sul do Oitocentos. Até bem pouco tempo, a região era vista como uma área onde as questões propostas em outras partes do Império, sobre as relações escravistas, teriam pouco interesse.

Por outro lado, os grandes estancieiros tinham plantéis onde os escravos campeiros eram os mais numerosos. A maioria dos estancieiros que foram estabelecer-se na fronteira, na primeira metade do século XIX, buscou contar com escravos para propiciar um núcleo básico, que lhes garantisse ao menos parte da mão-de-obra. Ali também estavam escravos roceiros e, em menor quantidade, escravos “especializados”, como pedreiros, carpinteiros e sapateiros. Assim, os senhores organizavam-se para assegurar uma parcela da reprodução de suas estâncias sem precisar recorrer aos mercados e, de outra parte, sob conjunturas favoráveis, poderiam ampliar seus ingressos com a venda de excedentes agrícolas e com os jornais de seus escravos “oficiais”.

<sup>42</sup> MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Ver também nota 43. Para o Rio Grande do Sul, ver: MOREIRA, Paulo R. S. *Sobre fronteira e liberdade – representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, jul. 1998.

<sup>43</sup> A historiografia recente tem destacado que a família cativa foi uma instituição amplamente difundida no Brasil escravista. Entre muitos trabalhos a respeito, consultar: FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Como abordagem demográfica do problema, ver:

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Anablume, 1999.

**Luís Augusto Farinatti** é graduado e mestre em História, doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

lafarinatti@gmail.com

O estudo dos escravos presentes nas estâncias é importante, ainda, porque representa mais um elemento a demonstrar que os criadores de gado do Rio Grande do Sul no Oitocentos não podem continuar sendo tratados de forma monolítica, como se formassem um grupo perfeitamente homogêneo. Em outras palavras, a concentração dos escravos, especialmente os homens e africanos, indica a existência de uma profunda desigualdade não só entre *estancieiros e peões*, mas mesmo entre os próprios criadores de gado na fronteira meridional do Império.

Portanto, não se pode confundir percentuais de população escrava mais baixos na Campanha rio-grandense do que nas áreas de *plantation* com ausência de importância do trabalho escravo nas estâncias. Os estancieiros precisavam de trabalhadores cativos e a reprodução das relações escravistas não podia passar apenas pela vigilância e pela violência, ainda que tais elementos tivessem grande peso. Como têm mostrado muitos trabalhos sobre diversas áreas do Brasil escravista<sup>42</sup>, aquelas relações eram permeadas por uma negociação, ainda que desigual, engendrada no encontro das demandas próprias que os cativos articulavam e das estratégias paternalistas dos senhores.

Essa constatação abre um leque de campos de pesquisa impossíveis de abordar no espaço deste artigo, mas que exigem, ao menos, uma referência. Em um mundo de pecuária a campo aberto, em uma zona de fronteira política, atravessada sucessivamente por guerras, como se deu esse processo de negociação e conflito entre senhores e escravos? Como isso variou entre os grandes e pequenos plantéis? Em uma área com importante superioridade de escravos homens, quais as possibilidades e características da formação de famílias entre os cativos?<sup>43</sup> Ou, em outro sentido, quais eram os circuitos comerciais que permitiam a reprodução desses plantéis de escravos na fronteira, muitos deles africanos? Como se construía as relações entre a mão-de-obra escrava e livre (assunto no qual concentramos nossas pesquisas atuais)? Enfim, estamos diante de temas que remetem ao embate entre, de um lado, as necessidades dos senhores e, de outro, as lutas e as experiências dos cativos nesse mundo tão próprio. Um mundo de pecuária, de guerras recorrentes, de trabalho livre, de fronteira e de escravidão.



## COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

---

*Paulo Afonso Zarth*

A colonização e a imigração europeia no Rio Grande do Sul podem ser analisadas como parte de um projeto de políticas públicas articulado ao longo do século XIX para a superação de um conjunto de problemas que afetavam a Província. Entre os

principais problemas apontados por autoridades militares, cronistas e governantes locais, merecem especial destaque: a baixa densidade demográfica, o latifúndio, as dificuldades de abastecimento e carestia, a falta de mão-de-obra livre e a escravidão.

## A grande propriedade e os problemas demográficos

A história da ocupação do território rio-grandense por povos não-indígenas pode ser compreendida a partir do conhecido Relatório do Brigadeiro Francisco João Roscio, em seu “Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o Distrito e Governo de Santa Catarina”, de 1775, no qual descreve o processo de apropriação de terras e os problemas dele decorrentes.

*As terras fechadas ou terminadas entre as raías declaradas nesta relação, todas estão povoadas, mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra, entendendo que todas lhe serão precisas, ainda que só se servem de uma insignificante parte junto à sua cabana, e por isso, ainda que toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e tem senhorio.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Grifos nossos. ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o Distrito e Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 a 1775. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981. p. 160.

A observação de Roscio não é isolada, pois diversas autoridades regionais escreveram queixas semelhantes até meados do século XIX. Para dar mais alguns exemplos, em 1808, Manuel Antonio Magalhães denunciava ao Rei D. João VI que

*O abuso que há desta capitania de terem alguns moradores tomado três, quatro sesmarias com dez, doze e mais léguas de terras é prejudicialíssimo não só a S. A. R. (Sua Alteza Real), mas aos povos em geral; ao mesmo tempo que há famílias que não possuem um palmo...<sup>2</sup>*

<sup>2</sup> MAGALHÃES, Manoel Antônio. Almanaque da Villa de Porto Alegre, com Reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul (1808). *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Tomo XXX, 1ª Parte, Vol. 34, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867. p. 43-55.

Em 1849, o presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa comenta em seu relatório que:

*... um dos obstáculos que se tem oposto nesta província ao desenvolvimento da agricultura é a existência de grandes fazendas ou antes de grandes desertos, cujos donos cuidando só e mal da criação tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não tem aonde se conservar em pé.<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> ANDREA, Francisco José de Souza Soares, (Tén. Gen). Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de Junho de 1849. (Manuscrito) Acervo do Museu da Assembléa Legislativa do RS.

Tais preocupações com a forma de ocupação do território e a baixa densidade demográfica são, inicialmente, de ordem geopolítica. Os constantes conflitos com os vizinhos do Rio da Prata davam motivo para isso.

### Uma proposta

A primeira proposta clara para a solução desses problemas parece ser a de Antonio Gonçalves Chaves. Em suas Memórias Econômico-Políticas escritas para os membros da Constituinte, em 1823, com típica inspiração liberal, sugeriu a distribuição das terras devolutas aos lavradores sob

lotes ou datas de 500 braças quadradas (121 hectares) e, no caso de não existirem terras devolutas, o programa sugeria a desapropriação de parte das terras pela qual os beneficiados pagariam em prazos longos.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, Coleção Erus, 1978 (Edição Fac-Simile da publicação da Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1823). p. 99.

A redistribuição de terras era um projeto plausível e defendido por muitos, mas a resistência do latifúndio pastoril impedia que as grandes estâncias fossem fracionadas.

A solução encontrada pelas elites regionais foi a colonização das áreas florestais, sem alterar a estrutura agrária das zonas pastoris, as quais, no caso do Sul, estavam correlacionadas com as áreas de campo nativo que se espalhavam por todo o sul da província e parte do norte.

A partir da experiência do governo imperial com os colonos alemães, em 1824, a colonização tornou-se uma alternativa plenamente viável e com amplo sucesso. Ao mesmo tempo tornou-se um negócio altamente rentável para os proprietários de terras florestais e para empresários que se dedicaram aos negócios imobiliários.

O projeto das pequenas propriedades agrícolas foi gradativamente efetivado. Como resultado, a província assistiu a um vigoroso crescimento demográfico e à proliferação de milhares de pequenas propriedades agrícolas espalhadas pelo território, num movimento que, partindo das proximidades dos centros econômicos do eixo Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande, expandiu-se pelos vales e serras até atingir o planalto e o extremo norte.

### Campos de pastagens e florestas

A dicotomia campo de pastagens/floresta como fenômeno importante no processo de ocupação e apropriação do solo e da formação da estrutura agrária foi objeto de um estudo, hoje clássico, realizado pelo geógrafo Nilo Bernardes. Em “Bases Geográficas do Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul”, ele observou que

*correlacionando-se estas diferenças de paisagem com as densidades demográficas, o resultado é chocante. Em poucos quilômetros, passa-se de uma área de 30 ou 40 habitantes por quilômetro quadrado para outra de 3 ou 5, por exemplo.*<sup>5</sup>

<sup>5</sup> BERNARDES, Nilo. Bases Geográficas do Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 171, Nov.-Dez. 1962. p. 32.

O geógrafo observou ainda que tais condições não estavam relacionadas com o relevo ou a presença de grandes rios ou com o clima, como é comum observar. As diferentes paisagens culturais estavam delimitadas pela presença do campo nativo ou da floresta. O autor confirma as afirmações com uma série de dados demográficos e da estrutura

agrária, pelos quais se percebe nitidamente a baixa densidade das zonas de campo nativo em relação às áreas de florestas, estas, no caso, transformadas em pequenas propriedades agrícolas.

Seguindo o raciocínio de Bernardes, organizamos uma estatística com dados do ano 1900. Podemos observar claramente as diferenças demográficas entre os municípios de origem pastoril e os originados das colônias de imigrantes. Alguns municípios da campanha, como Santana do Livramento, apresentavam índices de apenas 3,18 hab/km<sup>2</sup> contra 23,41 hab/km<sup>2</sup> de Caxias do Sul, 11,64 hab/km<sup>2</sup> de Santa Cruz do Sul e de 23,81 hab/km<sup>2</sup> em São Leopoldo.<sup>6</sup>

Esses dados estatísticos revelam que a colonização resolveu com sucesso o problema da baixa densidade demográfica, reclamada durante décadas pelas autoridades locais.

### **Colonização e abastecimento**

Outro problema grave apontado pelas autoridades e cronistas do século XIX era a escassez de alimentos e a carestia. Nas primeiras décadas do século XIX, o Rio Grande não produzia alimentos suficientes para alimentar a população local, principalmente para abastecer as tropas militares, nas diversas guerras que ocorreram nesse período. Os colonos açorianos que tiveram sucesso como produtores de trigo até os anos 1820, acabaram transformando-se em pecuaristas. Os presidentes da província, pelo menos até os anos 1860, queixavam-se da falta de agricultura de subsistência e da excessiva atenção à pecuária. No sul, como em outras áreas, as atividades mais rentáveis atraíam os produtores, desviando-os da produção de gêneros de subsistência. Além da pecuária, encontramos outro exemplo desse fenômeno no inquérito de 1858, respondido pela Câmara de São Borja, segundo a qual os problemas com a produção de gêneros alimentícios no município decorria, entre outros fatores, do fato de a população preferir trabalhar com erva-mate, que estava com bons preços: “Parte das pessoas empregadas na lavoura abandonam este serviço e tem seguido para os ervais ocupando-se neste ramo do comércio...”<sup>7</sup>

Os problemas no sul não eram mais graves porque não existiam cidades muito populosas no Rio Grande do Sul até 1850. As duas paróquias de Porto Alegre, por exemplo, apontavam uma população de 9.500 habitantes em 1847, o que implica considerar que parte dos habitantes morava nas freguesias rurais do município. Os censos indicam que o Rio Grande do Sul possuía uma população de cerca de

<sup>6</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1981.

<sup>7</sup> SÃO BORJA. Correspondências da Câmara Municipal. 08-01-1858. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, L. 158, M. 233.

40.000 habitantes em 1803. Em 1814, a população seria de 70.000 habitantes, incluídos mais de 20.000 escravos. Em 1848, para nos limitarmos à primeira metade do século, os dados apontam 187.000 habitantes.

A solução encontrada pelas autoridades e críticos para a questão do abastecimento era a imigração de europeus. A colonização, nesse sentido, foi um sucesso inquestionável: milhares de colonos em seus lotes relativamente pequenos não tinham alternativa a não ser produzir alimentos para o mercado. Assim, no último quartel do século XIX, a produção de alimentos assumiu grande importância na pauta de exportações da província. Além de abastecer a própria província, os colonos abasteciam o mercado interno brasileiro. Os principais produtos de origem colonial que impulsionaram a agricultura foram: banha de porco, produzida a partir do milho que alimentava os suínos, farinha de mandioca, feijão, batata inglesa, fumo e vinho.<sup>8</sup>

As primeiras exportações significativas de alimentos datam dos anos 1850. Em 1860, já atingiam 5,4% do total exportado pela província. Uma cifra pequena se compararmos com a exportação dos produtos das estâncias. Nesse mesmo ano as exportações de charque, couro e lã representaram 75% do total. Mas o quadro foi-se alterando gradativamente e a participação da agricultura subiu para 6,3%, em 1880, e para 33%, em 1890. No mesmo período, os produtos tradicionais das estâncias caíram proporcionalmente para 55%, em 1890.<sup>9</sup>

Em relação à carestia, o aumento da oferta de produtos agrícolas colaborou para superar a dificuldade, conforme a expectativa.

## Fechando os espaços de indígenas e nacionais

A onda incessante de imigração e colonização implicou encurtar drasticamente o espaço dos povos indígenas e dos camponeses nacionais, estes identificados pela literatura e pelos documentos oficiais como caboclos, sertanejos, caipiras ou lavradores nacionais. Por outro lado, a colonização privada e mesmo a oficial, retiraram do domínio público terras utilizadas por muitos lavradores nacionais, os quais, baseando-se em práticas costumeiras, pouco se valiam de títulos legais para as terras que ocupavam. O caso mais visível dessa expropriação dos camponeses nacionais foi o dos ervais públicos do Alto Uruguai, que gradativamente passaram para mãos privadas através de mecanismos pouco lícitos. Como se pode imaginar, os camponeses pobres

<sup>8</sup> ABREU E SILVA, F. C. de (org.) Retrospecto Econômico e Financeiro do RS – 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 8, dez. 1922.

<sup>9</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 253.

tinham poucas chances de reclamar seus direitos numa sociedade autoritária comandada pela elite rural latifundiária, que caracterizava o Rio Grande do século XIX.<sup>10</sup>

O próprio governo do Rio Grande do Sul reconheceu o fato e tentou soluções através do Serviço de Proteção aos Nacionais. A primeira experiência ocorreu na colônia mista de Santa Rosa, criada em 1915, onde viviam centenas de famílias de camponeses nacionais. O governo estabeleceu nesta colônia um projeto de amparo aos nacionais, que basicamente consistia em vender-lhes lotes com certas vantagens em relação aos colonos de origem européia. Tratava-se de uma tentativa do governo de transformar os camponeses nacionais em colonos, a partir da convivência num mesmo espaço. O projeto fracassou na medida em que não considerou o estilo de vida dos camponeses nacionais, diferente do estilo adotado pelos colonos.

Assim como no Brasil, de um modo geral, as concepções mais comuns em relação ao camponês nacional no Rio Grande do Sul referem-se ao seu suposto isolamento. Nessa forma de ver, o caboclo estaria à margem do mercado, daí os motivos para muitas queixas sobre a indolência, a marginalidade e a ociosidade. Na verdade, os camponeses nacionais do Sul não estavam isolados e nem totalmente fora do mercado. Um exemplo notável da sua inserção nas atividades de produção de mercadorias é a cultura de erva-mate. Milhares de camponeses nacionais dedicavam-se ao extrativismo do mate, produto exportado para os países do Prata e consumido internamente.

Esses camponeses, considerados isolados e indesejados, na verdade formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que fornecia peões para as estâncias e para o trabalho de desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares. Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitas colônias os nacionais eram contratados para a demarcação dos lotes, a abertura das estradas, as construções de prédios oficiais. Quando a região serrana recebeu os colonos alemães e italianos, os caboclos “foram seus auxiliares preciosos por serem práticos e baratos”, nas palavras de Aristides Gomes.<sup>11</sup>

Diante da abundância de terras virgens, também fica claro que a submissão desses trabalhadores a um mercado de trabalho era algo relativamente complexo e lento. A possibilidade de sobrevivência desses homens livres no interior das florestas da fronteira agrícola implicava algum tipo de relação comercial com o mercado ou com estancieiros

<sup>10</sup> Esses aspectos da história dos camponeses nacionais deverão ficar mais claros com os novos estudos que vêm sendo realizados nos cursos de pós-graduação em História. Ver, como exemplo recente: CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004 (Dissertação de Mestrado em História da América Latina).

<sup>11</sup> GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: A. Dal Forno Editor, 1966. p. 250.

próximos. Caso contrário, as condições de vida seriam extremamente reduzidas a níveis incompatíveis com a experiência adquirida numa sociedade cujos padrões econômicos e sociais eram superiores aos dos povos indígenas da província, com os quais disputavam o espaço.

Nas imensas florestas do Alto Uruguai os camponeses nacionais, através da venda da erva-mate, podiam adquirir no mercado produtos industrializados e os meios de vida e de trabalho que a floresta não poderia oferecer. Nas áreas onde não havia produção de mate, a possibilidade de reunir recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalho esporádico para os estancieiros, para as companhias de colonização e para o Estado, na construção de obras ou em serviços de polícia. Na condição de agregados ou de posseiros, os camponeses mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, levando produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo mais – para vender ou trocar.

A abundância de terras virgens não significava que o camponês pudesse viver de modo independente e isolado. Na medida em que se relacionava com o mercado, mesmo precariamente, submetia-se de alguma forma ao controle de grupos mais poderosos, fazendeiros e comerciantes, que detinham o poder político e militar da província. Nesse sentido, os desertores das constantes guerras do Sul eram mesmo caçados nas florestas. Sobre a convocação para as guerras civis, o coronel Aristides Gomes afirma que a maioria dos caboclos “acompanhava por bem, mas muitos eram trazidos a maneador”<sup>12</sup>.

Uma análise sobre a população de trabalhadores livres nacionais pode ser efetuada a partir dos dados demográficos oficiais produzidos ao longo do século. A população de escravos representava 35% no início do século e caiu para 15% em 1872; mas, em números absolutos, subiu de 12.970 para 77.588 em 1863, caindo para 67.791 no censo de 1872, num aumento de cerca de 6 vezes.<sup>13</sup> A população livre cresceu 15 vezes no mesmo período. Considerando que as áreas de campo estavam ocupadas por grandes proprietários, a expansão da população rural se dava a partir da incorporação de áreas florestais, conforme o movimento da fronteira revela, além, é claro, da expansão urbana e da subdivisão dos latifúndios.

A expansão nas áreas devolutas parece ter sido o movimento natural da população. A sobrevivência implicava ali alguma forma de relação com o incipiente mercado de

<sup>12</sup> GOMES, Aristides de Moraes. *Op. cit.*, p. 250.

<sup>13</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Op. cit.*

trabalho rural. Esse aumento populacional, associado ao fato de não haver aumento na demanda de trabalho nas estâncias pastoris, revela porque a escravidão pôde ser extinta no Rio Grande do Sul sem grandes transtornos. Evidentemente que este aumento demográfico é em boa parte decorrente da imigração européia; mas, em 1872, a imigração estava limitada aos alemães e ainda não havia iniciado o forte fluxo de italianos e de outros povos europeus.

### **Substituindo escravos africanos por nacionais livres**

A falta de oferta de mão-de-obra livre na província era compensada pela importação de escravos africanos nas mais diversas atividades econômicas, inclusive nas estâncias pastoris. A análise de uma amostra de inventários *post-mortem* de estancieiros de diversos municípios do século XIX, revela que mais da metade dos inventariados possuía escravos, numa média de 6,5 por proprietário. Nos municípios com economia fortemente pastoril ou com charqueadas, o índice de escravos nos inventários está acima da média geral de 52,3%. Na colônia de São Leopoldo, ao contrário, o índice baixo mostra que os pequenos proprietários agrícolas raramente utilizavam cativos e os 26,9% são reflexos das atafonas, curtumes e olarias. Cruz Alta, no planalto, e São Borja, na região missioneira, eram áreas onde a presença de uma população livre dedicada ao extrativismo da erva-mate pressionava os índices para baixo. Desconsiderando-se as distorções ocasionadas por essas fontes, tem-se um quadro bastante representativo da presença da escravidão nas diversas regiões. Os escravos dividiam-se em todas as atividades no interior da estância, conforme fica evidente nos inventários *post-mortem*.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> ZARTH, P. A. *Op. cit.*, p. 113.

Convém ressaltar que, ao contrário do caso de São Paulo, os imigrantes europeus – do Norte da Europa e da Itália –, não migraram para o Rio Grande do Sul para substituir escravos e sim para ocupar terras como camponeses absolutamente independentes, com uma estrutura produtiva e de circulação organizada e planejada pelas companhias de colonização ou pelo Estado. Os camponeses nacionais, por sua vez, adiantavam-se na fronteira agrícola em condições muito precárias, características das frentes de expansão. Ao mesmo tempo, é fundamental recordar que os imigrantes fechavam gradativamente as possibilidades dos nacionais de se reproduzirem como camponeses independentes nas zonas florestais, na medida em que iam fechando todos os espaços disponíveis.

O crescimento da população de camponeses, agregados, posseiros, extrativistas de mate e despossuídos de um modo geral, forneceu a mão-de-obra para a crescente demanda do trabalho livre, em substituição ao trabalho escravo. Deve-se considerar ainda que o tipo de demanda de trabalho no mundo rural gaúcho não era suficientemente regular para criar um mercado de trabalho; parte dos trabalhadores rurais viviam como camponeses e atendiam à demanda sazonal, característica da atividade agropastoril. Desse modo, criavam-se formas de trabalho em que o salário era ocasional e em muitos casos o trabalhador prestava serviços em troca do direito de uso da terra do proprietário, como no caso do agregado.

Por outro lado, o trabalho assalariado somado ao da escravidão foi importante no Rio Grande do Sul, como no Brasil de um modo geral. Embora os trabalhadores livres estivessem presentes nas estâncias durante boa parte do século XIX, eles não davam conta de atender toda a demanda de serviço, levando os estancieiros a comprar escravos.

Embora existissem pequenos e médios estabelecimentos pastoris nas áreas de campo, a maior parte das terras era ocupada por latifúndios. Como resultado do modelo de apropriação do espaço rio-grandense, configurou-se uma estrutura agrária constituída, grosso modo, de grandes propriedades pastoris de um lado, e de pequenas propriedades agrícolas de outro. Essa constatação revela uma estratégia muito bem desenvolvida pelos grandes proprietários rurais no sentido de atenuar os efeitos nocivos decorrentes da excessiva concentração de terras na atividade pastoril.

Antônio Gonçalves Chaves ficaria muito satisfeito se pudesse ver a província no final do século XIX. Sua proposta escrita em 1822, inspirada no liberalismo dos ideólogos ingleses, foi, pelo menos em parte, colocada em prática ao longo do século, com as devidas adaptações.

Paulo Afonso Zarth é graduado e doutor em História e professor dos cursos de História e de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

p.zarth@uol.com.br



## OS CABOCLOS E A RELAÇÃO COM A NATUREZA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Marcos Gerhardt*

O sul do Brasil, especialmente o norte da Província do Rio Grande do Sul, teve sua paisagem modificada a partir da segunda metade do século XIX como resultado da imigração de europeus, promovida e valorizada pelo governo imperial brasileiro e, depois de 1889, pelo governo republicano. Dessas modificações na sociedade e na paisagem, produzidas pela imigração e pela colonização que continuaram intensas até a década de 1920, algumas são fundamentais: o aumento da densidade demográfica, a apropriação privada e a mercantilização da terra e, com maior interesse, a substituição da

mata por roças, estradas e vilas. A história de colonos desbravadores, pioneiros e progressistas, apresentada por pesquisadores e memorialistas, e ainda hoje ensinada nas escolas, ganha outra interpretação na medida em que os historiadores empregam uma abordagem ambiental e tornam visíveis outros atores sociais. É o caso dos caboclos do norte gaúcho e de suas relações com a natureza em uma sociedade que se modificava rapidamente pela implantação de projetos de colonização por imigrantes, num Estado onde predominavam as grandes estâncias de criação de gado.

Denomina-se genericamente de *caboclos* um grupo social heterogêneo, empregando-se um conceito – uma identidade – que não foi gerado pelo próprio grupo e sim atribuído de fora, por grande parte da sociedade, para quem o caboclo era um mestiço que descendeu de luso-brasileiros pobres, de indígenas, de africanos vindos ao sul como escravos. Assim, era chamado de brasileiro, nacional, moreno, negro, bugre, pêlo duro, uma pessoa “de cor”; em algumas regiões do Brasil recebeu outros nomes: mameluco ou caipira. Era também identificado, preconceituosamente, como sendo pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso, posseiro. Por outro lado, a historiografia tem denominado essas pessoas de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres, camponeses nacionais, num esforço conceitual e de inclusão.

Apesar do preconceito presente na identidade atribuída por parte da sociedade, fica evidente a diferença cultural entre os caboclos e os colonos, diversidade que marcou a convivência no tempo da colonização do Rio Grande do Sul. Veja-se a afirmação de um memorialista do norte do Estado:

*Demorou... somente a partir de 1920, este “ser homem” veio dar “outra vida” aos prodígios naturais(...)  
É com a chegada do homem da foice, do machado, [da] enxada, que, realmente SE ABREM AS PORTAS DA HISTÓRIA DE TUCUNDUVA (...).*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CLAUSS, Romualdo. *Evolução histórico-geográfica de Tucunduva*. Tucunduva, 1982. p. 24-25.

Essas palavras revelam uma concepção bastante frequente que, enquanto reconhece a existência da população cabocla, lhe atribui pouco valor social e diminuta importância econômica, vendo no imigrante colonizador o desencadear de um desenvolvimento que marca o início da história local. Tal concepção também está clara no testemunho do viajante sueco Carl Axel Magnus Lindman, que esteve na Colônia Ijuí em 1893:

*No Rio Grande do Sul existe ainda matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias allemãs e italianas ainda ha florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que foram as primeiras pessoas civilisadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incognitas e cheias de animaes bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras ‘picadas’ ou linhas divisorias. Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietario pode designar mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano.*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> LINDMAN, Carl Axel Magnus & FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 180 (Reconquista do Brasil, 2).

E ainda no testemunho do padre Antoni Cuber:

*Nas margens do rio Ijuí, afluente do Uruguai, estendem-se magníficas florestas, cujas espessas matarias, até há pouco tempo, só eram conhecidas pelos animais selvagens e pelos bugres.*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai – 1898*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. p. 13.

<sup>4</sup> VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa & LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

<sup>5</sup> GERHARDT, Marcos. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a História da “Colônia Ijuhy”, 1850-1930*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, 2002.

<sup>6</sup> Descrição das linhas corridas na medição e demarcação dos lotes coloniais na Colônia do Ijuhy, durante os meses de outubro e novembro do ano de 1890. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização, pasta 10.

<sup>7</sup> Livro de assentamento inicial de lotes rurais. Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy, 1891-1920. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização, pasta 9.

Os imigrantes que vieram ao norte do Estado nos séculos XIX e XX removeram grandes áreas de vegetação, classificada pelos botânicos como Floresta Estacional Decidual<sup>4</sup>, ampliaram a área de cultivo agrícola e a produção de alimentos, aumentaram a densidade demográfica e viabilizaram a vida de suas famílias em pequenos lotes rurais. Assim, o ambiente era visto – por colonos e pelos administradores de colônias do norte do Rio Grande do Sul – como naturalmente rico, intocado e improdutivo, que precisava ser desbravado e ordenado; ambiente capaz de fornecer uma riqueza que aguardava para ser extraída e apto a produzir através da agricultura; entendia-se como um desperdício conservar o ambiente com suas características naturais, devoluto. O progresso da sociedade era percebido na civilização e ordenação do ambiente, ou então, na vitória da ação humana, do trabalho, da tecnologia, sobre a natureza, visível nas roças, nas estradas, nas vilas e cidades.<sup>5</sup>

Teriam os caboclos outra postura em sua relação com o ambiente? Utilizavam de outra maneira os bens naturais? Acredita-se que sim. No entanto, não se pode imaginar caboclos vivendo em harmonia com a natureza, essa é uma visão romântica e irreal. Também não se pode pensar que estavam conscientes de sua responsabilidade ambiental e, por isso, preservavam a natureza; essa idéia não estava suficientemente desenvolvida no período estudado.

Muitas são as evidências da presença de população cabocla nas áreas de mato do norte do Rio Grande do Sul, nas terras devolutas, ou seja, no espaço destinado à colonização por imigrantes. Os registros do trabalho dos engenheiros encarregados de mapear a “Colônia Ijuhy” e demarcar as linhas e os lotes rústicos, feitos em 1890, ano em que se iniciou a colonização oficial, revelaram a existência de “picadas de cargueiros” e de roças abandonadas no interior do mato<sup>6</sup>. Nos registros da Comissão de Terras e Colonização de Ijuí, de 1891 a 1920<sup>7</sup>, encontram-se repetidas anotações da venda ou da legalização de pequenos lotes de terras para pessoas com sobrenomes portugueses, algumas seguidas das observações “Posse” ou “Posse legitimada – tem título”, indicando a presença de caboclos. Eles podem ser encontrados inclusive nos documentos escritos pelos

próprios colonizadores, em frases como esta, publicada em um álbum comemorativo ao centenário da imigração alemã: "...as estradas foram planejadas por ordem do governo, sendo então um grande alívio porque havia somente picadas feitas pelos homens trabalhando na medição e também pelos nativos."<sup>8</sup>

Francisco de Assis Pereira de Noronha, avaliando um livro do cronista Evaristo de Castro em 1887 e deixando transparecer seu preconceito, comentou a situação social dos caboclos no final do século XIX:

*Pelo seu vício de origem, pela grande disseminação e pela abundancia de gado, caça, peixe e fructas, a população em geral é indolente e extraordinariamente preguiçosa. Póde-se calcular, sem o menor receio de exageração, que entre 100 homens validos, 80 são vadios, ao ponto que nem a fome e a nudez os obriga ao trabalho, e d'estes 80 vadios, 40 pelo menos são ladrões.*

*O único trabalho para que elles se prestão, é o costeio dos animaes nas fazendas de criar, e este é feito de maneira tal, que os fazendeiros os aturão por não acharem outra gente. Para os trabalhos agricolas são absolutamente inserviveis. Não se pode obter o trabalho de uma semana seguida de qualquer d'estes vadios; e que trabalho! Este mesmo equivale a 5 ou 6 horas por dia.*

*Percorrendo a região, ou seja nos campos, ou seja nas mattas, o viajante vê, aqui e ali, uma pequena cabana, ás vezes coberta, toda esburacada. Encostado á cabana, um fecho com meia duzia de varas, tanto quanto seja sufficiente para recolher o cavallo; fecho a que dão o pomposo nome de mangueira. Além d'isto nada mais; não existe a mais pequena plantação de um único vegetal util.<sup>9</sup>*

Deste comentário de Noronha, pode-se deduzir a postura diferenciada de grande parte dos caboclos diante do trabalho, da propriedade e da natureza; era uma forma distinta de viver, com valores diferentes daqueles que orientavam os imigrantes colonos. Noronha comentou ainda a abundância de gado, peixes, caça e frutas, indicando uma das formas de sustento dessa população cabocla. Para o autor, a disponibilidade de bens naturais era a causa da preguiça dessa gente. Evaristo Affonso de Castro e outros autores<sup>10</sup> também comentam a abundância e a variedade de peixes e de outros animais na região, mesmo no tempo da colonização. Outra forma de sustentar-se era com os alimentos cultivados em pequenas roças de coivara, espaços tomados do mato pelo machado e pelo fogo, temporariamente férteis.

<sup>8</sup> FESTSCHRIFT ZUR JAHRHUNDERTFEIER DER ERSTEN DEUTSCHEN EINWANDERUNG IN RIO GRANDE DO SUL – die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924 (tradução livre pelo autor).

<sup>9</sup> CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887, v. 1, p. IX.

<sup>10</sup> FESTSCHRIFT ZUR ... *Op. cit.* e CUBER, A. *Op. cit.*

Considerando o ambiente de floresta muito inóspito para os humanos, inclusive para os indígenas que abriam clareiras para suas aldeias como afirmou Warren Dean<sup>11</sup>, pode-se deduzir que as roças e habitações dos caboclos localizavam-se, em geral, na orla do mato ou na margem dos rios. Talvez habitassem o interior do mato quando foragidos e procurados por algum crime praticado ou desejando escapar do recrutamento forçado para os freqüentes conflitos militares. Segundo Ivaldo Gehlen, a terra, para eles, também era considerada um bem natural, lugar de viver, necessária à subsistência familiar e de posse provisória, pois não tinham a propriedade legal.<sup>12</sup>

Conforme Paulo Afonso Zarth, o trabalho na produção da erva-mate, um bem natural coletado e preparado durante o inverno, vinculava o caboclo ao mercado, permitindo-lhe obter algum dinheiro com o qual comprava outros bens necessários<sup>13</sup>; semelhante ligação com o mercado ocorria na prestação de serviços sazonais, já no contexto da colonização, como a abertura de estradas e de picadas para a demarcação de lotes, a construção de prédios demandados pelo Estado e a derrubada de mato para os colonos. Deve-se considerar ainda, como uma prática da época estudada, a extração de folhas da congonha (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) pelo caboclo, seguida do preparo da erva-mate para consumo próprio e para a venda no mercado local. Essa extração acontecia com o controle da administração municipal<sup>14</sup> e exigia uma pequena quantidade de ferramentas e equipamentos, confeccionados pelo próprio caboclo com materiais encontrados no ambiente. As fontes pesquisadas não permitem saber, com segurança, se os caboclos criavam, além do cavalo de transporte, animais domésticos para alimento, como galinhas, porcos, vacas de leite, mas é possível que sim.

Até onde as fontes podem atestar, a população cabocla era numérica e proporcionalmente expressiva. No censo de 1896<sup>15</sup>, feito em Ijuí, registrou-se que nesta colônia havia 2.796 brasileiros numa população total de 5.228 pessoas; contudo, sabe-se que os filhos de imigrantes europeus nascidos aqui eram contados como brasileiros e, portanto, estavam somados aos caboclos e aos luso-brasileiros no resultado final; segundo o memorialista Hemeterio J. Velloso da Silveira, tratando de Ijuí em 1909, “A area superficial demarcada é quasi toda occupada em 496 kilometros quadrados com uma população de 8000 individuos de todos os sexos e idades, sendo mais de metade nacionaes (...)”<sup>16</sup>

<sup>11</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 28.

<sup>12</sup> GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso (org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 125-126. (Coleção Ciências Sociais).

<sup>13</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 173.

<sup>14</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 170. (Coleção Ciências Sociais).

<sup>15</sup> Relatório de 1896. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy, pasta 1.

<sup>16</sup> SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 363-364.

Mesmo sem números exatos e válidos para todo o norte do Estado, pode-se afirmar que a população cabocla, embora alterasse o ambiente no qual vivia, não produzia mudanças profundas. Supõe-se que a caça e a pesca praticadas não comprometiam a reprodução das espécies animais que habitavam os matos, banhados, campos e rios de uma região proporcionalmente extensa. Certamente os caboclos colhiam frutos, extraíam mel, retiravam madeira dos matos, tanto para a construção de habitações e de currais, quanto para lenha, coletavam plantas curativas ou de condimento para o uso ou para a venda, mas em quantidade que não afetava seriamente a manutenção da floresta; dos campos obtinham o capim-rabo-de-burro (*Andropogon bicornis* L.) ou capim-sapê (*Imperata brasiliensis* Trin.) para a cobertura das habitações. Em suas roças, quando abandonadas depois de algum tempo de cultivo, o mato voltava a crescer e novas áreas eram desmatadas para a agricultura. Como posseiros na terra, essa mobilidade era possível e a agricultura ambientalmente sustentável. Os projetos de colonização, com a fixação de numerosos colonos em pequenos lotes rurais, exigiram o uso mais intensivo do solo e dos bens naturais.

Segundo Warren Dean, as práticas agrícolas dos caboclos são uma herança dos indígenas, fazem parte de um conjunto de informações produzidas e estocadas durante muito tempo, essenciais à vida neste ambiente, que incluem a identificação de espécies, a atribuição de nomes e o conhecimento dos usos possíveis.<sup>17</sup> Veja-se o que Hemeterio J. Velloso da Silveira escreveu sobre a picada e o rio Conceição, entre Cruz Alta e Santo Ângelo:

*Pouco abaixo da estrada existe um vau perigozo, por cima d'uma cachoeira com pouco mais d'um metro de queda. D'ahi para baixo, alem de profundo, o rio é correntozo por dentro d'um espesso bosque até desagoar no Ijuhy Grande.*

*N'alguns dias, bem cedo, ouve-se de longe um fragor desuzado do desempenhar das agoas. "É signal certo da chuva" dizem os habitantes do logar.<sup>18</sup>*

E também o que Lindman, no final do século XIX, observou:

*Uma particularidade dessas mattas em que agora estamos no planalto é a grande abundancia em "taquarussú" (...). Seus colmos da grossura de um braço estão afastados uns dos outros, mas formam arcos completos da altura de 10 metros e enchem a matta até o chão com sua folhagem verde-clara, densa e abundante. Notavel é a afirmação dos brasileiros – que um*

<sup>17</sup> DEAN, W. *Op. cit.* p. 83.

<sup>18</sup> SILVEIRA, H. J. V. da *Op. cit.* p. 217.

“taquaral” é de terra ruim. Ao redor de Ijuhy crescia taquara em terreno de matta secca e na matta que, independente da taquara, era rala ou “aberta”.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> LINDMAN, Carl Axel Magnus & FERRI, M. G. *Op. cit.* p. 202-203.

Nota-se, nos dois testemunhos, uma habilidade de observar e interpretar alguns sinais naturais, preservada, utilizada e recriada pelos caboclos e, depois, possivelmente transmitida aos imigrantes que se fixaram no norte do Estado como colonos. A imigrante Vitória Megier relatou a existência de “tigres” na Colônia Ijuí, na década de 1890, e que os caboclos ensinaram sua família a fazer fogo durante a noite para afastar esse animal.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Entrevista com Vitória Megier, por Danilo Lazzarotto. s. d. (gravação, fita n. 02, Museu Antropológico Diretor Pestana).

Esse conhecimento popular sobre a natureza inclui também informações sobre o nome e a utilidade de plantas – suas propriedades curativas, a durabilidade de diversas madeiras etc.. Ainda hoje é utilizado na área rural um medicamento caseiro para picadas de insetos, de aranhas e de cobras, que é aplicado sobre a pele ou bebido: trata-se de uma garrafada conhecida como *cobrina*, produzida pelos colonos com a casca ou a folha de uma árvore com o mesmo nome (*Peschiera australis* Müll. Arg/Miers ou *Peschiera catharinensis* DC/Miers) e aguardente. A posição da entrada do ninho da ave joão-de-barro (*Furnarius rufus*) era observada: se estivesse voltada para o norte indicava que o inverno poderia ser rigoroso; a ave tinha, acreditava-se, a capacidade de prever a próxima estação e de precaver-se; bastava observar e interpretar o seu trabalho. No mesmo sentido, notava-se que um pequeno inseto (não identificado) produzia, esporadicamente, uma teia nos galhos de uma árvore denominada timbó (*Ateleia glazioveana* Baill.); na interpretação corrente significava que, no próximo inverno, o frio seria muito intenso. Afirmava-se também que, no final do inverno, quanto o timbó brotava, não havia mais o risco de formação de geada, extremamente prejudicial aos cultivos de verão.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> GERHARDT, M. *Op. cit.*

Pouco importa aqui se essas previsões e observações populares tinham o resultado esperado ou previsto; vale, isso sim, preservar a memória e compreender a importância desse conhecimento popular na sociedade dos séculos XIX e XX, num contexto de colonização e de convivência de caboclos, colonos, estancieiros e funcionários da administração pública, que tinham temporalidades diferentes, como afirma José de Souza Martins<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 145-203, maio 1996.

A toponímia – o estudo dos nomes atribuídos aos lugares – também pode ajudar no trabalho do historiador que emprega uma abordagem ambiental ou que busca informações sobre os grupos sociais que ali viveram. Por todo o

<sup>23</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 885.

norte do Rio Grande do Sul encontram-se localidades rurais denominadas de faxinal. Neste caso, a denominação está de acordo com o conceito de “trecho alongado de campo que penetra a floresta”<sup>23</sup>, ou seja, espaço de transição entre o campo de pastagem coberto de vegetação gramínea e o mato, lugar muitas vezes periférico para a estância de criação de gado, menos inóspito que a floresta e freqüentemente habitado por caboclos.

No município de Porto Xavier, nota-se que a colonização incorporou parte da população cabocla, fixando-a em lotes rurais. Contudo, percebe-se uma nítida divisão do espaço: nas linhas Taquarussú e nas seções Dourados e “D”, onde a topografia e os lotes rurais têm formas irregulares, há uma concentração de famílias de caboclos; por outro lado, as linhas Depósito e São Carlos foram predominantemente habitadas por descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceram ali como colonos. Naquele município é evidente o uso de duas denominações distintas: as linhas e os rincões. Os nomes das linhas foram atribuídos pelos projetos de colonização após uma delimitação precisa. Os rincões – Rincão Comprido, Rincão dos Machados, Barro Preto – são nomes criados em época anterior, a partir de características da paisagem ou da população habitante. Em alguns casos as denominações são compostas: Linha Faxinal, Linha Pedra Lisa, Linha Montanha, revelando adequações e permanências.<sup>24</sup> No norte do Estado, muitos dos nomes de lugares têm origem indígena. Sem considerar aqueles que foram criados depois, num esforço de nacionalização da população, existem incontáveis localidades, rios e arroios com nomes atribuídos pelos indígenas, perpetuados pelos caboclos e por outros grupos sociais, revelando uma importante interação humana com a natureza.

<sup>24</sup> COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA PORTO XAVIER LTDA (COOPERCANA). *Estudos ambientais: Laudo de vistoria*. Ijuí: UNIJUÍ, 2003 (digitado).

Algumas estradas sinuosas, muito diferentes daquelas com traçado retilíneo abertas pelos projetos de colonização, podem ser vestígios de caminhos utilizados por indígenas e, depois, por caboclos. O estudo do município de Augusto Pestana, localizado num espaço de transição entre o mato e o campo, revela uma nítida sobreposição de caminhos: sobre as estradas e picadas sinuosas que acompanhavam o divisor natural das águas das chuvas, sobre vaus e passos de rio, foram traçadas estradas retas que organizaram o espaço para receber os colonos. A observação atenta de mapas e da paisagem contemporânea, amparada por testemunhos orais, permite recompor caminhos de diferentes tempos e supor por onde circulava a população habitante da região antes da colonização oficial, mostrando sua presença e importância.

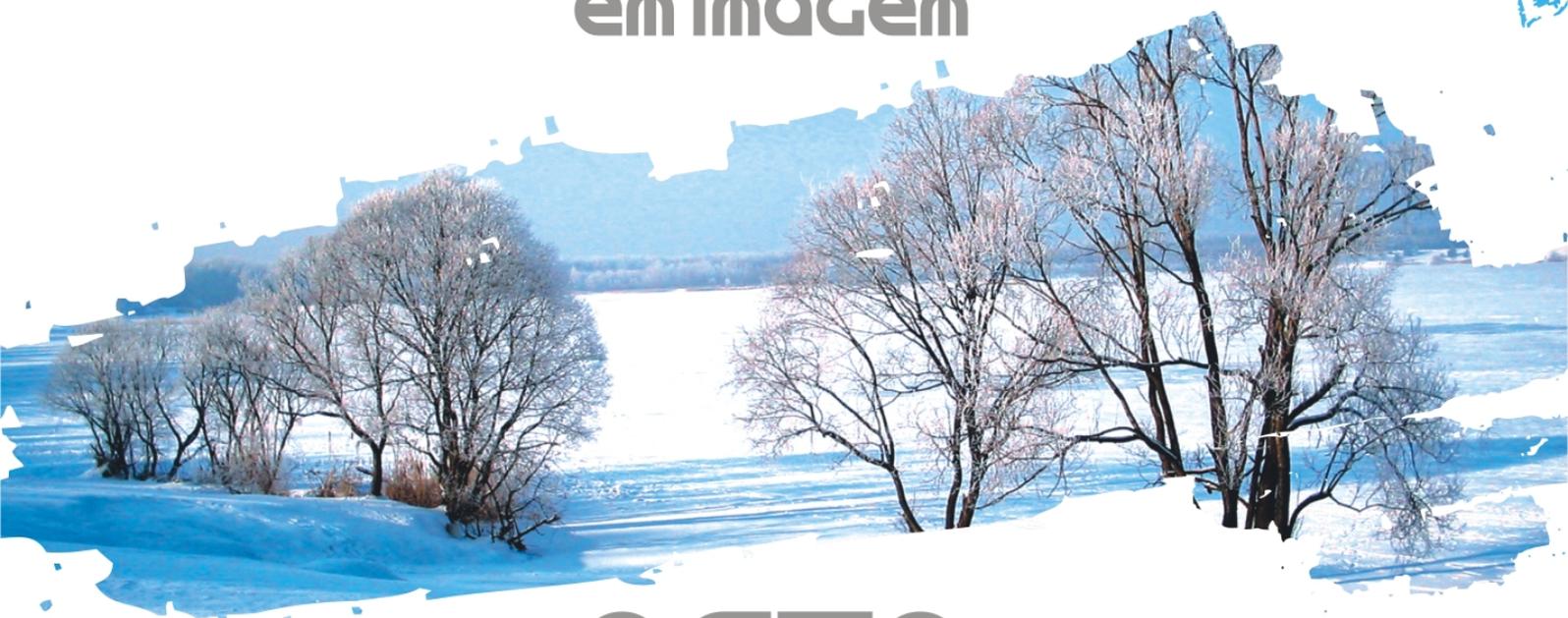
Assim, na finalização deste texto, cabe argumentar que o caboclo tinha um estilo de vida diferente do do colono, uma postura distinta diante da vida e do trabalho e outra relação com a natureza. Seu modo de viver e de produzir alterava menos o ambiente e permitia a manutenção da biodiversidade. Morando em terras que interessavam pouco aos estancieiros e ao Estado antes da chegada da ferrovia e da colonização, compondo uma população numerosa, mas – na relação com o espaço – de baixa densidade demográfica, obtendo no ambiente grande parte daquilo de que precisavam para manter e reproduzir a vida, produzindo para sua subsistência e para um mercado restrito, sem preocupar-se com a produtividade do trabalho e com a acumulação de riqueza, os caboclos relacionaram-se com a natureza de forma menos agressiva.

A colonização tinha outra lógica: aumentar a densidade demográfica, remover o mato, civilizar a natureza, produzir com eficiência, progredir pelo trabalho, estabelecer famílias proprietárias. Por isso os caboclos eram vistos como preguiçosos e ineficientes, tinham outro conceito de trabalho, menos disciplinado e mais imediato. Deixar o ambiente natural do norte do Rio Grande do Sul – repleto de terras férteis e de riquezas que podiam ser exploradas – para índios e “caboclos vadios” era, na visão de então e de alguns, um desperdício que não combinava com os novos tempos de progresso e desenvolvimento. Talvez por isso o ambiente era visto como intocado e inculto, a floresta virgem e o colono como um pioneiro e desbravador. Hoje, revemos estes conceitos e buscamos, além de incluir o caboclo, o índio e o negro na História, rediscutir a relação das pessoas, em sociedade, com a natureza e encontramos, no modo de vida do caboclo, aquilo que é forte em muitos discursos contemporâneos: a sustentabilidade ambiental.

Marcos Gerhardt é graduado e mestre em História e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI).  
gerhardt@unijui.tche.br



**TODAS  
AS CORES  
INTEGRADAS  
EM IMAGEM**



**ARTE**  
TECNOLOGIA  
EMOÇÃO  
E LUZ

GRÁFICA EDITORA  
**Pallotti**  
IMAGEM DE QUALIDADE

Av. Presidente Vargas, 115 - Bairro Patronato - Santa Maria - RS  
CEP. 97020-001 - FONE: 55.3220.4500 - FAX: 55.3220.4513

[www.pallotti.com.br](http://www.pallotti.com.br)